

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Jafar Silvestre Jafar

**O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO
ECONÓMICA CONTEMPORÂNEA EM
MONAPO E PALMA, MOÇAMBIQUE**

Tese no âmbito do Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Mustafah Dhada e Professora Doutora Maria Paula Meneses, e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2020

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA CONTEMPORÂNEA EM MONAPO E PALMA, MOÇAMBIQUE

Jafar Silvestre Jafar

Tese no âmbito do Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Mustafah Dhada e Professora Doutora Maria Paula Meneses, e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2020



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Dedicatória

Ao meu saudoso Pai, Silvestre Jafar Fábula, perecido a 25-06-2017, no agreste sopé do Monte Tumbine. Que Deus dê-lhe o eterno descanso!

A todos(as) os(as) camponeses(as) de Metocheria Agrícola e Afungi, que viram suas terras e outros recursos vitais a serem usurpados pelo capital, e continua(ra)m firmes na luta por um futuro promissor!

Agradecimentos

A realização desta tese contou com o contributo de várias pessoas e instituições, a quem agradeço de forma especial e franca. Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, Prof. Doutor Mustafah Dhada e à Prof^a Doutora Maria Paula Meneses, por terem aceiteado e apoiado este projeto, desde a conceção até à realização.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo apoio financeiro, no âmbito da bolsa de estudos (PD/BD/113976/2015).

A todos os Professores do curso (edição 2015-2019) agradeço, pelas suas valiosas contribuições em termos de conhecimento, durante os seminários e ensaios. Quero agradecer em especial à Professora Maria Paula Meneses, pelo “aconchego” e valiosas sugestões, assim como ao Professor Tiago Castela, pelos conselhos relativos à ideia inicial do projeto.

Aos senhores e senhoras Tricia Wallace, Adriano Cumbane, Martinho Amisse Júnior, Diretora Geral e gestores dos Recursos Humanos da Empresa Matanuska Mozambique LTD., pelas informações fornecidas.

Agradeço à Direção dos Serviços Distritais de Atividades Económicas de Monapo e ao Chefe do Posto Administrativo de Palma-Sede, pela autorização e informações prestadas, assim como aos representantes do Centro de Terra Viva em Palma e da União Provincial de Camponeses de Cabo Delgado, pelas entrevistas concedidas.

Ao régulo de Nacololo, Adriano Ernesto, e aos líderes locais, Juma Murimone, da Metocheria Agrícola, Abdala Salimo, do Quitupo, Ernesto Atibo, da Maganja, e Tomás Pessa Dindila, do Senga, agradeço pela receção e colaboração no processo de entrevistas grupais.

Ao Raúl Muquiva, Ussene Samuel Fahamo, Gusmão (mano Gus) e Momeno agradeço, pela disponibilização do transporte (táxi mota), durante todo o processo de trabalho de campo. Agradeço imensamente à Isabel Roque e ao Professor Geraldo Luís Macalane, pela correção linguística da tese.

Os meus agradecimentos são igualmente extensivos ao António Mutapulia, à Cátia Caetano, à Paulina Atanásio e ao Andique Issa, pelo acolhimento e companheirismo, assim como ao Juma Murimone, Ernesto Mussa Atibo, António Mutapulia, Tomás Pessa Dindila, Abdala Salimo, Issa Abdala e Ismael (mano Isma), pelas traduções linguísticas realizadas durante as entrevistas com os grupos focais.

Por último, agradeço à minha mãe, Virgínia Brito, à Ritinha, à Telinha, aos meus filhos, Rebeca e Euler, e aos demais familiares, pelo amor e carinho demonstrados durante as minhas frequentes viagens e longas ausências.

Indicação de financiamento

Esta tese foi realizada com o apoio da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), através de atribuição de uma Bolsa de Doutoramento (Referência PD/BD/113976/2015), financiada através de fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Epígrafe

Como se pode dizer que a globalização traz benefícios quando são os seus próprios teóricos que reconhecem que estão a produzir-se desigualdades terríveis? A globalização não vai resolver os problemas mundiais, pode é resolver os problemas de uma determinada camada da população. Mas seguramente não os três mil milhões de pessoas que vivem com dois dólares por dia.

José Saramago. *In* Seara Nova, 2001.

A globalização começou com o primeiro homem (...). O que podemos fazer, nos dias de hoje, é responder a globalização desumanizante com uma outra globalização, feita à nossa maneira e com os nossos propósitos. Não tanto para contrapor. Mas para criar um mundo plural em que todos possam mundializar e ser mundializados. Sem hegemonia, sem dominação. Um mundo que escuta as vozes diversas, em que todos são, em simultâneo, centro e periferia.

Mia Couto. *In* Pensa tempo, 2016.

Resumo

A globalização não é um fenómeno novo, entre a antiguidade e a contemporaneidade existiram várias globalizações. A nível histórico, a globalização económica do mundo contemporâneo apresenta uma arqueologia e genealogia capitalista. Um dos grandes atores da globalização económica contemporânea são as multinacionais, que, devido à sua capacidade inovadora, organizativa e lucrativa, produzem bens e serviços, numa estrutura oligopolista de mercado. As multinacionais extractivistas preferem investir os seus capitais nos países pobres, que oferecem incentivos que facilitam a obtenção de lucro para os investidores, com o objetivo de atrair o investimento externo, para a manutenção da sua economia. Nesta tese, foi analisado o impacto da globalização em Moçambique, no período compreendido entre 1975 e 2018, colocando a ênfase no projeto do agronegócio de bananas, desenvolvido pela empresa Matanuska em Monapo, e no projeto do gás natural, liderado pela Anadarko, em Palma. Para o efeito, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa e multidisciplinar, tendo em conta as contradições e interseccionalidades criadas pelo capitalismo, no tempo e espaço, ou seja, a evolução do capitalismo nos períodos colonial/pós-colonial e os seus reflexos nos âmbitos global e local. O estudo assenta no cruzamento do método de caso, alargado através da história oral, permitindo analisar as diversas fontes e concluir que, apesar de construírem infraestruturas sociais, a Anadarko e a Matanuska, empobreceram as comunidades afetadas, do ponto de vista ambiental, cultural (apenas a Anadarko em Afungi), económico e social, enfraquecendo simultaneamente o poder do Estado ao nível local. Em suma, este cenário contrasta com o discurso oficial, segundo o qual projetos de investimento estrangeiro contribuem para o projeto de desenvolvimento nacional em Moçambique.

Palavras-chave: Anadarko, Globalização, Matanuska, Moçambique, Multinacionais

Abstract

Globalization is not a new phenomenon. From antiquity to contemporaneity there were several globalizations. Economic globalization in the contemporary world has historically had a capitalist archeology and genealogy. Indeed, one of the great actors of contemporary economic globalization are multinationals. These, because of their innovative and organizational capacity and, above all, their greed for profit, produce goods and services in an oligopolistic market structure. Extractive multinationals prefer to invest their capital in poor countries, in order to attract foreign investment on which their economies depend and offer incentives that make it easier for investors to make fabulous profits. This thesis analyzed the impact of globalization in Mozambique, from 1975 to 2018, focusing on the banana agribusiness project, developed by Matanuska company, in Monapo, and the natural gas project, led by Anadarko, in Palma. The research was conducted through qualitative and multidisciplinary approach, looking at the contradictions and intersectionalities, created by capitalism, in time and space, that is, the evolution of capitalism in the colonial / postcolonial periods and its reflexes in the global / local spheres. The study is based on the intersection of the extended case method with oral history. This methodological option allowed the researcher to analyze various sources and to conclude that, despite building social infrastructure, Anadarko and Matanuska impoverished environmentally affected communities, (only Anadarko in Afungi), in terms of economic and social areas, and at the same time weakened state power at the local level. In short, this scenario contrasts with the official discourse, according to which foreign investment projects contribute to the national development project in Mozambique.

Keywords: Anadarko, Globalization, Matanuska, Mozambique, Multinationals

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AMA	Associação do Meio Ambiente
AMA1	Anadarko Moçambique Área1
APC	Anadarko Petroleum Corporation
ASS	África Subsaariana
CCR	Comité Comunitário de Reassentamento
CIP	Centro de Integridade Pública
CRVD	Companhia Vale do Rio Doce
CTV	Centro de Terra Viva
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
ENI	Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A.
EUA	Estados Unidos de América
FAO	Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDD	Fundo do Desenvolvimento do Distrito
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FSM	Fórum Social Mundial
GDM	Governo do Distrito de Monapo
GDP	Governo do Distrito de Palma
GFs	Grupos Focais
GPCD	Governo da Província de Cabo Delgado
HO	História Oral
IBWs	Instituições de Bretton Woods
ICARRD	International Conference on Agrarian Reform and Rural Development
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
ILC	International Land Coalition
LALN	Luta Armada de Libertação Nacional
LNG	Liquefied Natural Gas
LOLE	Lei dos Órgãos Locais de Estado
LVC	La Via Campesina

MAE	Ministério de Administração Estatal
MCA	Método de Caso Alargado
MITADER	Ministérios de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MML	Matanuska Moçambique Limitada
MNCs	Multinacionais
MOZAL	Moçambique Alumínio
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural (Structural Adjustment Program)
PDGM	Projeto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique
GNL	Gás Natural Liquefeito
PIB	Produto Interno Bruto
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PRMSA	Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícola
PRMSP	Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Pesqueiros
SAMO	Sociedade Algodoeira de Monapo
SAP	Structural Adjustment Programme
SASOL	Suid Afrikaanse Steenkool en Olie
SDAE	Serviços Distritais de Atividades Económicas
SODAN	Sociedade Algodoeira de Namialo
TAR	Terra Agrícola de Reposição
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNAC	União Moçambicana de Camponeses
UNDP	United Nations Development Program
UPC	União Provincial de Camponeses
UPMS	Universidade Popular de Movimentos Sociais
WCARRD	World Conference on Agrarian Reform and Rural Development
WIC	West Indische Compagnie (Companhia das Índias Orientais)

Lista de anexos

Anexo 1 - Carta da comunidade de Monania e Puilimuite (Metoheria Agrícola) à Igreja Católica	247
Anexo 2 - Mapa dos territórios da Companhia do Niassa (1894-1929).....	248
Anexo 3 - Mapa dos territórios da Companhia do Boror (1899-197?)	249
Anexo 4 - Mapa dos territórios da Companhia de Moçambique (1891 -1942)	250
Anexo 5 - Alocação da TAR no âmbito do Processo de Reassentamento no Cabo Afungi, em Palma.	251

Lista de apêndices

Apêndice I – Quadro resumo das explorações de gás e petróleo da multinacional Anadarko nos EUA, América Latina e África.....	253
Apêndices II - Quadro resumo do Impacto ambiental do Projeto GNL no mar e em terra.....	255
Apêndices III - Quadro resumo das fases do processo de reassentamento em Afungi	257
Apêndices IV - Quadro resumo das atas das reuniões das consultas públicas realizadas em Maganja, Quitupo e Senga de 8/07/2014 a 16/12/2015	258
Apêndices V - Expropriação de terra em projetos extractivistas (indústria) cerca 2000 - 2018	260
Apêndices VI - Expropriação de terra em projetos extractivistas (Agricultura) cerca de 2000-2018.....	261

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Evolução de exportações e importações nas diferentes fases da evolução do capitalismo....	29
---	----

Lista de imagens

Imagem 1 - Aspetos da Plantação de bananas da empresa Matanuska	125
Imagem 2 - Corte, lavagem, pesagem e medição da qualidade das bananas da Matanuska	129
Imagem 3 - Embalagem e transporte de bananas do campo de produção ao porto de Nacala.....	130
Imagem 4 - Bananeira afetada pelo Fusarium Oxysporum f. sp. Cubense Raça 4 Tropical (Foc R4T)	134
Imagem 5 - Infraestruturas construídas pela empresa MML na comunidade de Metoheria Agrícola .	140
Imagem 6 - Zonas de pesca e de colheita entremarés perdidas a favor do projeto GNL, em Palma	169
Imagem 7 – Casa modelo e latrina externa para famílias reassentadas em Quitunda.....	183
Imagem 8 - Planta da Vila de Reassentamento na zona de Quitunda, Península de Afungi, Palma.....	184

Lista de mapas

Mapa 1 - Localização geográfica de Moçambique	62
Mapa 2 - Localização de Monapo e Palma no mapa de Moçambique.....	99
Mapa 3 - Expansão geográfica do fungo fusarium oxyporum wilt tropical race 4	133
Mapa 4 - Localização do distrito de Palma na Província de Cabo Delgado	144
Mapa 5 - Disposição geográfica da península de Afungi e ilhas Tecamagi e Rongue	147
Mapa 6 - Mapa das concessões de gás nas Áreas 1 e 4 na Bacia do Rovuma	158
Mapa 7 - Implantação física das instalações do projeto GNL em Afungi, Palma	163
Mapa 8 - Terra expropriada ou área do DUAT projeto e comunidades afetadas.....	182

Lista de quadros

Quadro 1 - Globalização e evolução das desigualdades na geração de renda entre países ricos e pobres	36
Quadro 2 - Diferenças básicas entre corporações MNCs, transnacional e metanacional	51
Quadro 3 - Comparação de receitas de corporações MNCs e PIB de países pobres do Sul	51
Quadro 4 - Comparação de receitas de corporações MNCs e PIB de países desenvolvidos	52
Quadro 5 - Cronologia das sessões com grupos focais, julho e setembro de 2017.....	105
Quadro 6 - Sistema de categorias, subcategorias e indicadores.....	109
Quadro 7 - Códigos dos grupais.....	110
Quadro 8 - Código dos informantes individuais (entrevistas individuais).....	111
Quadro 9 - Divisão administrativa, população do Distrito de Monapo.....	116
Quadro 10 - Preços de compensação aos camponeses desalojados em Metocheria Agrícola	122
Quadro 11 - Quadro de nutrientes contidos nas bananas (em 100g).....	126
Quadro 12 - Expansão do fusarium wilt TR4 pela zona tropical, 2000-2018.....	132
Quadro 13 - Número e tipos de trabalhos de residentes em Metocheria Agrícola.....	135
Quadro 14 - Divisão político-administrativa e população do distrito de Palma	145
Quadro 15 - Aldeias, população e respetivas infraestruturas em Palma até 30.09.1973.....	146
Quadro 16 - Aldeias e povoados do Cabo Afungi	148
Quadro 17 – Prováveis nomes e nacionalidades dos chefes da companhia de Ngodgi	153
Quadro 18 - Concessão das áreas da Bacia do Rovuma às MNCs estrangeiras 2006-2008	157
Quadro 19 - Distribuição das Áreas de Gás Natural na Bacia do Rovuma entre AMA1, ENI e ExxonMobile	159
Quadro 20 - Empresas financiadoras do projeto LNG de Palma	159
Quadro 21 - Aldeias afetadas e respetivos tipo de deslocamento	166

Quadro 22 – Aldeias e infraestruturas das famílias deslocadas fisicamente para Quitunda	166
Quadro 23 - Categorias e impactos dos bens pessoais e coletivos perdidos no âmbito do Projeto GNL	174
Quadro 24 - Compensação de culturas agrícolas	176
Quadro 25 - Compensação monetária de árvores e planta de fruta.....	176
Quadro 26 - Compensação pecuniária para estruturas não residenciais e não comerciais (em Mts)	177
Quadro 27 - Tabela de salário e subsídio dos trabalhadores locais em Afungi.....	181
Quadro 28 - Assistência material e apoio transitório aos pescadores e apanhadores entremarres	189

Lista de tabelas

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado à desigualdade 2015	35
Tabela 2- Evolução do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) 1990-2015.....	37
Tabela 3 - Indicadores e percepções de bem-estar 2014-2015.....	39
Tabela 4 - Evolução de investimentos na produção agrícola e industrial 1960-1970.....	77
Tabela 5 - Evolução de produção de bananas pela Matanuska 2008-2017.....	130
Tabela 6 - Número da população residente nas aldeias de Maganja, Quitupo e Senga	148
Tabela 7 - Distribuição da área concedida pelo DUAT do Projeto GNL de Palma.....	164
Tabela 8 - Pescadores e coletores afetados pelo projeto LNG em Afungi, Palma.....	165
Tabela 9 - Compensação ou taxa de mão-de-obra e distúrbio	175
Tabela 10 - Compensação das receitas ilíquidas diárias generalizadas por participante e por categoria de unidades de pesca (em Mts).....	178
Tabela 11 - Estruturas de pequenos negócios locais em Afungi.....	178
Tabela 12 - Cemitérios e sepulturas perdidas em Afungi	179
Tabela 13 - Trabalhadores locais recrutados nas aldeias de Maganja, Quitupo e Senga em 2017	180
Tabela 14 - Membros do Comité Comunitário de Reassentamento por aldeia.....	180
Tabela 15 - Número de agregados familiares afetados e terra de reposição necessária.....	186

Sumário

Agradecimentos.....	iii
Indicação de financiamento	v
Epígrafe	vi
Resumo.....	vii
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	ix
Lista de anexos	xi
Lista de apêndices	xi
Lista de gráficos	xi
Lista de imagens.....	xi
Lista de mapas.....	xii
Lista de quadros.....	xii
Lista de tabelas.....	xiii
Sumário.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO, EVOLUÇÃO, DIMENSÕES, IMPACTOS, PARADOXOS E UTOPIAS ALTERNATIVAS	22
1.1 Globalização: um conceito em construção.....	22
1.2 A Globalização na era pré-capitalista.....	24
1.3 Globalização capitalista: evolução histórica	25
1.4 Dimensões da globalização	32
1.5 Impactos e paradoxos da globalização económica contemporânea.....	34
1.6 Resistência, lutas e utopias alternativas à globalização económica	40
1.6.1 Movimentos sociais como formas de luta e resistência	40
1.7 Relação do Estado contemporâneo e a globalização económica	47
1.8. Considerações finais do capítulo.....	60
CAPÍTULO II – BREVE HISTÓRIA DO CAPITALISMO EM MOÇAMBIQUE: DAS COMPANHIAS COLONIAIS ÀS MULTINACIONAIS.....	62
2.1 Contexto histórico da génese das companhias coloniais.....	63
2.2 As Companhias monopolistas e a Partilha de África	64

2.3	Companhias coloniais em Moçambique.....	66
2.4	A transformação das companhias e emergência do “ultracolonialismo”	75
2.5	A relação entre o Estado colonial e as companhias, e o impacto das companhias nas comunidades locais	78
2.6	Relação entre Estado Colonial e o capital mineiro sul-africano, e o impacto do capital mineiro sul-africano nas comunidades locais.....	78
2.7	Moçambique 1975-2018: Afro-marxismo, emergência do Neoliberalismo e <i>boom</i> das Multinacionais	80
2.8	Considerações finais do capítulo.....	89
CAPÍTULO III – RELEVÂNCIA DA PESQUISA E METODOLOGIA		91
3.1	O panorama e o impacto das MNCs em Moçambique, 2006-2018.....	91
3.2	Estudos sobre o projeto de bananas em Monapo e o de gás natural em Palma	93
3.3	Relevância de pesquisa	95
3.4	Questões de pesquisa, hipóteses e objetivos	97
3.5	Metodologia	100
3.6	Considerações finais do capítulo.....	113
CAPÍTULO IV – PROJETO DE BANANA DA MATANUSKA EM MONAPO		114
4.1	Localização e breve olhar histórico.....	114
4.2	Implantação da Matanuska Moçambique Lda. em Metocheria Agrícola.....	118
4.3	Breve caracterização da bananeira e de bananas.....	125
4.4	Processo de produção, colheita, empacotamento e transporte das bananas	127
4.5	O “Mal-do-Panamá” e o fim da Matanuska em Monapo	131
4.6	Comunidade, MML e trabalhadores: conflitos, promessas e realizações.....	135
4.7	Considerações finais do capítulo	142
CAPÍTULO V – PROJETO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DE PALMA		143
5.1	Localização e características culturais, económicas e sociais de Palma	143
5.2	Cabo de Afungi: Comunidades de Maganja, Quitupo e Senga	147
5.3	O Cabo Afungi no contexto do capital colonial	149
5.4	A origem das aldeias de Maganja, Quitupo e Senga.....	153
5.4.1	Maganja	154
5.4.2	Quitupo	155

5.4.3	Senga.....	155
5.5	A descoberta do gás natural e regresso das empresas capitalistas.....	156
5.6	Breve descrição do Projeto de Gás Natural Liquefeito de Afungi (Palma).....	161
5.7	O processo de reassentamento.....	165
5.7.1	Áreas, comunidades e infraestruturas afetadas	166
5.7.2	Fases do Reassentamento.....	168
5.7.3	Consultas públicas nas comunidades de Afungi	169
5.7.4	Preços de compensações.....	173
5.7.5	Elegibilidade e o direito à compensação ou reposição.....	174
5.7.6	Oportunidades de emprego nas comunidades locais.....	179
5.7.7	Características da Vila do Reassentamento	183
5.8	Planos de Reposição ou Restabelecimento dos Meios de Subsistência	185
5.9	O Papel das Organizações da Sociedade Civil.....	191
5.10	O Governo local e o processo de gestão e resolução de conflitos.....	193
5.11	Impacto do Projeto GNL de Palma nas comunidades locais.....	194
5.12	Considerações finais do capítulo.....	196
	CONCLUSÃO.....	197
	BIBLIOGRAFIA	206
	Atas, planos e relatórios referentes ao uso e exploração da terra e seus recursos em Moçambique	206
	Arquivos coloniais	211
	Artigos científicos e documentos de trabalho	213
	Dissertações e teses.....	222
	Documentos oficiais (nacionais e internacionais).....	224
	Fontes de internet (recursos eletrónicos)	226
	Entrevistas individuais e em grupo	235
	Livros e comunicações apresentadas em conferências	236
	ANEXOS.....	246
	APÊNDICES	252

INTRODUÇÃO

A globalização tem (...) em todas as regiões do mundo e em todos os sectores de actividade e que os seus arquitectos, as MNCs, são infinitamente inovadoras e têm capacidade organizativa suficiente para transformar a nova economia global numa oportunidade sem precedentes (Santos, 2002a: 51).

A globalização não é um fenómeno novo, pois entre a antiguidade e a contemporaneidade ocorreram várias formas de globalização como, por exemplo, a “helenização” (Chase-Dunn e Lerro, 2014: 193-196), “romanização” (Stek, 2014: 30-40), “islamização” (Lukens-Bull, Pandich e Woods, 2012: 32-46), “colonização europeia” (Moak, 2017: 49-73). No mundo contemporâneo vigente, a globalização caracteriza-se por várias dimensões interligadas, nomeadamente, comercial, cultural, económica, financeira, monetária, migratória, tecnológica, política, jurídica, ecológico-ambiental, entre outras.

Com efeito, a globalização económica contemporânea resulta da expansão do capitalismo (Amin, 2014: 1-2), sendo que as grandes multinacionais, tendo em conta a sua capacidade inovadora e organizativa, são as arquitetas da expansão da economia neoliberal a nível mundial (Santos, 2002a: 51). A ideologia da globalização económica contemporânea e das MNCs alicerça-se, fundamentalmente, no neoliberalismo e na mais-valia ou no lucro como resultado de um processo de exploração de recursos naturais e humanos em contextos diferentes, do ponto de geográfico, cultural, económico, político e social.

As MNCs compreendem estruturas empresariais do capitalismo dos países industrializados, sendo caracterizadas pelo desenvolvimento de atividades em diversos países, a partir de uma sede ou centro corporativo (Sandroni, 1999: 415), migrando do Norte para o Sul, a fim de maximizar os seus lucros, através de incentivos fiscais, mão-de-obra barata, baixos custos de energia, e fragilidade institucional relativamente a questões ambientais e laborais.

Em África as multinacionais (MNCs) extractivistas, agrícolas, energéticas ou mineiras, têm sido alvo de críticas pelo facto de usurparem vários recursos das comunidades locais, sem reparações sustentáveis, sendo acusadas de “manufaturar a fome e a pobreza” (Biggs, 2016: 1) e “promover o neocolonialismo e subdesenvolvimento” (Attah, 2013: 1). Com efeito, a implantação das MNCs extractivistas nas comunidades locais implica a perda dos sistemas e habilidades de produção, o enfraquecimento das suas instituições e redes sociais, dispersão e fragilização dos laços sociais e de parentesco, perda de bens e valores

culturais para as comunidades locais (Banco Mundial, 2001: 1), configurando um processo deliberado de exploração isenta de recompensa por não beneficiar dos seus recursos (Nkrumah, 1965: 11).

Moçambique não se encontra à margem dessas dinâmicas globais e continentais. Desde o ‘pós-guerra civil’, sobretudo entre 2006 e 2007, com a erupção das crises mundiais de alimentos e combustíveis, respetivamente, este país tem sido palco de grandes investimentos desenvolvidos pelos MNCs. De forma geral, vários estudos revelam que tais investimentos contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas não possui ligações com os sistemas locais de produção, não criando empregos ao nível local (Castel-Branco, 2002, 2008). Geralmente, no processo da sua implantação, as MNCs forçam as comunidades afetadas ao reassentamento (Banco Mundial, 2001: 1; Pedro, 2011: 6). Com efeito, durante o reassentamento, as comunidades perdem o acesso às suas terras e *machambas*, aos cursos de água, às florestas, às pastagens, às zonas de pesca, o que profundamente dificulta a manutenção dos seus meios de subsistência, quer no presente, quer no futuro.

Perante este cenário, e através de uma abordagem interdisciplinar, com o tema “*O Impacto da globalização económica contemporânea em Monapo e Palma, Moçambique*”, pretende-se analisar, na presente tese, os impactos de projetos extractivistas levados a cabo por um igual número de MNCs no Norte de Moçambique, designadamente: o projeto de plantação de bananas desenvolvido pela empresa Matanuska Moçambique Lda. (MML) na comunidade de Metocheria Agrícola, distrito de Monapo, província de Nampula, e o projeto de gás natural liquefeito (GNL), liderado pela empresa Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1) no cabo de Afungi, distrito de Palma, província de Cabo Delgado (mapa 2).

A escolha do presente tema, assim como dos dois estudos de caso, reside numa análise (i) crítica ao capitalismo neoliberal e à globalização, no âmbito do programa de Doutoramento em *Pós-Colonialismos e Cidadania Global*, e (ii) descritiva da evolução histórica e dos impactos económicos e sociais do capitalismo corporativo nas comunidades locais, quer no contexto colonial, quer pós-colonial. Nesta análise, privilegiamos as fontes históricas escritas e orais, como forma de contribuição para o debate nacional e internacional, relativamente aos efeitos da globalização capitalista nas comunidades locais.

Simultaneamente, na identificação dos dois casos foi considerada a combinação de vários aspetos, nomeadamente a localização dos dois projetos no norte do país, onde os níveis de pobreza são elevados; a magnitude dos projetos em termos de investimento, produção e

contribuição na economia, a área ocupada e o número de famílias afetadas; e o histórico do envolvimento das comunidades locais em empresas capitalistas no período colonial.

Ao privilegiarmos factos históricos respeitantes aos efeitos do capitalismo nas comunidades locais e às narrativas orais destas últimas, pretendemos revelar que o atual funcionamento das MNCs representa a reedição do projeto capitalista colonial. De facto, através do mesmo, explora-se não apenas o espaço negligenciado por estudos previamente elaborados, mas produz-se igualmente conhecimento útil que contribua como ponto de partida para os estudos futuros, que pretendam aprofundar matérias relacionadas.

Como tal, para o presente estudo, e tendo em conta o colonialismo a que as mesmas comunidades foram sujeitas no passado, serão primeiramente colocadas as seguintes questões: (i) o que é globalização económica? (ii) que momentos históricos marcaram a evolução do capitalismo corporativo em Moçambique? (iii) o que são multinacionais e que impacto têm a nível local no contexto neoliberal? (iv) que impactos teve o projeto de bananas desenvolvido pela empresa Matanuska Moçambique Lda. em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo (província de Nampula)? (v) que impactos tem o projeto de gás natural liquefeito, liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1 sobre as comunidades de Maganja, Quitupo e Senha, no cabo de Afungi, em Palma (província de Cabo Delgado)?

Tentando conferir uma resposta prévia às questões abordadas, e com base em estudos e teorias prévias, considera-se que (i) a globalização é a liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços; expansão do capitalismo neoliberal e integração de mercados; (ii) as multinacionais são organizações económicas que, regidas por uma direção centralizada e pelo direito privado, procuram maximizar os seus lucros, através da produção de matérias-primas ou venda de bens e serviços, que são cruciais na economia global, devido à elevada capacidade inovadora e organizativa no processo de produção e distribuição de bens e serviços; (iii) o capitalismo corporativo em Moçambique teve início no período colonial, tendo sobrevivido ao período socialista, consolidando-se com a adoção do neoliberalismo; (iv) ao ocupar campos agrícolas com culturas e ao deslocar famílias inteiras sem indemnização e sem emprego, a empresa Matanuska destruiu a capacidade de manutenção dos meios de subsistência da comunidade de Metocheria Agrícola; (v) apesar de a empresa Anadarko pagar compensações e construir infraestruturas em Afungi, debilitou a capacidade de manutenção dos meios de subsistência e bens culturais, pelo facto de ocupar a terra agrícola, mar e zona entremarés, sepulturas familiares e locais sagrados.

O presente estudo pretende (i) definir os conceitos da globalização económica e das empresas MNCs, (ii) descrever a história do capitalismo corporativo em Moçambique, (iii)

descrever as dinâmicas e os impactos dos projetos extractivistas das multinacionais no quadro neoliberal; (iv) analisar os impactos do projeto de cultura de bananas implantado pela empresa Matanuska Moçambique Lda. na comunidade de Metocheria Agrícola em Monapo; e (v) analisar os impactos do projeto de gás natural liquefeito, liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1 no cabo de Afungi, em Palma. Para o alcance destes objetivos, sincronizou-se o MCA com o HO, tendo sido efetuada a revisão da literatura para construção de um quadro teórico-conceitual e orientações metodológicas, ao mesmo tempo que foram analisados arquivos coloniais e vários documentos legislativos vigentes, assim como atas de reuniões de consultas públicas, planos e relatório, entrevistas grupais e individuais e observação.

Deste modo, em função do primeiro capítulo, descreveu-se a evolução e as dimensões da globalização, analisando o seu impacto nos países do Sul, de uma forma generalista, referindo o seu papel nas organizações civis, na ONU, Direito Internacional e entre os académicos e/ou intelectuais na procura de utopias alternativas à globalização capitalista/neoliberal/extractivista. Ainda neste capítulo, será abordada a relação entre a globalização económica contemporânea e as empresas MNCs, a relação entre o Estado contemporâneo e as MNCs, os projetos extractivistas das MNCs e os seus impactos nas comunidades locais.

No segundo capítulo e objetivo da presente tese, recorreremos à História para descrever a evolução do capitalismo corporativo em Moçambique. O mesmo se encontra dividido em duas partes: colonial, analisando o domínio do capital das companhias coloniais (majestáticas e arrendatárias) e a sua relação com o Estado colonial, incluindo este último com o capital mineiro sul-africano. Na parte pós-colonial (1975/2008-2018), será abordada não apenas a emergência de projetos capitalistas e os seus impactos no período pós-colonial, mas também a sobrevivência de empresas capitalistas herdadas do colonialismo no período socialista, não secundarizando a relação do Estado e capital estrangeiro nos dois períodos.

No terceiro capítulo será conferida uma perspectiva panorâmica sobre as dinâmicas e os impactos dos projetos das MNCs extractivistas, assim como os estudos referentes aos casos de Monapo e Palma, em particular. Serão igualmente apresentadas a pertinência da pesquisa e a justificação das opções metodológicas, descrevendo todo o percurso relativo às fontes arquivísticas, bibliográficas e legislativas, assim como ao trabalho de campo, questões, hipóteses e objetivos da pesquisa; as categorias e códigos utilizados na análise de informações e as dificuldades encontradas durante o trabalho de campo.

No quarto capítulo, será revisitada a História de Monapo durante o período colonial, com ênfase nos processos de penetração colonial e grandes plantações, descrevendo a origem e as características da comunidade de Metocheria Agrícola, incluído a génese do nome. Será igualmente analisada a implantação da empresa MML e os consequentes processos de desalojamento e compensações, as relações entre a MML com a comunidade de Metocheria Agrícola e os trabalhadores locais. O papel do Governo local na gestão e resolução de conflitos será enfatizado, descrevendo as diferentes fases do processo de produção de bananas, desde a plantação até à exportação, assim como os impactos do mesmo ao nível da comunidade de Metocheria Agrícola, quer em termos económicos, quer sociais.

No quinto e último capítulo, será analisado o caso das comunidades de Afungi nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, descrevendo sucintamente as suas características culturais, económicas e sociais. Será igualmente analisada a origem das aldeias Maganja, Quitupo e Senga, contextualizando o processo de implantação do projeto de gás natural, liderado pela Anadarko Moçambique Área 1; o processo de compensações e preparação do Plano de Reassentamento; o papel do Governo local na gestão e resolução de conflitos; o papel das Organizações da Sociedade Civil; e os impactos do projeto do ponto de vista ambiental, cultural, económico e social ao nível das comunidades locais afetadas. Este último capítulo corresponde ao quinto objetivo desta tese de doutoramento.

CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO, EVOLUÇÃO, DIMENSÕES, IMPACTOS, PARADOXOS E UTOPIAS ALTERNATIVAS

A globalização é um *alibi*, uma ideologia para disfarçar e teologia para legitimar a desigualdade global (...) (Razu, 2002: 1-18).

Através de uma perspectiva interdisciplinar, define-se o conceito de globalização, tendo em consideração a sua evolução, dimensões e impactos nos países do Sul, abordando o papel das organizações civis, ONU, Direito Internacional, assim como dos académicos na procura de utopias alternativas à globalização neoliberal. Ainda neste capítulo, será analisada a relação entre a globalização económica contemporânea e as empresas MNCs, a relação do Estado contemporâneo com as MNCs, e o carácter de enclave dos projetos das MNCs e dos seus impactos das comunidades locais.

1.1 Globalização: um conceito em construção

A partir do último quartel do século XX, a História da Humanidade tem sido marcada pela rápida “expansão do capitalismo, trocas comerciais, meios de comunicação e informação; aumentou o fluxo das deslocações em massa de pessoas, quer como turistas quer como trabalhadores assim como refugiados” (Santos, 2002a: 25; Hirst e Thompson, 1999).

O facto de a globalização compreender uma miscelânea de aspetos culturais, económicos, financeiros, políticos, migratórios, sociais, jurídicos, ambientais, tecnológicos, entre outros, torna a sua definição ambígua, complexa e subjetiva. Daí que, naturalmente, o processo de globalização seja concebido com múltiplas designações, tais como “aldeia global” (McLuhan, 1964, 2010), “interconectividade mundial” (Held *et al.*, 1999: 2), “mundialização” (Dreifuss, 2001; Ortiz, 2006), novo estágio transnacional do “capitalismo mundial” (Robinson, 2008), “internacionalização e transnacionalização da economia capitalista” (Hoogvelt, 1997: 114), “globalismo económico” (Beck, 1999; Ianni, 1999; Borja, 2001), “Cidades Globais” (Sassen, 2002; 2005: 27-43), “planetarização” (Dreifuss, 2001). No entanto, no meio desta ambiguidade, complexidade e subjetividade, existem autores que tentam isolar a dimensão económica – o nosso objeto de estudo - ao considerar que se trata do “movimento internacional de bens e factores de produção” (Easterly, 2007: 110), ou seja, “o movimento internacional de bens e serviços e livre circulação de capitais ao nível

internacional, feito através dos fluxos de investimento estrangeiro (direto e portfólio) e ajuda” (Harrison, 2007: 2).

A globalização compreende, igualmente, o processo através do qual os governantes cedem os direitos dos seus cidadãos a favor da especulação de investidores, comércio internacional e corporações transnacionais que impõem, a nível mundial, a (mono) cultura de consumo, a erosão do emprego e dos salários afetando os padrões de bem-estar” (Lucas, 2003: 261). Poder-se-á ainda referir que se trata da liberdade que as empresas capitalistas possuem ao implantar-se onde pretendam e pelo tempo que quiserem, para produzirem o que quiserem, comprando e vendendo o que pretenderem, tendo que suportar o menor constrangimento possível em termos de direito do trabalho e convenções coletivas (Chesnais, 1997: 22). Como tal, neste cenário de total liberdade capitalista, a vida das pessoas nas comunidades locais fica negativamente afetada (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 2000: 100). Um dos aspetos negativos compreende o facto de que a globalização conduz à concentração de funções e recursos-chaves da economia global por parte das “cidades globais” que, através de profissionais bem formados e pagos, decidem, coordenam e sincronizam os projetos económicos com impactos globais. No entanto, a expansão e implementação desses projetos, particularmente nos países pobres, é, geralmente, caracterizada por baixos salários atribuídos aos trabalhadores locais (Sassen, 2002: 255).

A globalização poderá ser ainda concebida como um processo de homogeneização, estandardização do modo de vida dos povos, instituições e Estados. Esta noção não é recente, pois desde a antiguidade verificou-se sempre a existência de tendências locais e regionais relativamente à globalização. Aliás, a fundação de colónias e impérios, ancorou-se na ideia de que uns tinham o dever de “civilizar” os outros. Estes processos foram sempre coercivos, violentos e movidos numa lógica dicotómica entre o civilizado/não-civilizado, colonizador/colonizado, fiel/infiel, entre outros. Trata-se de processos na vigência dos quais os colonizados foram forçados a aceitar realidades culturais e linguísticas totalmente estranhas às suas, produzindo matérias-primas desconexas às suas necessidades diárias. Deste modo, e segundo Chase-Dunn e Lerro (2014), desde a idade das pedras até à atualidade que a História da Humanidade tem sido caracterizada por globalizações enquanto processos coercivos e violentos de relações de poder e exploração de uns sobre outros, em que, tendo em conta o contexto, uns impuseram o seu *modus vivendi* perante os outros sem, no entanto, colocar em causa o seu próprio *status quo* como dominante.

A vigente globalização contemporânea, apesar de ocorrer num contexto económico-financeiro, social, político e tecnológico diferente, não escapa a estas lógicas. Trata-se de uma edição revista e ampliada de relações de poder, pretendendo alcançar a acumulação de capital e privilégios de uns relativamente aos outros. Este processo conduz à acumulação crescente de riqueza por parte de um número pequeno de pessoas, instituições e Estados, tornando simultaneamente mais pobres, dependentes e vulneráveis, ou seja, trata-se de relações de poder que desembocam num mundo cada vez mais desigual e fraturado entre aqueles que possuem o capital, produzem em massa, controlam mercados e consumo, e aqueles que nada possuem.

1.2 A Globalização na era pré-capitalista

A globalização não é um fenómeno recente. Muito antes da expansão europeia e da invenção (e consolidação) do capitalismo, existiam diversas formas de globalização e em diferentes contextos, como foi o caso dos processos da colonização grega e a helenização, romanização, islamização, antiga Rota da Seda chinesa, expansão do Império Otomano. De forma direta ou indireta, a África envolveu-se em algumas dessas globalizações.

No âmbito da antiga Rota da Seda, particularmente no reinado da Dinastia Ming (1368-1644), e durante as expedições do almirante Zheng-He, a China manteve contactos comerciais regulares com os povos de Mogadíscio e Barbera (Somália), Adulis (Etiópia), Mombaça e Melinde (Quênia), e Kilwa e Zanzibar (Tanzânia) (Alpers, 2014: 64). Posteriormente, durante o processo de expansão árabe e islamização, sobretudo entre os séculos VII e XIII, o Islão expandiu-se pelo interior da África e da Ásia, e “o Índico tornou-se no oceano islâmico” (*Ibid.*, p. 40-68).

Devido aos contactos sistemáticos entre os comerciantes árabes e os povos da costa oriental africana, as populações da costa norte de Moçambique islamizaram-se, tendo surgido os reinos afro-islâmicos da costa, como os xeicados de Sancul, Quitangonha e Sangage e o sultanato de Angoche (Neves, 2012: 5). Mouzinho de Albuquerque, um dos primeiros dirigentes coloniais que integra a moderna administração Portuguesa, refere que por todo o litoral, e até próximo do Niassa, encontravam-se árabes de Zanzibar, mais ou menos, cruzados com macuas, exercendo bastante predomínio. Os chefes eram mestiços Árabes, ou arabizados, e seguiam o Maometismo. A propaganda Muçulmana era bastante ativa e sempre animada por emissários provenientes de Meca (Albuquerque, 1934:27)

Com exceção da globalização gerada pela antiga Rota da Seda chinesa, outras formas de globalização (mencionadas na introdução) tiveram a invasão, dominação e negação da ordem cultural, económica, social, política e religiosa dos povos nativos, como denominador comum em substituição dos invasores, ainda que tenham ocorrido em contextos distintos. Atualmente, a globalização foi, e ainda permanece, como indissociável dos processos de relações de poder, dominação, exploração e luta de classes.

1.3 Globalização capitalista: evolução histórica

Historicamente, a génese da atual da globalização capitalista remonta ao período entre os séculos XVI e XIX, tal como indicado no gráfico 1, tendo sofrido um processo de expansão global e reconfiguração, à medida que o capitalismo foi evoluindo em termos de circulação do capital e de outros bens. Deste modo, e segundo Amin (2014: 2), a globalização é expansão do capitalismo.

A relação entre a globalização e o capitalismo é íntima, dificultando abordar a questão da globalização nas suas mais variadas dimensões, sem aludir ao capitalismo. Desde o século XV que o capital e as instituições por ele fundadas vêm impondo, a vários níveis, metamorfoses à humanidade que desembocam na atual globalização cultural, económica, política, social (Giddens, 2000; Dollar, 2002; Campos e Canavezes, 2007; Korotayev *et al.*, 2009; Santos, 2002a).

Basicamente, a globalização económica reside nas características gerais do capitalismo sendo as mesmas a propriedade dos meios de produção, a obtenção de lucros, o livre comércio, a divisão da sociedade em classes, a acumulação de bens, o individualismo, a mão-de-obra assalariada e a inovação técnica constante. Além disso, torna-se igualmente relevante descrever as principais etapas evolutivas, ou de expansão do capitalismo, desde o século XV até à atualidade sem desconsiderar a sua relação de causa-efeito com as revoluções industrial e tecnológica.

O período comercial surgiu entre os séculos XV e XVIII, movendo-se o capitalismo através das grandes navegações e da expansão comercial da Europa para as diversas partes do mundo. O mercantilismo, a pirataria e a colonização do povoamento dominaram esse primeiro período. As trocas desiguais e o tráfico de escravos foram bastante lucrativos e, por conseguinte, permitiram que burguesias mercantis acumulassem riqueza, com a qual financiaram o avanço industrial (Amin, 2014:1-2). Na mesma era, os mercados Indiano e Chinês entraram no comércio colonial, o volume de mercadorias em circulação aumentou,

impulsionando o comércio e a indústria, a navegação marítima e, por conseguinte, a circulação de pessoas e bens atingiu níveis revolucionários (Marx e Engels, [1848] 1999: 8).

No segundo período corresponde ao período industrial, encontrando-se compreendido entre os séculos XVIII e XIX, ou seja, entre 1800 e 1945, o capitalismo industrial caracterizou-se pelo crescimento do capitalismo comercial, desenvolvimento de novas formas de produção, fortalecimento das burguesias, pensamento liberal, internacionalização da economia, surgimento de novas fontes de energia, desenvolvimento do transporte fluvial, marítimo e ferroviário, aumento populacional nas cidades e diversificação e especialização do trabalhador. A mecanização ganhou corpo, crescimento industrial, aumentando a procura de matérias-primas, mão-de-obra, fontes de energia e mercados.

Para além da América Latina, a Ásia e a África integrarem igualmente o sistema económico capitalista como periferias, tendo a Europa sofrido um processo de industrialização, ainda que a periferia permanecesse rural, ou seja, não-industrializada e excluída dos mecanismos da divisão mundial de trabalho, isenta de recursos para desencadear produção agrícola e mineira de forma competitiva (Amin, 2014: 1-2). Entre 1870 e 1945, o capitalismo foi caracterizado pela rápida circulação de capitais, baixos custos de transporte, sofisticação das tecnologias de informação e comunicação, aumento dos fluxos de exportação de mercadorias e migratórios. Contudo, o protecionismo económico adotado para conter efeitos da crise dos anos 30 do século XX, aumentou desigualdades económicas e sociais entre o Norte e o Sul (Dollar, 2002: 24-34).

Durante o terceiro período, correspondente aos séculos XIX e XX, verificou-se a fusão dos capitais industrial e financeiro, originando grandes carteis, holdings e trusts com vista ao controlo da produção e dos mercados. Surgiram bancos; consolidou-se a indústria siderúrgica, mecânica, química, automobilística e aeronáutica, assim como instituições de bolsas de valores. Deste modo, entre 1945 e 1980, a economia mundial foi reanimada sob o domínio monopolista das corporações na produção de bens e serviços, caracterizando a ordem económica e social dos EUA (Baran e Sweezy, 1966:14-51), tendo procedido à sua expansão pelo mundo. Esta estratégia levou a que muitos países/ou regiões com fraca capacidade produtiva e competitiva ficassem à margem da economia mundial (Dollar, 2002: 24-34).

Na recuperação no pós-segunda guerra mundial, entre 1945 e 1990, ocorreu uma industrialização ligeira, desigual e irregular da periferia. Surgiram os movimentos de libertação que lutaram pela sua independência, sobretudo em Ásia e África (Amin, 2014: 2-4). Nesse período foi criada a Organização de Coordenação e de Desenvolvimento Económicos (OECD), cujos países membros se desenvolveram como fruto da maciça e

rápida circulação de capitais e mão-de-obra barata, de diversas mercadorias associadas a baixos custos de transporte. No entanto, a OECD excluiu os países do Terceiro Mundo (Williamson, 1996). Paralelamente à criação da OECD, a partir dos anos de 1940, outras organizações supranacionais surgiram, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Comércio (OMC) e as organizações multilaterais, promotoras da utopia de ajuda ao desenvolvimento dos países pobres como, por exemplo, o Comité de Assistência para o Desenvolvimento (DAC) e Assistência Oficial do Desenvolvimento (ODA).

O quarto período corresponde à informática, tendo ocorrido entre os séculos XX e XXI, em que o capitalismo é impulsionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Com efeito, o uso das TICs tornou-se comum e indispensável no dia-a-dia dos indivíduos, comunidades e instituições. A rápida circulação de informação permite a vários atores globais, sobretudo às MNCs, obterem dados sobre fontes de matérias-primas, mercados e preços de mercadorias; e por via disso, explorarem oportunidades de investimento. Por um lado, e aliada às TICs, a robótica, nanotecnologia, biotecnologia, a sofisticação dos transportes aéreos, marítimos e terrestres; por outro, conferiram uma enorme propulsão à expansão do capitalismo neoliberal.

Segundo Amin (2014: 2-4), essa fase foi também caracterizada pelo colapso do equilíbrio que caracterizou o período anterior. Todavia, Dollar (2002:24-34) não refere uma perfeita combinação de fatores económico-financeiros e barreiras contra os países pobres no mercado mundial, o aumento de exportações e o investimento direto estrangeiro (IDE) no sentido Norte-Sul, mas marginalização das economias do Sul e aumento dos fardos da dívida externa, dependência económica e desigualdades sociais, a fome e pobreza.

Com efeito, autores como Robbinson (2007), Held e McGrew (2007) e Stefanovic (2008) consideram que a relação entre o capitalismo e a globalização é indissociável. Aliás, para Amin (2014: 1-2), a globalização é a expansão do capitalismo, que se processa do centro para as regiões consideradas como periféricas. No entanto, torna-se relevante salientar que a evolução do capitalismo foi, e continua a sê-lo, acompanhada por um processo de luta de classes entre a burguesia, a classe trabalhadora e os pobres em geral. Foi nesse contexto que, em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels fundaram o que chamaram de *Socialismo Científico* como utopia alternativa ao capitalismo.

De entre vários feitos, o Socialismo influenciou a luta burguesia-operariado; a fixação de 8 horas diárias de trabalho; a criação da Internacional Socialista, da Organização de Solidariedade com os Povos de Ásia, África e América Latina (OSPAAAL); dos partidos

socialistas, comunistas, trabalhistas e social-democratas. Além disso, serviu de base para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922, tendo sofrido uma expansão como sistema político-ideológico e económico pela Europa do Leste, América central e do Sul, Ásia e África, conduzindo a uma divisão mundial em dois blocos económico e político-ideológicos antagónicos: capitalista liderado pelos EUA e socialista pela URSS.

Com a erupção da Grande Depressão, entre 1929 e 1933, e a consequente falência do liberalismo smithiano, o capitalismo liberal transitou para o neoliberalismo que, a partir dos anos de 1940, se expandiu por meio dos grandes monopólios dos EUA para a Europa, através do Plano Marshall, e da Europa para o Sul Global (Nkrumah, 1965: 58). Em 1974, as resoluções nº 3201 e 3201 aprovadas pela ONU a 1 de maio de 1974, instauraram a Nova Ordem Económica Mundial propulsionando a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). Esta deveu-se ao agravamento da crise energética mundial, visando regulamentar as relações económicas internacionais com vista aos problemas de matérias-primas e desenvolvimento através da expansão de corporações MNCs (Trindade, 1984: 214).

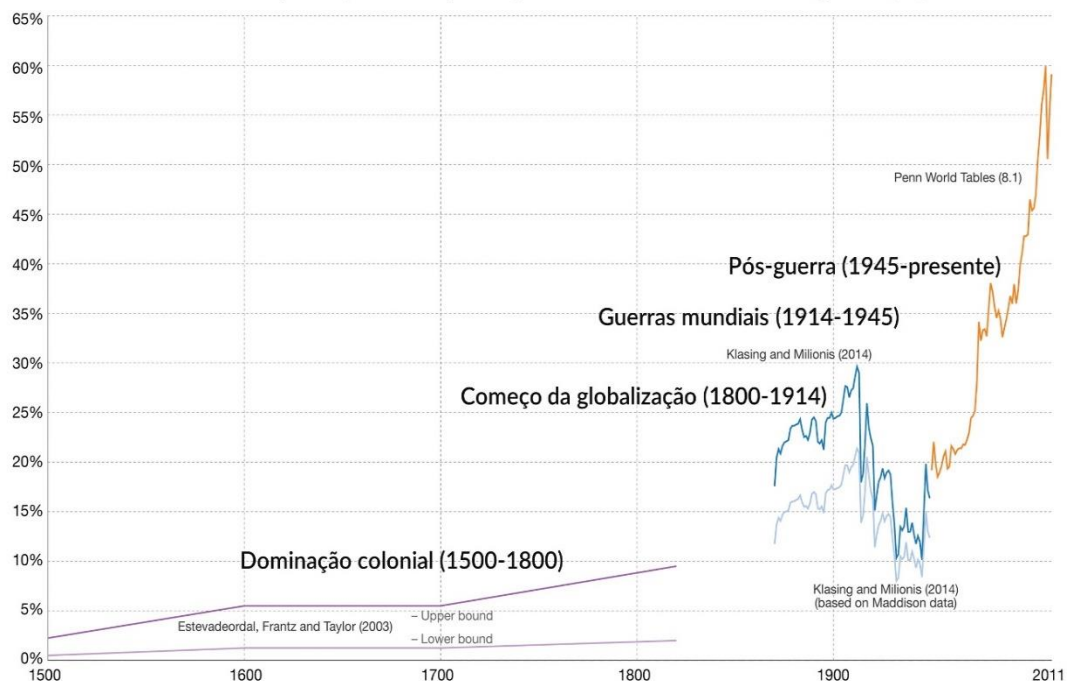
Com o término da Guerra Fria, em 1989, e a dissolução da URSS, em 1991, os EUA tornaram-se no único ator económico e geopolítico hegemónico. Por via disso, universalizou-se o neoliberalismo como modelo económico (Fukuyama, 1992). O facto dessa expansão do capitalismo neoliberal aumentar os fossos sociais e focos de conflitos levou a que diversos autores atribuíssem à mesma vários rótulos como turbo capitalismo, em que a dinâmica da economia global gira em torno de vencedores e perdedores (Littwak, 1999), “capitalismo de casino” (Strange, 1989: 1) ou “economia de casino” (Santos, 2002a).

No entanto, desde o início do século XXI e sobretudo com erupção da crise económico-financeira mundial entre 2007 e 2008, surgiram novos polos económicos e geopolíticos, como, por exemplo, a República Popular da China, marcando o início do multipolarismo. Apesar disso, o fosso entre o Norte e o Sul permanece, tendo em conta que ao longo do tempo o sistema capitalista não potenciou a capacidade económica e financeira, ou seja, não a tornou suficientemente competitiva no Sul. Esta região é uma fonte riquíssima em matérias-primas, consumidora de produtos acabados, dependente de capitais externos, altamente endividados e, conseqüentemente, com o IDH mais baixo do mundo.

Até à atualidade, a globalização não resolveu esses problemas do Sul, pelo contrário foi agravando-os ao longo dos séculos. É evidente que a globalização não se resume apenas ao uso das TICs, mas exige primeiramente a capacidade de produção, distribuição e competição no concerto global. Esta situação favorece bastante os países do Norte, que apresentam economias robustas e instituições consolidadas, ao contrário dos países pobres do

Sul, endividados e dependentes do Sul. É por esta razão que Razu (2002: 1-18) refere que a globalização é um *alibi*, ou seja, uma ideologia criada para legitimar a desigualdade global, sobretudo entre o Norte e o Sul, fazendo propaganda sobre a realidade.

Gráfico 1 - Evolução de exportações e importações nas diferentes fases da evolução do capitalismo (1500-2011).



Fonte: Ortiz-Ospina, Beltkian e Roser, 2018

O gráfico 1 ilustra a evolução do fluxo de exportações e importações das diferentes etapas do capitalismo, desde os inícios do século XVI até à primeira década do século XXI. No período colonial, compreendido entre os séculos XVI e XIX, o volume de exportações e importações foi ligeiro, tendo subido entre o século XIX e início do século XX, tendo decaído abruptamente no período entre 1914 e 1945. Este período correspondeu ao nível mais baixo nos anos 30, devido à Grande Depressão, mas verificou-se uma subida exponencial no pós-Segunda Guerra Mundial, até 2011, com uma ligeira queda no período da crise económica ocorrida entre 2008 e 2009.

É pertinente referir que o surgimento dos “gémeos de Bretton Woods” teve um marco no processo de expansão da globalização neoliberal. No dia 1 de setembro de 1939, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, que terminaria em 1945, mas até aos meados de 1944 este conflito foi bastante mais devastador e mortífero, comparativamente à primeira grande

guerra. Por um lado, criou incertezas na economia mundial, mas, por outro, a oportunidade para que os EUA (e seus aliados europeus) criassem instituições financeiras supranacionais, com o objetivo de promover a cooperação multilateral para relançar a economia capitalista, segurança e paz mundiais no pós-guerra e, por via disso, expandir o capitalismo.

Deste modo, em julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire (EUA), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram a sua gênese. Tratou-se de uma reunião que contou com a participação de 44 países, sob a presidência do Secretário de Tesouro Norte-Americano Henry Morgenthau e com a presença de muitas individualidades, dentre as quais o Conselheiro da política econômica norte-americana, Harry Dexter White, e do economista e assessor do Tesouro britânico, John Maynard Keynes. É de referir que estas entidades adotaram o nome de Instituições de Bretton Woods (IBWs).

O FMI teve como mandato a estabilização do sistema monetário internacional, através da harmonização de políticas monetárias, manutenção da estabilidade cambial, imposição de medidas econômicas, concessão de créditos, provisão temporária da assistência técnica, monitoria e avaliação dos indicadores econômicos dos países com problemas macroeconômicos (Sachs, 2005: 286). Por sua vez, o BM financiou projetos que visavam combater a pobreza e promover simultaneamente o desenvolvimento dos países pobres ou em vias de desenvolvimento, através de concessão de créditos com juros mais baixos, comparativamente aos do mercado corrente” (*Ibid.*, 2005).

A criação das IBW não marcou apenas o início do “sistema dólar” no mundo pela imposição do desembolso dos empréstimos em dólar num sistema de câmbio fixo. O dólar tornou-se na moeda de reserva mundial, convertível em todas as moedas, estabelecendo um novo paradigma no comércio multilateral e no sistema financeiro mundial (Sousa, 2005: 29; Pereira, 2012: 393). Desde então que as relações de cooperação entre as IBWs e os países-membros se têm baseado no capitalismo neoliberal, priorizando interesses econômicos e financeiros que questões sociais. Foi nesse quadro neoliberal que surgiu o Consenso de Washington e o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).

Paralelamente aos dois “gêmeos de *Bretton Woods*”, o Consenso de Washington e o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) funcionaram, não apenas só como arautos da globalização capitalista, mas, sobretudo, como instrumentos econômicos e ideológicos de difusão do neoliberalismo econômico pelo mundo (Rist, 2008).

Durante a Guerra Fria, os EUA e a URSS estiveram empenhados no alargamento das suas influências econômicas e ideológicas. Neste contexto, os EUA usaram as IBWs como instrumentos de conversão dos países socialistas em crise econômica para o capitalismo

neoliberal. Com efeito, o aumento da dívida externa e dos índices de pobreza dos países do Sul, particularmente Africanos e América Latina, associado ao declínio da URSS durante a década de 1980, a maioria dos mesmos aderiu às IBWs, como uma forma de aceder aos recursos financeiros e técnicos dos EUA para restauração das suas economias.

Neste contexto, baseado no lema *Our dream is a World free of Poverty* (Sonhamos um mundo livre de pobreza), o FMI aprovou o PAE no âmbito de uma estratégia neoliberal batizada de *Poverty Reduction Strategy Paper* (Documento da Estratégia de Redução de Pobreza) (PRSP). De facto, o PAE, aprovado em 1986, visava ajudar aos países-membros de baixa renda e com problemas de balança de pagamentos, através da adoção de medidas macroeconómicas e de ajustamento estrutural para corrigir as distorções económicas, restaurar a balança de pagamento e promover crescimento económico.

Todavia, o PAE falhou os seus objetivos pois as IBWs, enquanto instituições financeiras internacionais neoliberais, focaram-se nas questões económicas e fiscais e não sociais; este facto, associado às ações extractivistas das corporações capitalistas, ao alto endividamento e, sobretudo, a fraca capacidade produtiva, contribuiu grandemente para o aumento dos níveis de pobreza (Easterly, 2003: 362).

Tendo os índices da dívida e da pobreza mantido níveis elevados em toda a década de 1980, sobretudo na maioria dos países da América Latina, associado à inflação de preços e à persistente recessão económica, diversos países da região caíram na insolvência relativamente aos serviços de dívida com as IBWs, desembocando na crise da dívida (Bresser-Pereira, 1993: 45-55). Perante este cenário, os EUA, através do economista John Williamson, que era membro sénior do *Institute for International Economics*, criaram o que se apelidou de *Consenso de Washington* e, por via disso, impuseram profundas reformas económicas e fiscais aos países latino-americanos, entre outros, em situações análogas.

Assim, de entre várias reformas, o Consenso de Washington impôs à disciplina fiscal, a privatização de empresas estatais e liberalização comercial, económica e financeira. Deste modo, diversos Estados caíram num quadro monolítico, onde o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado tornou-se o único vetor de acumulação à escala mundial, tornando-se necessário impor políticas de ajustamento estrutural (Santos, 2002a: 37). Com efeito, através do *Consenso de Washington* e das IBWs, os EUA passaram a exigir aos países devedores e àqueles que se encontravam sedentos de ajuda financeira a adoção do neoliberalismo, como pré-condição para aceder a empréstimos e ajuda no âmbito da cooperação económica. Deste modo, as IBWs, o PAE e o *Consenso de Washington* não

foram apenas instrumentos difusores do capitalismo, mas, sobretudo, da globalização neoliberal que apresenta várias dimensões (Rist, 2008).

1.4 Dimensões da globalização

A globalização possui várias dimensões e, inevitavelmente, que se complementam e interpenetram mutuamente. Dada esta característica, não se torna fácil descrevê-las de forma isolada, sem que exista intercessionalidade entre as mesmas. Deste modo, e correndo esse risco, descrevemos sucintamente algumas das dimensões que consideramos mais pertinentes.

A dimensão económica encontra-se relacionada com a expansão do capitalismo e da economia do mercado, com a produção e distribuição de bens e serviços pelos mercados regionais e mundiais, e com a intervenção da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em assuntos comerciais, económicos e monetários. Neste processo, as MNCs desempenham um papel crucial na economia global, pois utilizam a elevada capacidade inovadora e organizativa (Santos, 2002a: 51) para produzir em massa e distribuir bens e serviços. É pertinente referir que esta dimensão inclui a designada Divisão Internacional de Trabalho e o papel das grandes formações monopolistas, segundo o qual os países desenvolvidos encontram-se vocacionados para a produção de bens manufaturados, devendo os pobres produzir matérias-primas e exportar para os centros manufatureiros. Nesta perspetiva, é pertinente considerar que as dinâmicas comerciais, financeiras e monetárias possuem uma relação íntima com a dimensão económica da globalização.

A dimensão geopolítica encontra-se relacionada com as relações internacionais de interdependência ou de conquista de influência. A geopolítica é antiga quanto o surgimento dos Estados, abarcando o âmbito económico e a influência político-ideológica. No passado, o desenvolvimento da geopolítica baseou-se nas tradições colonial, belicista e expansionista. Apesar dessas tradições subtilmente se manterem, a geopolítica é atualmente marcada pela segurança, fluxo de investimentos, controlo de fontes de matérias-primas, conquista de influências e domínio de mercados. A geopolítica atual, tendo conta os recursos cibernéticos e digitais e eletrónicos inovou o seu espaço de atuação, através da construção dos espaços regional, digitalizado e económico desterritorializados (Sardenberg, s.d.).

A dimensão linguística reside no fato de a língua Inglesa se afigurar como língua franca, internacional, global, mundial (Seidlhofer, 2005: 1-2; Crystal, 2003:6). Neste quadro, a língua Inglesa é uma mercadoria global vendida pela indústria de ensino, devido à sua

aplicação nas mais variadas várias facetas da vida dos indivíduos (Bouton, 2017: 1-40). A língua Inglesa possui um estatuto global genuinamente reconhecido em todos os países, sendo, por isso, a língua oficial da globalização (Lacoste, 2015: 8), pois trata-se de um padrão de acesso ao conhecimento nas relações internacionais, meios de comunicação, viagens internacionais, segurança internacional, educação, comunicações, internet, diplomacia, ciência, comércio e turismo (Harmer, 2007: 14-15; Crystal, 2003: 6).

A dimensão tecnológica consiste no consumo intenso e massivo das TICs por parte dos indivíduos, famílias, comunidades e instituições para diversas finalidades. Tendo em conta o elevado afluxo de informações, incluindo o conhecimento científico, as TICs compreendem verdadeiros eixos, através dos quais o mundo contemporâneo se baseia na construção de uma sociedade tecnológica, de informação e de conhecimento.

A dimensão sociocultural caracteriza-se, por um lado, pela crescente expansão e consumo nos países do Sul, modelos culturais, espaços sociais e de lazer típicos dos países desenvolvidos, como a Disneyland e o McDonalds (Ritzer, 2007: 149-160); e, por outro, pelo consenso neoliberal, que é economicamente seletivo, pois os indivíduos que não dispõem de recursos económicos e financeiros para aceder a esses mesmos espaços são segregados (Fortuna, 1997: 3; Santos, 2002a: 49).

A dimensão migratória encontra-se relacionada com a circulação de indivíduos de determinadas regiões para outras. Desde os tempos mais remotos que as migrações ocorrem, tendo sido intensificadas no século XX, devido ao baixo custo de transporte e ao uso das TICs. De entre as várias causas da migração, a questão económica é a predominante, não se caracterizando apenas pela saída de indivíduos dos países pobres para as designadas cidades globais na procura da melhoria das suas condições de vida (Benton-Short, Price e Friedman, 2005: 945-959). Tal como ocorreu no período colonial, em que os indivíduos do Norte migraram e colonizaram os povos do Sul, através de exploração de recursos naturais e humanos (Nair, 2013: 1), atualmente, movidos pelos mesmos interesses, saem consultores, investidores e executores de vários projetos de investimento do Norte para o Sul (Odok, 2013: 5).

A dimensão política compreende a essência desta dimensão, residindo na expansão, sobretudo desde o pós-guerra fria, da democracia liberal representativa da Europa e da América do Norte para outras partes do mundo. Esta expansão é acompanhada pelos paradigmas de Estado do Direito Democrático, respeito aos Direitos Humanos, liberdades fundamentais e promoção da boa governação (Rubio *et al.*, 2010: 1-578).

A dimensão jurídica resume-se ao alinhamento de instrumentos jurídico-legais de cada país sobre determinadas matérias com o Direito Internacional ou Convenções. Neste âmbito, países signatários de instrumentos internacionais reguladores do comércio, ambiente, clima e guerras, ratificam ou subscvem às cláusulas dos respetivos acordos ou convenções (Della Porta, 2003: 267) transformando-as em leis nacionais. Por exemplo, a Convenção de Genebra (1949), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração do Rio (1992), o Protocolo de Quioto (1997), a Declaração do Milénio, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000), a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015) e o Acordo de Paris ou COP21 (2016).

A dimensão ecológico-ambiental caracteriza-se pela crescente consciencialização dos indivíduos e das instituições acerca dos desafios ecológicos e ambientais da sociedade atual, particularmente sobre as questões relacionadas com o aquecimento global, destruição da camada de ozono, mudanças climáticas e erosão da biodiversidade (Viola e Leis, 2007: 39). A consciência sobre esses males ecológico-ambientais e a necessidade de serem combatidos globalmente tem conduzido à expansão da educação ambiental, assim como ao surgimento de organizações ou partidos ecológicos ou ambientalistas em todo o mundo.

A dimensão diplomática e militar reflete-se no facto de que as relações entre Estados se desenvolverem num clima que oscila entre a paz e a guerra, aplicando-se a diplomacia e a ação militar, respetivamente. A combinação destes dois elementos ganhou forma com a corrida às duas guerras mundiais, tendo sido consolidada com a Guerra Fria (Viola e Leis, 2007: 35). Os Estados usam a diplomacia ou a força militar para defender os seus interesses, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Ainda neste aspeto, a ONU, enquanto instituição internacional, têm vindo a usar estes mecanismos para intervir, de forma transversal, em conflitos em prol da manutenção da paz internacional e mundial.

1.5 Impactos e paradoxos da globalização económica contemporânea

Desde o fim da Guerra Fria até à atualidade, a globalização integrou indivíduos, mercados e trabalho, tendo a revolução digital transformado profundamente as vidas humanas (UNDP, 2016). Essa transformação é contraditória pois, por um lado, as TICs permitem que indivíduos, comunidades e instituições interajam em tempo real. Os custos de comunicação, transporte, bens e serviços diminuíram, facilitando a circulação de indivíduos e o acesso a serviços e bens. Todavia, as regiões mais pobres continuaram marginalizadas por se encontrarem desprovidas de recursos económicos, financeiros e tecnológicos que lhes

possibilitassem produzir (em qualidade e quantidade) e competir no mundo global, como é o caso da África Subsaariana (ASS).

O relatório da UNDP (2016: 249) concluiu que a capacidade de integração de África no mundo global é fraca devido aos baixos índices de comércio interno, mobilidade humana e uso das TICs e, por via disso mesmo, não usufrui em pleno das vantagens da globalização. A fraca integração de África no mundo global não se deve apenas ao seu baixo desempenho científico-tecnológico, mas, sobretudo, às barreiras que os influentes da economia mundial impõem ao continente. Aliás, são estes os fatores que levam a que África se tenha tornado no ghetto global (Smith, 1997), um continente de vidas desperdiçadas (Bauman, 2004) e o único buraco negro da atual sociedade do conhecimento (Castells, 2000, 2010).

A UNDP (2016:225) prevê que a população da África Subsaariana cresça dos 949.5 milhões habitantes, em 2015, para 1.378 milhões, em 2030. Obviamente, isso exigirá aos governos da região a adoção de políticas económicas e sociais ajustadas, com vista à criação de maior número de empregos, dos serviços de educação e saúde e dos altos níveis de produção e da renda, de modo a evitarem estagnação ou pioria dos níveis de pobreza. Atualmente, os níveis de satisfação, relativamente à qualidade da educação, saúde e padrão de vida na ASS, são os mais baixos do mundo (tabela 3). Além disso, os índices de desigualdade (da ASS relativamente ao resto do mundo) têm sido os mais baixos (tabela 1).

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado à desigualdade 2015

Regiões	IDH	IDH ajustado à desiguald.		Coeficient. Desiguald. Humana	Desig. em esperança	Índice de Esperança de Vida	Desig. na Educação	Índ. Educ. ajustado à desiguald..	Desig. na renda	Desig. ajustada ao índice de renda
	Valor	Valor	Queda %							
Estados Árabes	0.69	0.49	27.5	27.1	17.1	0.64	37.1	0.35	26.2	0.56
Sudeste Asiático e Pacífico	0.72	0.58	19.3	19.0	11.2	0.74	18.3	1.51	27.4	0.56
Europa e Ásia Central	0.76	0.66	12.7	12.6	13.2	0.70	7.9	0.67	16.7	0.61
América Latina e Caraíbas	0.75	0.57	23.4	22.9	14.0	0.73	19.7	0.54	34.9	0.49
Sul de Ásia	0.62	0.44	27.7	27.1	23.9	0.57	39.5	0.31	17.8	0.50
África Subsaariana	0.52	0.35	32.2	32.1	34.9	0.38	34.0	0.29	27.4	0.39

Fonte: UNDP (Human Development Report, 2016: 209)

Em 2001, Jimmy Carter, ex-Presidente dos EUA, referiu que se alguém é totalmente iletrado e vive com um dólar por dia, os benefícios da globalização nunca irão ao seu encontro, ou seja, a globalização económica não beneficia os indivíduos e as comunidades pobres, ou seja, que vivem abaixo da linha da pobreza.

Nos últimos 40 anos, sobretudo após a Guerra Fria, a diferença da renda e dos níveis de desenvolvimento económico e social entre países ricos e pobres aumentou consideravelmente (quadro 1). A diminuição da capacidade de geração renda versus crescimento demográfico nos países pobres tem, de forma automática e direta, reflexos no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (tabela 2).

Quadro 1 - Globalização e evolução das desigualdades na geração de renda entre países ricos e pobres

Período	Países ricos	Países pobres
1960-1990	30 vezes mais	30 vezes menos
1991-1997	60 vezes mais	60 vezes menos
1998-2000?	78 vezes mais	78 vezes menos

Fonte: Hines (2000:6)

Por exemplo, em 1997, a riqueza de 447 bilionários correspondia à renda anual da metade das pessoas mais pobres do mundo e a soma dos ativos económicos dos três homens mais ricos do mundo excedia o Produto Interno Bruto (PIB) combinado dos países pobres com mais de 600 milhões de habitantes. Esse enriquecimento do Norte deveu-se à inexistência de barreiras comerciais e constrangimentos na circulação de fluxos de capitais, incluindo a privatização e desregulamentação, flexibilidade e rapidez na produção de bens e serviços pelas grandes MNCs detidas e controladas pela elite capitalista global (Hines, 2000: 6).

Tabela 2- Evolução do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) 1990-2015

Regiões	Evolução dos valores do Índice do Desenvolvimento Humano								Crescimento Médio Anual em %			
	1990	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	1990 - 2000	2000 - 2010	2010 - 2015	1990 - 2015
Estados Árabes	0.56	0.61	0.67	0.68	0.68	0.69	0.69	0.69	0.96	0.95	0.45	0.85
Sudeste Asiático Pacífico	0.56	0.59	0.69	0.69	0.70	0.70	0.72	0.72	1.45	0.45	0.92	1.35
Europa e Ásia Central	0.65	0.67	0.73	0.74	0.75	0.75	0.75	0.76	0.23	0.95	0.63	0.59
América Latina e Caraíbas	0.63	0.69	0.73	0.74	0.74	0.75	0.75	0.75	0.92	0.63	0.58	0.74
Sul de Ásia	0.44	0.50	0.58	0.59	0.60	0.61	0.61	0.62	1.38	1.51	1.25	1.40
África Subsaariana	0.39	0.42	0.49	0.50	0.51	0.52	0.52	0.52	0.54	1.67	1.04	1.09

Fonte: UNDP (*Human Development Report*), 2016: 205

O contínuo avolumar dos fossos sociais em favorecimento dos países e indivíduos ricos cria os designados “descontentes da globalização” (Green e Griffith, 2002; Stiglitz, 2000; Sassen, 1999). Aliás, a respeito do aumento dos fossos económicos e sociais, Santos (2002b: 237) afirma que a globalização neoliberal é um vetor de discriminação, exclusão e marginalização dos pobres. Relativamente à marginalização de África na economia global, Bhalla (1998: 165-166) aponta que o não domínio de investimento, do comércio e das TICs, a falta de infraestrutura e de políticas económicas e sociais adequadas são alguns dos fatores que colocam o continente africano à margem dos grandes atores da economia global.

Este facto, associado aos efeitos das crises mundiais, tem colocado enormes desafios ao continente Africano, sobretudo através das mais recentes crises de alimentos e combustíveis e económico-financeira, ocorridas entre 2006 e 2009, que afetaram profundamente o continente Africano, em geral, e assim como a ASS, em particular. Em resposta às crises de alimentos e combustíveis, Estados desenvolvidos e grandes MNCs acorreram para a ASS, apropriando-se de terras para produzir e exportar alimentos, biocombustíveis, recursos energéticos e minerais (Broughton, 2013). Por um lado, essas ações extractivistas levadas a cabo pelas MNCs poderão ter aumentado o volume de exportações nas estatísticas económicas nacionais, mas, por outro lado, traduziram-se em

insegurança alimentar, pobreza, vulnerabilidade e futuro furtado para as comunidades locais, pelo facto de lhes roubar terras e outros recursos vitais.

Como indica a tabela 3, a conjugação destes e outros fatores negativos, ocasionados pelo capitalismo neoliberal, em geral, e pela globalização económica, em particular, assim como a falta de políticas económicas e sociais adequadas por parte países africanos (Kabuya, 2015:1) conduzem a um baixo nível dos indicadores de perceção do bem-estar na região. Além disso, é pertinente ter em conta fenómenos como a corrupção, má gestão de recursos, escassez de infraestruturas, conflitos e as imposições das IBWs, que contribuem para a manutenção dos níveis de pobreza em África (Addae-Korankye, 2014: 1)

Tabela 3 - Indicadores e percepções de bem-estar 2014-2015

Regiões	Percepções do bem-estar individual							Comunidade				Governo		
	de Qualidade educação	de de Qualidade cuidados saúde	Padrão de vida	Trabalho ideal	de Sentimento segurança	Liberdade de escolha		Índice Geral de satisfação com a vida	de Mercado Trabalho Local	de Tempo trabalho voluntário	Comunidade	Confiança no sistema Judicial	de Ações preservação do ambiente	no Confiança Governo Nacional
						Homens	Mulheres							
	% dos (as) satisfeitos(as)													
	2014-2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014-2015		2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015	2014- 2015
Estados Árabes	49	44	67	52	68	60	63	5.1	32	12	72	55	44	---
Sul de Ásia e Pacífico	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Europa e Ásia Central	60	57	55	50	62	61	66	5.2	32	14	78	34	45	42
América Latina e Caraíbas	55	41	70	73	40	73	73	6.4	38	17	72	32	45	32
Sul de Ásia	74	59	64	79	68	71	75	4.4	37	20	80	71	55	67
África Subsaariana	56	43	38	58	55	69	71	4.3	40	21	60	57	48	56

Fonte: UNDP [Human Development Report] 2016: 253

Como indicado na tabela 3, e pelo menos até 2015, as percentagens dos níveis de satisfação dos serviços sociais básicos, como a educação e a saúde e consequentemente o de padrão de vida na África Subsaariana, são as mais baixas do Mundo. Isto transparece, de forma evidente, que a globalização não tem vindo a elevar os níveis de padrão de vida dos países pobres. Aliás, segundo Carter (2011), os benefícios da globalização não vão ao encontro dos pobres. Além disso, várias análises empíricas concluem que a globalização aumenta desigualdades e pobreza nos países pobres, pois estes não produzem com recursos internos para competir no comércio internacional (Harrison, 2007: 3).

1.6 Resistência, lutas e utopias alternativas à globalização económica

Face a esta agressão capitalista contra as comunidades locais, urge analisar os processos de luta e resistência dos agredidos, excluídos e marginalizados. Esta breve análise inclui não apenas as várias formas de luta e resistência, mas também as utopias alternativas à globalização capitalista. Deste modo, identificam-se quatro movimentos de luta, resistência e procura de alternativas locais, nomeadamente: (i) os movimentos sociais; (ii) agências da ONU e o Direito Internacional; (iii) Iniciativas das OSCs; (iv) a corrente académico-científico-intelectual.

1.6.1 Movimentos sociais como formas de luta e resistência

Movimentos sociais (MS) são ações coletivas de carácter social, político e cultural, através dos quais os indivíduos se organizam para expressar as suas exigências, estratégias e objetivos (Gohn, 2011: 335). Estas estratégias poderão ser uma denúncia, pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações) ou pressões indiretas (Harrison, 2007). Os MS, enquanto processos de luta e resistência estruturas capitalistas, foram sempre uma realidade, sobretudo desde o início do capitalismo industrial.

Por exemplo, as condições laborais e sociais degradantes infligidas pelo capitalismo sobre os operários e a sociedade em geral, desde os tempos do Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen, passando pela experiência que marcou Karl Marx e Friedrich Engels, até Vladimir Lenine e à atualidade, foram, e permanecem, como causas, e, simultaneamente, objeto de contestação e conflito social no quadro das lógicas de lutas de classe. Atualmente, e contrariamente ao que era espectável, os fossos sociais causados pelo

capitalismo neoliberal de uma forma geral pela globalização económica, financeira e tecnológica em particular, propiciam não apenas a continuidade e diversidade das lutas de classe, mas também o aprofundamento, diversificação e sofisticação dos seus instrumentos.

Provavelmente, a velocidade com que o capitalismo neoliberal e a globalização se expandiram e aprofundaram os fossos sociais e a pobreza pelas diversas regiões mundiais, sobretudo no Sul desde o final da Guerra Fria, foi diretamente proporcional ao surgimento de movimentos ou lutas sociais. Neste contexto, de entre os vários movimentos nascidos no contexto de luta de classes nesta era global, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundado em 1980, a *La Via Campesina* (LVC), criada em 1995, e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que é um substrato do Fórum Social Mundial (FSM). O MST, a *La Via Campesina* e a UPMS lutam em defesa dos direitos das comunidades que perderam acesso à terra e a outros recursos vitais, desenvolvendo estratégias de aprendizagem, comunicação e partilha de conhecimento, experiências e métodos de luta.

Neste processo, as TICs apresentam um papel crucial na medida em que os MS recorrem aos recursos digitais, de entre os quais a internet para comunicar, informar, mobilizar e partilhar experiências, o que Habermas (1989: 143-222) chama de *agir comunicativo*. Por exemplo, a Matriz de Terra (*Land Matrix*) e o Portal de Terra (*Land Portal*), que constituem um observatório digital dos processos de expropriação de terra, que recebe dados de várias fontes sobre negócios da terra, compilam e divulgam, de modo a contribuir para o conhecimento, consciencialização, transparência e responsabilização.

Neste quadro, a ONU e o Direito Internacional intervêm para diminuir os efeitos de projetos extractivistas nas comunidades locais. Basicamente, estas procuram acrescentar valor ao processo de luta e procuram ainda alternativas, através do desencadeamento de um conjunto de ações em defesa ou proteção de pessoas ou comunidade afetadas pelo extrativismo global. Em 2007, a ONU aprovou a Declaração sobre os Direitos de Povos Indígenas (A/RES/61/295); em 2013, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a Declaração A/HRC/WG.15/1/2, referente aos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. Ambas as declarações convergem na visão de que os camponeses e outros que residem nas zonas rurais não deverão ser desalojados sem prévia informação e consentimento, sem acordo referente à indemnização justa (ONU, 2013).

Os mesmos documentos reiteram que os Estados não deverão apenas reconhecer e proteger as terras, territórios e recursos, mas também os processos de gestão da terra deverão respeitar primeiramente os costumes, tradições e, acima de tudo, o quadro dos direitos

consuetudinários das comunidades locais (*Ibid.*, 2013). A aprovação destes dispositivos tem a ver com as quatro dimensões do conceito comunidade indígena, que são: a localização isolada, a organização cultural distinta, política e social relativamente aos restantes seguimentos da população, forte ligação espiritual com antepassados e vivos, e a manutenção de traços pré-coloniais (ILO, 2009: 9-18). Sob monitoria da ONU existem diversas plataformas que defendem a soberania alimentar das comunidades locais, como é o caso da *Committee on World Food Security; Guidelines on Responsible Governance of Land, Fisheries and Forests in the context of National Food Security; Framework and Guideline on Land Policy in Africa*.

Neste processo várias organizações da Sociedade Civil (OSCs) têm vindo a ganhar protagonismo na dinamização dos processos de luta e/ou resistência das comunidades locais, contra o capitalismo neoliberal, de uma forma geral, e contra o extrativismo desencadeado pelas corporações MNCs, de forma particular.

Entre 1979 e 2006, sob auspícios da FAO, realizou-se a Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD) e a Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (WCARRD). Tendo em conta os efeitos nefastos da globalização, os dois eventos traçaram estratégias de modernização da agricultura familiar nas zonas rurais, recorrendo a novos meios e métodos de produção, gestão sustentável dos recursos florestais, criação de infraestruturas sociais e económicas.

Em 2001, em Porto-Alegre (Brasil), foi criado o Fórum Social Mundial (FSM) como uma plataforma de luta contra a exclusão, exploração, opressão e destruição ambiental, consequentes do capital e da globalização neoliberal no Sul (Santos, 2004: 4). De facto, FSM é um meio de emancipação social que articula lutas a vários níveis com movimentos sociais, através da realização de conferências, seminários e oficinas de troca de experiências, sendo a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) uma das ferramentas simbólicas mais interventiva e difundida, sobretudo nos países da América Latina.

Criada em 1992, aquando do II Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Granaderos de Nicaragua* (UNAG), a *La Via Campesina* (LVC) é outra organização participativa e interventiva na luta com camponeses locais no processo de procura de alternativas à globalização neoliberal ou “movimento antiglobalização” (Vieira, 2008:188).

A Coligação Internacional de Terra (ILC), criada em 1995, é outra frente deste processo de luta, sendo composta por OSCs e instituições intergovernamentais que procuram conectar, influenciar e mobilizar pessoas e comunidades locais na luta pelos seus direitos.

A Aliança Global contra a Usurpação de Terra (GAALG), estabelecida em 2007, é também um instrumento de luta contra a usurpação de terras das comunidades locais, defendendo os camponeses e pastores que tenham soberania alimentar e outros direitos fundamentais assegurados (Reisenberger e Suárez, 2011).

A GAALG realizou duas conferências em Nyéléni (Mali), em 2007, e, em 2011, com a finalidade de troca de experiências sobre as lutas contra usurpadores de terras, construção de alianças e mecanismos locais de luta pela soberania alimentar ao nível das comunidades rurais. Cerca de 750 representantes de camponeses, pastores, pescadores, trabalhadores rurais e os Sem Terra, participaram em dois eventos, sendo que este último culminou com a ‘Declaração de Nyéléni’ (2007) contra os governos, instituições públicas e privadas e, particularmente, multinacionais extractivistas que põem em causa os direitos dos camponeses.

Em 2011, a *ActionAid International*, OXFAM, GRAIN, entre outras OSCs internacionais, promoveram a campanha “*Stop Land Grabbing Now*”. Em África, o movimento *Stop Africa Land Grab* levou a cabo a campanha “*The Global Movement do Rollback Africa Land Grab*”. Estas campanhas, de uma forma ou de outra, tiveram eco em Moçambique, através da União Nacional de Camponeses (UNAC) que, em 2012, por meio dos seus núcleos provinciais de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia, levou a cabo a sua primeira declaração pública contra o ProSavana” (Chichava, 2016: 377), um ambicioso projeto de agronegócio implantado no Corredor de Nacala, no norte do país. Além disso, em 2014, diversas organizações da Sociedade Civil Moçambicana lançaram, em Maputo, a campanha contra o ProSavana (DW, 02/06/2014). Além disso, outras formas de contestação ao projeto têm sido efetuadas, através de cartas abertas, debates e seminários públicos com participação de OSCs nacionais e internacionais (Chichava, 2016: 382).

Paralelamente a estas organizações, existe uma corrente académica-científica-intelectual que, por sua vez, e através de um conjunto de visões e utopias, tem vindo a contribuir quer para o debate, quer para o processo de procura de alternativas à globalização económica, em prol da construção de uma sociedade baseada na justiça económica e social.

Os múltiplos malefícios causados pela globalização capitalista sobre os pobres, sobretudo do Sul, sensibilizam e mobilizam académicos, cientistas e intelectuais para um debate não apenas de ideias, mas também de utopias alternativas. Neste debate, geralmente, reconhecem-se os impactos negativos da globalização do capitalismo neoliberal, mas há uns que referem a inexistência de alternativas (*There Is No Alternatives*, TINA), enquanto outros acreditam que existem milhões de alternativas (*There Are Thousands of Alternatives*, TATA)

(Lucas, 2003: 263). Perante esta divergência de ideias, e porque acreditamos na existência de alternativas, apresentamos ideias de alguns autores que acreditaram no TATA, como, por exemplo, o *projeto humanista* de Samir Amin, a *sociologia de emergência* e a *globalização contra-hegemónica* de Santos e a *localização* de Colin Hines e Caroline Lucas.

1.6.2 O Projeto humanista “aminiano”

Amin (2014: 5-6) apresenta um projeto humanista que se alicerça em quatro eixos principais: (i) o desarmamento global, para libertar a humanidade de ameaças nucleares; (ii) a exploração de recursos naturais, em prol de desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades através da distribuição igualitária e transparente da renda; (iii) as relações económicas flexíveis e direcionadas para o desenvolvimento, reduzindo o poder das corporações monopolistas e a liquidando as instituições internacionais que controlam os mercados, como IBWs e OMC; (iv) e a correta gestão das comunicações, questões culturais e sociais, criação de instituições políticas que representem os reais interesses sociais dos cidadãos e de um “parlamento mundial”, cujo poder legislativo transcenda o poder das Nações Unidas e outras instituições poderosas. Amin (2014: 6-11), ciente de que o sistema capitalista não abrirá de forma isolada a sua própria sepultura, convoca a Esquerda para levar a cabo uma “missão histórica” de recriar um Socialismo Global para combater os monopólios do capitalismo, diminuir as desigualdades e criar uma ordem económica e social.

Na ótica do autor, este projeto é exequível agregando duas correntes: económico-cultural e política. A primeira basear-se-ia na conciliação da dialética entre o universal e o particular, a democracia política ao progresso social, eficiência económica aos valores de igualdade e fraternidade. A segunda alicerçar-se-ia na reinvenção da democracia e das relações económicas para diminuir fossos sociais; reestruturar o sistema global através de reagrupamento das “periferias” e reconvocar os Não-Alinhados e a extinta URSS (*Ibid.*).

1.6.3 A sociologia das emergências e a globalização contra-hegemónica de Santos

Boaventura de Sousa Santos é um dos grandes críticos e lutadores contra todas as formas de discriminação, exclusão e exploração. Avaliando pelas suas intervenções teóricas e práticas, consideramos que Santos encontra-se a elaborar utopias como alternativas à globalização económica, em geral, e ao capitalismo, colonialismo e patriarcado, em particular. Num contexto em que o Sul global é um espaço sobre o qual o Norte atua sem

diálogo, importa conhecer as experiências das lutas sociais e as propostas que têm sido desenvolvidas pelas comunidades na luta contra as diversas formas de exploração e repressão que experienciam. Neste sentido, Santos (2002c) tem tentado conhecer o Sul e a partir do Sul, num diálogo que tende a ser amplo e profícuo, propondo duas sociologias distintas mas complementares: *a sociologia das ausências*, que luta pela ampliação do mundo, dilatação do presente e transformação das ausências em presenças (Ibid., 2002: 248-253), e *a sociologia das emergências*, que consiste no preenchimento do vazio do futuro, determinado pelo ‘tempo linear’, com possibilidades concretas, plurais e realistas (Ibid., 2002: 254-258).

Na sua abordagem sobre a globalização hegemónica, Santos (2002a: 72-75) considera que esta é económica e financeiramente poderosa, incubadora dos fossos sociais ao nível global. Por isso, urge respondê-la com a globalização contra-hegemónica, enquanto vetor de alternativas locais e movimentos sociais, até se tornar num manifesto global. Por sua vez, Bonet (2010: 117-148) propõe uma democracia revolucionária, ou seja, um conjunto de ações conducentes ao fortalecimento da democracia participativa, através da inclusão no processo de tomada de decisão, igualdade e distribuição da riqueza.

Deste modo, segundo o pensamento de Boaventura, através da fusão das sociologias das ausências e das emergências, da globalização contra-hegemónica, através da democracia revolucionária, o mundo será mais democrático, inclusivo, plural, social e tolerante. Com efeito, a globalização contra-hegemónica é o vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências económicas, sociais e políticas da globalização hegemónica e que se opõem às conceções de desenvolvimento mundial a esta subjacente, propondo simultaneamente alternativas. Essencialmente, a globalização contra-hegemónica centra-se nas lutas contra a exclusão social, sendo animada por *ethos* redistributivo, o que implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos (Santos, 2005: 7).

Para tal, Santos (2002b: 237) sugere os seguintes paradigmas: a reinvenção da emancipação social, baseada na produção de conhecimento a partir de convívio de culturas e lógicas sociais distintas, respeito e tolerância; o combate a xenofobia, racismo e etnocentrismo; e promoção da interculturalidade e plurinacionalidade, multiculturalismo (Bonet, 2010: 118); a ecologia de conhecimentos que compreende a invenção e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas locais, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas e da economia solidária (Santos, 2002b: 253), acompanhada da redistribuição social da riqueza, assente na cidadania e não na produtividade (Ibid., 2002b: 259); a experiência de conhecimentos que pretende um menor número de

conflitos e maior diálogo entre os vários campos de experiências no domínio da biodiversidade, medicina, justiça, agricultura, estudos ambientais e tecnológicos; o combate ao capitalismo e a promoção do multiculturalismo, direitos coletivos e cidadania pós-nacional e cultural (*Ibid.*, 2002b: 260); a reinvenção ou democratização da democracia, compreendendo a adoção e promoção de formas de democracia participativa, formas de deliberação comunitária nas comunidades locais indígenas ou rurais (*Ibid.*, 2002b: 259). De facto, a consolidação da democracia participativa exige o fortalecimento da demodiversidade, da articulação entre o local e o global e a ampliação do experimentalismo democrático (Santos e Avritzer, 2002: 77). Deste modo, o experimentalismo democrático compreenderia as novas experiências bem-sucedidas que originaram novas lógicas sociais, nas quais o formato de participação seria adquirido experimentalmente, sendo necessária a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia (*Ibid.*, 2002b: 78).

Atualmente, o mundo vive acorrentado à globalização económica e governação neoliberal, forças que diminuem a capacidade do Estado contemporâneo de diminuir os índices de desigualdade social, corrupção e desemprego, males que afetam profundamente a participação democrática e ao mesmo tempo baixam os níveis de confiança das instituições e, por via disso, prejudicam a legitimidade dos dirigentes ou representantes do próprio Estado (Markel, 2013: 10). Perante esta situação, Bonet (2010: 11) propõe uma democracia revolucionária ou democracia socialista radical que visa uma social-democracia, baseada na gestão e proteção dos bens públicos, distribuição de produtos básicos, melhoria da renda, promoção da segurança social e bem-estar social e económico dos cidadãos.

A democracia revolucionária ou radical, defendida por Bonet (2010), resume-se a uma trilogia de lutas, ou seja, visa desmercantilizar (transformar a economia do mercado em sociedade de mercado), democratizar (legitimar novas formas de deliberação democrática) e descolonizar (denunciar todas as técnicas, entidades e organizações que reproduzem o colonialismo, a exclusão, racismo e outras formas de segregação social).

1.6.4 A Localização

A *localização* é a capacidade de as comunidades locais controlarem a sua economia para o aumento da coesão social, reduzindo os níveis de pobreza e desigualdades e, por via disso, melhorar as suas condições de vida. A melhoria das condições de vida inclui a provisão de infraestruturas, proteção ecológico-ambiental, uso das novas tecnologias, promoção do comércio e de investimentos desde que contribuam para o desenvolvimento local. Como tal,

deverá ter em conta as potencialidades locais, as decisões desajustadas tomadas nacional e internacionalmente, a construção de poder local e as necessidades prioritárias locais (Hines, 2000:4-5), efetivando-se através de (i) controlo das corporações MNCs, (ii) dinheiro, (iii) políticas de competição, (iv) taxas ou impostos, (v) democracia e (vi) das políticas comerciais, em prol do desenvolvimento local (Hines, 2000: 28, 258).

Para Santos (2002a: 73), a localização, no contexto da globalização contra-hegemónica, consiste no conjunto de iniciativas locais que criam e mantêm espaços e mecanismos de autossuficiência e sociabilidade comunitária, assentes na cooperação e participação nessas iniciativas. Estas atividades poderão compreender a agricultura familiar, sistemas de trocas comerciais em moedas locais, formas participativas de autogoverno, entre outras. No entanto, a realização dessas iniciativas não significa necessariamente o isolamento, mas sim a proteção de interesses locais, sem perder de vista as ligações translocais (*Ibid.*, 2002a: 74).

Por seu turno, Lucas (2003: 263) refere que a *localização* é a satisfação de necessidades básicas locais, através de (i) produção e venda de bens e serviços dentro das comunidades locais e regionais; (ii) redução da distância entre produtores e consumidores; (iii) produção de bens e serviços priorizando trabalhadores locais. Esta implica não apenas a diversificação da economia local, aumento da capacidade de coesão e resiliência, melhoria dos meios de subsistência e proteção do ambiente natural, mas também o engajamento das instituições locais, participação ativa e inclusiva das pessoas e organizações locais na tomada de decisão para o bem de todos” (*Ibid.*, 2003: 264).

De uma forma geral, as alternativas propostas por diversos autores e organizações, ainda que utópicas, apresentam uma tendência socialista enquanto forma de organização económica, social e político-ideológica, o que poderá compreender uma ameaça para o capitalismo. Contudo, a concretização dessas utopias compreende um enorme desafio na medida em que a aliança entre o Estado e as forças que geram e mantêm a globalização capitalista tendencialmente forte.

1.7 Relação do Estado contemporâneo e a globalização económica

A relação entre o Estado contemporâneo e a globalização económica é íntima e de mútua complementaridade. De entre os vários aspetos, os dois sistemas possuem em comum o capitalismo neoliberal. O Estado contemporâneo resulta, em geral, da substituição das

funções tradicionais, mantendo as condições da sua reprodução, garantindo o funcionamento do sistema económico, defendendo os direitos privados, através da exploração capitalista, e adequando o aparelho legislativo às necessidades capitalistas (Bobbio, Metteucci e Pasquino, 1998: 147). No entanto, colocam-se enormes desafios, pois compete-lhe, por um lado, estabilizar o quadro económico, monetário e a balança de pagamentos, intervir em casos de crises conjunturais, promover o emprego, defender as classes desfavorecidas, e, por outro, adotar estratégias de redução de desigualdades sociais, políticas fiscais eficazes e justas (*Ibid.*, 1998: 147).

O Estado contemporâneo deverá não apenas atrair investimento de capitais e garantir o desenvolvimento económico em setores vitais, mas também contemplar os setores negligenciados pelo capitalismo neoliberal, sobretudo procurando garantir aos cidadãos o acesso aos serviços sociais, emprego, transporte, escolarização, urbanização. Porém, a governação neoliberal, o neoliberalismo, a aliança com MNCs e a promiscuidade político-económica dos gestores do Estado. Estes induzem o Estado a negligenciar ou abdicar dos seus deveres primários para com os seus cidadãos, o que Santos (2006, 301-309) chama de crise do contracto social, e a criar espaço para emergência de uma classe dirigente cada vez mais ávida pelo poder político e económico e, ao mesmo tempo, hábil em manipular a opinião pública a seu favor (Bobbio, Metteucci e Pasquino, 1998: 845).

De facto, os dois sistemas interligam-se com o capitalismo neoliberal, limitando-se ao carácter monopolista da economia, mercados consumidores internacionais e a acumulação de *mais-valia* (Sandroni, 1999: 421). Nesta perspetiva, nos países do Sul, a globalização económica impele o Estado ao mercado internacional, obrigando-o a conectar-se ao quadro internacional da exploração de recursos naturais e a procurar mercados consumidores, mas o processo de acumulação da *mais-valia* é desencadeado pelas grandes empresas capitalistas. Ao Estado cabe apenas abrir-se ao investimento estrangeiro e, por via disso, ligar-se ao mundo capitalista e integrar-se no sistema neoliberal global como parte de um todo.

Portanto, a ligação entre o Estado contemporâneo e a globalização económica neoliberal é íntima e mais visível, sobretudo, nos setores produtores do capital, nos mecanismos de acumulação e respetivas elites. É neste prisma que Santos (2005: 7) utiliza o conceito de *Governança Neoliberal*, como um novo paradigma de governação baseado no neoliberalismo como regulador. Com efeito, a *Governança Neoliberal*, enquanto substrato do capitalismo e da globalização neoliberal, coloca em causa os direitos sociais, cria exclusões e desigualdades pela inexistência de mecanismos distributivos dos recursos, agravando a crise da legitimidade do Estado perante os cidadãos comuns (*Ibid.*, 2005: 7).

Um dos importantes elos entre o Estado contemporâneo e a globalização económica são as MNCs. Desta forma, Santos considera que as MNCs são veículos da economia global e as principais instituições responsáveis pela produção e transação de inestimável riqueza no quadro da economia mundial (*Ibid.*, 2002a: 32).

As MNCs possuem um papel crucial na economia capitalista global, ou seja, compreendem os principais eixos com que o capitalismo global se move. Os projetos desenvolvidos pelas MNCs inserem-se num contexto dinâmico de investimento de capital ao nível internacional. Com efeito, em vários países do mundo o investimento de capital é o alicerce para o crescimento e desenvolvimento (Rist, 2008: 45; Mahembe e Odhiambo, 2013: 35). Em alguns países do Sul, como Moçambique, o capital investido pelas MNCs estimula o crescimento económico, mas não promove desenvolvimento (Castel-Branco, 2002: 2). Nestes casos, o capital estrangeiro é usado apenas para explorar recursos naturais e humanos a baixos custos, configurando um processo de exploração sem compensação ao Estado, muito menos às comunidades locais afetadas (Nkrumah, 1965: 10-11).

Deste modo, e à semelhança das companhias da era colonial, as empresas capitalistas ocupam terras das comunidades rurais, desenvolvendo as suas atividades extractivistas, através de plantações e explorações mineiras ou industriais, sem a promoção do desenvolvimento local. Esta reedição dos processos coloniais, neocoloniais, no contexto da globalização económica, emprega um conjunto de conceitos como instrumentos para o nosso trabalho.

No contexto colonial, as companhias majestáticas eram corporações monopolistas privadas das quais o Estado colonial dependia para investir, ocupar, povoar e colonizar as colónias, (McLean, 2013: 365). É de salientar que as companhias eram servidas pelos povos locais (rotulados como *indígenas*). Nas colónias Portuguesas em África, das quais Moçambique fazia parte integrante, os *indígenas* foram forçados a integrar-se no sistema capitalista, através do trabalho assalariado e do pagamento de impostos, quer nos territórios sob administração direta do Estado Colonial, quer nas Companhias.

Atualmente, na vigência da globalização económica e novas lógicas coloniais, as companhias majestáticas transformaram-se em empresas MNCs, que são corporações monopolistas reguladas pelo direito privado com forte poder económico e financeiro (McLean, 2013: 364-366; Harrod, s.d.: 2-9). As antigas empresas majestáticas, como as atuais MNCs, possuem vários aspetos em comum, de entre os quais a relação com o Estado e a maximização dos investimentos, através da exploração de recursos naturais, mão-de-obra barata e benefícios de índole fiscal, produção em massa orientada à exportação, sendo que,

olhando para o contexto moçambicano, as diferenças residem no facto destas (1) operarem num Estado politicamente independente, (2) não terem a prerrogativa de submeterem os nativos ao trabalho forçado e (3) não lhes exigir o pagamento de impostos.

No contexto da globalização, uma multinacional poderá ser social quando transfere práticas de intervenção social de um país para outro(s) ou económica quando se dedica à atividade lucrativa em diversos países estrangeiros (filiais), a partir da sede social (Lazarus, 2001: 10197). As MNCs económicas, também chamadas de *profit-seekers* (orientadas para o lucro), preferem migrar para os países do Sul, devido a um conjunto de factores atrativos oferecido pelos países recipientes, dentre os quais exploração de matérias-primas usando mão-de-obra barata, os baixos custos de energia, isenções fiscais e a fragilidade institucional sobre questões ambientais (Gustavo, s.d.). Além disso, transferem tecnologias de ponta, desenvolvem pesquisas de mercado, empregam-se pessoas altamente qualificadas para atingir a eficiência, com vista a construir boa prática de marketing (*Ibid.*).

Geralmente, as MNCs possuem uma totalidade de ações ou constituem *joint-ventures* com empresas locais, mas as suas estratégias operativas e de gestão são concebidas e coordenadas a partir da sede, sem perder de vista o objetivo principal de maximização do lucro (Harrod, s.d.: 1-9; Dunning e Lundan, 2008: 3). No presente estudo, é utilizado o conceito multinacional enquanto organização lucrativa que enfatiza a capacidade e habilidade de controlar todas as operações que ocorrem em países estrangeiros, a partir de um outro país ou sede (Lazarus, 2001: 10197). Assim, ao longo do mesmo, será utilizado o termo multinacional enquanto empresa que se expande investindo seus capitais no estrangeiro, para explorar e produzir bens e/ou serviços através de várias sucursais (Pinheiro, 2011:5; Mayrhofer e Prange, 2015: 2). O termo multinacional foi cunhado em 1960 por David Eli Lilienthal, economista estadunidense, que dirigiu o projeto de desenvolvimento do Vale do Tennessee. Posteriormente, o termo foi mundialmente reconhecido, através da publicação do relatório na renomada revista *Business Week* sobre as formidáveis empresas apátridas que adotavam o planeta Terra como o seu mercado (Kucinski, 1981: 4).

Com efeito, as MNCs resultam essencialmente dos processos de acumulação de capital e da internacionalização. A sua formação teve início no final XIX, quando o capitalismo transitou da fase de concorrência para os monopólios, dando lugar à formação de *trusts*, *cartéis* e *holdings* (Sandroni, 1999: 415). Apesar de existirem ligeiras diferenças, em termos de objetivos, estrutura e funcionamento, as MNCs são empresas complexas e geograficamente distribuídas, tal como as transnacionais e metanacionais (quadro 2).

A empresa transnacional é aquela que não possui personalidade jurídica própria, sendo composta por várias subsidiárias que possuem uma ou mais sedes, constituídas em diversos países, de acordo com a legislação local (Winter e Wachowicz, s.d.: 1505), enquanto a empresa metanacional se caracteriza pela dispersão de conhecimentos e capacidades, exploração da economia de conhecimento através da eficaz e eficiente capacidade de aceder, conectar e fundir tais conhecimentos e capacidades ao mercado (Doz *et al.*, 1997: 21).

Quadro 2 - Diferenças básicas entre corporações MNCs, transnacional e metanacional

Designação	Características básicas
Transnacional	Surge num país e expande-se por vários países através de filiais, mas estas não obedecem necessariamente à sede, pois têm interesses próprios.
Multinacional	Tem a sede num país e filiais em vários países do mundo, onde todas as decisões são tomadas pela sede.
Metanacional	Tem sede num país e lida-se com complexa dispersão de conhecimentos e capacidade; - Estabelece um conjunto de atrativos que atuam para moldar o conhecimento e as capacidades dispersas do mercado e focalizá-los em uma agenda de ação; - Conecta os centros de conhecimento de forma eficaz para que eles interajam continuamente para criar continuamente fontes de vantagem competitiva.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Doze *et al.*, 1997:21.

Geralmente, as MNCs são empresas superiores económica e financeiramente, relativamente aos países pobres (Quadro 3). Por exemplo, a *Walmart Stores, Inc.* é uma multinacional estadunidense, vocacionada para a venda a retalho, eleita seis anos consecutivos (2011-2016) como a maior multinacional ao nível mundial, detentora de mais de 11.718 sucursais e 2.3 milhões de trabalhadores no mundo (Walmart, 2018). Se se tratasse de um país a sua receita seria equivalente ao PIB da 25^a maior economia do mundo, ultrapassando claramente cerca de 157 países inferiores (Trivett, 2011).

Quadro 3 - Comparação de receitas de corporações MNCs e PIB de países pobres do Sul

Multinacional	Receitas (bilhões)	País [pobre]	PIB (bilhões)
Yahoo	6.32	Mongólia	6.13
Visa	8.07	Zimbabwe	7.47
eBay	9.16	Madagáscar	8.35
Nike	19.16	Paraguai	18.48
McDonald's	24.07	Lituânia	24.05
Amazon	34.2	Quênia	32.16
Apple	65,23	Equador	58.91
Morgan Stanley	39.32	Uzbequistão	38.99

Wells Fargo	93.249	Angola	86.26
Ford	128.95	Marrocos	103.48
General Motors	135.59	Bangladesh	104.92
Chevron	196.34	República Checa	192.15
Exxon Mobil	354.67	Tailândia	318.85

Fonte: IMF *apud* Trivett, 2011.

No entanto, a superioridade económica e financeira das corporações MNCs não apenas ultrapassa os PIBs dos países pobres ou em vias de desenvolvimento, mas também os países considerados como desenvolvidos (quadro 4).

Quadro 4 - Comparação de receitas de corporações MNCs e PIB de países desenvolvidos

Multinacional	Receita (bilhões)	País Desenvolvido	PIB (bilhões)
Walmart	421.89	Noruega	414,46
General Electric	151.63	Nova Zelândia	140.43

Fonte: Fortune/CNN Money, IMF *apud* Trivett, 2011.

Desde o século XXI, sobretudo no período pós-crise económica e financeira (2008-2009), que se verifica uma rápida mudança do mapa mundial dos grandes monopólios (Breene, 2016). Essa mudança consistiu no aparecimento de grandes empresas monopolistas nos países emergentes do Sul, como é o caso da China. As MNCs deste país, como a *State Grid*, *China National Petroleum* e *Sinopec Group*, têm vindo a competir lado a lado com empresas congéneres do Norte (*Ibid.*, 2016). Os rendimentos destas MNCs chinesas ultrapassam os PIBs da maioria dos países pobres.

Os quadros 3 e 4, e segundo Ruggie (2017) e Grauwe e Camerman (2013), indicam que as corporações MNCs são instituições económicas globais, relativamente autónomas e financeiramente poderosas. A maioria das grandes MNCs são do setor energético, sendo exemplo disso as empresas petrolíferas: Exxon, British Petroleum, Gulf Oil, Royal Dutch-Shell, Texaco, Chevron, e Mobil Oil; e do setor automóvel, como a Ford, General Motors, Toyota, Nissan, Renault, Volkswagen, Peugeot (Kucinski, 1981: 12-17).

Em Moçambique, a maioria das MNCs pertence ao setor extrativo e agrícola. As operações dessas MNCs, como refere Castel-Branco (2002: 2), não possuem quaisquer ligações com os sistemas de produção dos camponeses que constituem a maioria da

população, não criam postos de trabalho significativos, nem desenvolvimento ao nível das comunidades locais.

À luz da alínea *a*) do artigo 1º do Decreto 23/2008 de 1 de julho, a comunidade local é o agrupamento de famílias ou indivíduos que vivem numa determinada circunscrição territorial ao nível de localidade ou inferior. A comunidade local visa a salvaguarda de interesses comuns, através da proteção de áreas habitacionais e áreas agrícolas, quer sejam cultivadas assim como de pousio, florestas, locais de importância cultural e histórica, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (*Ibid.*, 1981).

As delimitações da comunidade local são múltiplas, incluindo a vizinhança, o bairro rural e a urbe (Bourdin, 2001: 13). No entanto, no presente trabalho é utilizado o conceito de comunidade local no contexto camponês (rural), inspirando na definição Conselho dos Direitos Humanos (2013), segundo o qual camponês é:

O homem ou a mulher que tem relação direta e especial com a terra e a natureza; trabalham a terra por si mesmos e dependem sobretudo do trabalho familiar e outras formas de pequena escala de organização de trabalho; integram-se tradicionalmente em suas comunidades locais e cuidam da natureza local e dos sistemas agroecológicos; e ocupam-se basicamente da agricultura, criação de animais, da pesca, da transumância e dos ofícios relacionados com a agricultura e outras ocupações típicas da zona rural (ONU, A/HRC/WG.15/1/2, 2013).

As comunidades locais de Metocheria Agrícola (em Monapo) e as Maganja, Quitupo e Senga (em Palma), como tantas outras existentes em Moçambique e em outras partes do Mundo, representam uma totalidade e fonte de vida. A vida e a comunidade são dois lados de um mesmo ser (Buber, 1987: 34). Comumente, no meio rural, a comunidade local é formada por laços de sangue, partilha do espaço e espírito, onde a comunhão, a compreensão, o direito natural, à língua e à concórdia dos seus membros estão ligados de forma orgânica. Deste modo, por mais que se verifiquem demarcações físico-territoriais e/ou político-administrativas, prevalece, de forma intacta, um conjunto de ligações entre os membros da comunidade, como a amizade, o parentesco, as relações sociais de produção e vizinhança (Peruzzo e Volpato, 2009:141). São estas ligações que se fragilizam ou perdem com os reassentamentos involuntários causados pelas MNCs nas comunidades locais.

Nesta perspetiva, o Banco Mundial (2001: 1) diz que durante os reassentamentos involuntários, executados por empresas extractivistas, as comunidades locais perdem os sistemas de produção, habilidades de produção, ficando as suas instituições e redes sociais enfraquecidas, dispersando-se os indivíduos, fragilizando-se os laços de parentesco, perdendo-se parte da sua identidade cultural, o espírito de comunhão, ajuda e solidariedade mútuas.

Nos termos do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, durante os processos de reassentamento, as comunidades perdem bens tangíveis (benfeitorias, colheitas, imóveis e outras infraestruturas) e bens intangíveis (vias de comunicação, florestas sagradas, locais históricos e outros. Deste modo, uma vez deslocadas, as comunidades locais perdem bens materiais e imateriais construídos ao longo de várias gerações e que são inalienáveis, insubstituíveis e irrecuperáveis; rompe-se a sua relação direta e milenar com a natureza e a terra; altera-se o meio ambiental; e fragilizam-se as relações sociais de produção, a coesão, solidariedade e unidade entre os indivíduos.

Em Moçambique estes processos não são novos, pois na era colonial os *indígenas* eram transferidos das suas zonas de residência para junto dos blocos de produção, sob o pretexto de que deveriam trabalhar para elevar as suas condições de vida e dignidade (Galvão, 2013:35). No decurso do processo da LALN, não apenas o Estado colonial colocou as comunidades locais em campos de concentração (FRELIMO, 1977: 8), mas também a própria FRELIMO o fez no âmbito das *Zonas Libertadas*, durante as quais comunidades rurais foram compulsivamente colocadas em *Aldeias Comuns* sem, contudo, ter-se em conta as especificidades e potencialidades das comunidades, como descreve Geffray.

Independentemente dos sistemas sociais, da história, quer se tratasse de caçadores, de pescadores, de produtores de sorgo, de mandioca, de milho, de amendoim ou de algodão, proprietários de coqueiros, de citrinos ou de cajueiros, de regiões de grande migração, de forte população mercantil, de zonas afastadas ou de áreas próximas de centros urbanos, todos os habitantes das regiões rurais, ou seja, mais de 80% dos treze milhões de moçambicanos, deveriam (...) deixar as suas casas para se juntarem nas aldeias, abandonando progressivamente as suas antigas terras, propriedades familiares ou individuais para se dedicarem ao trabalho colectivo nos campos da cooperativa de produção (...) (Geffray, 1991: 12).

Estes processos foram forçados e violentos. Neste último, a FRELIMO fê-lo alegando a promoção do desenvolvimento, através da provisão de serviços sociais e promoção do trabalho coletivo, de modo a aumentar a produção e a produtividade e elevar o nível de consciência política das massas, como documentam as diretivas saídas do III Congresso do Partido FRELIMO, realizado em Maputo, de 3 a 7 de fevereiro de 1977:

A maior parte da nossa população vive no campo, de forma dispersa. A sua organização em Aldeia Comuns, é uma exigência fundamental do desenvolvimento económico...só com a organização da produção colectiva nas Aldeias Comuns será possível mobilizar e utilizar racionalmente as nossas potencialidades para promover o aumento da produção e da produtividade, criar excedentes, desenvolver as forças produtivas, estender os benefícios sociais as largas massas, acelerar a solução dos problemas de transporte, comunicações e comercialização. O fraco desenvolvimento das forças produtivas e a dispersão das populações não permite a extensão imediata destes benefícios a todo o nosso Povo. A propriedade estatal e a propriedade cooperativa, estabelecendo novas relações de

produção, constituirão a base económica do Poder Popular Democrático (FRELIMO, 1977: 15-17).

Contudo, o projeto das Aldeias Comunais fracassou, não apenas devido aos efeitos económicos e sociais da guerra civil, mas também pela falta de perspetivas na formulação dos grandes eixos da estratégia de desenvolvimento (Gaffray, 199: 12), ou melhor, pela adoção de opções económicas inadequadas no pós-independência (Castel-Branco, 1995: 599).

Com o fim da guerra civil (1992), Moçambique registou o maior nível de fluxos de investimento de capital estrangeiro. Em consequência disso, entre 2005 e 2014, o PIB cresceu para além de 7% em média por ano, com a exceção dos anos 2008 e 2009, devido aos efeitos macroeconómicos da crise económica e financeira. Contudo, ao longo desse período os projetos das MNCs não criaram postos de trabalho significativos e nem promoveram o desenvolvimento nas comunidades locais (Castel-Branco, 2002: 2), mantendo-se os níveis de pobreza elevados (Cunguara e Hanlon, 2010: 1-25).

De facto, avaliando pela extensão de terras apropriadas pelas empresas extractivistas (apêndice V e VI), é visível que a manutenção dos níveis de pobreza nas comunidades locais afetadas não foi apenas consequência da ausência de projetos de desenvolvimento, mas também do fenómeno de expropriação de terras executado por empresas extractivistas. Este fenómeno levou à perda de direitos relativos à agroecologia, de intendência da terra, soberania alimentar e humanos por parte dos camponeses (ECVC, 2016: 1-2).

Em Moçambique, o fenómeno da expropriação não é recente, pois durante o período colonial o Estado apropriou-se do direito exclusivo de gestão da terra, concessionando aos colonos e às companhias o que resultou, por parte das comunidades locais, na perda de vastas extensões de terra das famílias camponesas. No período pós-independência, o Estado nacionalizou a terra, expropriou as terras dos pequenos agricultores privados que trabalhavam em moldes capitalistas e colocou à disposição das comunidades locais para fins coletivos. Com a adoção do neoliberalismo e o fim da guerra civil, a cobiça pela terra aumentou devido a implantação de vários projetos capitalistas orientados ao mercado.

Contudo, a mais recente onda da *Global Land Grabbing* (corrida global à terra) provocada pela irrupção das crises alimentícias, combustíveis em 2006 e 2007, respetivamente, fez com que determinados atores económicos globais, como MNCs, expropriassem extensas terras em países distantes para a produção em grande escala de alimentos e combustíveis (Borras Jr. e Franco, 2012:34; Borras Jr. *et al.*, 2011:209).

Neste contexto, nos países do Sul Global, as elites locais, a burguesia estatal e as MNCs formaram uma tripla aliança (Crassweller, 1979: 1178) e envolverem-se no processo

de expropriação de terras. Neste processo, o discurso oficial salientava que as MNCs traziam divisas em moeda estrangeira, facilitando a transferência de tecnologia, criando postos de trabalho, reduzindo a pobreza e a insegurança alimentar (Broughton, 2013: 28).

Em Moçambique, por exemplo, onde cerca de 35% dos agregados familiares sofrem de insegurança alimentar crónica, apenas 32 mil hectares de um total de 433 mil hectares concessionados às MNCs, entre 2007 e 2009, foram destinados à produção alimentar (Broughton, 2013: 28). Além disso, Castel-Branco (2002: 2) desconstrói o discurso oficial indicando que as MNCs não criam postos de trabalhos para os cidadãos nacionais e as suas práticas não possuem quaisquer relações com os processos locais de produção.

Estas contrariedades, em si mesmas, denunciam o pós-contratualismo que ocorre quando o Estado, corroído pela governação neoliberal, abdica das suas responsabilidades sociais para com os cidadãos comuns (Santos, 1998: 25; 2005: 7); coarta os direitos dos cidadãos, diluindo simultaneamente a legitimidade do próprio Estado (Santos, 2005: 10). A governação neoliberal é a íntima relação entre o Estado e os negócios que, por vezes, cooptam os mecanismos de construção de justiça social (Angelis, 2005: 254).

O Estado neoliberal, por se encontrar viciado em ganhos materiais e lucros, restringe ou proíbe as ações das organizações sem fins lucrativos que lutam pelo bem comum (Evans, Richmond e Shield, 2005: 73). Nota-se igualmente a incapacidade das instituições Estado em dialogar com os novos movimentos sociais, assim como ouvir as suas exigências, centrando-se na contenção e controlo das reivindicações da sociedade relativamente ao próprio Estado (Santos, 2005: 12). O *Consenso de Washington* teve um papel propulsor neste processo na medida em que impôs, à escala mundial, a governação neoliberal como um novo paradigma económico, político e ideológico que compeliu os indivíduos a produzir em massa para o mercado, excluindo simultaneamente pelo facto de centrar-se com maior ênfase nos aspetos económicos relativamente aos sociais (*Ibid.*, 2005: 27).

No contexto Moçambicano, entre as décadas 1990 e 2000, surgiram vários megaprojetos como a MOZAL (1998), a SASOL (2000), Companhia Vale do Rio Doce (2009), Kenmare (2007). Estes megaprojetos não promoveram o desenvolvimento local, mas, pelo contrário, criaram conflitos relacionados com compensações, poluição ambiental, perda de terra e outros recursos naturais por parte das comunidades locais afetadas. Em geral, a missão das MNCs não é de promover o desenvolvimento, mas oferecer uma taxa de retorno competitiva e sustentável aos seus acionistas, explorando, produzindo e exportando matérias-primas aos mercados consumidores no estrangeiro (APC, 2017: 4).

Como tal, em Moçambique, apesar de os projetos extractivistas das MNCs terem contribuído para o crescimento do PIB de cerca de 1% em 1990 para uma média anual de 7% entre 2005 e 2014, a pobreza aumentou de 54% para 60% entre 2009 e 2012 (Machel, 2013); além do aumento das desigualdades sociais de 0,36% para 0,53% entre 1996 e 2006 (Ali, 2010: 154). Este cenário revela claramente que os projetos extractivistas das multinacionais implantadas no país não contribuíram para o combate à pobreza, e que também a ajuda externa não promoveu o desenvolvimento (Hanlon e Cunguara, 2010).

Salvo raras exceções, o extrativismo não promove o desenvolvimento nos países do Sul. No período colonial, o extrativismo, motor da economia, resultou no enriquecimento das metrópoles e não das colónias (Maldonado, 2015: 159-60). Atualmente, as MNCs desempenham o mesmo papel enriquecimento no capitalismo global (Acosta, s.d.: 62), a diferença reside no fato de que no passado as empresas operavam no contexto do colonialismo colonial e hoje as MNCs estão no quadro do capitalismo neoliberal global.

Neste debate, é importante referir que o processo extrativista não se limita apenas à extração de minérios, gás e petróleo, incluindo a agricultura, silvicultura e pesca (Maldonado, 2015: 159-60). Isto significa que os projetos de agronegócio são igualmente extractivistas.

O conceito agro-negócio foi criado por John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957), através do seu ensaio *A Concept of agribusiness*, tendo sido propagado à medida que a agricultura foi sofrendo um processo de industrialização e entrada na economia mundial (Mendonça, 2015: 375). Este simboliza a revolução agrícola capitalista, na qual os camponeses perderam a autossustentabilidade e passaram a subordinar-se à monocultura (Davis e Goldberg, 1957: 2).

O agro-negócio compreende a planificação, produção em grande escala com recurso a vários insumos (tratores, camiões, combustível, fertilizantes, ração, pesticidas) armazenamento, processamento e distribuição” (*Ibid.*, 1957: 2); envolve direitos de propriedade e instituições especializadas na produção de insumos, produtos agrícolas, regulamentação de preços e controlo de mercados (Zylbersztajn, 2016:2); abarca diversos subsectores, como o comércio de alimentos, fibras e produtos bioenergéticos, concorrência e *lobbies*, disponibilidade da mão-de-obra e condições naturais” (*Ibid.*, 2016: 2).

Em 2006, com a erupção da crise alimentar, o agronegócio expandiu-se muito velozmente para o Sul Global, com particular destaque em África; onde, aproveitando os alicerces da indústria alimentar e a liberalização dos mercados, culminou com a criação de grandes impérios alimentares (Ploeg, 2009:98). Os grandes projetos agrícolas dos países do Norte (Alemanha, EUA, Inglaterra, Noruega, Suíça) e do Sul (Índia, China, Coreia do Sul,

Kuwait, Líbia, Arábia Saudita, EAU, África do Sul, Qatar, Jordânia) ocuparam uma vastidão de terras no Sul, sobretudo em África (Broughton, 2013:25; Moyo, 2013: 43).

O objetivo primário desta corrida à terra foi, e ainda é, a produção de alimentos e biocombustíveis em grande escala (Broughton, 2013: 25). Contudo, esses projetos arrancaram a terra e outros recursos vitais a milhões de camponeses africanos, conduzindo-os para a insegurança alimentar, fome, pobreza e vulnerabilidade. Por isso, Liberti (2011), Broughton (2013), Grain e Unac (2015) referem que o agronegócio é símbolo de um *Novo Colonialismo*.

Moçambique não escapou a este *Novo Colonialismo*, pois tem vindo a ser palco de vários projetos extractivistas. No âmbito da corrida global à terra, Moçambique foi incluso nas três listas de países com vastas terras e de fácil acesso. Foi nesse contexto que, em 2008, instalou-se em Metocheria, distrito de Monapo, a Matanuska Moçambique Lda., uma multinacional produtora de bananas, que usurpou cerca de 16.000 hectares de terra arável, incluindo *machambas* com culturas da parte significativa dos camponeses locais.

Perante isto, e de uma forma geral, o impacto das MNCs nas comunidades locais é complexo e multidimensional. A combinação das crises de alimentos e de combustíveis, ocorridas entre 2006 e 2009, levou a que um elevado número de MNCs extractivistas investisse no Sul, sobretudo em África, de forma específica. A escolha de África baseou-se em diversos fatores, de entre os quais (i) a dependência económica; (ii) a abundância de terras aráveis; (iii) a existência da mão-de-obra barata; (iv) os incentivos ou isenções fiscais; e (v) a fragilidade institucional sobre questões ambientais e laborais. Em consequência disso, os impactos das MNCs nas comunidades locais são múltiplos.

Relativamente ao fenómeno da expropriação de terras para o agronegócio, estudos de casos elaborados em África revelam que o agronegócio é uma manufatura da fome e da pobreza (Biggs, 2016), um investimento irresponsável (Fraser, 2015), um vetor de neocolonialismo e subdesenvolvimento (Attah, 2013), o destruidor da segurança alimentar (Mulenga, 2012), e simboliza o regresso das plantações coloniais (UNAC, 2015).

A ação direta e imediata da expropriação da terra é a deslocação forçada das comunidades locais. Em alguns casos, as populações retiradas das suas zonas residenciais e agrícolas e/ou piscatórias são transferidas para zonas de reassentamento. Ora, durante o processo, as comunidades locais perdem os seus recursos vitais, como terras, florestas, pastagens, fontes de água, perdem igualmente os seus laços e locais sagrados, assim como as suas relações sociais de produção, incluindo o poder dos líderes locais que ficam parcialmente fragilizados (Banco Mundial, 2001: 1).

A esses impactos juntam-se as questões ambientais, conflitos e disputa pela posse dos escassos recursos (terra e outros) disponíveis nas zonas de chegada. Além disso, como refere Castel-Branco (2002: 2), as MNCs não oferecem muitos postos de trabalho aos membros das comunidades porque as suas atividades exigem especialização da força de trabalho, particularmente na fase de operação, recorrendo à mão-de-obra estrangeira especializada, relativamente aos residentes das comunidades locais onde os projetos operam. Praticamente, os projetos das MNCs são espaços excepcionais (ou *enclaves*), olhando para sua desanexação em relação à vida (interesses e necessidades) das comunidades locais e por estarem orientadas a produção em grande escala e exportação de matérias-primas.

Em geografia política um enclave compreende um território com distinções políticas, sociais ou culturais, situado dentro do outro. As origens de um enclave são de matriz histórica, política ou geológica (Dellagnezze, s.d.: 1); no campo de económica política, *enclave* é a dominação e controlo do capital estrangeiros sobre os setores de produção e exportação de um país (Conning e Robinson, 2009: 361), enquanto, historicamente, os *enclaves* extractivistas remontam ao tempo colonial, período durante o qual funcionaram como espaços-chave no processo de produção de matérias-primas para as metrópoles europeias.

Atualmente, nos países do Sul, os enclaves extractivistas resultam da expansão capitalista, da divisão internacional de trabalho e dos interesses das MNCs” (Kruijt e Vellinga, 1977: 97), sendo simultaneamente responsáveis pela fragmentação geográfica, criando contradições de os governos concederem vastas terras para extração de recursos naturais e ignorando os bens das comunidades camponesas. Isto constitui um grave problema, não pelo fato de as MNCs fragilizarem a capacidade das comunidades afetadas em manter os meios de subsistência, mas também por não garantirem a segurança ecológica nem a justiça social e ambiental, o que geralmente gera conflitos e movimentos sociais que, em muitos casos, seus membros são criminalizados ou reprimidos violentamente (Gudynas, 2009: 201).

Em geral, os enclaves extractivistas contribuem para o crescimento do PIB, sendo por isso que os políticos usam essa contribuição para indicar que os projetos extractivistas promovem o emprego, crescimento económico e o desenvolvimento, quando na realidade se trata de enclaves extractivistas baseados na exportação de minérios, produtos agrícolas e outras matérias-primas para os principais mercados consumidores, sendo, na sua essência, semelhante ao que caracterizou o saque colonial (Ramos, 2012: 74). As crescentes desigualdades e recorrentes conflitos sociais causados pelos efeitos das ações extractivistas

das MNCs nas comunidades locais levam a que o poder o Governo e instituições de soberania percam a sua legitimidade e sejam contestadas (McNeish, Borchgrevink e Logan, 2015).

Em termos funcionais, os *enclaves* requerem redes interligadas que permitam a entrada de insumos e equipamentos, assim como a saída de produtos exportáveis ou infraestruturas de apoio, como corredores de transporte e energia (Gudynas, 2009: 201). Aliás, uma economia de enclaves encontra-se mais relacionada com os mercados globais do que com as exigências das comunidades locais (Ramos, 2013: 106).

Os *enclaves* extractivistas são comuns aos países pobres dependentes do investimento estrangeiro, não se encontrando apenas relacionados com explorações mineiras ou petrolíferas (Auty, 2006: 135). Ao se implantarem, quer sejam agrícolas, mineiras ou outras, as MNCs expropriam extensas porções de terras das comunidades locais e produzem em grande escala alimentos, minérios ou combustíveis para exportação.

O processo de implantação e operação dos enclaves extractivistas recebe várias designações como estrangeirização do espaço (Roomers, 2010: 429), estrangeirização da terra (Pereira, 2017: 108-9), desterritorialização (Gudynas, 2009: 200-2001; Oliveira, 2011: 11-28), fragmentação territorial (Gudynas, 2009:200) e insere-se no contexto do *fim dos territórios* como uma das características da desordem internacional (Badie, 1995).

Para a *Africa Mining Vision* (s.d.), os enclaves extractivistas para os países recipientes compreendem um *Novo Colonialismo* em termos funcionais, subjugação ao capital estrangeiro, assim como fontes de arrecadação de impostos. No entanto, para as MNCs trata-se de meios de acumulação de capitais, devido ao fraco controlo e/ou participação dos países recipientes e incentivos fiscais oferecidos às MNCs pelos países recetores de investimento, uso dos nacionais como a mão-de-obra barata e acesso aos mercados mundiais.

Moçambique não foge ao contexto internacional acima referido. Aliás, Castel-Branco (2008: 1-18) constata que, em Moçambique, os megaprojetos têm vindo a contribuir para o crescimento do PIB através dos níveis elevados de produção e exportação, mas não geram postos de trabalho para os cidadãos nacionais, nem estabelecem pontes de ligação com a vida das comunidades locais, ou seja, os enclaves não geram desenvolvimento local.

1.8. Considerações finais do capítulo

Em suma, a globalização económica resulta da expansão e manutenção do capitalismo neoliberal. Paradoxalmente, a mesma comprime o tempo e o espaço de interação entre os indivíduos e as instituições, incluindo mercados, devido ao emprego de novas tecnologias de

informação e comunicação. Mas, excluí aqueles que não possuem o capital e nem capacidade de ganhar as oportunidades por ela geradas. Por outro lado, as MNCs extractivistas desenvolvem as suas atividades através de *enclaves*, excluindo as comunidades locais.

CAPÍTULO II – BREVE HISTÓRIA DO CAPITALISMO EM MOÇAMBIQUE: DAS COMPANHIAS COLONIAIS ÀS MULTINACIONAIS

As companhias (...) eram inevitáveis diante da falta de meios de Portugal para empreender a exploração lucrativa daquele território (Direito, 2013:104).

A riqueza gerada pelos megaprojetos pertence às corporações que os possuem e controlam (...). Se um megaprojeto for uma ilha isolada do resto da economia, a retenção será mínima ou nula (Castel-Branco, 2008: 3-4).

Neste capítulo será abordada de forma breve a história do capitalismo em Moçambique, que se divide em duas partes: a primeira será referente à Colónia, olhando para o domínio das companhias coloniais (majestáticas e arrendatárias) e a relação destas com o Estado colonial, incluindo a relação do Estado com o capital mineiro sul-africano; a segunda parte incidirá sobre o período pós-colonial (1975/2008-2018), sendo a ênfase dada aos seguintes aspectos: a emergência de grandes projetos extractivistas, a relação do Estado Moçambicano e as MNCs, e os impactos dos projetos extractivistas nas comunidades locais.

Em termos de localização, Moçambique situa-se a Sul do Equador, na Costa Oriental de África e na região de África Austral, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este (Simbine, s.d.: 17 e 18). Como o mapa 1 indica, o Norte encontra-se limitado pelo Rio Rovuma, que separa este território da Tanzânia; a África do Sul encontra-se a Sul; o Oceano Índico localiza-se a Este; a África do Sul e o Zimbabwe encontram-se a Oeste; o Malawi e a Zâmbia estão localizados a Noroeste; e a África do Sul e o Reino Esuatíni encontram-se a Sudoeste (Ibid.,: 19).

Mapa 1 - Localização geográfica de Moçambique



Fonte: Simbine (dir.), s.d.:17.

2.1 Contexto histórico da génese das companhias coloniais

A história das companhias coloniais em Moçambique insere-se num amplo contexto económico da Europa Ocidental, cuja génese remonta ao século XVI, período do capitalismo mercantil, que evoluiu até aos séculos XVII e XVIII. As Companhias Majestáticas eram empresas privadas autorizadas pelos Estados para desenvolvimento do comércio no exterior. Presume-se que a primeira Carta Majestática tenha sido emitida pelo Rei de Castela (Espanha) em 1496, a favor dos exploradores espanhóis para a ocupação das Ilhas Canárias.

Em meados de 1500, as companhias majestáticas holandesas, flamengas e alemãs entraram no negócio de açúcar no âmbito do Comércio Triangular. Nesse contexto, as américas especializaram-se na produção dos designados produtos tropicais, como o açúcar, tabaco, cacau, café e índigo. Estes eram exportados para a Europa em troca de produtos acabados. A Companhia Holandesa das Índias (*West-Indische Compagnie*, WIC) fornecia a mão-de-obra escrava às plantações nas américas. A WIC desencadeou uma guerra comercial contra a Espanha e Portugal, que tinham sido os países pioneiros do comércio ultramarino com as américas. Deste modo, a WIC comprou portos na costa oriental africana para monopolizar o comércio de escravos, tendo fundado um posto de reabastecimento no Cabo da Boa Esperança, que mais tarde se tornou numa colónia.

A Inglaterra e os Países Baixos, através das companhias comerciais, entraram no comércio marítimo. Além do comércio de escravos, trocavam armas, ferragens e têxteis com ouro e marfim. A hegemonia da companhia Holandesa começa a decair no início do último quartel do século XIX, facto este que permitiu a entrada da Alemanha, Bélgica e Itália. Nessa época, a produção agrícola nos EUA e na Europa Ocidental cresceu devido ao emprego de novas tecnologias agrícolas, baixos custos de créditos, rápida expansão agroindustrial no pós-guerra civil. Além disso, houve evolução dos transportes, aumento das áreas agrícolas e baixos custos de produção (Swinnen, 2009:3; Gourevitch, 1977: 281).

Todo esse processo, ocorrido no período anterior à Longa Depressão, inseriu-se no quadro do designado Velho Imperialismo, sistema que se caracterizou pela expansão europeia ao Novo Mundo para ocupação das terras, colonização dos povos e criação de uma nova ordem internacional (Sharman, 2019: 2). No período compreendido entre 1848 e 1870/5, o mundo tornou-se capitalista devido à passagem de uma minoria de países da economia mercantil para industrial (Hobsbawm, s.d.: 45-46). Contudo, o cenário geoeconómico, com a erupção da Longa Depressão, as economias industriais exigiam maior quantidade de matérias-primas a baixos custos.

2.2 As Companhias monopolistas e a Partilha de África

A conjugação dos fatores previamente descritos concorreu para a saturação dos mercados e, por conseguinte, para a queda de preços de produtos agrícolas, afetando a economia mundial, particularmente, da Europa Ocidental e Central por mais de duas décadas, ou seja, a Longa Depressão (Gourevitch, 1977: 281; Swinnen, 2009: 3).

Além de devastar o setor agrícola, a Longa Depressão afetou a indústria de ferro, químicos, equipamentos elétricos, assim como a construção de navios. Os países Europeus importavam produtos agrícolas da Argentina, Austrália, Canada, EUA e Rússia, pois eram os únicos que produziam produtos agrícolas a um baixo custo (Gourevitch, 1977: 281-2).

Face a esta situação, criaram-se corporações monopolistas (*Ibid.*, p. 297-303). Com a queda comercial nas américas, essas formações monopolistas voltaram-se para os continentes Africano, Asiático e o Médio Oriente, dando início ao *Novo Imperialismo*. Deste modo, a Longa Depressão, decorrida entre 1873 e 1896, marcou o início de três processos históricos: (i) o capitalismo industrial, (ii) o Novo Imperialismo e (iii) a corrida dos países Europeus para África através de companhias monopolistas.

O Imperialismo compreende um novo processo, através do qual um(s) Estado(s) domina(m) outro(s) através da exploração económico-financeira, migração massiva de cidadãos, protecionismo, política e outros (Hobson, 1902: 15-100). Em geral, é caracterizado pela concentração da produção por grandes monopólios, detendo um papel ativo da banca na economia, exportação de capitais, através de uma oligarquia financeira em forma de investimento (Lenine, 1916: 11).

Enquanto o *Velho Imperialismo* vigorou nas américas, o *Novo Imperialismo* foi caracterizado pela corrida imperialista, partilha, ocupação efetiva seguida de formação de impérios coloniais europeus na Ásia, Médio Oriente e África entre 1870 e 1914/50 (Angell, 1931: 69-83). Foi nesse quadro que as *chartered companies* (companhias majestáticas) europeias investiram os seus capitais e ocuparam extensas terras na Ásia e África, com o objetivo de produzir matérias-primas para a indústria europeia. Muitas delas praticavam o tráfico negreiro, plantação de café, coqueiros, sisal, algodão, oleaginosas, óleo de palma, extração de minérios como cobalto, cobre, diamantes, ouro, prata, e caça de animais de grande porte como elefantes.

Na Ásia estabeleceram-se várias companhias, como é o caso da *Swedish West India Company* em 1671, a *Danish East India Company* em 1861, a *Dutch East India Company*

(VOC) em 1862, a *British North Borneo Company* criada em 1881 para Malásia, a *East India Company* (HEIC). Em África, as companhias distribuíram-se em quatro regiões principais:

África Ocidental: a German West African Company em 1882, a Royal Niger Company (RNC) em 1886, a Royal African Company (RAC), a United Africa Company (1897), a National African Company (1881). África Meridional: a British South African Company (1889), Deutsch Kolonial Gesellschaft (DKG) no Namíbia em 1887. África Central, a Association Internationale du Congo (Associação Internacional do Congo do Rei Leopoldo) (1882). África Oriental, a Imperial British East Africa Company (IBEACo.) em 1888, ocupando Uganda; a British East Africa Company (1885) no Quênia; a Filonardi (1833) na Somália; a German East African Company (1885) (Melo *et al.*, 1974: 20).

A corrida das potências imperialistas europeias para África permitiu às companhias e aos estados acumular riqueza e, por via disso, a prosperidade das metrópoles. Todavia, essa corrida gerou conflitos entre as potências imperialistas coloniais. Face a estes conflitos, as potências realizaram a Conferência de Berlim (1884-1885) e Bruxelas (1890), adotando a Convenção de *Saint-Germain-en-Laye* (1919) (Cunha, 1949: 47-62). Estas consideraram que África *res nullius* (coisa sem dono) e, por isso, deveria ser dividida, partilhada e ocupada pelas potências europeias interessadas (Ajayi, 2010:925-6; Koponem, 1993: 130).

Todavia, o processo de ocupação não foi linear devido às resistências africanas e asiáticas; daí que, em diversos casos, as companhias desencadearam ações militares e violentas para se instalar (Ajayi, 2010: 925) tendo, ironicamente, designados as mesmas de campanhas de pacificação. É neste sentido que McLean (2013: 365) refere que as companhias majestáticas compreenderam a vanguarda das ambições imperialistas e do colonialismo europeu sobre a África e Ásia, sendo designadas por companhias imperialistas ou coloniais.

Nessa época, Portugal encontrava-se com problemas que ameaçavam as suas aspirações coloniais, nomeadamente: (i) a independência do Brasil que quebrou quase 90% das suas exportações, cerca de 2/3 do total das exportações para o exterior (Alexandre, 2004: 959-60) eram a principal fonte de acumulação de capital e garantia do equilíbrio da balança comercial (Direito, 2013:87); (ii) em consequência da debilidade económica, a nível político o país perdeu a sua importância no contexto internacional (Alexandre, 2004: 959-60, sendo necessário desenvolver urgentemente planos mais concretos e conducentes à exploração de territórios africanos (Alexandre, 1980: 340); (iii) como não era poderoso relativamente a Inglaterra, com quem disputava a Baía de Maputo e a fronteira sul, era necessário evocar a cláusula dos Direitos Históricos, constante do artigo 35º da Ata da Conferência de Berlim, uma vez resolvida a disputa a seu favor através de arbitragem do então Presidente Francês, Mac Mahon, a 24 de julho de 1875; (iv) Portugal estava desprovido de recursos financeiros e

militares suficientes para empreender uma ocupação efetiva e uma exploração colonial em todo o território Moçambicano.

Essa incapacidade financeira (e militar) levou a que a Coroa Portuguesa concedesse 2/3 do território Moçambicano a companhias de capitais não Portugueses, nomeadamente: a Companhia de Moçambique (1891), do Niassa (1893), e as concessionárias na Zambézia (ca. 1892). Estas últimas ocupavam os territórios dos extintos Prazos do Zambeze, que tinham sido estabelecidos ao longo do Vale do Rio Zambeze desde o século XVII. De facto, estas concessões eram inevitáveis perante a falta de meios de Portugal para empreender a exploração lucrativa daqueles territórios (Direito, 2013:104). As companhias desenvolveram a economia de plantação usando a mão-de-obra local (Melo *et al.*, 1974: 26), forçando a integração das estruturas produtivas pré-imperialistas na economia capitalista mundial (Serra, 2000: 302), como meras produtoras de matérias-primas para a Europa (Serra, 1980: 33).

De facto, as companhias eram privadas e possuíam poderes próprios ao nível financeiro, legislativo, político e diplomático, cunhavam a sua própria moeda, representando, simultaneamente, o poder colonial e o domínio imperialista da Europa sobre os povos africanos (Melo *et al.*, 1974: 20; Uzoigwe, 2010: 21-50;).

Para Portugal, tal como outras potências coloniais, as companhias foram fontes de acumulação de capital (Wuyts, 1980: 10), sendo igualmente responsáveis pelas campanhas militares de pacificação e vanguarda das ambições coloniais das potências imperialistas europeias (McLean, 2013: 365).

2.3 Companhias coloniais em Moçambique

Com a chegada da moderna administração colonial Portuguesa, em finais do século XIX, implantaram-se dois tipos de companhias: as Majestáticas de Moçambique e do Niassa e as arrendatárias ou concessionárias da Zambézia. A Companhia de Moçambique foi criada por Joaquim Paiva de Andrada, ocupando terrenos da região centro de Moçambique. Inicialmente, Andrada criou a Companhia *Ophir e os Fundateurs de la Compagnie Général du Zambeze* para exploração florestal e mineira em Manica e Quiteve, não tendo obtido qualquer sucesso. Em seguida, propôs a Portugal a criação da Companhia de Moçambique para colonizar os distritos da Sofala e da Zambézia. Foi assim que, à luz do artigo 1 do Decreto de 11 de fevereiro de 1891, Portugal concedeu Manica e Sofala à Companhia de Moçambique de capitais Belgas, Franceses e Ingleses cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto 8 de Outubro de 1891, e depois substituídos pelo outro, de 28 de dezembro de 1891.

Com cerca de 135.000 km² de superfície, a Companhia de Moçambique era limitada pelo rio Zambeze, ao Norte, rio Save, ao Sul (paralelo 22°), Oceano Índico, a Este, e a fronteira de Moçambique-Zimbabwe, a Oeste (Direito, 2013:89). Este território incluía as circunscrições de Beira, Buzi, Chemba, Chiloane, Chimoio, Cheringoma, Chupanga, Gorongosa, Govuro, Manica, Marromeu, Mocoque, Moribane, Mossurize, Neves Ferreira, Sena e Sofala (*Ibid.*).

Ao abrigo no artigo 3º do Decreto 8 de Outubro de 1891, tratava-se de uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (S.A.R.L), encontrando-se a sede da Companhia em Lisboa e as delegações em Londres e Paris. A carta majestática conferia à Companhia poderes soberanos, de entre os quais o uso trabalho forçado, a emissão de moeda e selos, o monopólio na exploração mineiras, a cobrança de impostos e a construção de infraestruturas.

A Companhia construiu a ferrovia Beira-Umtali (1898), Beira-Macequece (1900) e pouco depois iniciou a ferrovia que estabelecia ligação com a Salisbúria. Em 1925, adjudicou a construção do Porto da Beira à empresa *The Porto of Beira Development Corporation*, tendo a mesma sido finalizada em 1929. A nível económico, estas infraestruturas foram cruciais na ligação entre a costa, na exportação e na importação de bens, assim como no recrutamento de mão-de-obra para a Companhia. Além disso, esta beneficiava das receitas alfandegárias da importação, exportação e do trânsito de mercadorias que envolviam a Rodésia (Serra, 2000: 321).

Devido à ocorrência no território de minérios, como o chumbo, cobre, estanho, prata, ouro e volfrâmio, nos primeiros anos, a maioria do investimento da Companhia foi direcionado para as minas. No entanto, devido ao baixo rendimento, a Companhia mudou para a agricultura e, por via disso, atraiu um número elevado de colonos para a região (Costa, 1928). Deste modo, a Companhia produzia em quantidades consideráveis algodão, sisal, milho, sementes, amendoim, arroz e citrinos para o mercado europeu (Carvalho, 2012).

A dinâmica económico-financeira impressa pela Companhia levou a que a Beira passasse de posto (militar) para cidade (ferro-portuária). No dia 20 de agosto de 1907, o príncipe herdeiro Luís Filipe (filho primogénito de D. Carlos I ou “Príncipe da Beira”) elevou a Beira à categoria de Cidade (Carvalho, 2012). A Beira tornou-se não apenas numa das maiores cidades portuárias da África Oriental, pelo facto de interligar os territórios da *British South Africa Company*, pelo volume de bens movimentados, pela intensificação do comércio, pesca e turismo, mas também numa cidade cosmopolita e multirracial, onde coabitavam africanos, portugueses, indianos e chineses (Medeiros, 2017: 157-87).

A Companhia cessou as suas atividades no dia 18 de julho de 1942, por força do Decreto-lei nº 31:896, como ilustra o excerto do Diário do Governo de 27 de fevereiro de 1942:

Vai passar (...) para a administração directa do Estado o território de Manica e Sofala, que, por delegação do mesmo Estado, tem sido administrado pela Companhia de Moçambique. Fixa-se o dia 18 do ano corrente para o termo dos poderes privilegiados da Companhia. Findos os seus privilégios de soberania, a Companhia de Moçambique entregará desde logo à colónia de Moçambique (...).

Por sua vez, a Companhia do Niassa foi criada em 1893, ocupando cerca de 160 mil km² (Cabo Delgado e Niassa) e limitava-se ao Norte pelo Rio Rovuma, ao Sul pelo Rio Lúrio, a Este pela costa oceânica, desde a foz do Rio Rovuma, ao Norte, até ao Rio Lúrio, ao Sul, conforme o previsto no artigo 1º do Decreto 26 de Setembro de 1891:

(...) nos termos da legislação vigente e segundo as cláusulas d'este decreto, for constituída pela firma *B.do Daupias & C.a*, a administração, nas condições adiante, dos territórios da província de Moçambique limitados ao norte, leste e oeste pelos tratados de 30 de dezembro de 1886 de maio último, e ao sul pelo rio Lurio, desde a sua origem até a sua foz, compreendendo as ilhas adjacentes (...).

Com efeito, o território da Companhia do Niassa encontrava-se dividido em dois conselhos (Ibo e Pemba) e sete circunscrições (Macomia, Mecúfi, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda, Quissanga e Palma) (Reis, s.d.: 147).

A Companhia foi desenvolvida ao longo de quatro fases: durante a primeira, compreendida entre 1891 e 1896, a empresa *Bernardo Daupias & Companhia* fixou postos alfandegários e militares ao longo da costa e dominou os chefes islamizados locais. No fim, investidores ingleses e franceses adquiriram a companhia. John H. Furman e George H. Copeland descobriram ouro aluvionar no rio Lugenda, carvão a norte e grafite em Balama” (Medeiros, 1997: 40-41; Syrah Resources, s.d.). Em finais de 1894, a nova administração fixou postos alfandegários em Quissanga, Palma e Mocímboa. Em 1895, o Engº Arthur C. Weatley desenhou a linha férrea Pemba-Luambala, mas a construtora George Hume Lda. não executou a mesma por incapacidade financeira (Medeiros, 1997: 141). Em 1897, o imposto de palhota passou a ser pago em géneros, situação esta que obrigou os camponeses a produzir produtos, como milho, arroz, mexoeira, gergelim, feijões, mandioca, café, goma copal, urzela, cera, marfim, pau-preto e borracha (Lundo, 2012). Na segunda fase, compreendida entre 1897 e 1913, surgiram três grupos financeiros: (i) a *Ibo Syndicate* em 1897, (ii) a *Ibo Investimento Trust* em 1899 e (iii) o *Nyassa Consolidated Company*, não existindo projetos concretos, tendo sido atribuída uma avaliação negativa por Albuquerque:

Foi concedido o vastíssimo território do distrito de Cabo Delgado àquela Companhia para que o explorasse. Se, (...), houvesse fixado a sua sede em Pemba, aproveitado êsse magnífico pôrto, ocupado Metangula, na costa oriental do Lago Niassa, submetido pela força das armas o Mataca, colonizado e nacionalizado o território, explorado os jazigos carboníferos do norte e os auríferos do Medo, construído a linha férrea (...), teria satisfeito os fins para que foi criada, (...) recolhido alguns lucros e prestaria assim um grande serviço a Portugal e à humanidade porque teria suprimido um dos focos mais activos de escravatura. Infelizmente não tem feito absolutamente nada em África (Albuquerque, 1934:220).

Entre 1905 e 1913, a *Ibo Syndicate* forneceu mão-de-obra à África do Sul, usando trabalho forçado nas plantações (Lundo, 2012). Em 1899, o grupo *Ibo Investment Trust* ocupou as margens dos lagos Chirua e Amaramba, derrotando o chefe Kwamba no Alto Lúrio, tendo destruído Muembe (Medeiros, 1977: 144-45). Em 1908, a *Nyassa Consolidated Company* reativou a economia e as ações militares e em 1912, conquistou os territórios de Mataka e Chisonga, forçando os respetivos chefes a exilarem-se na Tanzânia (*Ibid.*, 1977: 144).

A terceira fase, compreendida entre 1914 e 1918, foi marcada por confrontos militares entre ingleses, portugueses e alemães no âmbito da Primeira Guerra Mundial. Entre 1916 e 17, a guerra consumiu cerca de 50% das despesas totais; aldeões e trabalhadores fugiram massivamente evitando o recrutamento militar (Medeiros, 1997: 149). Até finais de 1918, a taxa de câmbio agravou-se e as receitas diminuíram consideravelmente.

Durante a quarta fase, compreendida entre 1919 e 1929, a companhia declinou devido ao colapso financeiro, à depreciação do escudo em 1922 e à greve dos trabalhadores em 1924. A 14 de setembro de 1929, à luz da Portaria nº 182 do Governo-Geral de Moçambique extinguiu-se a companhia e passou a administrar diretamente os territórios (*Ibid.*, p. 50).

Por força do Decreto 26 de setembro de 1891, as companhias majestáticas tinham a obrigação de celebrar contratos, convenções ou tratados com os chefes tribais acerca das concessões territoriais, mineiras e agrícolas ou para a construção de caminhos-de-ferro, estradas, canais, telégrafos e outras obras necessárias para a realização dos fins da companhia; Organizar e sustentar forças policiais de mar e terra, sujeitando a aprovação do governo para o plano da sua organização e os regulamentos de serviços que houvessem de prestar, e prover a instrução dos habitantes dos territórios, estabelecendo e custeando missões de escola de instrução primária e de artes e ofícios segundo um plano acordado entre a escola e o governo.

Estabeleceu-se nos seus territórios, nos primeiros cinco anos contados a partir da data da sua constituição, até 1000 famílias de colonos portugueses, que o governo fizesse transportar a partir de qualquer um dos portos compreendidos na concessão. Para o

estabelecimento desses colonos pela companhia, deveria ser fornecida a cada família uma casa de habitação, terrenos de cultura e instrumentos agrários, cuja importância total fosse paga pelos colonos, através de anuidades a longo prazo.

A fim de que fosse considerada como companhia Portuguesa, para todos os efeitos, deveria ter a sua sede e escritório principal em Lisboa. A maioria dos seus corpos administrativos deveria ser sempre formado por cidadãos portugueses, domiciliados em Portugal. Igualmente seriam Portugueses o principal regente da companhia em Lisboa e o seu principal representante em África, devendo o primeiro ser domiciliado em Portugal e o segundo nos territórios da concessão. O governo reservava-se ao direito de nomear, por dez anos, três dos administradores da companhia, escolhendo-os de entre os seus acionistas. Os empregados da companhia que exercessem atribuições administrativas e fiscais, bem como os chefes das forças de polícia de terra e mar, seriam, regra geral, cidadãos portugueses, enquanto excepcionalmente estrangeiros deveriam ficar em todos os atos que praticassem no exercício das suas funções, sujeito às leis, autoridades e tribunais portugueses. Deveria ser construído e explorado durante o prazo da concessão, sem subvenção nem garantia do Estado, um caminho-de-ferro, com rails de aço de piso mínimo de 20 quilogramas por metro corrente, que ligasse um dos portos da costa com a margem oriental do lago Niassa, devendo a construção estar terminada no prazo de 7 anos, a datar da aprovação dos estudos pelo governo.

Dever-se-ia construir e explorar, além da linha telegráfica que acompanhasse o traçado do caminho-de-ferro, indicado no artigo 19º, uma outra que ligasse entre si os portos da costa compreendido na área. Pagar ao Estado Português 10% dos dividendos distribuídos e 7.5% dos lucros líquidos totais (Direito, 2013: 108-9; Sampaio, 2014:7).

Além dos deveres, às Companhias gozavam de vários direitos plasmados no artigo 21º do Decreto 26 de Setembro de 1891, nomeadamente construir e explorar, nos territórios demarcados no artigo 1º, estradas, caminhos-de-ferro, canais, portos de mares ou interiores, cais, docas, pontes, telégrafos, armazéns gerais, canalizações e distribuições de água e gás e outras obras de utilidade pública ou particular; navegar nos rios interiores do território da concessão, devendo, porém, as tarifas dos transportes, nesses rios, de passageiros e mercadorias ser iguais para todos e previamente aprovadas pelo governo; exercer ou autorizar o exercício da indústria mineira em toda a área da concessão; pescar corais e pérolas, apanha do âmbar e esponjas na costa dos seus territórios e ilhas adjacentes; caçar elefantes e outros animais de reconhecida utilidade industrial, diretamente ou por concessão de licenças; emitir ações, aumentar o seu capital e ações, criar recursos por meio de obrigações diversas, e de

estabelecer sociedades bancárias nos territórios da concessão; administrar e explorar, nos termos estabelecidos pela lei, os prazos da coroa; compreendidos na área de concessão e de, nos mesmos termos, cobrar o *mussoco* ou qualquer outro imposto em vigor, dos seus habitantes, respeitando todavia os direitos dos atuais arrendatários; cobrar taxas de licença para entrada, saída ou trânsito de mercadorias nos territórios da concessão; colonizar e administrar todos os terrenos da concessão, e de neles estabelecer povoações, bem a de os arrotear, plantar, cultivar, irrigar, e em geral, beneficiar e explorar esses terrenos; exercer todos os ramos de comércio e da indústria permitidos pelas leis; cobrar contribuições pecuniárias ou de trabalho, devendo os seus processos de repartição e arrecadação ser submetidos à aprovação do governo.

Além das majestáticas, existiam as designadas companhias arrendatárias ou concessionárias da Zambézia, instaladas ao longo do Vale do Zambeze. As companhias concessionárias sucederam ao comércio de oleaginosas feito pelas *Casas Comerciais Alemães, Inglesas e Francesas* (Serra, 1980: 33-52), que compravam amendoim e gergelim do setor familiar para exportar para o mercado Europeu. Todavia, esse mercado decaiu devido à concorrência com a África Ocidental, assim como às políticas régias de António Enes, segundo as quais os camponeses produziram outras culturas de rendimento (*Ibid.*, 1980: 33-52).

Dos escombros dessas *Casas* e dos prazos, surgiram as companhias da Zambézia. “Com elas, que se estendiam aos longos dos rios Zambeze e Ligonha, o *mussoco* passou a ser obrigatório por lei” (*Ibid.*, p.35). Em Quelimane e Tete, por exemplo, o pequeno capital mercantil indiano e português foi extinto na sequência do “surgimento da Companhia da Zambézia (1882), do Boror (1898), do Luabo (1890?), da *Societé du Madal* (1904), da Empresa Agrícola do Lugela (1906) e do *Sena Sugar Estates* (1920)” (Lundo, 2012).

Em 1923, a Zambézia possuía cerca de 853.395 habitantes, 10 milhões de hectares aráveis, dos quais 392.000 cultivados, 62.000 ocupados pelas plantações e 330.000 pelas culturas tradicionais. O distrito de Quelimane produzia amendoim, gergelim, copra, rícino, borracha, cera e gomas, marfim, peles, sisal e açúcar em grande escala e possuía cerca de 5.500 000 coqueiros avaliados em 500 000 libras. Quanto à indústria, existiam moageiros, fábrica de sisal, de tabaco, de algodão, de açúcar e outras; e no setor mineiro existiam a Companhia Mineira de Moçambique Lda. e a *Zambezia Mining Development*, Lda. que exploravam o carvão, óleos minerais e ferro (Serra, 1980: 37).

A Companhia da Zambézia (CZ) foi criada em 1892, por Paiva de Andrada, como uma fusão da empresa *Fundateurs de la Compagnie Général du Zambeze* com a *Central*

Africa and Zouthamberg Exploration Company. A CZ estendia-se desde o rio Chire até ao limite com a Rodésia do Norte (Zâmbia), e entre o Zumbo (Tete) até ao rio Luenha; e explorava os distritos de Quelimane e de Tete. A CZ tinha cerca de 400.000 coqueiros, 3.000 hectares de sisal, 10.000 cabeças de gado bovino; cobrava *mussoco* e usava mão-de-obra local. As plantações da CZ produziam o coco, a cana sacarina, o sisal e o algodão. As populações cultivavam o milho, o arroz, mandioca, mapira e legumes para a sua alimentação (*Ibid.*, 1980: 37).

A *Société du Madal* foi criada em 1903, fixando os seus escritórios na então Vila de S. Martinho de Quelimane, tendo recebido como trespasse os antigos prazos de Cheringoma e Tangalane que outrora foram propriedade do conde de Vila Verde (Sequeira, 2012). No ano seguinte, a empresa *Huileries et Savonneries* de Moçambique foi obtida e o prazo de Maindo por trespasse da empresa Correira de Carvalho; em 1906 foi adquirido o prazo de Inhassunge que era concessionário da empresa Ribeiro & Ca. Lda. (*Ibid.*). A sede da *Société du Madal* encontrava-se no Mónaco. No início era designada por Gustave Bovay & Cie, e mais posteriormente de Chr. Thams e Cie e Bobone, Bonnet & Cie. Mais tarde tornou-se na sociedade de Theopile Bonnet e Thomas Fearnley, tendo recebido, por isso, o nome Bonnet, Fearnley & Cie. Por fim, ficou designada por *Société du Madal* (Sequeira, 2012; Chichava, 2013: 159).

A Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão afetaram a produção de copra, tendo o seu preço caído no mercado. Atualmente, apenas a Madal, uma das quatro empresas, se encontra em funcionamento (Munguambe, 2013). No entanto, o palmar da companhia encontra-se afetado pelo *candidatus phytoplasma palmae* (amarelecimento letal do coqueiro). Deste modo, a empresa encontra-se a repor os coqueiros atingidos pela doença com outros de uma espécie resistente (Carlos, 2007), graças ao financiamento de 18 milhões efetuados por uma ONG estadunidense, *Millennium Challenge Account* (*Ibid.*, 2013).

A empresa Boror, cuja história possui uma relação íntima com o envolvimento de missionários protestantes suíços no capitalismo colonial no centro de Moçambique, sobretudo na Zambézia (Chichava, 2013: 16), foi fundada em 1899, por capitalistas Suíços, Joseph Émile Stucky de Quay e Eigenman, e por um Português, Pereira, à luz da escritura pública de 8 de agosto de 1899 (*Ibid.*, 2013: 169; Caixa Geral de Depósitos, s.d.; Governo da Província da Zambézia, s.d.).

Inicialmente, a companhia adquiriu os prazos de Boror e Tirre, tendo mais tarde obtido Nameduro, pertencente a Amaral e Companhia, e Licungo e Macuse, pertencentes a Pedro Campos Valdez, um empreendedor português (*Ibid.*, 2013:169). Em termos de

extensão, a Boror ocupava cerca de 50.000 hectares (Portugal Colonial, s.d.: 21), nos quais plantou cerca de 1.8 milhão a 2 milhões coqueiros. Possuía igualmente a fábrica de açúcar com centenas de pés de sisal, armazéns e cisternas (PT/TT/AGU/006/006701).

A Boror produzia igualmente café, sisal, coco, açúcar e gado bovino, sendo que as culturas de coco e sisal conferiram bastante sucesso à empresa (Stucky de Quay, 1928, 1943 *apud* Chichava, 2013: 169). À semelhança de outras companhias, a Boror cobrava o *mussoco*, sendo considerada pelas autoridades coloniais Portuguesas como a mais inovadora, contribuindo bastante durante o processo de colonização (Chichava, 2013: 160). Além disso, a Boror foi a maior companhia de Moçambique que teve o maior palmar do mundo, sendo igualmente o maior empregador na Zambézia (Vail e White, 1980: 117). Contudo, foram os maus tratos aos trabalhadores, baixos salários, más condições de trabalho, intervenções militares, fatores que conduziram à migração massiva das populações para Niassalândia e Rhodesia (*Ibid.*, 1980:117). Deste modo, e devido a fúria popular, logo após os Acordos de Lusaca, assinados a 7 de setembro de 1974, a Boror foi atacada, sendo exigida a restituição das terras que estavam na sua posse (Tempo, 1974 *apud* Chichava, 2013: 161).

A Companhia do Luabo foi criada em 1895 por John Hornung, encontrando-se localizada na baixa e nos antigos prazos da Zambézia (Newitt, 1995: 420-21). Por volta do ano de 1900, a Companhia do Luabo, por iniciativa de Paiva de Andrada, levou a cabo algumas experiências com a planta de sisal no Marral (Distrito de Quelimane), que, no entanto, fracassaram (Portugal Colonial, 1932: 7). A empresa incorporava a *Sena Sugar Estates* incluindo os antigos prazos de Marral, Marromeu, Maganja d'Aquém Chire e Charre. Em 1913, a Companhia adquiriu igualmente o antigo prazo de Angónia como fonte de força de trabalho (Guina, 2009: 59).

Como parte da *Sena Sugar Estates*, a Companhia do Luabo desenvolveu grandes projetos agroindustriais, incluído a fábrica de açúcar que até 1972 apresentava uma capacidade de produção de 75.150 toneladas anuais (Companhia de Sena, 2006 *apud* Guina, 2009: 59-61). No seu período áureo, a companhia empregava cerca de 10 mil trabalhadores, compreendendo a produção de açúcar, a atividade mais lucrativa da companhia. A mão-de-obra compreendia um fator importante para a plantação de cana, sendo os trabalhadores contratados em regime sazonal, quer para a plantação, quer para o corte. Muitos deles eram oriundos de Angónia, Nampula, Tete e Zambézia, de onde eram recrutados com o apoio de régulos locais, recebendo em troca vinho, roupas, peixe seco, carne seca, sal e farinha (Guina, 2009: 60). A companhia atingiu o seu apogeu no início da década de 1970, período a partir do qual começou a declinar devido ao avanço da LALN. Um elevado número de técnicos saiu,

cerca de 12 mil hectares de cana-de-açúcar e várias infraestruturas ficaram completamente destruídas (Guina, 2009: 62; Mukwesso, 2016).

A *Sena Sugar Estates* continuou a operar e foi nacionalizada a 10 de agosto de 1978, quando tinha cerca de 25.000 trabalhadores, 12.000 em Luabo e 13.000 em Marromeu. O Governo intervencionou o setor açucareiro com a ajuda técnica de cubanos, ainda que os resultados tivessem sido negativos. Finalmente, em 1985, a companhia cessou as suas atividades devido ao avanço da guerra civil, deixando cerca de cem mil famílias afetadas devido ao desemprego nas duas margens do rio Zambeze (Guina, 2009: 62).

A Empresa Agrícola do Lugela foi fundada em 1905 por Francisco Monteiro, Carlos Masetti e Pedro Gusmão que arrendaram os antigos prazos Lomué, Lugela e Milange, criando plantações de chá, sisal e tabaco, sendo o chá a cultura mais importante (Chichava, 2013: 161; MAE, 2005:). Deste modo, em 1924 a empresa construiu uma fábrica para processamento do chá cultivado na sua propriedade de 270 hectares em Milange. No ano seguinte, iniciou a exportação do chá para Portugal, o principal destinatário do produto (Sutton, 2014: 65).

Porém, a despótica gestão de René Vuilleumier levou a que a companhia perdesse um elevado número de trabalhadores, fugindo para Niassalândia; aliando-se a maioria da população que permaneceu às tropas alemãs aquando da chegada das mesmas na Zambézia, em 1918 (Chichava, 2013: 162). Relata-se que Vuilleumier cometeu graves abusos contra as populações, de entre os quais a obrigação das populações na venda dos seus produtos dentro do território da empresa e a compra de bens acabados da mesma, punições corporais, abusos sexuais, maus tratos aos trabalhadores e às mulheres grávidas que eram obrigadas a executar trabalhos duros (*Ibid.*, 2013: 161-162).

Devido à superioridade militar por parte das tropas alemãs, durante as suas invasões, na região zambeziana, houve muitas perdas do lado Português. Vuilleumier ficou ferido durante os combates, quando comandava um grupo de soldados Africanos, conhecidos por *Sepoys*, em defesa da soberania Portuguesa (Linder, 2001: 57).

Diante dessa agitação, as populações de Lugela, sobretudo na área do *mwene Mutumula* queimaram os edifícios da companhia. Mas, em resposta desses actos, Vuilleumier ordenou que os insurretos fossem presos, mal tratados e mortos. (...) alguns chefes locais (*samaçoas*) de Murapa, Mahala, Vingoe (e suas duas esposas), chefe Ecaia e seu filho Mugabeque foram mortos. A terra e casas do chefe Mualija e da sua população foram saqueadas e queimadas pela empresa (Chichava, 2013: 162).

Esses factos, associados à influência da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Munguluni, fizeram com que as populações do régulo Mutumula apoiassem a LALN contra

os Portugueses (*Ibid.*, 2013), mas os mesmos não representavam todos os suíços, pois houve missionários Suíços que cultivaram o espírito nacionalista e libertário (Ngoenha, 1999: 425-436; Silva, s.d.: 43). Deste modo, entende-se que os capitalistas Suíços e missionários tinham objetivos diferentes. Na prática, quer Suíços missionários, quer capitalistas despertaram a consciência libertária: os primeiros pela educação de jovens nas missões e os segundos pelas sistemáticas atrocidades e humilhações infligidas sobre as populações.

2.4 A transformação das companhias e emergência do “ultracolonialismo”

Com a queda da primeira república (1910-1926), por via Militar a 28 de maio de 1926, Portugal sofreu profundas alterações a nível político e governativo. Instalou-se a ditadura fascista, designada por *Estado Novo*, que teve como papel alterar a política colonial de modo a tentar suprir as fragilidades económicas e financeiras que o país atravessava, adotando um conjunto de leis que legitimassem a violência sobre os colonizados, de modo a que o Estado colonial Português produzisse um maior nível de riqueza.

Deste modo, entre 1930 e 1935, Portugal produziu uma série de decretos, leis e regulamentos relativos às suas colónias em África, de entre as quais se destacam as seguintes: o Ato Colonial de 1930, 1933 e 1935; a Carta Orgânica de 1930, a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933, incluindo a Reforma Constitucional de 1933. Ao abrigo do novo Ato Colonial, publicado pela Lei nº 1:900 de 21 de agosto de 1935, a relação entre o Estado Colonial e as colónias sofreu alterações financeiras e político-administrativas, como foi o caso dos domínios ultramarinos de Portugal, que se denominam por colónias e constituem o Império Colonial Português sendo, nos termos da mesma lei, garantidas às colónias a descentração administrativa e autonomia financeira, que sejam compatíveis com a Constituição, o seu estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios, sem prejuízo do disposto no artigo 47º e ficando a autonomia financeira das colónias sujeita às restrições ocasionais, que sejam indispensáveis por situações graves da sua Fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a Metrópole.

Uma década após esta viragem, as companhias perderam os seus privilégios ao abrigo dos Decretos-Lei 31896 de 27 de fevereiro e de 18 de julho de 1942. Deste modo, em 1942 todos os territórios da companhia majestáticas (Moçambique e Niassa) passaram à administração direta do Estado Colonial Português.

Seguiu-se então a fase de colocar a burguesia Portuguesa perante os desafios de concentração e centralização do capital para desenvolvimento da indústria instalando

cidadãos Portugueses nas colónias para produção de matérias-primas para venda à pátria mãe em troca de produtos manufaturados (Wuyts, 1980: 14-15). Salazar almejava que cada colónia fosse autossuficiente financeiramente. Porém, Portugal precisava de algodão barato, para poder competir no mercado internacional, e de expandir, racionalizar e institucionalizar o sistema de trabalho forçado, de modo a que pudesse concorrer com África do Sul e Rodésia do Sul.

Para tal, o trabalho forçado foi um mecanismo institucionalizado, através do qual Portugal fascista extraiu a mais-valia absoluta no processo de acumulação primitiva de capital, quer através da venda da força de trabalho, quer através do cultivo forçado de culturas de rendimento (Wuyts, 1980: 11, 17-18). Tratava-se então do modo de acumulação de capital, baseado na mais-valia absoluta, resultante do trabalho forçado e da máxima exploração de vários recursos a baixo custo pelo Estado, o que foi designado como sendo *ultracolonialismo* por Anderson (1966) *apud* Varela e Louçã (2016: 20).

O regime forçou os colonos Portugueses a migrar para as colónias, tendo em vista três fins, ou seja, manter o colono dentro da jurisdição de Portugal, contribuindo para o rendimento nacional e serviço militar; criar uma burguesia colonial ou aristocracia operária; e ludibriar a comunidade internacional face às pressões a favor da descolonização (Wuyts, 1980: 19). Todavia, para o alcance de tais objetivos, Portugal recorreu a grupos financeiros e de seguros portugueses e estrangeiros, como descreve a FRELIMO.

Na última década intensificou-se o domínio dos grupos financeiros portugueses ligados ao imperialismo, sobre a economia moçambicana. (...) oito grupos (BNU, Champalimaud, CUF, Borges & Irmãos, Espírito Santo, SONAP, Banco Português do Atlântico e Sociedade Central de Cerveja); três grupos portugueses com origem em Moçambique (Entrepasto, João Ferreira dos Santos e Diana); e um grupo sul-africano (Anglo-American). Esses grupos controlavam a banca e os seguros, a indústria transformadora e o comércio por grosso e externo (FRELIMO, 1977: 5).

Outros grupos monopolistas do setor energético foram convidados a investir na prospeção e exploração de minérios, gás e petróleo.

Assistiu-se a um desenvolvimento crescente das potências imperialistas em Moçambique que manifestaram o seu interesse na prospeção de recursos do subsolo principalmente o petróleo, conduzido por grupos americanos, franceses, alemães ocidentais e sul-africanos (Clark Oil, Skelly Oil, Hunt, Gulf Oil, Pan American International, Texaco, Société National des Petroles D'Aquitaine, G. Bank Bewerk e Anglo-American), de minerais sólidos de Tete levada a cabo por grupos japoneses e sul-africanos (Sumitomo e Anglo-American) e de gás natural (World Mineral) (*Ibid.*, 1977: 5).

Deste modo, no período compreendido entre 1960 e 1973, a carteira de investimentos Portugueses e estrangeiros cresceu bastante. A produção agrícola, industrial e de energia

elétrica aumentou, o número de efetivos de trabalhadores aumentou igualmente (tabela 4). No entanto, isso não impediu que Moçambique lutasse pela sua independência.

Tabela 4 - Evolução de investimentos na produção agrícola e industrial 1960-1970

Período	Investimento na prod. industrial [milhões]		Plantações agrícolas [unidades]		Produção de energia [kwh]		Trabalhadores Agrícolas [mil]		Trabalhadores Industriais [mil]	
	1960	1973	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1961	1972
Valor	3.7	16.4	2.500	4.650	236	683	186	454	64	94

Fonte: FRELIMO, 1977: 5

Este despertar tardio de Portugal levou a que o processo de descolonização fosse igualmente tardio e atípico. No lugar de conceder independências às suas colónias, Portugal inventou planos de fomento (Pedro, 2013: 37), negou soluções pacíficas e adotou a guerra para perpetuar-se em África (Belluci, 2006: 48). Aliás, criou alianças secretas, como a Alcora (Afonso, 2009: 221-226; Meneses, 2013: 52-58), perpetrou massacres, de entre os quais o de *Wiriamu*, descrito em detalhe por Dhada (2016: 263-282), e no final pretendia conceder independência, sem descolonização (Bragança, 1986: 7-28), alegando que os Africanos não estavam preparados para decidir o seu futuro e, por isso, seria necessário prepará-los para o mesmo (*Ibid.*, 1986:11).

Essa situação colidia totalmente com os artigos 1º e 2º da Lei 7/24 de 27 de julho de 1974, atinentes à Lei da Descolonização, com os artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e com Direito de Autodeterminação dos povos, previsto no Capítulo I da Carta das Nações. Contudo, face à inflexibilidade diplomática, por um lado, e continuidade da guerra colonial, por outro, a FRELIMO viu-se obrigada a combinar estrategicamente os meios diplomáticos e militares, até chegar ao Acordo de Lusaca, no dia 7 de setembro de 1974 (*Dia de Vitória*), seguido da formação de um Governo Provisório, que funcionou entre 22 de setembro de 1974 e 25 de junho de 1975, sendo este último dia da proclamação solene da Independência Nacional pelo Primeiro Presidente, Samora Moisés Machel, no Estádio da Machava, Cidade da Matola, Província de Maputo.

2.5 A relação entre o Estado colonial e as companhias, e o impacto das companhias nas comunidades locais

A relação entre o Estado Colonial, as companhias e o capital mineiro era de dependência, ou melhor, a economia colonial Moçambicana dependia estruturalmente das monoculturas, incluindo infraestruturas, como o Porto da Beira, desenvolvidas pelas companhias e relações económicas com o capital mineiro sul-africano.

A inevitabilidade das companhias para Portugal empreender a exploração lucrativa de Moçambique (Direito, 2013: 104) revela que Portugal dependia do capital das companhias para levar a cabo a ação colonial. Essa dependência não residia apenas no facto de que as companhias investiriam o seu capital, mas que fariam igualmente campanhas militares para o processo de *pacificação*, construindo diversas infraestruturas e integrando as comunidades locais no sistema capitalista como produtoras de matérias-primas.

As companhias investiram em plantações e no agro-processamento, assim como na mineração de pequena escala. Para tal, ocuparam terras, recrutaram sistematicamente os nativos como mão-de-obra barata e, por conseguinte, destruíram as relações sociais de produção e autossuficiência alimentar das famílias (Carvalho, 1983: 303). Além disso, as companhias cobravam impostos e submetiam os membros das comunidades locais ao trabalho forçado.

Findas as companhias, os territórios passaram à administração direta do Estado. Pretendendo a acumulação de riqueza a baixos custos, as autoridades coloniais intensificaram aquilo que as companhias vinham fazendo, ou seja, trabalho assalariado, culturas obrigatórias, trabalho forçado ou correcional, pagamento de impostos, resultando no que Anderson (1966) *apud* Varela e Louçã (2016: 20) apelidaram por *ultracolonialismo*.

2.6 Relação entre Estado Colonial e o capital mineiro sul-africano, e o impacto do capital mineiro sul-africano nas comunidades locais

Além das companhias, o Estado Colonial dependia do capital mineiro sul-africano. Desde o período pós-Gungunhana, as autoridades portuguesas e as mineradoras sul-africanas desenvolveram relações para a acumulação de capital com base na mais-valia absoluta, resultante dos baixos salários dos trabalhadores e aumento de tempo de trabalho (Covane, 1989: 37). Em geral, as relações baseavam-se na exploração do Porto de Lourenço Marques, caminho-de-ferro, comércio e fornecimento da mão-de-obra para minas (*Ibid*, 1989). Assim,

o Estado cobrava impostos aos trabalhadores mineiros, da utilização dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques –África do Sul e do porto de Lourenço Marques (Silva, s.d.).

O impacto do trabalho migratório em Moçambique, particularmente no Sul do país, foi multidimensional, sendo simultaneamente contraditório. Por um lado, conduziu ao processo de monetarização da economia do Sul do país, elevando o poder de compra do maior número de mineiros e conferindo um novo impulso às trocas comerciais no Sul de Moçambique (Carvalho, 1983: 304). Por exemplo, quando voltassem 25.000 trabalhadores mineiros, circulavam na região território do Sul de Moçambique cerca de 750 mil libras empregues geralmente na celebração do lobolo, na compra de gado, em álcool ou vinho, algodão, enxadas e têxteis, funcionando, desta forma, como catalisador do desenvolvimento social e económico e da estabilidade no Sul do país, sobretudo na região do Vale do Limpopo (Covane, 2001: 281).

Por outro lado, porém, alterou profundamente os padrões culturais, económicos e sociais das populações locais, tendo influenciado a introdução do pagamento do *lobolo* e ritos de iniciação em dinheiro e diminuiu drasticamente a força de trabalho, motivou à migração de famílias inteiras, criou uma relativa dependência das famílias em relação ao trabalho assalariado, forçou a mulher a integrar-se em atividades económicas fora da produção do sector familiar (Carvalho, 1983: 304). Além disso, o trabalho migratório constituiu um autêntico vetor de importação de doenças incuráveis contraídas nas minas do *rand*, causando em muitos casos a incapacidades físicas e mortes (Covane, 2001: 281).

Em suma, o capital colonial integrou as famílias no sistema capitalismo como produtores de matérias-primas; destruiu as relações sociais de produção devido ao recrutamento para as minas e excessiva ocupação dos camponeses na produção de matérias-primas. O mesmo criou dependência relativamente ao dinheiro, distorceu a cultura e, paradoxalmente, manteve os métodos e meios de produção familiar nos moldes pré-capitalistas (Carvalho, 1983: 304-06). Além disso, o imposto (*mussoco*) e o trabalho forçado (*xibalo*) conduziram a um desequilíbrio demográfico devido à saída de um número considerável de famílias para os países vizinhos, e a mulher, sobretudo do sul do país, integrou-se na economia monetária, alterando a estrutura familiar e o meio social (*Ibid.*, 1983:306).

2.7 Moçambique 1975-2018: Afro-marxismo, emergência do Neoliberalismo e *boom* das Multinacionais

Entre 1975 e 2018, Moçambique atravessou uma turbulência económica, social e política, marcada pelo fracasso do Afro-marxismo (1977-1987/90), uma Guerra Civil (1976-1992), efeitos negativos consequentes dos programas neoliberais (PRE e PRES), o desencontro dos megaprojetos com as economias locais, e os efeitos adversos da crise económica e financeira ocorrida entre 2008 e 2009.

Moçambique tornou-se um país afro-marxista, à luz do III Congresso da FRELIMO, realizado entre 3 e 7 de fevereiro de 1977. Este definiu que a propriedade estatal e cooperativa estabelecerá novas relações de produção com base económica no poder popular democrático (FRELIMO, 1977: 15). Contudo, para a construção da democracia popular e do bem-estar social seria prioritário e imperioso aumentar a produção agrícola, comercial e industrial.

A edificação de uma base económica de Democracia Popular exige o aumento da produtividade e da produção em todos os campos pois, só assim, será possível assegurar as condições materiais que permitam a satisfação das necessidades básicas do povo, criando mais riqueza, mais postos de trabalho e melhoria das condições de vida do povo em geral e dos trabalhadores em particular (FRELIMO, 1977: 16).

Deste modo, a criação de *Aldeias Comuns* foi considerada como uma estratégia adequada para este desiderato. Além de projetar-se a mobilização de força de trabalho e a racionalização dos recursos em prol da promoção da produção e produtividade, as *Aldeias Comuns* eram espaços de doutrina político-ideológico das comunidades locais.

A maior parte da nossa população vive no campo, de forma dispersa. A sua organização em *Aldeias Comuns* é uma exigência fundamental do desenvolvimento económico. [...] só com a organização de produção colectiva nas *Aldeias Comuns* será possível mobilizar e utilizar racionalmente as nossas potencialidades para promover o aumento da produção e da produtividade, criar excedentes, desenvolver forças produtivas, estender os benefícios sociais as largas massas, acelerar a solução dos problemas de transporte, comunicação e comercialização (*Ibid.*, p. 15).

As *Aldeias Comuns* foram concebidas como a base de organização social do povo moçambicano, a partir da qual as populações, obedecendo ao Governo Central, promoveriam o seu desenvolvimento económico e social, através do emprego das suas forças produtivas e organização em cooperativas agrícolas.

Na agricultura devemos aproveitar integralmente as infra-estruturas existentes em especial os regadios através de criação de empresas estatais ou cooperativas [...]. A organização dos camponeses em cooperativas permitirá o aumento de produção, facilitará o abastecimento de factores de produção e o escoamento, e constituirá um

dos processos de produção das Aldeias Comunsais. Na comercialização, a constituição de cooperativas pelas populações será um instrumento eficaz na resolução dos problemas de abastecimento de bens e consumo (*Ibid.*, p. 19).

Em resultado disso, Moçambique, com um total de 12 milhões de habitantes, possuía um milhão de pessoas distribuídas em 1000 *aldeias comunais* e organizadas em 500 cooperativas agrícolas com mais de 30.000 membros (Isaacman e Christie, 1979). Em 1979, criou-se o Plano Estatal Central (PEC) como uma estratégia do Estado baseada num conjunto de diretrizes económicas relativas à organização económica em geral e à planificação e gestão combinada de empresas estatais (Maloa, 2016: 86-106).

A Lei nº 6/79 de 3 de julho e o Decreto nº 16/87 de 15 de julho ditaram que a terra pertence ao Estado. Com base nessas leis, o Governo confiscou e converteu as terras dos camponeses e pequenos produtores privados em *machambas* estatais (Cahen, 1987: 130-167). A dedicação dos camponeses às *machambas* estatais prejudicou as famílias no sentido em que as mesmas não produziam o suficiente para a sua alimentação e, desta forma, a fome assolou profundamente as famílias camponesas (Maloa, 2011: 91).

Em 1979, criou-se também o Plano Prospetivo e Indicativo (PPI). Este foi o primeiro plano económico e social do Estado socialista baseado na propaganda de liquidação da pobreza na década compreendida entre 1980 e 1990 (Castel-Branco, 1995: 583). Com o PPI, o Governo impôs que *machambas estatais* operassem nas antigas plantações coloniais, no sentido de se promover uma produção em grande escala para exportação. Contudo, o plano fracassou devido à guerra civil, secas severas e, sobretudo, à crise económica mundial (Rosinha, 2009: 94), mas também pelo facto do sistema obrigar as pessoas a viverem em aldeamentos onde, em muitos casos, não havia terra fértil, lenha e água suficientes, para além das diferenças entre os aldeões em termos de usos e costumes entre os aldeãos (Meque, 2013: 32).

Devido à guerra civil, muitas infraestruturas económicas ficaram destruídas. Entre 1981 e 1983, o volume de exportações caiu dos 281 milhões de dólares; em 1981, para 76.6 milhões, a importação de crude subiu de 31.4%, em 1975, para 59.5%, em 1981, a produção industrial caiu em 30.9% e agrícola em 22.8%, e em 1983 o país viu-se incapaz de pagar dívida (*Ibid.*, 2013: 36). Em consequência disso, entre 1980 e 1986, o PIB decresceu mais de 30% e o crescimento económico foi negativo durante cinco anos consecutivos (Rosinha, 2009: 94). Além disso, a dívida externa aumentou para quase 500% e mais de 60% dos projetos de investimento foram cancelados (Coelho, s.d.). O país passou a depender de ajudas externas em cerca de 70% do seu Produto Interno Bruto (Newitt, 1997: 486).

A crise económica agravou-se com a rejeição da candidatura de Moçambique a membro do COMECON (Cabrita, 2001: 111) e, conseqüentemente, a queda dos apoios financeiros da URSS ao país (Maxwell, s.d.: 108). Diante desse cenário, o IV Congresso do Partido Frelimo, realizado entre 26 e 30 de abril de 1984, decidiu alterar o seu sistema económico de economia planificada para uma economia do mercado (Guilengue, 2015). Foi assim que, em 1984, o país aderiu às IBWs, subscrevendo os princípios neoliberais. Nesse quadro, e à luz da Lei nº de 4/84 de 18 de agosto, o Governo aprovou um instrumento jurídico-legal promotor e orientador de investimentos privados nacionais e estrangeiros.

Em 1986, as IBWs lançaram o PAE. Como detalhado no capítulo I, tratava-se de um programa internacional desenvolvido pelas IBWs, através dos *Structural Adjustment Loans* (SAL) (empréstimos do ajustamento estrutural), aprovados pelo Conselho do Banco Mundial, a 5 de fevereiro de 1980 (Easterly, 2005: 1-2). A partir de 1987, beneficiando-se dos SAL, Moçambique levou a cabo o Programa de Reabilitação Económica (PRE). Contudo, o PRE falhou nos seus objetivos devido à existência de um partido único, a insuficiência dos recursos externos face aos graves problemas sociais causados pela prolongada guerra civil, dentre os quais a fome, e devido à incapacidade de o Governo conciliar as estratégias de atores externos e internos (Macuane, 1996).

O PRE implicou o corte de salários, despesas de educação e saúde, redução de funcionários e encargos sociais para com os trabalhadores; e encontrou a maioria da população dependente da agricultura familiar baseada em meios e métodos rudimentares e não preparada para engrenar no novo sistema económico (*Ibid.*, 1996). Tendo falhado o PRE, o Governo de Moçambique adotou as *Social Dimensions of Adjustment* (questões sociais do ajustamento) e, por via disso, em 1989, transformou o PRE em PRES. Todavia, o mesmo não impediu o aumento dos fossos sociais, a precariedade e a vulnerabilidade social das mulheres, crianças das pobres, a escassez serviços de educação e saúde e nutrição (Marshall, 2007: 28).

Portanto, quer o *Consenso Washington*, assim como as IBWs e muito menos o PAE não promoveram o almejado desenvolvimento, apenas implantaram o neoliberalismo no país cujos marcos incidiram sobretudo na privatização das *Empresas Estatais*, na liberalização do mercado e na abertura do país ao capital estrangeiro. Deste modo, desde o fim da guerra civil, em 1992, sobretudo depois das eleições gerais e multipartidárias de 1994, que Moçambique tem vindo a ser palco de grandes projetos capitalistas, conhecidos por megaprojetos, no âmbito das políticas de atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e existência de recursos naturais valiosos e apetecíveis aos capitalistas estrangeiros.

Os fatores de ordem económica (internos e externos), que são resumidos a seguir, revelam claramente que o Estado socialista Moçambicano não tinha a capacidade de dinamizar a economia, mantendo os níveis de produção e produtividade sustentáveis, tendo, por isso, tolerado e mantido algumas das grandes empresas coloniais, tendo-se associado a algumas que surgiram no período pós-independência.

Com efeito, a adoção do socialismo, em 1977, não significou necessariamente a eliminação do setor privado, muito menos a expulsão de grandes empresas capitalistas, pois o país dependia ou precisava dessas empresas para sobreviver. Até 1982, cerca de 27% das empresas agrícolas, comerciais e industriais eram privadas contra 73% estatais ou intervencionadas (Pitcher, 2003: 796). De facto, o Estado manteve empresas coloniais devido à sua incapacidade económica, financeira e técnica de manutenção dos níveis de produção, por um lado, e o receio de fuga de capitais e sabotagens, por outro. E, era óbvio que, sem o apoio do sector privado, os efeitos sociais da transição do socialismo para o capitalismo poderiam ser ainda mais graves do que realmente foram (*Ibid.*, 2003:794).

Uma das empresas sobreviventes foi o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM), devido não apenas ao seu maior volume de capital relativamente a outros bancos, mas também porque cerca de 15% da estrutura acionista pertencia a Moçambique, assim como o facto de os funcionários e diretores terem decidido ficar em Moçambique (Pitcher, 2003: 797 e 798). Além do BSTM, sobreviveram igualmente empresas produtoras de açúcar, algodão, caju, copra e sisal e criadoras de gado bovino, como é o caso da Boror, Grupo Entreposto, Madal, João Ferreira dos Santos. O Madal sobreviveu devido ao facto de o acionista maioritário do Grupo, durante os anos de 1970, ser oriundo da Noruega e ter apoiado o governo da FRELIMO no período pós-independência (*Ibid.*, 2002: 62).

À semelhança das portuguesas, empresas capitalistas da África do Sul também sobreviveram ao afro-marxismo moçambique. Para tal, o governo Sul-Africano ameaçou cortar todas as relações económicas com Moçambique, caso alguma das suas empresas fosse nacionalizada (*Ibid.*, p. 798).

Porém, estas empresas operavam sob controlo rígido do Estado, sendo anualmente obrigadas a apresentar planos de trabalho e relatórios de contas aos representantes do Estado, a vender e a comprar ao Estado. As importações das matérias-primas e equipamentos encontravam-se sujeitos a determinadas condições. Além disso, o governo obrigava ao depósito de dinheiro em determinados bancos, ditando o aumento, a transferência ou a redução do valor depositado; autorizava a exportação de lucros, desde que não afetasse o quadro financeiro das empresas; como era de esperar, o Estado moçambicano era favorável a

investimentos privados, mas reservava-se ao direito de participar em quaisquer empresas cujo início fosse financiado por capital estrangeiro (Pitcher, 2003: 799).

A sobrevivência das empresas capitalistas em regimes socialistas não ocorreu apenas em Moçambique, mas também na Alemanha, China, Hungria, Polónia devido à incapacidade do Estado para investir o suficiente na agricultura, construção civil, habitação, restauração, estética e produção de pequenos bens (Pitcher, 2003: 800). Além de grandes empresas privadas, desenvolveram pequenos serviços privados, como o comércio a retalho, reparações, salões de beleza, carpintaria, alfaiataria, boutiques, pesca, entre outros (*Ibid.*, 2003: 801).

Contudo, ao contrário de outros países socialistas, o Estado Moçambicano tolerou grandes empresas privadas, herdadas do colonialismo, desenvolvendo *joint-ventures* com algumas delas, como é o caso do Grupo Entrepasto, a MABOR e João Ferreira dos Santos. Aliás, no que respeita ao comércio rural, e apesar de o governo ter criado uma empresa estatal para comercialização agrícola (AGRICOM), recorreu a comerciantes privados ao nível das províncias, desde que esses obedecessem aos paradigmas do Estado e cumprissem os preços afixados pelo Governo (*Ibid.*, 2003: 798, 803-804).

No início dos anos de 1980, Moçambique passou por uma profunda crise económica, consequente de diferentes fatores, como as desajustadas opções económicas, tomadas no período pós-independência (Cahen, 1987: 133; Castel-Branco, 1995: 598-609). Esta crise caracterizou-se pela queda abrupta da produção agrícola e industrial, causada não apenas pelo avanço da guerra civil e descontentamento generalizado no meio rural em consequência das más opções económicas (Pitcher, 2003: 805), mas também pela saída massiva de empresas e técnicos coloniais portugueses; o esvaziamento das contas bancárias, fraudes e sabotagem; e o repatriamento de ativos. A combinação desses fatores criou uma depressão na economia (Silva, s.d.).

Com efeito, a queda acentuada da produção e das exportações contra o crescente aumento das importações, colocou Moçambique numa profunda crise de balança de pagamentos (Pitcher, 2003: 5). Deste modo, o Governo desdobrou-se numa missão diplomática na procura de ajuda externa, quer através de acordos para fragilizar a RENAMO, quer através de recursos financeiros para reanimar a economia (*Ibid.*, 2003: 805), obteve contatos com governos e homens de negócios europeus, estadunidenses e sul-africanos. Em muitos desses encontros impôs-se a necessidade de Moçambique reestruturar a sua economia e adotar o mercado livre (*Ibid.*, 2003: 805-806).

Internamente, o Estado conciliou-se com o setor privado e adotou a gestão de mercado nas empresas estatais. À luz do IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983, o governo

descentralizou a gestão de empresas estatais, conferindo uma maior autonomia à administração local, no que respeita à planificação, mão-de-obra e produção (*Ibid.*, 2003: 806). Praticamente, a partir de 1983, Maputo já não era solvente. No início de 1984, o governo solicitou o reescalonamento da dívida ao *Club de Paris*, tendo o mesmo imposto a aceleração das negociações com o Banco Mundial e o FMI (Cahen, 1987: 137). Em 1984, o governo aderiu às IBWs e adotou a economia de mercado para se ajustar ao novo paradigma económico, tendo a Comissão Permanente da Assembleia Popular aprovado a lei de investimentos estrangeiros, Lei nº 4/84 de 18 de agosto, como dispositivo jurídico-legal sobre o qual assentariam todos os projetos de investimento de capitais que visassem promover o desenvolvimento económico e social no país (Artigo 3º).

Neste quadro, Moçambique recebeu um crédito de 200 milhões de dólares norte-americanos do Banco Mundial e, em 1985, mais de 45 milhões de dólares, pagáveis em 50 anos, com uma taxa de juro simbólica” (*Ibid.*, 132). No mesmo ano, Moçambique aderiu à *Convenção de Lomé* enquanto mecanismo de cooperação económica entre a União Europeia (UE) e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Ao abrigo da Lei nº 5/87 de 18 de janeiro, que revogou a de Lei nº 4/84 de 18 de agosto, o Governo isentou os investidores nacionais do pagamento de taxas e impostos alfandegários sobre equipamentos, oferecendo-lhes desse modo incentivos e garantias para os seus investimentos (Cahen, 1987: 138; Pitcher, 2003: 807).

A simbiose entre o socialismo e o capitalismo foi controversa, pois, por um lado, as empresas privadas compensavam a ineficiência do socialismo em certas áreas em termos financeiros; mas, por outro, as mesmas destruíam o edifício do Estado socialista em construção. Embora o Estado socialista tivesse tolerado o setor privado, as reformas fragilizaram profundamente as instituições do Estado (Pitcher, 2003: 7). Com efeito, a reemergência do setor privado arruinou os alicerces ideológicos e sociais do Estado socialista, através de conflitos ocorridos em quase todas as províncias a favor de reformas, tendo o Governo optado pela reestruturação da economia (*Ibid.*, 2003: 7-8).

É nesta perspetiva que Róna-Tas (1994: 47) refere que a transição do socialismo para o capitalismo começa a partir do momento em que o Estado constrói o setor privado, adota a legislação e as políticas da economia de mercado. Curiosamente, na transição ocorrida em Moçambique, diferentemente da dos países da Europa do Leste, as elites moçambicanas ligadas ao poder sobreviveram e tornaram-se atores do novo modelo económico, pois não apenas utilizaram o acesso ao poder como trampolim para poderem usufruir das

privatizações, mas criaram igualmente uma base de apoiantes no setor privado, permitindo-lhes manter o poder político e económico (Pitcher, 2003: 808).

À semelhança dos outros países africanos, essas alianças económicas conferiram à emergente elite capitalista moçambicana um papel crucial no processo da formação do capital atualmente em curso, devido à sua origem histórica, competências, experiências, proximidade ao poder político e, sobretudo, à elevada capacidade financeira (*Ibid.*, 2003: 813). Com efeito, os capitalistas nacionais compraram cerca de 90% das empresas estatais privatizadas e participaram em vários projetos agrícolas, comerciais, industriais e turísticos. As elites económicas salvaram o Estado e o Partido, recebendo privilégios em troca (*Ibid.*, 2003: 813, 819). Este processo ocorreu num clima de transformações que afetou profundamente a estrutura económica estatal levando, por conseguinte, a erosão do setor estatal (*Ibid.*, 2002: 103).

Ainda neste quadro de transição, e à luz da Constituição de 1990, Moçambique criou uma série de instrumentos conducentes à transição do socialismo para o capitalismo. A partir de 1991 diversas leis e decretos-leis regularam os processos de privatização da economia, definindo as diretrizes do processo de avaliação e venda dos empreendimentos estatais e as condições para a aquisição privada, estabelecendo instituições de crédito e criando fundos para apoiar as pequenas empresas e os investidores nacionais.

Além disso, a legislação estabeleceu novas regras para o sistema fiscal, o repatriamento de lucros, o emprego de estrangeiros e os procedimentos de exportação e importação (*Ibid.*, 2003: 809). Apesar de o Governo usar privatizações como estímulo para o setor privado, este encarregou-se em transformar vários recursos em riqueza e promover o desenvolvimento económico e social. Por esta razão, o investimento direto estrangeiro foi, e permanece, crucial para a sobrevivência da economia.

A efetivação dos megaprojetos, resultante da combinação dos fatores acima referidos, aliada à adoção de determinadas leis, como a Lei de Investimento e o seu regulamento, Lei de Petróleos, Lei das Zonas Francas Especiais (ZEE) e Lei das Zonas Francas Industriais (ZFI), Lei de benefícios fiscais, entre outras, visavam atrair o IDE e incentivar empresas capitalistas estrangeiras dele resultante a investir no país, na crença promover o emprego, a transferência de tecnologias, aumentar os níveis de produção, elevar os índices macroeconómicos e a imagem neoliberal do país (Castel-Branco, 2002: 2).

Castel-Branco (2008:1) define megaprojetos como atividades económicas com investimento inicial não inferior a US\$ 500 milhões e cujos impactos produtivos e comerciais

são enormes. Trata-se de empreendimentos desenvolvidos por empresas MNCs que investe os seus capitais nos setores agrícola, energético, mineiro e industrial (apêndices 5 e 6).

Foi nesse contexto que, em 2000, por exemplo, no setor energético surgiu a multinacional sul-africana *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* (SASOL) com o projeto de Gás de Pande e Temane. No setor mineral, em 2007, a multinacional Irlandesa *Kenmare Resources* para extrair o titânio e zircão (*areias pesadas*) em Moma, província de Nampula. No setor industrial destacou-se a empresa *Mozambique Aluminium* (MOZAL) em Beluluane, na cidade da Matola, capital da província de Maputo; a sul-africana *Transvaal Suiker Beperk* promotora do projeto Massingir Agroindustrial, com o objetivo de produzir cana-de-açúcar e etanol, ocupando uma extensão de 37mil hectares. No setor agrícola, de entre várias empresas (vide apêndice 5), destacaram-se duas empresas chinesas *Hubey Gaza Friendship Farm* e a *Wanbao Africa Agricultural Development Lda* (WAAD), orientadas para a produção de arroz, numa extensão de pouco mais de 21 mil hectares no baixo Limpopo, Província de Gaza.

Nesta perspetiva, e a avaliar pelo poder financeiro dessas empresas e de influência aos indicadores económicos, é evidente que as análises do Castel-Branco (2002 e 2008) convergem com as do McLearn (2003: 363), ao considerarem que os megaprojetos possuem um enorme poder sobre as economias dos países pobres:

Se pegarmos em três megaprojetos apenas a Mozal; a mina de areias pesadas de Moma; e o projeto de gás natural da Sasol [...], podemos verificar que: o custo de investimento inicial de cada um destes projetos é superior a US\$ 1 bilhão; a soma do investimento realizado por estes três projetos é aproximadamente igual a 60% do PIB de Moçambique; o investimento nestes três projetos é superior a 55% do investimento privado realizado nos últimos 10 anos; a produção conjunta destes projetos aproxima-se de 70% da produção industrial bruta de Moçambique. O valor da produção bruta da Mozal (cerca de US\$ 2 bilhões em 2006) era superior que o orçamento do Estado de Moçambique; e as exportações totais destes projetos aproximam-se de três quartos das exportações nacionais de bens (Castel-Branco, 2008: 1).

Entretanto, em Moçambique, o processo de implementação destes megaprojetos não possui reflexos tangíveis na vida das comunidades locais, de forma particular, e dos cidadãos moçambicanos, em geral, como descreve Castel-Branco.

Os megaprojetos são caracterizados pela falta de ligações com a economia; não criação de emprego equivalente com a magnitude dos projetos; não geram recursos para a economia, ou seja, não pagam impostos e os seus lucros são repatriados aos países de origem; criam pouco impacto no alívio a pobreza; e fazem concorrência desleal com médias e pequenas empresas nacionais [...] (*Idem.*, 2002: 2).

Com a erupção da crise de alimentos e combustíveis (2006 e 2007), associada aos recursos naturais, humanos e fiscais que o país oferece, chegou a Moçambique uma nova

vaga de MNCs no contexto global, com o objetivo de expropriar terras e outros recursos naturais, de modo a desencadear o processo de produção e exportação em grande escala de matérias-primas, sem, no entanto, haver benefícios tangíveis a nível das comunidades locais.

O período que sucedeu às crises mundiais de alimentos e dos combustíveis, ocorridas entre 2006 e 2007, caracterizou-se pela emergência de um paradigma económico e social. Por um lado, o volume dos projetos de investimento no setor agrícola e energético e/ou mineiro aumentou; por outro lado, acresceram os desafios das comunidades locais ao verem deterioradas as condições de vida, tendo surgido simultaneamente novos espaços de luta entre comunidades locais afetadas por empresas extractivistas.

A nova onda de MNCs extractivistas visava suprir a exigência de alimentos e combustíveis (biológicos e fósseis) nos seus países e nos grandes mercados. Com efeito, a fixação dessas MNCs implicou a perda de vastas extensões de terras e recursos vitais por parte das comunidades locais, um cenário descrito por vários autores como sendo *Global Land Grabbing* e de forma geral de “*Land Grabbing in Africa*” (Cotula *et al.*, 2009), “*The New Scramble for Africa*” Carmody (2011, 2016; Ouma, 2012) e “*Novo Colonialismo*” (Liberti, 2011; Broughton, 2013; UNAC, 2015).

Diferentemente da antiga corrida da África e do colonialismo, esta nova corrida contou com o envolvimento dos países da Ásia, Golfo Pérsico e Médio Oriente como novos atores do capitalismo global através das suas empresas extractivistas. É neste contexto que Moyo (2013: 10) refere que a China se encontra a explorar recursos de todas as partes do mundo, sobretudo em África, como estratégia económica e política, não apenas para satisfazer as demandas atuais, mas também antecipar a escassez de recursos no futuro.

Com efeito, foi no quadro dessa nova corrida aos recursos naturais em África que, em 2007, uma empresa vocacionada para o agronegócio, a Matanuska Moçambique Lda. (MML), instalou-se em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo, ocupando cerca de 1600 hectares, para a produção e exportação de bananas, desalojando pouco mais de 600 famílias.

Em 2011, a companhia brasileira Vale do Rio Doce S. A. (CVRD ou simplesmente Vale) ocupou a região carbonífera de Moatize, província de Tete, para extração de carvão mineral. A Vale ocupou mais de 24 mil hectares, afetando um número superior a 750 famílias. No mesmo ano, a *Montepuez Ruby Mining* (MRM), consórcio constituído pela *Gemfields Mauritius Lda.* (75%) e a *Mwiriti Lda.* (25%), ocuparam a região de Namanhumbir, distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, para a extração de pedras preciosas *Ruby* e *Corundo*. A MRM ocupou cerca de 36 mil hectares, afetando os meios de

subsistência dos residentes locais e forçando ao deslocamento um número indeterminado de famílias.

Em 2012, a multinacional estadunidense *Anadarko Petroleum Corporation* (APC), através da sua única subsidiária *Anadarko Moçambique Área 1* (AMA1), e a Italiana *Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. (ENI East Africa)*, ficaram com a Bacia do Rovuma (distrito de Palma) para a extração de gás natural em *offshore* (no mar), ocupando as áreas 1 e 2, da bacia respetivamente. A AMA1 ocupou aproximadamente uma área de 7 mil hectares no cabo de Afungi, local onde será construída a fábrica de liquefação do gás natural, a Vila de Reassentamento e outras infraestruturas. A AMA1 afetou diretamente cerca de mil famílias camponesas locais, constituídas por agricultores e pescadores.

Em 2015, a empresa Australiana *Mustang Resources* (MUS) obteve licença para a exploração de grafite na região de Caula no distrito de Balama, um jazigo descoberto pelo geólogo estadunidense, John Furman, em 1893, no período da Companhia do Niassa. Dois anos depois, a MUS juntou a empresa *Syrah Resources Lda*, detida maioritariamente pela *Twig Exploration & Mining, Lda*. Este projeto ocupou uma área de 106 km², afetando um número inestimável de famílias. Em 2017, o Governo fez quatro acordos com igual número de empresas chinesas para a extração de areias pesadas, nomeadamente a *Africa Great Wall Mining* para operar em Chinde, Inhassunge e Nicoadala, e a *Haiyu Mozambique Mining Company* para Jangamo, na província de Inhambane, e Sangage, no distrito de Angoche, província de Nampula. Assim como *Arhui Foreign Economic Construction* e a *Yun Nan Xinli Nonferrous* para Chibuto. Estas compreendem algumas das diversas MNCs que chegaram a Moçambique para a extração de matérias-primas. Contudo, a sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais e do país é questionável.

2.8 Considerações finais do capítulo

Tal como no passado, o Estado depende estruturalmente das empresas de capitais estrangeiros. Devido a essa dependência, empresas privadas herdadas do colonialismo sobreviveram ao período socialista. Atualmente, e a avaliar pelas dinâmicas e efeitos económicos e sociais das MNCs nas comunidades locais, fica claro que estas operam quase nos mesmos moldes que as companhias coloniais no passado.

Apesar de essas empresas estarem a operar num Estado independente, avaliando pelas suas ações e seus impactos, elas configuram reedição ou reprodução do projeto colonial. Ao se implantarem usurpam terras e outros meios vitais das comunidades locais, forçando-as ao deslocamento e fragilizando a capacidade de manutenção dos meios de subsistências; na fase

de operação, e em forma de *enclaves*, extraem e/ou produzem matérias-primas em grande escala para exportar, sem quaisquer ligações com sistemas de produção das comunidades locais.

CAPÍTULO III – RELEVÂNCIA DA PESQUISA E METODOLOGIA

A Metodologia só pode nos trazer uma compreensão reflexiva dos meios que demonstram seu valor na prática, elevando-os ao nível da consciência explícita, mas não é a pré-condição do trabalho intelectual frutífero como o conhecimento da anatomia não é pré-condição da marcha correta (Weber, 1949: 115).

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê (Arthur Schopenhauer, s.d: 91).

O presente capítulo debruça-se sobre as questões metodológicas, iniciando a apresentação, de uma forma panorâmica, das dinâmicas das MNCs em Moçambique e alguns estudos empíricos sobre os casos de Monapo e Palma, tendo em conta os impactos dos projetos extractivistas das MNCs. Em função disso, apresenta-se igualmente a pertinência da pesquisa e justificam-se as opções metodológicas. Todo o percurso técnico metodológico será descrito, quer relativamente às fontes arquivísticas, bibliográficas e legislativas, quer ao trabalho de campo. Ainda serão abordadas as questões, hipóteses e objetivos da pesquisa, as categorias e códigos utilizados no presente estudo, assim como a lista das dificuldades encontradas aquando da realização do trabalho de campo.

3.1 O panorama e o impacto das MNCs em Moçambique, 2006-2018

Desde a sua independência até à atualidade, Moçambique tem vindo a depender estruturalmente de recursos financeiros externos, sendo um deles o IDE, conduzido pelas empresas MNCs. Como foi referido anteriormente, com a irrupção das crises de alimentos e dos combustíveis, entre 2006 e 2007, Moçambique voltou a ser palco dos interesses capitalistas das MNCs extractivistas. Os impactos sociais e económicos de implantação e operação dessas empresas extractivistas levou a que muitos estudos fossem desenvolvidos para compreender os reais impactos das MNCs a nível das comunidades locais.

Nesta perspetiva, e durante cerca de duas décadas, diversas MNCs, como, por exemplo, a SASOL, Rio Tinto, Vale, Jindal, Kenmare, *Montepuez Ruby Mining*, começaram a explorar os recursos naturais, sendo o mesmo considerado como uma maldição na vida dos Moçambicanos. Os biliões de dólares investidos por estes megaprojetos pouco contribuíram para o PIB, variando em média entre 3 a 10%, criando menos postos de trabalho para os nacionais, oscilando apenas entre 1 a 2%, e nos últimos vinte anos as desigualdades cresceram de 0,41, em 1996/97, para cerca de 0,47, em 2018 (Cruz *apud* Caldeira, 2018).

Lemos (2011) analisou os conflitos entre MNCs, elites económicas nacionais e as comunidades locais no meio rural e, baseando-se nos efeitos da usurpação da terra no seio dos camponeses, concluiu que as novas plantações simbolizam o regresso dos colonos. Por sua vez, Norfolk e Hanlon (2012) reportaram a existência de conflitos entre produtores, camponeses e investidores na alta Zambézia e no Norte de Moçambique, devido ao incumprimento de promessas por parte dos investidores estrangeiros.

Madureira (2014) refere que o projeto *Wanbao Africa Agricultural Development Lda* (WAAD), implantado por Chineses no baixo Limpopo para a produção e exportação de arroz, rompeu as estruturas económico-sociais locais e introduziu lógicas capitalistas como a propriedade privada e a semi-proletarização a favor do capital estrangeiro.

Nas suas notas para um debate sobre megaprojetos e estratégias de desenvolvimento, Castel-Branco (2002) considera que os megaprojetos elevam o PIB, mas não promovem desenvolvimento, ou seja, não existem pontes entre as suas ações e as comunidades locais, criando postos de trabalho exíguos relativamente ao volume dos investimentos realizados. O autor (2008) refere ainda que o fluxo de capitais externos em Moçambique reflete as ambições das corporações MNCs interessadas em explorar recursos naturais, como terras, florestas, minerais e energéticos. Contudo, isto gera uma dependência estrutural do país relativamente ao capital estrangeiro. Existe uma contradição entre o elevado investimento estrangeiro, os crescentes níveis de fome e pobreza nas comunidades rurais, e sobretudo a falta de políticas sociais em prol do desenvolvimento local (Castel-Branco, 2002). A ocorrência desta contradição deve-se à inexistência de uma ligação entre os megaprojetos e as economias que as rodeiam, pois se um megaprojeto é uma ilha isolada do resto da economia, a sua retenção será diminuta ou nula, não apresentando um impacto social positivo (*Ibid.*, 2008: 4). Para a resolução deste problema, Chivangue (2016: 207) propõe (1) maior engajamento do Estado como garantia de definição de prioridades do investimento ao nível das comunidades locais onde ocorrem os projectos extractivistas porque estes não conhecem o contexto nacional e (2) adoção da *Assembleia dos Anciãos* como órgão local de tomada de decisão e, sobretudo, responsável pelo ajustamento das práticas das empresas multinacionais extractivistas aos contextos locais.

Dias (2018: 1, 29) salienta que a descoberta do gás natural, petróleo e carvão em Moçambique conduziu a que as MNCs extractivistas acorressem ao país para explorar esses recursos, que poderão ser a base de um desenvolvimento material, caso sejam explorados de

uma forma sustentável e acompanhados por políticas de proteção social às camadas vulneráveis (*Ibid.*, 2008: 29-30).

Na sua dissertação de mestrado, com o título “Reassentamentos Forçados: dos impactos às oportunidades”, referente ao reassentamento em Cateme e 25 de setembro (Tete), no âmbito da extração de carvão mineral pela CVRD, Pedro (2011: 6) faz uso do conceito “refugiados do desenvolvimento” em alusão às comunidades locais, que são forçadas a abandonar as suas terras devido aos projetos extractivistas. O autor conclui que cerca de 72% dos inquiridos na aldeia de reassentamento de 25 de setembro revelaram que as suas condições de vida pioraram relativamente às zonas de origem, pois carecem de água, hospitais, *machambas*, escolas e fontes de renda, boas casas, emprego, transporte e bens da primeira necessidade (*Ibid.*, 2011: 136). Em Cateme, cerca de 52% dos inquiridos consideraram que as suas condições de vida pioraram, queixando-se da falta de oportunidades de negócio, da fraca produção das *machambas*, da longa distância para Moatize, da má qualidade das casas, da falta de condições no posto de saúde local, falta de mercado e de ambulâncias (*Ibid.*, 2011).

Por sua vez, UNAC e Grain (2015) descreveram o processo das lutas dos camponeses em Nampula, indicando que as lutas são invisibilizadas pelos investidores e pelos discursos demagógicos dos políticos. O *ProSavana*, um projeto agrícola resultante da cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique. Segundo Ekman e Macamo (2016: 10), *ProSavana* é o maior projeto de agronegócio abrangendo um total de 19 distritos de 3 províncias, 10 distritos da província de Nampula, 7 do Niassa e 2 da província da Zambézia (*Ibid.*). Com efeito, o *ProSavana* ocupou 107.000 km² correspondente a cerca de 13,4% da área total do Corredor de Nacala, afetando mais de 4 milhões pessoas (MASA, s.d.: 1 e 3).

Assim, um número inestimável de camponeses perderá o acesso à terra, rios e florestas. A falta de planos de mitigação e de comunicação conduz a um enorme desespero no seio dos camponeses (Ekman e Macamo, 2016: 43-44). Segundo Jaiantilal (2013), o futuro dos camponeses nos distritos abrangidos pelo *ProSavana* é nefasto do ponto de vista ambiental, económico e social porque ser-lhes-á importado o modelo do agro-negócio brasileiro.

3.2 Estudos sobre o projeto de bananas em Monapo e o de gás natural em Palma

Após uma breve análise acerca do panorama e do impacto das MNCs em Moçambique, serão apresentados estudos prévios relativos a projetos de plantação de bananas

desenvolvida pela empresa Matanuska Moçambique Lda. (MML) em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo, e projetos de gás natural liquefeito, liderados pela Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1). Segundo Hanlon (2018) durante a sua fase áurea a Matanuska apresentava pouco mais de 25.000 trabalhadores, exportando cerca de 14 000 toneladas de bananas por dia. Todavia, a partir de 2013, a plantação ficou infetada pelo mal de Panamá, criticando as MNCs consorciadas, Nordfund e Rift Valey, de promover investimentos irresponsáveis, não apenas por terem “importado” a doença, mas também por não terem erradicado a mesma.

Dadá e Nova (2018) analisam o impacto do projeto inserindo-o no contexto do agronegócio internacional. Através do processo de ocupação terras, dinâmicas económicas e sociais, emprego e relações laborais e responsabilidade social da empresa, os autores concluíram que o projeto não contribuiu para o desenvolvimento local, ainda que tenha afetado a balança de pagamentos local através das suas volumosas exportações.

Kitinyu (2014: 52) realizou uma análise empírico-experimental sobre bananas, abordando a sua origem, classificação e variedades, valor nutricional, climas adequados, doenças, método e material de tratamento e proteção contra a perfuração. Deste modo, o autor concluiu que a proteção dos cultivares *Grain Nain* e *Williams* com sacos plásticos (de polietileno) diminuem defeitos na produção de bananas, pois evitam que os insetos estraguem as mesmas, mantendo a circulação do ar.

Hanlon e Smart (2013) descreveram os processos de investimento, meios e métodos de produção, armazenamento e exportação de bananas da Matanuska para o Médio Oriente, integrando-o num quadro da economia global, movida pelas corporações internacionais e, sobretudo, no contexto da emergência do agronegócio em África no geral e Moçambique. Estes autores referem que a MML teve problemas com Ministério do Trabalho (2009), com as comunidades locais (2011) e com a multinacional *Chiquita Brands International*, além de uma interrupção na exportação de bananas para o Irão, entre 2010 e 2011, devido às sanções económicas impostas pelos EUA. Contudo, Hanlon (2013) referiu que, apesar destes conflitos, a MML foi um dos maiores produtores de bananas na África Austral.

Relativamente ao projeto de gás natural liquefeito em Afungi, distrito de Palma, liderado pela AMA1, poucos estudos científicos foram realizados, verificando apenas a existência de relatórios das OSCs, das entidades governo e do proponente do projeto sobre a evolução do projeto. Estando o projeto na fase inicial, os relatórios das OSCs e outras fontes versam sobre os processos de reuniões de consultas pública, compensação e reassentamento.

É neste prisma que Mimbire e Nhambire (2015), baseando-se nas atas das consultas públicas às comunidades afetadas, questionaram a transparência do processo de consulta, denunciando que o processo de consulta às comunidades apresenta bastantes irregularidades. Se as irregularidades não forem resolvidas antecipadamente, poderão gerar conflitos, prejudicando quer as comunidades, quer o desenvolvimento do projeto da indústria de gás natural.

Mário (2013) indica que as famílias afetadas perderão as suas habitações, *machambas* e infraestruturas, como mesquitas, o acesso a recursos naturais coletivos, como florestas, pastagens arborizadas, planícies de inundação, vegetação arbustiva das dunas, árvores de frutos e plantações de coqueiro. O autor refere que a pesca e o transporte marítimo serão interditos porque a região transformar-se-á numa zona exclusiva de tráfego de navios e de segurança marítima e terrestre ao projeto, tendo um impacto de intensidade e magnitude elevadas a longo prazo.

Para Velasco (s.d.), a população não é informada e muitas famílias vivem num clima de incerteza, sendo apenas informadas de que o plano de reassentamento e os valores de compensações foram aprovados. O autor considera que a Lei do Direito à Informação e outra legislação relevante não se alastrou ainda às comunidades locais afetadas pelo projeto de gás em Palma. Contudo, o número 1 do artigo 3º da lei 34/2014 de 31 de dezembro é claro, ao determinar que as entidades públicas e privadas têm o dever de disponibilizar a informação de interesse público em seu poder, publicando através dos diversos meios legalmente permitidos, tornando-a cada vez mais acessível ao cidadão. Ademais, prevê-se no nº 1 do artigo 9º da mesma lei que as instituições do Estado, da Administração pública devem publicar e divulgar os documentos de interesse público sobre a organização, funcionamento dos órgãos públicos e o conteúdo de eventuais decisões ou políticas que afetem diretamente a liberdades fundamentais dos cidadãos, sendo proibida, nos termos da lei, a restrição de acesso à informação de interesse público.

3.3 Relevância de pesquisa

Os estudos anteriormente mencionados, quer aqueles que apresentam um panorama geral sobre o contexto, dinâmicas e impactos dos projetos extractivistas, quer os referentes aos projetos de plantação de bananas da Matanuska em Metocheria Agrícola e o de gás de Palma de uma forma específica, são extraordinariamente úteis para o nosso trabalho, pois conferem subsídios importantes. No entanto, partindo destes subsídios teóricos e empíricos, e no contexto da globalização neoliberal, pretende-se analisar o impacto dos projetos das

MNCs ao nível local, através de uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, baseada na combinação de várias fontes e dois métodos, MCA e a HO (vide ponto 3.5.1). No processo de análise das informações obtidas através dessas fontes, foi considerada a interseccionalidade das dicotomias colonial/pós-colonial e global/local.

A relevância deste estudo reside nos aspetos que nortearam a escolha do tema e a identificação dos dois casos de estudo. A globalização económica é tida como elemento de destaque, enquanto “expansão do capitalismo”, que, segundo Amin (2014: 2), simboliza o avanço e o aprofundamento da era do capital, e das lutas de classe, não necessariamente no sentido marxista do termo, mas na perspetiva de que estas resultam, por um lado, da exploração de massas camponesas africanas (Nkrumah, 1970: 62) e, por outro, da usurpação dos seus recursos vitais e dos reassentamentos forçados das comunidades locais afetadas pelos projetos extractivistas das MNCs (Banco Mundial, 2002: 1). Com efeito, este aprofundamento equivale à globalização hegemónica de Santos (2002a: 25-75), enquanto meio através do qual o capitalismo neoliberal, a aliança das elites globais e locais e as MNCs agravam as desigualdades sociais, sobretudo no Sul Global. Deste modo, ao analisarmos cientificamente o impacto da globalização económica contemporânea em Moçambique, no período pós-colonial (1975-2018), e a partir das comunidades locais de Monapo e Palma, produz-se, não apenas conhecimento a partir de baixo, mas contribui-se igualmente para um debate nacional e internacional acerca dos efeitos da globalização capitalista nas comunidades locais.

A escolha de Monapo e Palma como casos específicos baseia-se de forma objetiva nos seguintes aspetos: primeiramente, trata-se de um aspeto económico, tendo em conta (a) a distribuição geográfica de grandes investimentos estrangeiros, sobretudo o facto de que no período entre 1995 e 2005 a maioria dos projetos das MNCs encontrava-se concentrada no Sul do país, mas estes dois implantaram-se no norte, onde os níveis de pobreza são relativamente mais elevados que noutras regiões do país (INE, 2015); (b) a magnitude dos projetos em termos de investimento e produção. No início, a MML investiu cerca de 1.5 bilhões e a AMA1 23 bilhões de dólares; no que respeita ao número de trabalhadores e à produção, entre 2008 e 2014, a MML obteve cerca de 3500 de trabalhadores, que produziram, em média, cerca de 168. 000 toneladas de bananas anualmente, enquanto a AMA1 previa empregar cerca de 5000 trabalhadores e produzir, inicialmente, cerca de 12,88 milhões toneladas de gás natural por ano, prevendo-se que este projeto influencie o crescimento do PIB de 3.5%, em 2019, para 11.1% em 2023 (*Club of Mozambique*, 11/10/2018 e 9/1/2019).

Deste modo, considera-se que o projeto de banana da Matanuska, em Monapo, constituiu o maior investimento da indústria da fruta da África Austral (Hanlon, 2013), assim como o projeto de gás natural liquefeito, liderado pela Anadarko, que se pode considerar o maior efetuado em África e um dos maiores a nível mundial e que poderá levar Moçambique a tornar-se num dos maiores produtores mundiais de gás natural (Macauhub, 2015); (c) a área ocupada e o número das famílias afetadas. O projeto de bananas da empresa MML, em Monapo, ocupou uma área de 16000 hectares, tendo retirado das suas *machambas* mais de 500 camponeses, ao passo que o projeto de gás, liderado pela AMA1, ocupou 7 mil hectares, tendo afetado mais de 1000 pessoas, entre camponeses e pescadores locais, incluindo zonas residenciais e locais sagrados.

A história das comunidades afetadas é o segundo fator. No período colonial, as comunidades de Metocheria Agrícola e de Afungi integraram-se na economia de plantação como produtores de matérias-primas (algodão, copra e sisal). Portanto, a memória que estas possuem do passado colonial e as experiências que vivem atualmente auxiliam a abordagem das dinâmicas e dos impactos do capitalismo ao nível local, através de uma forma histórica e holística. O terceiro e o último fator está relacionado com o histórico de estudos, considerando-se que no norte do país verifica-se uma escassez de estudos baseados em factos históricos, para a análise do impacto das MNCs, ou seja, como reedição do projeto capitalista iniciado no período colonial. Deste modo, este elemento torna o nosso estudo mais relevante, não apenas pelo facto de identificar e tentar fechar este vazio, mas também porque constitui um ponto de partida ou um fator útil para quem se interesse em iniciar e/ou aprofundar estudos relacionados sobre as mesmas comunidades.

3.4 Questões de pesquisa, hipóteses e objetivos

Tendo em atenção as experiências passadas pelas comunidades de Metocheria Agrícola e Afungi, no contexto colonial, o panorama das MNCs extractivistas em Moçambique, nas últimas décadas, e os estudos específicos em torno dos casos de Monapo e Palma, surgem as seguintes questões: (i) o que é a globalização económica? (ii) que momentos históricos marcaram a evolução do capitalismo corporativo em Moçambique? (iii) o que são as multinacionais e que impacto possuem a nível local no contexto neoliberal? (iv) que impactos teve o projeto de bananas, desenvolvido pela empresa Matanuska Moçambique Lda. em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo? (v) que impactos teve o projeto de gás

natural liquefeito, liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1, sobre as comunidades de Maganja, Quitupo e Senha, no cabo de Afungi, em Palma?

Em jeito de respostas prévias às questões colocadas, e com base em estudos e teorias, considera-se que (i) a globalização é a liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços, e a expansão do capitalismo neoliberal e integração dos mercados; (ii) as MNCs são organizações económicas que, regidas por direção centralizada e pelo direito privado, procuram maximizar os seus lucros através da produção de matérias-primas ou venda de bens e serviços, sendo que são cruciais na economia global, devido à elevada capacidade inovativa e organizativa no processo de produção e distribuição de bens e serviços; (iii) em Moçambique, o capitalismo corporativo iniciou-se no período colonial, sobrevivendo ao período socialista e tendo sido consolidado com a adoção do neoliberalismo; (iv) ao ocupar campos agrícolas com culturas e ao deslocar famílias inteiras sem indemnização e sem emprego, a empresa Matanuska destruiu a capacidade de manutenção dos meios de subsistência da comunidade de Metocheria Agrícola; (v) apesar de a Anadarko pagar compensações e construir infraestruturas em Afungi, debilitou a capacidade de manutenção dos meios de subsistência e bens culturais, pelo facto de ocupar a terra agrícola, mar e zonas entremarés, sepulturas familiares e locais sagrados.

A presente tese de doutoramento pretende (i) definir os conceitos de globalização económica e empresas MNCs; (ii) descrever a história do capitalismo corporativo em Moçambique; (iii) analisar as dinâmicas e os impactos dos projetos extractivistas das multinacionais no quadro neoliberal; (iv) analisar os impactos do projeto de bananas, implantado pela empresa Matanuska Moçambique Lda. na comunidade de Metocheria Agrícola em Monapo; (v) analisar os impactos do projeto de gás natural liquefeito liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1 no cabo de Afungi, em Palma.

3.5 Metodologia

Este trabalho desenvolveu-se em três fases básicas: revisão da literatura, entrevistas grupais e individuais e estudo documental (arquivos coloniais, leis, planos e relatórios oficiais); análise cruzada das informações. Estas fases, e as fontes a elas adstritas, encontram-se relacionadas com a nossa estrutura metodológica, fusão da História Oral e Método de Caso Alargado.

3.5.1 *Fusão da História Oral e Método de Caso Alargado*

A História Oral (HO) é um método de pesquisa que capta a consciência e percepções do grupo social e da comunidade acerca de um facto histórico (Thompson, 2000: 132) e consiste no registo de relatos de pessoas sobre factos passados e experiências presentes (Shopes, s.d.: 1; Abrams, 2010: 1-5). Deste modo, a sua função social pretende analisar factos do passado que possuem uma relação direta ou indireta com o presente (Thompson, 2000: 6, 24). Com efeito, a realização do método da HO baseia-se na construção de relações sociais com as pessoas da comunidade sobretudo as informantes (Bornat, 2006: 35, 44), com as quais o historiador cria a melhor atmosfera possível (Vansina, 1961: 203).

No âmbito da HO, e para efeitos da reconstituição de um facto, o historiador regista a memória das testemunhas oculares (Vansina, 1985: 9), ou gerada pela tradição oral. Este processo de registo é efetuado através das entrevistas, desenvolvidas para captar as lembranças individuais ou memória coletiva sobre o facto (Green, 2004: 35-44). Deste modo, e à luz deste princípio, foram realizadas entrevistas grupais nas comunidades locais em Monapo e Palma, não apenas para registo da memória dessas comunidades sobre o seu envolvimento e o impacto das companhias capitalistas no período colonial, mas também pelas suas experiências, no que respeita ao impacto das MNCs extractivistas agrícolas e energéticas que emergiram no período pós-colonial, sobretudo a partir de 2008.

Optou-se pelo registo da memória coletiva pelo facto de se tratar de uma história local das comunidades, tendo em conta que (i) individualmente, os indivíduos não possuem a mesma faculdade e intensidade para memorizar factos tal como ocorreram. Deste modo, torna-se crucial recorrer-se à memória coletiva, onde vários indivíduos falam sobre o mesmo facto e a memória individual funde-se com a memória coletiva (Halbwachs, 1980: 50-51; Vansina, 1985: 9); (ii) as narrativas das comunidades locais, enquanto classes não privilegiadas, revelam novos factos e/ou novos detalhes sobre um facto conhecido (Portelli, s.d.: 99), na medida em que (iii) diferentemente das oficiais, as narrativas locais retratam a

história de uma pequena unidade territorial (comunidade ou vila), sendo transmitidas sem filtro (Vansina, 1961:155), (iv) permitindo ao historiador oral procurar um conjunto de informações relevantes sobre o passado que, geralmente, são omissas ou pouco aprofundadas pelas fontes oficiais (Shopes, s.d.: 1; Abrams, 2010: 5) e, por via disso, (v) reconstroem-se os factos de uma forma mais realística possível, permitindo uma maior proximidade com a originalidade histórica (Thompson, 2000: 7-13).

Deste modo, as entrevistas grupais, realizadas no âmbito da HO, passaram por quatro processos: entrevista original, registo (eletrónico ou manuscrito), transcrição e interpretação, como recomendam (Thompson, 2000: 272; Abrams, 2010: 9). Com efeito, a HO exige a transcrição das entrevistas (ou transformação em texto), de modo a que o seu conteúdo seja devidamente lido e interpretado (Thompson, 2000: 272-3). A fim de que a leitura e interpretação sejam profícuas, todas as informações obtidas serão submetidas à crítica para a aferição, verificação da confiabilidade dos factos (*Ibid.*, 2000: 5).

Para tal, recorreu-se à técnica do *cross-checking* (verificação cruzada), que consiste na comparação das informações orais obtidas no âmbito da história oral com fontes documentais (Vansina, 1985: 13; Thompson, 2000: 273; Abrams, 2010: 5; Hoffman e Hoffman, s.d.:108). Neste contexto, a presente análise baseou-se na confrontação das fontes orais, através de arquivos coloniais e vários documentos relacionados vigentes, nomeadamente atas de reuniões de consultas públicas, tabela de preços das compensações dos bens perdidos pelas famílias afetadas, censos agrícolas e piscatórios, estudos socioeconómicos, estudos pedológicos, esboço final do plano de reassentamento, planos de reposição de meios de subsistências agrícolas e piscatórios, relatórios de atividades e vários dispositivos jurídico-legais.

Segundo Samuel (1990: 220-233), a confrontação das fontes orais e documentais permite, por um lado, separar o essencial do acessório, como recomenda Mariner (2005:59) e, por outro, obter novos conhecimentos, inexistentes ao mais alto nível, sobre a origem e a evolução das comunidades locais. De facto, as evidências obtidas através das narrativas orais permitem identificar alguns aspetos não abordados pelos estudos anteriores e negligenciados pelas fontes oficiais (do governo e da AMA1), permitindo, simultaneamente, aprofundar informações relativas aos processos de implantação de empresas capitalistas, incluindo a ocupação de terras, recrutamento de trabalhadores locais, relações com os trabalhadores e com as comunidades hospedeiras dos projetos e, sobretudo, o seu impacto cultural, económico e social nos períodos colonial e pós-colonial.

O Método do Caso Alargado (MCA) surgiu na Escola de Antropologia Social de Manchester, nos finais de 1950, tratando-se de um novo paradigma metodológico no âmbito dos estudos sociais (antropológicos, etnográficos e sociológicos). África foi um dos primeiros locais nos quais o MCA foi aplicado. Ao invés da recolha de dados acerca daquilo que os nativos deveriam efetuar, os antropólogos de Manchester começaram por registar relatos no terreno real acerca do colonialismo, lutas e resistências. Estes registos trouxeram discrepâncias entre a narrativa colonial e a vida quotidiana dos nativos (Burawoy, 2009: 22). Deste modo, o MCA, enquanto novo modelo metodológico, começou por abordar questões culturais, sociais e históricas das comunidades colonizadas numa perspetiva diferente, inserindo-as num contexto histórico mais amplo ou mundial, alterando ou alargando a teoria colonialista sobre as comunidades colonizadas (*Ibid.*, 2009). É por esta razão que Eliasoph e Lichterman (1999: 228) consideram que o MCA não se trata apenas de um método de pesquisa social, mas também de uma teoria social.

De facto, o MCA é uma teoria social no sentido em que lança um olhar macroscópico sobre o quotidiano de grupos sociais (*Ibid.*, 1999: 228) e aprofunda o diálogo e a ligação entre as manifestações desses grupos ao nível local, incluindo as relações sociais internas dos grupos e as manifestações individuais com as dinâmicas globais (Wadham e Warren, 2014: 5-11). O MCA compreende igualmente um método estruturalista na medida em se debruça sobre a análise da relação estrutural e dialógica entre o global e o local (van Velsen, 1964: 148). Neste âmbito, e de forma tradicional, a análise é qualitativa e incide sobre aspetos culturais, sociais e económicos de uma comunidade local ou uma organização, como no caso de uma fábrica ou empresa (Wadham e Warren, 2014: 6), em que o MCA prioriza as observações participante e sistemática, entrevistas semiestruturadas profundas e a pesquisa arquivística ou estudo documental (Samuels, 2009: 1608; Santos, 1983: 3).

Esta multiplicidade de fontes exigidas pelo MCA leva a que trabalho(s) de campo sobre determinado(s) caso(s) de estudo incidam numa abordagem holística (Wadham e Warren, 2014: 11), encerre os buracos empíricos e teóricos, aprofunde o(s) caso(s) de estudo, e contribua para o alargamento ou redefinição teórica (Tavory e Timmamens, 2009: 248-250). Devido a esta diversidade de funções, o MCA é considerado como uma estratégia metodológica de análise multinível e a redefinição de teorias (Samuels, 2009: 1608; Sullivan, 2002: 264). Samuels (2009:1067) e Wadham e Warren (2014:8) consideram o MCA como híbrido pelo facto de não apenas inserir o micro no macro, e vice-versa, em termos de situação espaço-temporal dos fenómenos culturais, económicos e sociais (*Ibid.*, 2014: 9).

É de salientar que o MCA não visa apenas generalizar resultados de casos de estudo (Sullivan, 2002: 265), sendo por esse mesmo motivo que se opõe à generalização positivista e foca-se simultaneamente num número limitado de caso(s) específico(s) (Santos, 1983: 11). Em suma, o MCA compreende um método flexível, prático, versátil e mais adequado para estudos sociais e humanos, sobretudo etnográficos (Hill, 2012: 9; Santos, 1983: 11), permitindo ao pesquisador interligar factos de nível macro ao micro (Burawoy, 2009: 21; Wandham e Warren, 2014: 1), não menosprezando a relação histórica passado-presente (Burawoy, 1998: 5; Santos, 1983: 11).

A adequação das suas características ao estudo, e sobretudo a sua complementaridade, a fusão dos dois, e em conciliação com os outros procedimentos técnico-metodológicos que de forma breve descreveremos em seguida, foi crucial para a condução da pesquisa para alcançar os objetivos da mesma, não obstante a existência de ligeiras dificuldades enfrentadas durante o processo de trabalho de campo (vide ponto 3.5.7).

A revisão da literatura foi fulcral no desenho do quadro teórico-conceitual, o processo de realização das entrevistas individuais foi bastante delicado porque os representantes das MNCs extractivistas em estudo, das OSCs e dos governos locais revelaram pouca disponibilidade, e em alguns casos totalmente indisponíveis, ao passo que as duas entrevistas grupais decorreram em cada uma das comunidades: Metocheria Agrícola, Maganja, Quitupo e Senga. Geralmente, todas as entrevistas com os grupos focais foram realizadas no período da tarde, após os participantes realizarem as suas atividades no período da manhã.

Além das entrevistas coletivas, foram igualmente desenvolvidas entrevistas individuais, inspiradas na experiência do Dhada (2016: 79-84, 88-92), segundo a qual o desenvolvimento dos dois tipos de entrevista visa, fundamentalmente, criar um campo de confrontação das informações de modo a produzir um conhecimento original. Deste modo, essa experiência foi associada às entrevistas com os GFs por se tratar das mais adequadas em estudos etnográficos, económicas, permitindo conversas descontraídas e profundas (Aschidamini e Saupe s.d.; Gomes e Barbosa, 1999; Lervolino e Pelicioni, 2001; Goudim, 2003; Kind, 2004; Trad, 2009). Aliás, é pertinente referir que a essência da entrevista com GFs é a riqueza da informação resultante da troca de experiência entre os participantes (Lervolino e Pelicioni, 2001: 115).

Com efeito, foram realizadas entrevistas com GFs em duas fases: a primeira entre 24 e 31 de julho (sessões de julho) e a segunda entre 20 e 21 de setembro (sessões de setembro).

Cada GF era composto por não mais que 15 participantes, sendo que no total participaram 97 pessoas, entre desalojados e antigos trabalhadores das plantações coloniais (quadro 5).

3.5.2 *Sessões de Julho*

A primeira sessão ocorreu no dia 26 de julho de 2017, na comunidade de Metocheria Agrícola. A sessão decorreu pelas 12h14 e durou cerca de 1h08, tendo contado com a participação de 15 camponeses desalojados pela empresa MML. A segunda sessão realizou-se na mesma comunidade, no dia seguinte, dia 27 de julho de 2017, com a duração de 50 minutos, e contou com a presença de 14 antigos trabalhadores das companhias coloniais de algodão e de sisal. Alguns dos antigos trabalhadores não estiveram presentes na sessão, devido ao facto de se encontrarem doentes, débeis fisicamente e localizados em lugares de difícil acesso, segundo o líder local, Juma Murimone.

As duas primeiras sessões tiveram o apoio dos senhores Adriano Ernesto (Régulo de Nacololo), António Mutapulia (escrivão do régulo), Juma Murimone (líder de Metocheria Agrícola), Raul Muquiva (taxista), Baptista Mucuteque (secretário do bairro) e Eugénio (comerciante local). Terminadas as duas primeiras sessões em Metocheria Agrícola, deslocou-se para o distrito de Palma, onde foram realizadas as restantes entrevistas no quadro das “sessões de julho”.

Deste modo, a terceira sessão decorreu no dia 31 de julho, em Maganja, tendo participado 11 pessoas. A sessão durou cerca de 30 minutos e foram colocadas questões relativamente à seleção dos participantes. A escolha do local e hora da sessão estiveram ao cuidado dos senhores Ernesto Atibo Mussa e Macassale Salimo (Kasuku), líder e seu adjunto, respetivamente. A quarta sessão ocorreu em Quitupo, aldeia situada entre Maganja e Senga. A comunidade de Quitupo localiza-se inteiramente na região onde se construirá a fábrica de liquefação de gás, sendo, por isso mesmo, todos os seus habitantes elegíveis para o reassentamento em Quitunda.

A sessão de 31 de julho de 2017 contou com a presença de 10 participantes e durou cerca de 55 minutos, tendo decorrido num ambiente de forte discussão entre os participantes, devido às dúvidas e incertezas causadas pelo Projeto. Este facto *per se* revelou a falta de informação relevante sobre o projeto ao nível da comunidade. Para a efetivação da sessão foi crucial o apoio do líder local, Abdala Rachide, e do alfabetizador local, Ismael Issa Momade (Mano Isma), que desempenhou o papel de tradutor. A quinta sessão, e última das “sessões de

julho”, realizou-se na comunidade de Senga, envolvendo 14 pessoas, das quais 3 eram mulheres. Tal como noutros casos, as pessoas foram convocadas pelo líder local, Tomás Pessa Dindila. A sessão durou cerca de 01h41, com a tradução do líder local, Tomás Pessa Dindila, e do Ussene Samuel Fahamo.

Quadro 5 - Cronologia das sessões com grupos focais, julho e setembro de 2017

		Ordem	Local ou Comunidade	Pessoas	Grupo Alvo	Duração	Data
Sessões	Julho	1 ^a	Metocheria Agrícola	15	Membros de famílias desalojados pela empresa MML	1h 08' 53''	26/07/2017
		2 ^a	Metocheria Agrícola	14	Ex-trabalhadores nas plantações coloniais de algodão e sisal	0h 50' 00''	27/07/2017
		3 ^a	Maganja	11	Membros de famílias afetadas pelo projeto de gás natural da AMA1	0h 30' 17	31/07/2017
		4 ^a	Quitupo	10		1h 20' 51''	
		5 ^a	Senga	14		1h 41' 48''	
	Setembro	6 ^a	Maganja	10	Ex-trabalhadores das plantações coloniais de coqueiro de Ngoji e Maganja-A-Velha na Península de Afungi, Distrito de Palma	2h 10' 13''	20/09/2017
		7 ^a	Senga	12		57' 31''	21/09/2017
		8 ^a	Quitupo	11		1h 32' 38''	
Total		—	—	97	—	—	—

Fonte: Elaborado pelo autor, 05.09.2018.

3.5.3 Sessões de Setembro

Entre 20 e 21 de setembro de 2017, decorreram as 6^a, 7^a e 8^a sessões nas comunidades de Maganja, Senga e Quitupo, respetivamente. A sexta sessão teve lugar em Maganja, na manhã do dia 20 de setembro de 2017, na varanda traseira da casa do líder local, Ernesto Atibo, com 10 participantes, incluindo o líder e seu adjunto, Macassale Salimo (Kasuku). A sessão durou cerca de 02h10, finda a qual se realizou um almoço social, confeccionado na casa do líder. Após o almoço efetuou-se um passeio à praia, a 250 metros da casa do líder. O passeio foi guiado pelo Mussa Abdala (neto do líder) e Kasuku. Durante o passeio contemplaram-se os velhos coqueiros da antiga companhia de Maganja e Maganja-a-Velha, desfrutando da linda paisagem do mar, observando ao longe as ilhas Tekamadgi, Rongwe e Kilamimbi (mapa 4).

Terminado o passeio, a equipa dirigiu-se para a comunidade de Quitupo, onde o investigador foi acolhido pelo Professor Primário local, Justino Guilherme, e o Mano Isma.

Durante a noite, após o jantar, *xima* com peixe, ocorreu uma longa conversa sobre os mais variados assuntos, de entre os quais o processo de reassentamento dos agregados familiares afetados pelo Projeto e as oportunidades de trabalho para os residentes locais. O Mano Isma referiu que os poucos residentes locais que trabalhavam na Anadarko faziam trabalho de mainatos, jardineiros, guardas, camareiros e *flagmen* (GF1).

Na manhã do dia 21 de setembro de 2017 decorreu a sétima sessão em Senga. Dado que o líder Tomás Pessa Dindila se encontrava na sede distrital a participar de uma reunião, coube ao seu adjunto, Jonas Muandossi, coordenar as ações conducentes à realização da sessão. Participaram na sessão 12 pessoas, incluindo o líder-adjunto, tendo a mesma a duração de 00h57. Poucos minutos antes de terminar a sessão, a maioria dos participantes, membros do CCR, abandonaram o local para participar de um encontro com técnicos da AMA1. Finda a sessão, regressou-se a Quitupo, onde iria decorrer a oitava e última sessão.

Após o almoço com Justino Guilherme, dada a ausência do líder local, Abdala Rachide, a equipa foi ao encontro do líder-adjunto, Luís Abdala. A sessão iniciou às 14h29, com a presença de 11 participantes, na sua maioria antigos trabalhadores das plantações de coqueiro de Maganja-a-Velha e Ngodgi, e teve a duração de 1h32. Tal como a primeira sessão, a oitava caracterizou-se por um forte debate entre os participantes otimistas e céticos, relativamente às promessas elaboradas pela AMA1, durante o processo de consultas.

Na 1^a, 3^a, 4^a e 5^a sessões, foram discutidos temas relacionados com a presença e o impacto das MNCs, tendo-se observado a seguinte sequência: processo de reuniões de consultas públicas ao nível das comunidades; tipos de deslocamento dos familiares afetados tendo em conta as seguintes categorias: famílias afetadas, tipos de deslocamento e elegibilidade ao reassentamento; bens perdidos, compensações incluindo a definição dos preços; oportunidades de emprego para os membros das comunidades locais; relações entre as comunidades e as empresas e o governo local; infraestruturas económicas e sociais construídas (ou por construir) pelas empresas; mecanismos de resolução de conflitos resultantes dos processos de desalojamento e compensações; a ação das OSCs nas comunidades locais afetadas, as consequências da perda de acesso à terra, mar e outros recursos.

Por outro lado, na 2^a, 6^a, 7^a e 8^a sessões foram desenvolvidas temáticas relacionadas com a história local, sobretudo no processo de formação das comunidades aldeãs, no envolvimento das comunidades no capitalismo colonial de interfaces com o capitalismo

global, nomeadamente, no surgimento das aldeias de Metocheria Agrícola, Maganja, Quitupo e Senga; os processos de recrutamento dos antigos trabalhadores para as plantações; as condições dos trabalhadores nas plantações coloniais (de algodão, sisal e coqueiros); horários, salários, pagamento de impostos e relações laborais com colonos; alimentação, cuidados médicos e o transporte; as comunidades no contexto da Luta Armada de Libertação Nacional; a vida das comunidades no período depois da independência; o ressurgimento de novas companhias capitalistas, tendo em conta os aspetos que permanecem e que não continuaram, como no passado colonial.

Segundo Pelicioni e Livorlino (2001: 116), as sessões realizadas não visavam chegar a um consenso sobre os temas, mas sim aprofundá-los, através de várias experiências e opiniões. Segundo Kind (2004: 132), no final de cada sessão recapitulava-se toda a informação produzida. No entanto, durante a análise, e segundo Mariner, (2005: 59) houve o cuidado de separar o essencial do acessório.

3.5.4 *Entrevistas individuais*

De forma individual, foram entrevistados os representantes do governo distrital de Monapo, das OSCs, das empresas MML e os trabalhadores da MML. O motivo pelo qual foram estes os indivíduos selecionados prende-se com o facto de as instituições que dirigem e/ou representam serem atores ou intervenientes diretos e, por isso, os seus depoimentos foram cruciais para o presente estudo. À luz da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), Lei nº 8/2003 de 19 de maio e o respetivo regulamento, aprovado pelo Decreto 11/2005 de 10 de junho, cabe ao Governo administrar os territórios e governar os cidadãos, sem prejuízo dos direitos e interesses das comunidades locais, e dos investidores; e ao abrigo das alíneas *a* e *b* do artigo 10º do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de atividades económicas (Decreto 31/2012 de 8 de agosto), as empresas investidoras deverão promover o emprego e os projetos sociais que influenciem a manutenção ou melhoria das condições de vidas das comunidades afetadas”.

Historicamente, o Decreto 31/2012 de 8 de agosto, que regula o processo de reassentamento das famílias e/ou comunidades locais afectadas pelas actividades económicas, resulta dos protestos populares movidos pela ineficiência dos programas de desenvolvimento local das empresas mineradoras e pela ação titubeante do Estado (Chivangue, 2016: 206). Estes protestos não apenas mostram o descontentamento das comunidades em relação aos

efeitos negativos dos projetos extractivistas das grandes empresas capitalistas ao nível local, mas também simbolizam uma recusa coletiva, por parte das comunidades locais, do modelo neoliberal de governação que assenta na promoção do investimento directo estrangeiro como condição para que haja desenvolvimento (*Ibid.*).

Durante as sessões dos GFs em Afungi constatou-se a existência de diversas OSCs que trabalhavam nas/com as comunidades afetadas, com destaque para a Associação do Meio Ambiente (AMA), o Centro de Terra Viva (CTV) e a União Provincial dos Camponeses (UPC). Além dos elogios dos membros das comunidades afetadas, a estas organizações era atribuído papel de advogadas das mesmas comunidades (vide o papel das OSCs).

Quadro 6 - Sistema de categorias, subcategorias e indicadores

Nº de Ordem	Categoria	Subcategoria	Indicadores			
			1	2	3	4
1	Implantação das multinacionais	Meio de informação	Rádio	Carta	Telefone	Reunião
		Consultas comunitárias	Número de consultas	Promessas	Pedidos	
2	Deslocamento	Económico	Físico	Marítimo		
3	Impacto de perda de terra	Processo de desalojamento	Com transporte	Sem transporte	Violento	
		Processo de reassentamento	Direito a casa melhorada	Reposição do terreno	Acesso à água	Mercado
		Bens perdidos (pessoais)	Casa	Machamba	Animais	Fruteiras
		Bens perdidos (coletivos)	Mercado	Cemitério	Igreja/mesquita	Sepulturas
		Compensação dos bens perdidos	Monetária	Financeira	Treinamento	Reposição
4	Impacto de perda de acesso ao mar	Área perdida	Mangais	Entremarés	Costa	Alto mar
		Bens pessoais perdidos	Licenças	Embarcações	Secagem de peixe	Redes
		Bens coletivos perdidos	Associações	Centros de pesca	Mercados	
		Compensação dos bens perdidos	Proprietário	Equipas de pescadores	Revendedores	
5	Reposição de meios de subsistência	Reposição de meios agrícolas	Linha de crédito	Treinamento	Dinheiro	Insumos
		Reposição de meios de pesca	Linha de crédito	Treinamento	Dinheiro	Material
6	Resposta do Governo Local	Informação	Clara	Confusa	Inexistente	
		Desalojamento	Acompanhamento	Monitoria	Avaliação	Correção
		Resolução de conflitos	Aplicação da lei	Diálogo das partes	Ameaças	Silêncio
		Direitos da comunidade	Garantidos	Violados		
		Direitos dos trabalhadores	Garantidos	Violados		
7	Trabalhadores locais nas empresas	Formas de recrutamento	Seleção na comunidade	Concurso público		
		Condições de trabalho	Com material adequado	Sem material		
		Relação trabalhador-patrão	Conflitual	Sem conflitos		
		Causa de conflitos	Baixo salário	Longas horas de trabalho	Falta de material	
		Salário vs custo de vida	Insuficiente	Suficiente		
		Social	Escola	Saúde	Jardins	Água

8	Investimento social das empresas ao nível local	Económico	Estradas	Pontes	Fomento agrícola	Pecuário
		Formação aos residentes	Bolsa de estudo	Técnico-profissional	Capacitação	
		Assistência social	Idosos	Mulheres	Crianças	
		Habitação	Precária	Cobertura de chapa	Melhorada	
9	Papel das Organizações da Organização Civil	Denúncia de irregularidades	Empresa	Governo	Líderes	
		Divulgação de leis	Terra	Reassentamento	Ambiente	Trabalho
		Assistência social	Alimentos	Vestuário	Meios de trabalho	
		Formação de movimentos	Protestos	Boicotes	Vandalização	
		Resolução de conflitos	Arbitragem	Diálogo	Jurisdição	

Fonte: Elaborado pelo autor

Como ilustra o quadro 6), o processo de análise das informações obtidas através de várias fontes baseou-se num sistema de categorias. Os entrevistados foram codificados, quer relativamente aos grupos focais (quadro 7), quer no que concerne aos representantes das várias entidades envolvidas nos casos de estudo, incluindo os trabalhadores (quadro 8).

Quadro 7 - Códigos dos grupais

Sequência do Grupo	Grupo Focal 1	Grupo Focal 2	Grupo Focal 3	Grupo Focal 4	Grupo Focal 5	Grupo Focal 6	Grupo Focal 7	Grupo Focal 8
Localização/ Comunidade	Metocheria	Metocheria	Maganja	Quitupo	Senga	Maganja	Senga	Quitupo
Código	GF1	GF2	GF3	GF4	GF5	GF6	GF7	GF8

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 8 - Código dos informantes individuais (entrevistas individuais)

Pessoas ou entidades	Representantes de MNCs		Trabalhadores das MNCs		Representantes de Governos Distritais		Representantes de Organizações da Sociedade Civil		
	Matanuska Moçambique Lda	Anadarko Moçambique Área 1	Matanuska	Anadarko	Monapo	Palma	Associação do Meio Ambiente	Centro de Terra Viva	União Provincial de Camponeses
Código	MML	<i>a</i>	TMML	<i>b</i>	GDM	<i>c</i>	<i>d</i>	CTV	UPC

Fonte: Elaborado pelo autor

Através das alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, constantes do quadro 8, pretende-se indicar que durante o processo de trabalho de campo não foi possível entrevistar de forma individual os representantes das respetivas entidades, por motivos que serão explanados no capítulo referente às dificuldades encontradas aquando da realização do trabalho de campo (ponto 3.5.7). Porém, tendo em conta o elevado volume e relevância das informações escritas, relativas ao Projeto de gás natural de Palma, ao qual foi obtido o acesso, considera-se preenchidas determinadas lacunas que os indivíduos *a*, *b* e *c* deixariam no trabalho.

3.5.5 *Estudo documental*

O estudo de documentos oficiais, enquanto fontes primárias, consistiu na análise de informações relevantes dos arquivos coloniais. Este processo desenvolveu-se em duas fases: a primeira decorreu entre março e maio de 2018, tendo sido desenvolvido no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), na Cidade de Maputo, cingindo-se ao estudo da legislação sobre as companhias coloniais, incluindo acordos, convenções e regulamentos atinentes às relações económicas entre Moçambique e África do Sul. A segunda fase decorreu entre abril e junho de 2018, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), ambos em Lisboa. Nesses arquivos procedeu-se à continuação da análise iniciada na primeira fase, mas com especial incidência sobre a situação de Palma e Monapo no período colonial.

Além disso, desenvolveu-se um trabalho permanente de consulta de instrumentos legais vigentes no atual ordenamento jurídico Moçambicano, tais como decretos, diplomas, leis; instrumentos internacionais como manuais operativos de reassentamento do Banco Mundial (2001) e do *International Finance Corporation* (2007, 2012), Declaração da ONU sobre os Direitos das comunidades indígenas e camponesas e outras pessoas que vivem no campo.

Foram consultados com uma certa regularidade documentos relevantes, como são os casos de atas de reuniões das consultas públicas, relatórios de estudos do impacto ambiental, regulamentos, planos diretores; plano de reassentamento, relatórios de censos agrícolas e piscatórios, dos estudos socioeconómicos das comunidades afetadas em Afungi, incluindo as tabelas dos preços das compensações pecuniárias nas três categorias de deslocamentos em Afungi, relatórios de atividades das MNCs e plantas das casas da aldeia de reassentamento.

3.5.6 *Procedimentos de análise das informações*

As informações das várias fontes foram analisadas em função do problema, dos objetivos, e das hipóteses previamente formulados. Basicamente, este processo decorreu de forma descritiva e qualitativa. A combinação do MCA e da HO permitiu analisar ao longo destes capítulos as interfaces entre as dinâmicas do capitalismo no passado colonial e as dinâmicas inerentes ao vigente capitalismo neoliberal e global, e em simultâneo o tempo e espaço das empresas capitalistas (companhias coloniais no passado e MNCs hoje) *versus* a vida das comunidades locais.

3.5.7 Dificuldades

Este trabalho foi marcado por diversas dificuldades, nomeadamente a indisponibilidade dos representantes do Governo de Palma e da AMA1 em conceder entrevistas, devido às agendas preenchidas; as condições de campo não permitiram formar GFs homogéneos em termos etários e de género, como teorizam Pelicioni e Lervolino (2001:116-7). É de salientar ainda que alguns ex-trabalhadores das plantações coloniais não participaram nos GFs devido à idade avançada, doenças e/ou debilidade física, tendo sido particularmente difícil isolar líderes locais e secretários dos bairros dos restantes participantes durante as sessões com os GFs. A última entrevista em Palma foi cancelada devido aos ataques de homens armados, situação esta que impediu a realização de entrevistas aos indivíduos *a*, *b* e *c* (quadro 8).

3.6 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo procedeu-se à descrição do caminho percorrido em termos teóricos, técnico-metodológicos e analíticos. Deste modo, e de uma forma sucinta, é de salientar que este trabalho resulta de um conjunto de fontes: (i) arquivos coloniais, atas, estudos, revisão de literatura, entrevistas grupais e individuais, planos e relatórios, documentos legislativos (decretos, leis e regulamentos); (ii) combinação do MCA e HO em termos metodológicos; (iii) abordagem qualitativa mesclando a descrição e explicação dos processos culturais, económicos e sociais. Portanto, a fusão destes elementos confere ao presente estudo um carácter interdisciplinar.

CAPÍTULO IV – PROJETO DE BANANA DA MATANUSKA EM MONAPO

A Matanuska empurrou-nos para fora desta maneira, levou nossas *machambas* com os produtos lá e nossas casas sem compensação(...). O pior é que o nosso governo que devia nos proteger vem defender a mesma empresa que nos trata como animais. Para onde vamos? Para onde vão nossos filhos e nossos netos? Se o governo nos abandonou e não ouve o nosso grito, Deus sabe onde vamos” (GF1).

Nós estamos muito satisfeitos com a implantação da Matanuska ali, tivemos alguns resultados animadores (...); tínhamos cerca de 3500 concidadãos com emprego garantido (...), nossos agentes económicos evoluíram bastante. Por exemplo, havia um que começou a prestar serviços com 3 carros e agora tem mais de 48 carros (...) (GDM).

Neste capítulo revisita-se a história de Monapo no período colonial, tendo em conta as suas dinâmicas e o impacto das grandes plantações, descrevendo as características da comunidade de Metocheria Agrícola, incluindo a origem do nome, a análise dos processos de desalojamento e compensações, e as relações da empresa com a comunidade e trabalhadores, assim como o papel do Governo na gestão e resolução de conflitos. Será igualmente descrito o processo de implantação da empresa Matanuska Moçambique Lda., as diferentes fases do processo de produção de bananas, desde a plantação até à exportação das mesmas, assim como os impactos do projeto de bananas ao nível da comunidade de Metocheria Agrícola, em termos económicos e sociais.

4.1 Localização e breve olhar histórico

Metocheria Agrícola é uma comunidade localizada na localidade de Nacololo, posto administrativo de Carapira, distrito de Monapo (quadro 9), província de Nampula. O distrito de Monapo entrou na rota colonial quando, em 1896, os Portugueses penetraram no interior do atual território de Nampula para ocupar e colonizar os reinos da Macuana, Maurusa e Mongole. Durante esse processo foram fundados, em 1897, os postos de Ibraímo, Namelucu e Itoculo. Itoculo, passando a sede de capitania até 1907 (Araújo, 2005: 211).

O distrito de Monapo faz limite com o distrito de Nacarôa, a norte, Mogincual, a Sul, Nacala-Velha e Mossoril, a Este, e os distritos de Muecate e Meconta, a Oeste. Possui uma superfície de 3.528 km² e, até 2012, Monapo possuía cerca de 351 mil habitantes, prevendo-se que atinja 511 mil habitantes em 2020 (MAE, 2014: 1). Desde o período colonial que Monapo foi palco de grandes companhias agrícolas e agroindustriais. Uma das primeiras companhias que se instalou na região foi a Sisal do Grupo Henning, uma empresa de capitais

de alemães. Mais tarde surgiram outras companhias de produção de algodão e caju (*Ibid.*, 2014: 8).

Devido ao desenvolvimento agrícola e industrial foram erguidas infraestruturas sociais e económicas, como escolas, postos de saúde e estabelecimentos comerciais. Em consequência disso, a Vila de Monapo ficou povoada por comerciantes Indianos, engenheiros e trabalhadores agrícolas, industriais e assimilados. Por volta de 1914, foi construída a linha férrea Lumbo-Nampula e uma pista de aterragem de avionetas no posto administrativo de Itoculo. Uma empresa Suíça construiu igualmente a primeira fábrica de desfibramento de sisal na região de Ramiane, no mesmo período que colonos Portugueses introduziram algodão como cultura obrigatória em Netia” (*Ibid*, 2014). De facto, a linha férrea associada às terras férteis atraiu bastantes investidores e impulsionou o crescimento da região. Investidores Alemães, como é o caso de William Phillips, assim como os comerciantes Indianos, transformaram Itoculo numa zona comercial. Desde esse tempo, e até ao período pós-independência, Monapo era uma referência de grandes plantações e da indústria transformadora ao nível de Nampula, como descreve Nicaquela:

Monapo liderou a produção de óleo vegetal através da Companhia Industrial de Monapo (CIM), o processamento de Caju pela Companhia do Caju de Monapo (CCM), de fibras de algodão pela Sociedade Algodoeira de Monapo (SAMO) e de sisal pela Companhia de Culturas de Angoche (CCA) alimentadas pelas plantações de Jagaia, Mecuco, Miserepane e Ramiane (Nicaquela, 2016).

Monapo apresenta terras aráveis, temperaturas amenas, variando anualmente entre os 20 e 25° *Celcius*, e possui diversos cursos de água, localizando-se perto do Porto de Nacala e possui um número elevado de mão-de-obra barata. Estes são alguns dos fatores que atraem projetos agrícolas e industriais. Além disso, verifica-se a existência de minérios como a grafite, o quartzo, amazonite, berilo, águas marinhas, apatite, gneiss, granito e ferro, assim como árvores da madeira de alto valor económico como umbila, jambirre, chanfuta, metonha, metil, mecuco, mulótuè” (MAE, 2014: 2-3). O distrito de Monapo encontra-se subdividido em 3 postos administrativos: Monapo-Sede, Netia e Itoculo, e 9 localidades (quadro 9). A cada uma das nove localidades corresponde um regulado e, por sua vez, cada localidade possui vários povoados dispersos (MAE, 2014: 1). Um desses povoados é a comunidade de Metocheria Agrícola.

Quadro 9 - Divisão administrativa, população do Distrito de Monapo

Nº de Ordem	Posto Administrativo	Localidades	População Total do Posto	Área total do Distrito
1º	Manapo-Sede	Mucujua, Canacue e Nacololo	152. 942 hab.	3.528 km²
2º	Netia	Netia-Sede, Naclue e Muatuca	128. 024 hab.	
3º	Itoculo	Itoculo-Sede, Chitiri e Murruto	70, 045 hab.	

Fonte: INE, 2007 *apud* MAE, 2014: 11 e 18

Do ponto de vista demográfico, social e religioso, a comunidade de Metocheria Agrícola é composta por mais de 6. 338 pessoas, distribuídas por pouco mais de 1. 230 famílias, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007. A maioria dessa população é camponesa e muçulmana (Murimone, 2017) e cultiva arroz, mandioca, mapira, milho, feijões (*boer*, *ecute* ou *nhemba*, *njogo* e outros), mexoeira, mandioca, inhame, batata-doce amendoim, abóbora, quiabo, cebola, alface, couve, cenoura, algodão, castanha de caju e gergelim (GF1), incluindo fruteiras como ateiras, bananeiras, laranjeiras e papaeiras. Além disso, ainda que em pequena escala, algumas pessoas praticam a carpintaria, o artesanato e o comércio” (*Ibid.*, 2017).

O circuito comercial local desenvolve-se através de formas distintas: por via de compradores de produtos agrícolas, como o milho, castanha de caju, gergelim, entre outros, e através de comerciantes ambulantes (*anawixavyavya* ou *anakusiandi*). Estes últimos carregam consigo as mercadorias (roupa diversa, utensílios domésticos, e outros produtos procurados no campo) e atravessam a pé, ou através de bicicleta, bairro a bairro. Geralmente, ambos os mecanismos comerciais são aceites para a compra/venda em dinheiro ou troca.

A expressão Metocheria resulta da aglutinação de duas palavras da língua *emakuwa*: *maitho*” (olhos) + “*oxeerya* (vermelhos). Literalmente Metocheria significa “olhos vermelhos”. A tradição oral indica que a origem do nome Metocheria remonta ao período pré-colonial e está relacionado com o primeiro chefe da região, Atxinca ou Wila Ohapala. Este era bom caçador e caçava regularmente, mas nos dias de má caçada, voltava para casa irritado e com olhos vermelhos, como relatavam os líderes locais:

Esse rei era polígamo, um grande caçador e tinha muitos cães de caça. Sempre que tivesse má caçada voltava a casa nervoso e com olhos vermelhos, e as suas mulheres murmuravam dizendo: ‘o nosso rei caçador voltou sem nada e está com olhos vermelhos’. Num desses dias, quando o rei voltou ouviu as suas mulheres a dizerem o mesmo: ‘o nosso rei caçador voltou só com olhos vermelhos’. Ele, de mediato, reuniu as suas mulheres e disse-lhes que a partir daquele dia em diante o nome passava a ser olhos vermelhos (*maitho oxeerya*). Rapidamente o novo nome do rei caçador espalhou-se pelas aldeias da região. E, quando chegaram os

primeiros colonos portugueses chamaram toda a região de Metocheria (Ernesto, 2017; Murimone, 2017).

Muito antes da chegada dos portugueses na região de Metocheria, viviam famílias oriundas de diferentes clãs, como *amaale*, *amavele*, *alaponi*, *amulima*, *atxeledge* e *amirasi*. Estas famílias viviam sob a direção de quatro chefes da região, nomeadamente: *yampaha*, *yarapeia*, *yahihama* e *wamweri*” (GF2). A avaliar pela tradição oral, inicialmente todos os povos que se aglomeravam naquela região eram predominantemente camponeses e de origem *macua*, sendo bastante provável que esses camponeses ter-se-iam aglomerado naquela região devido à existência de terras baixas e aráveis, temperatura amena e cursos de águas, portanto, condições favoráveis para a prática da agricultura.

Entre 1962 e 1976, implantaram-se várias companhias de plantação na região de Metocheria, sendo que uma das primeiras foi fomentadora do Algodão e do Sisal, tendo sido um Português, de nome Francisco Teixeira, um dos seus primeiros proprietários. Seguiu-se ao mesmo António Seco Adrentino e mais tarde António Ferreira (*Ibid.*). Curiosamente, as primeiras plantações de algodão a ser implantadas em Monapo começaram em Netia, sendo posteriormente expandidas para a região de Metocheria, entre outras.

No tempo colonial os brancos cobiçavam esta toda região porque tem terras férteis e também porque tem um rio que passa perto daqui. E como eles gostavam de fazer plantações de algodão e sisal é por isso que vieram para aqui. Mas eles não começaram aqui (...). As primeiras plantações aqui Monapo começaram no posto de Netia (...). Mas não ocupavam todo posto, estavam depois do rio Monapo nas regiões de Macassela e Hapua e mais tarde os brancos (vieram) colocar suas plantações aqui em Metocheria. Quando chegaram aqui em Metocheria, gostaram desta zona porque viram que tinha boa terra para aquilo que eles queriam plantar, eles queriam colocar uma plantação. Daí procuram alguém desta zona de Metocheria, para começar a mobilizar outras pessoas para esse trabalho (*Ibid.*).

Nessa altura, os trabalhos nas plantações eram manuais e, no seu início, era necessário um elevado número de mão-de-obra, ou seja, as empresas recrutavam muitos trabalhadores não apenas para a fase de limpeza dos campos, mas também para outras fases que compunham o ciclo do processo produtivo das culturas de algodão e sisal. Nesse tempo, os trabalhos eram elaborados manualmente: primeiro fazia-se a destronca; depois, a limpeza, o alinhamento, e no final, o plantio do sisal. Findos quatro anos, o sisal estava crescido, daí a necessidade do corte do mesmo, amará-lo em molhos, escovar e depois levar-se para a fábrica para o processo de transformação em fibra (*Ibid.*).

A sucessão de grandes empresas agrícolas levou a que camponeses locais e trabalhadores oriundos de diferentes partes se aglomerassem e tornassem Metocheria populosa como se de uma vila se tratasse. Por isso, ficou conhecida por Metocheria Agrícola

ou Metocheria Vila. As plantações compreendiam vastos campos agrícolas, bem organizados, com plantas alinhadas em fila e bem tratadas. Não se tratava apenas de plantações agrícolas, mas também, em anexo, de instituições de natureza social, como a escola, posto de saúde, fábricas, escritórios. O horário do trabalho nas antigas plantações de algodão e sisal em Metocheria Agrícola exigia que os trabalhadores chegassem cedo e, por essa razão, sentiam-se obrigados a viver perto da plantação para evitar atrasos e descontos.

Nas plantações o trabalho começava bastante cedo. Os trabalhadores entravam 6 horas, recebiam almoço ao meio dia e tinham intervalo até às 13 horas e trinta minutos, e no fim de cada dia de trabalho recebiam produtos para confeccionar sozinhos. Durante as noites, os trabalhadores dormiam no chão, usando esteiras feitas de caniço (GF2, 2017). Todavia, com a tomada da Independência Nacional, e a conseqüente saída dos colonos portugueses, parte considerável dos trabalhadores agrícolas saiu igualmente da região (*Ibid.*). Como conseqüência dessa saída em massa de antigos trabalhadores, Metocheria Agrícola tornou-se numa comunidade povoada maioritariamente por famílias camponesas.

Em meados da década de 1980, os territórios das antigas plantações coloniais de algodão e sisal passaram para a Sociedade Algodoeira de Monapo (SAMO), uma empresa de capitais nacionais. Tendo falido a SAMO, implantou-se a Sociedade de Desenvolvimento Algodoeiro de Namialo (SODAN). No entanto, a SODAN faliu devido à sua incapacidade para concorrer no mercado internacional com produtores Americanos e Europeus, subsidiados pelos seus governos (WampulaFax, 31/1/2016). Em 2016, a Sociedade Algodoeira de Namialo (SANAM) adquiriu a massa falida da SODAN, comprometendo-se em compensar os custos de produção face à questão da concorrência de algodão no mercado internacional através do processamento de bagaços e óleos a partir das sementes do algodão” (*Ibid.*). Porém, o processo de produção de algodão da SANAM em Metocheria Agrícola durou pouco tempo. Daí que, em 2007, e por via de um processo de transpasse, a empresa SANAM entregou os seus bens (terrenos e edifícios) à empresa multinacional Matanuska Moçambique Lda.

4.2 Implantação da Matanuska Moçambique Lda. em Metocheria Agrícola

Nos capítulos I e II foi efetuada uma relação entre as crises mundiais de alimentos e combustíveis, ocorridas em 2006 e 2007, respetivamente. Uma das soluções encontradas face a essas crises consistiu na procura de novas terras nos países do Sul, sobretudo em África, e a

produção em massa de alimentos e biocombustíveis por parte das MNCs extractivistas, como forma de responder à procura desses produtos nos seus países de origem e noutros mercados.

A escolha dos países e locais não é aleatória, mas resultou necessariamente do facto de que as MNCs procuraram maximizar os seus lucros através da exploração de matérias-primas em países que oferecem mão-de-obra barata, baixos custos de energia, isenções fiscais e falta de instrumentos reguladores de questões ambientais. Foi neste cenário que se implantou a MML em Metocheria Agrícola como um projeto de produção de bananas em grande quantidade para exportação. Oficialmente, a MML foi criada em 2007, no Segundo Cartório Notarial da Cidade de Maputo, sob a representação dos senhores Faizal Jusob e Heinrich Bernd Alexander Josef Pezold, tendo sido publicado no B.R. de 21 de junho de 2007.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de cinco de Junho de dois mil e sete, lavrada de folhas vinte e cinco a vinte e sete do livro de notas para escrituras diversas número duzentos vinte e seis traço D do Segundo Cartório Notarial de Maputo, a cargo de Batça Banú Amade Mussá, notária do referido cartório, o senhor Faizal Jusob em representação da Sociedade Matanuska Africa Limited e senhor Heinrich Bernd Alexander Josef Von Pezold, procedeu a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Matanuska Moçambique, Limitada, que será registada pelas disposições constantes dos artigos seguintes (B.R., de 21 de Junho de 2007).

Com efeito, a MML surgiu como consórcio entre a *Matanuska Africa Limited* com 99,5% do capital e Heinrich Bernd Alexander Josef Von Pezold com 0,5%. Na prática, a MML era subsidiária da multinacional Mauriciana *Rift Valley Corporation* e da Norueguesa *Norfund*. A *Rift Valley Corporation* (RVC), que se dedica ao agronegócio, investiu os seus capitais na produção do tabaco, banana, exploração de recursos florestais e investimento no setor de energia renovável. A RVC resulta da junção de capitais das famílias Thomas Höegh e Heinrich Von Pezold, encontrando-se sedeadada em Harare e possui vários investimentos agroindustriais no Zimbabwe, Moçambique e Tanzânia (The Rift Valley, s.d.). Por sua vez, a *Norfund* é uma empresa multinacional de capitais noruegueses, com sede em Oslo. De entre os vários interesses, a *Norfund* investe no agronegócio nos países do Sul (The Norfund), possuindo investimentos no desenvolvimento das ilhas Maurícias, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Panamá, Costa Rica, Bangladesh, Vietname, Laos, Cambójjia e Myanmar (Norfund, 2016: 1).

A implementação do projeto de plantação de bananas da MML, na comunidade de Metocheria Agrícola, teve o apoio do Governo Provincial de Nampula, através da Direção Provincial de Agricultura (DPA), e do Governo Distrital de Monapo, através dos Serviços

Distritais de Atividades Económicas (SDAE). Ao apoiar a implantação deste projeto naquela região, os governos locais estavam a cumprir ordens superiores, como refere o GDM (2017):

A empresa Matanuska manifestou o seu interessou em implantar-se em Monapo entre 2008 e 2009, foram feitos alguns contactos ao nível ministerial provavelmente. Recordo-me que nesse tempo estava na Direção Provincial de Agricultura o Diretor Provincial José Varimelo, que foi desafiado em receber esse megaprojeto. Ele levou seu tempo para decidir, mas o Diretor acabou viajando para ver qual era a importância de implantação de grande projeto de produção de bananas na Província de Nampula, concretamente no distrito de Monapo (GDM, 2017).

A escolha do distrito de Monapo, de entre os 23 que compõem a Província de Nampula, deveu-se, como anteriormente mencionado, a fatores atrativos, como temperaturas amenas, solos férteis e cursos de água, localização perto do porto de Nacala, existência de estradas melhoradas e edifícios adequados e melhorados. O Governo do distrito de Monapo, através do SDAE, confirma que essas condições levaram a que o Ministério da Agricultura determinasse que o projeto fosse implementado em Metocheria Agrícola.

Monapo foi escolhido para acolher este projeto porque se viu que tinha uma área apropriada para o efeito. Primeiro, fez-se um estudo de viabilidade, que integrava mais ou menos a qualidade dos solos; depois, o próprio o clima; além disso, também a posição estratégica das próprias farmas da empresa, (...) vias de acesso. Então isso foi um dos elementos que ditou bastante para a implantação do projeto da Matanuska no nosso distrito. Além disso, também houve alguns estudos sobre a situação hídrica por aí em diante, razão pela qual esta empresa veio impulsionar aquilo que diz respeito a implantação de grandes infraestruturas, estamos a falar grandes infraestruturas de irrigação. Estamos a dizer isso porque esta empresa trouxe aqui a maior barragem daqui da zona norte, que é a barragem de Mujica (GDM).

Com efeito, as autoridades governamentais, quer da província, quer do distrito viam o projeto como uma janela de oportunidade no que respeita aos benefícios económicos e sociais para a comunidade local, distrito e província e para o país, contribuindo para a economia nacional.

Primeiro, pensou-se que esta empresa provavelmente implantada ali poderia reduzir o nível de desemprego ao nível daquelas comunidades circunvizinhas, mesmo em todo o distrito de Monapo ou mesmo ao nível da província, porque nós verificamos ali que não só eram trabalhadores locais das zonas circunvizinhas, mas podiam ser de outras regiões. Segundo, provavelmente, o que eu quero acreditar é que ia contribuir de certa maneira para o crescimento do PIB, podiam-se gerar ali algumas divisas, era possível captar algumas divisas a partir do processo de exportação (...), e é notório também melhoria da dieta alimentar, criou-se um hábito de consumo de fruta (...) porque era muito pouco ou quase que era inexistente (...) nessa comunidade (...). Então são múltiplas vantagens provavelmente (*Ibid.*).

Segundo o Governo distrital, uma dessas vantagens era de que a MML impulsionaria alguns serviços, existindo igualmente outros serviços. A própria empresa captou alguns

prestadores de serviços para estar junto da empresa e poder avançar. Portanto, é aquilo que se designa como uma prestação de serviços (*Ibid.*). Contudo, o processo de expropriação dos terrenos em Metocheria Agrícola pela MML caracterizou-se por graves irregularidades: (i) a MML desalojou as famílias afetadas sem criar condições previamente; (ii) a empresa não esperou que as famílias camponesas colhessem as suas culturas de machambas e, como consequência disso, perderam culturas, como o milho, bananas, cana-de-açúcar, hortícolas, inclusivamente animais domésticos; e (iii) o processo de indemnização não foi transparente nem inclusivo, pois a maioria das famílias afetadas não foi indemnizada.

Muitas pessoas viviam ali, além de machambas, tinham suas casas ali algumas até eram cobertas de chapa de zinco, criavam animais (...). Tiraram-nos dos nossos terrenos e vieram-se entornar ali no campo, perto daquela mesquita. Era muita gente, tinha homens, mulheres e crianças. Outras pessoas afetadas que não quiseram ficar aqui em Metocheria Agrícola foram levadas de carro para Muchaleque 1, Muchaleque2, Muchaleque, Uapilimiti, Nacololo e outras para Namialo. Muita gente não recebeu nada, porque o processo de indemnização foi problemático. A senhora Felismina que vinha do distrito de Monapo conduziu o processo de forma injusta e intransparente deixando mais de 500 pessoas lesadas. Estranhamente, este processo das indemnizações está pendente há dez anos (GF1).

O líder comunitário local, Murimone (2017), referiu que em Girore, Mpwilimwiti, a empresa Matanuska ocupou somente a parte das *machambas*, mas em Muchaleque 1 e 2 ela ocupou tudo, inclusivamente a parte das *machambas* e das casas. Devido a essas irregularidades, o processo de implantação da empresa MML em Metocheria Agrícola foi alvo de várias críticas. Lemos, Jaiantilal, UNAC e Grain denunciaram a expulsão dos camponeses das suas terras sem a observação das leis vigentes.

Em 2008, instalou-se em Monapo a empresa Matanuska Mozambique Lda., uma empresa vocacionada em agricultura de plantação, produz e exporta cerca de 1400 toneladas de bananas por dia para Ásia e Europa. Ela usurpou 16 000 hectares de terras na comunidade de Metocheria Agrícola, Posto Administrativo de Carapira, e expulsou os afetados das suas terras sem cumprir com leis vigentes e nem com as promessas por ela feita (Lemos, 2011; Jaiantilal, 2013; UNAC e Grain, 2015).

As irregularidades acima mencionadas revelam, claramente, que a empresa MML violou um conjunto de direitos dos afetados, previsto no artigo 10º do Decreto nº 31/2012 de 8 de agosto, enquanto instrumento regulador dos processos de desalojamento das comunidades resultantes de projetos económicos. Este dispositivo legal dita que:

São direitos da população directamente afectada: a) Ter restabelecido o seu nível de renda, igual ou superior ao anterior; b) Ter restaurado o seu padrão de vida igual ou superior ao anterior; c) Ser transportado com os seus bens para o novo local de residência; d) Viver num espaço físico infraestruturado, com equipamentos sociais; e) Ter espaço para praticar as suas actividades de subsistência; f) Dar opinião em todo o processo de reassentamento (Artigo 10º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto).

Ao permitir que tais irregularidades ocorressem, e olhando para o tempo que elas permaneceram sem correção, poder-se-á verificar que o Governo não desempenhou igualmente as competências atribuídas como representante do Estado, não apenas por não ter feito cumprir o Decreto 31/2012 de 8 de agosto, mas também por não defender e/ou proteger os interesses e recursos das comunidades previstos nos termos da LOLE. Além disso, o Governo assistiu, de forma apática, à falta de transparência com que se caracterizou o processo das indemnizações, permitindo que (i) as famílias afetadas e a MML não discutissem os preços; (ii) a MML impusesse os preços aos afetados; (iii) houvesse exclusão de pessoas e/ou famílias, ou seja, que determinadas pessoas/famílias recebessem e outras não; e (iv) os valores pagos pela MML não correspondessem aos valores reais dos bens perdidos (quadro 10).

Quadro 10 - Preços de compensação aos camponeses desalojados em Metocheria Agrícola

Ordem	Bens perdidos		Valor (Mts)
1	casas [tipos]	Cobertura com zinco	5000, 00
		Cobertura com capim	2000, 00
2	Machambas (com culturas)		1000, 00
3	Fruteiras		700,00

Fonte: GF1, 26/9/2017.

Tendo em conta os pressupostos básicos de uma indemnização compensatória, abaixo resumidos, considera-se que as compensações pagas pela MML em Metocheria Agrícola foram injustas no sentido de não corresponderem aos valores reais dos bens perdidos.

Uma indemnização justa compreende uma indemnização compensatória para o expropriado, calculada em função do valor real ou corrente do bem expropriado (Ferreira, 2012: 24). O valor deverá corresponder à reposição do património expropriado do valor de bens dos quais foi privado, através do pagamento do seu justo preço em dinheiro, isto é, a expropriação converte-se em valores patrimoniais, onde a entidade expropriante coloca o seu valor pecuniário a favor do proprietário do bem expropriado (*Ibid.*, 2012: 22).

A justa indemnização compreende igualmente o princípio geral ínsito no princípio do Estado de Direito Democrático. Não deverá ser paga uma quantia inferior, nem simbólica ou representativa, mas aquela que corresponde ao valor do bem em causa, de modo a que pessoa

ou entidade da qual o bem é expropriado se sinta efetivamente ressarcida (Sores, 2015: 25; Ferreira, 2012: 56). Por isso, no ato de pagamento de uma indenização compensatória deve-se respeitar o princípio da equivalência de valores: nem a indemnização deve ser tão reduzida que o seu montante a torne irrisória ou meramente simbólica, devendo ser proporcional às consequências da expropriação e a sua reparação (*Ibid.*, 2012).

Cruzando estes pressupostos e avaliando a forma como foi conduzido o processo de indemnizações compensatórias em Metocheria Agrícola, considera-se que houve injustiça por parte da MML, com o conhecimento do Governo local. As famílias afetadas protestaram de várias formas, chegando inclusivamente a envolver um padre católico local (anexo 1). O Governo reconhece as falhas do processo ao assumir que houve fraqueza na compensação, houve alguma coisa que não correu bem. As pessoas envolvidas provavelmente no processo de análise ou canalização dos valores provavelmente deviam ter feito alguma coisa, devem ter sido cometidos alguns erros (GDM, 2017). Apesar do Governo distrital reconhecer os erros e/ou fragilidades, não se dignou resolvê-los, até ao fecho do projeto, em março de 2018. Por seu turno, a direção da MML reconheceu igualmente o problema, indicando que existe a necessidade de terminar com a compensação das comunidades de Namirica e Muchaleque. A mesma não terminou até então, pelo facto de existirem divergências de dados destas comunidades que possuem as suas machambas dentro do DUAT da MML. Esforços foram efetuados no sentido de concluir este processo até ao primeiro trimestre de 2018 (MML, 2017).

Paralelamente a esta situação, a comunidade de Metocheria Agrícola queixava-se de que os guardas da empresa arrancavam instrumentos de trabalho, capim e lenha às pessoas que tentassem atravessar o território expropriado pela empresa (GF1, 2017). Com efeito, para impedir as pessoas de atravessar o território, a empresa colocou arrame farpado (C imagem 1) e abriu uma vala na parte limítrofe à comunidade de Metocheria Agrícola.

A empresa colocou arrame farpado e fez uma grande vala para pessoas não passarem. Os guardas proibem as pessoas entrarem ali para apanhar lenha, cortar capim e fazer machamba e isso está a provocar um conflito permanente entre as populações e a empresa; batem pessoas quando passam ali, arrancam catanas, enxadas e machados; até são capazes de queimar molho de capim na cabeça de alguém (GF1, 2017).

Em resposta a esta relação conflitual entre a comunidade e a empresa MML, o Governo distrital posicionou-se a favor da empresa MML, indicando que os maus tratos

residiam numa perspetiva de proteger aquilo que é a produção naquela área, naquele perímetro, que separa da comunidade dos blocos de produção (GDM, 2017). Posteriormente, minimiza considerando ou dando a entender que o conflito acabou: “isso já acabou há muito tempo, já não há muitos desses casos. A própria sociedade já está consciente de que não pode entrar ou sair da rede porque realmente lá tem seguranças. E mesmo a segurança da empresa sabe que depois dos perímetros, não podem fazer isso [...]”. (*Ibid.*).

A comunidade de Metocheria criticou de igual modo a empresa MML, não apenas pelo facto de não cumprir as promessas efetuadas aquando as consultas públicas, mas, sobretudo, por destruir uma ponte construída de material local sobre o rio Monapo: “Não estamos a ver aquilo que a empresa prometeu durante as consultas comunitárias. Além disso, os guardas da empresa são muito maus, são piores do que aqueles que trabalhavam no tempo dos brancos” (GF1). A empresa partiu uma ponte para impedir pessoas passarem. Era uma ponte que nos permitia atravessar para a outra margem do rio Monapo, onde algumas famílias têm *machambas*. A empresa não está a repor a ponte e não está a dizer-nos nada (*Ibid.*). No entanto, o Governo distrital reconhece que realmente existia uma ponte, mas não confirma se foi a empresa MML que a destruiu, ao afirmar que “havia realmente essa ponte (...), mas não acredito que tenha sido destruída pela empresa Matanuska. Se o caso envolvesse a Matanuska, provavelmente a empresa teria construído” (GDM).

Oficialmente, a Matanuska Moçambique Lda. iniciou as suas atividades em 2008, com um investimento de 15.000 milhões, sendo que um terço de ações pertencia à *Nordfund* da Noruega e dois terços à *Rift Valley* (Hanlon e Smart, 2013). No início, ocupou cerca de 1500 hectares e mais tarde passou para 3.680 hectares, através do sistema irrigação (GDM, Murimone, 2017). Do ponto de vista organizacional, a MML era composta por cinco departamentos, nomeadamente: Operações, responsável pelas atividades, como sacha, engenharia, colheita, controle de qualidade e empacotamento; Segurança, Finanças; Recursos Humanos e Administração; e Produção e Distribuição (MML).

A plantação de bananas da MML encontrava-se identificada por um painel publicitário com o nome da empresa (A imagem 1). As bananeiras encontravam-se dispostas de forma alinhada, conferindo uma paisagem única e ininterrupta. Em cada bloco, os viveiros das bananeiras eram colocados em simultâneo, recebendo os mesmos tratamentos (entre os quais adubação, desbaste e irrigação), cresciam, floresciam e brotavam cachos em simultâneo (B imagem 1). As plantas encontravam-se dispostas de modo a oferecer um espaço suficiente

para a manobra dos trabalhadores durante os processos de desbaste, adubação, irrigação e colheita.

A mesma encontrava-se cercada de arrame farpado, com pouco mais de 2 metros de altura (C imagem 1). Esse cerco visava evitar que os camponeses locais passassem pelo terreno da empresa para as suas *machambas* e roubassem as bananas; controlando, deste modo, todas as pessoas inseridas dentro do território da empresa por motivos vários.

Imagem 1 - Aspetos da Plantação de bananas da empresa Matanuska



A - Vista da plantação de bananas da empresa Matanuska em Monapo (Hanlon, 2018); B - Cachos (de bananas) alinhadas antes da colheita (Dadá e Nova, 2018); C - Cerco de arrame farpado construído em volta da plantação (foto capturada pelo autor a 27-07-2017); D - Vista das bananeiras formosana importada de Taiwan como variedade resistente ao fungo causador da doença “Mal-do-Panamá” Foc R4T (Gettleson, 2018).

4.3 Breve caracterização da bananeira e de bananas

A bananeira é uma cultura com origem no sudoeste asiático e nas ilhas do pacífico sul (de entre as quais Austrália, Bornéu, Indonésia, Filipinas, Papua New Guiné, Samoa, Sumatra), tendo sido domesticada e expandida pelo mundo durante séculos (De Lenghe *et al.*, 2009: 165). Geralmente, as melhores espécies desenvolvem-se na zona intertropical, ou seja, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio (Cordeiro, 2000: 9; De Langhe, 2009: 165). Isso deve ao clima quente, pois quanto mais se aproxima da linha do Equador maiores serão as condições climáticas do cultivo de bananas favoráveis (Cordeiro, 2000: 9).

A bananeira (*Musa spp.*) é uma planta monocotiledónea e perene, apresentando um caule subterrâneo (rizoma), do qual saem as raízes primárias, em grupos de três ou quatro, totalizando 200 a 500 raízes, com uma espessura que varia entre os 5 mm e os 8 mm. O sistema radicular é fasciculado (Cordeiro, 2000: 17). A palavra “banana” é originária da língua Árabe *Banan* e possui o significado de dedo. Ao passo que o termo *Musa*, que é o nome científico, provavelmente advém igualmente da expressão árabe *Mouz* e que significa “planta” (De Langhe *et al.*, 2009: 165).

Deste modo, depreende-se que essa expressão foi aplicada em homenagem a António Musa (63 – 14 aC), médico de Octávio Augusto, primeiro imperador de Roma (Hyam e Pankhurst, 1995). Com efeito, a família *musaceae* é composta por dois géneros principais, *Musa*, *Ensete* (e possivelmente *Musella*). Deste modo, todas as variedades comestíveis provêm de bananeiras do género *Musa* (De Langhe *et al.*, 2009: 166).

Do ponto de vista nutricional, a banana (madura e sem casca) é uma fruta rica em calorias, sais minerais e vitaminas, entre outros nutrientes, como ilustra o quadro 11.

Quadro 11 - Quadro de nutrientes contidos nas bananas (em 100g)

Nutriente	Valor	Nutriente	Valor	Nutriente	Valor
Açúcar (total)	13.5g	Folato	12.5 µg	Vitamina A (retinol)	1.7 µg
Água	73.5%	Glucose	4.4. mg	Vitamina B1	0.05 mg
Amido (total)	4.8 g	Gordura (total)	0.4 g	Vitamina B12	0.0
Cálcio	7.0 mg	Iodo	1.0 µg	Vitamina C	12.0 mg
Carotenoides	29.7 µg	Magnésio	33 mg	Vitamina D	0.0
Energia	350(84) kJ (kcal)	Potássio	360 mg	Vitamina E	0.2 mg
Ferro	0.5 mg	Riboflavina	0.05	Vitamina K	0.5µg
Fibra (insolúvel em água)	1.0 g	Sacarose	6.4 g	Zinco	0.2 mg
Fibra (total)	1.8 g	Selénio	1.0 µg		

Fonte: OGTR, 2008: 36-37.

Em Metocheria Agrícola, a empresa Matanuska produzia basicamente duas variedades de bananas *Cavendish*, nomeadamente: *Williams* e *Grande Naine* (Kitinyu, 2014: 10-17).

Geralmente as bananas destas variedades medem cerca de 15 a 23/26 centímetros de comprimento, pesando cada uma entre 90 e 290 gramas, sendo ligeiramente curvas e o ápice mais afunilado (ProMusa, s.d.; Cordeiro, 2000: 34). Trata-se de variedades com altura que

varia entre 2,4 e 3,7 metros. O período do plantio ao florescimento (ciclo vegetativo) dura entre 11 e 13 meses (Cordeiro, 2000: 34), apresentando um “cacho grande e cilíndrico, com peso entre 25 e 50 quilogramas. Produz cerca de 10 a 15 pencas, apresentando cada penca 16 a 34 frutos, totalizando cerca de 150 a 300 bananas uniformemente organizadas e apontadas para cima (*Ibid.*, 2000).

A banana *Cavendish* é resistente à fusariose geração 1 (*fusarium oxysporum wilt race 1*), mas é vulnerável à fusariose geração 4 (*fusarium oxysporum wilt race 4*), doença “Mal-do-Panamá” (ProMusa, s.d.). Além disso, é propensa às doenças das bananas como sigatoka-amarela (*Mycosphaerella musicola*), sigatoka-negra (*Mycosphaerella fijiensis morelet*) e nematoide cavernícola (*Radopholus similis*)” (Cordeiro, 2000: 34). A bananeira *Cavendish* cresce em ambientes de temperaturas amenas (ProMusa, s.d.).

4.4 Processo de produção, colheita, empacotamento e transporte das bananas

O investimento inicial do projeto da MML em Metocheria Agrícola foi cerca de 15.000 milhões de MT (Hanlon e Smart, 2014). Em termos de extensão e volume de produção, esse projeto compreendeu um dos maiores investimentos de agronegócio no período pós-independência de Moçambique de África Austral. A plantação de bananas era alimentada por um sistema motorizado de irrigação cujas águas eram captadas a partir da barragem de Mujica (construída pela empresa no rio Monapo a norte de Metocheria Agrícola e a Sul de Netia).

O GDM (2017) refere que, na época chuvosa, a barragem de Mujica chegava a acumular água numa área equivalente a 180 km² (60km x 30 km). Em cada nove meses uma bananeira daria frutos. Para proteção das bananas contra o sol, vento e insetos, os cachos das mesmas eram completamente cobertos com plásticos deixando-se uma abertura na parte inferior do invólucro para permitir a circulação de ar (Kitinyu, 2014: 52) (imagem A2).

Uma vez prontos, os cachos das bananas eram colhidos, passando necessariamente pelo corte dos pedúnculos dos cachos, remoção dos ápices das bananas e corte da ráquis incluindo, obviamente, o coração. O processo de produção e exportação das bananas era delicado e exigia uma logística bastante complexa, começado pelo transplante, irrigação, pulverização, proteção dos cachos e da colheita, medição de níveis de qualidade, armazenamento, encaixotamento, contentorização, refrigeração e transporte (MML).

Geralmente, os cachos das bananas eram grandes e pesavam entre 25 e 40 quilogramas (Maersk, 2012). As bananas eram colhidas manualmente ainda verdes, tratadas com delicadeza e contentorizadas de modo a chegar maduras ao destino. O processo de colheita até à exportação para o mercado consumidor durava cerca de trinta dias (Smart e Hanlon, 2014).

O processo de embalagem (empacotamento) das bananas passava por cinco secções diferentes: corte, lavagem, seleção, pesagem e encaixotamento: (i) quando as bananas estivessem prontas para a colheita, os respetivos cachos eram cortados, transportados e pendurados junto dos tanques de água (imagem 2B) e, em seguida, removiam-se os pedúnculos das bananas; (ii) as bananas eram colocadas nos tanques de água para a lavagem (imagem 2C), existiam dois tanques para a lavagem das bananas; no primeiro, as bananas eram lavadas de forma breve (primeira lavagem) e depois passavam para o segundo, onde eram devidamente lavadas (segunda lavagem) e selecionadas para a pesagem (imagem 2D). (iii) a seleção das bananas consistia na separação entre as bananas que tinham bom aspeto e as que não tinham; (iv) o sector de controlo de qualidade media os comprimentos e diâmetros e os níveis das bananas segundo especificações padronizadas que vão ao agrado dos clientes (imagem 2E); (v) no final, as bananas eram colocadas em caixinhas especiais.

As caixinhas possuíam desenhos de uma bananeira e de bananas estampados sobre as cores externas azul-escuro e amarela. Sobre esses desenhos e cores vinha a seguinte inscrição: “*Matanuska, Nacala Bananas, Product of Mozambique*” (imagem 2F). Cada caixinha possuía as seguintes dimensões: 51 cm de comprimento, 34 cm de largura e 21 cm altura (ou seja, um volume igual a 51cm x 34 cm x 21 cm) (99designs, s.d.); e levava entre 13 quilogramas (para Ásia) e 18 quilogramas (para Europa). As bananas eram embaladas ainda verdes, mas chegavam ao destino prontas para o consumo (*Ibid.*) (imagem 3A).

Imagem 2 - Corte, lavagem, pesagem e medição da qualidade das bananas da Matanuska



A - Proteção de cachos de bananas com sacos plásticos; **B** - Trabalhadores cortando as pencas das bananas; **C** - Trabalhadores lavando as pencas das bananas no tanque de água preparado para o efeito; **D** - Trabalhadores medindo o peso das bananas; **E** - Trabalhadores do setor de controlo de qualidade medindo comprimento e diâmetro das bananas (Maersk, 2012); **F** - Exemplo das caixas de empacotamento das bananas (99designs, s.d.).

As caixas eram colocadas em contentores (imagem 3B), sendo que cada contentor, da *Maersk Container Industry* (MCI), com tecnologia de refrigeração, também designados por contentor frigorífico (*star cool containers*), carregava cerca de 1.500 caixas de bananas (imagem 3C), ou seja, cada contentor levava cerca de 19,5 toneladas de bananas. Uma vez carregadas nos contentores, o sistema de refrigeração era acionado para a manutenção de uma temperatura adequada e constante, ou seja, entre 13 e 14 graus *Celcius*. Os contentores de bananas eram transportados através de camiões até ao porto de Nacala (imagem 3D), do qual rumavam de navio para o mercado externo. Inicialmente, as bananas eram exportadas para o Médio Oriente (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irão Kuwait, Iraque e Egipto) e para a Ásia (Japão e Coreia) (Portos do Norte, 2014: 3; Hanlon & Smart, 2013: 8).

Entre 2008 e 2014 (período áureo), a MML exportava anualmente pouco mais de 2.1 milhões de caixas contentorizadas de bananas equivalentes a 28.000 toneladas (Hanlon e Smart, 2013: 8; MML, 2017; GDM, 2017) (tabela 5). Antes de os contentores saírem para o navio, técnicos portuários monitoravam os sistemas de refrigeração, de modo a que a temperatura se mantivesse e a ventilação fosse constante durante a viagem (imagem 3E). A manutenção da temperatura, entre os 13 e 14° C, era determinante para manter as bananas frescas até ao destino final. Os contentores das bananas eram colocados no navio através dos guindastes portuários (imagem 3F). Do Porto de Nacala, as bananas contentorizadas eram

transportadas para o Médio Oriente, Ásia e Europa numa viagem que durava entre 30 e 45 dias.

Imagem 3 - Embalagem e transporte de bananas do campo de produção ao porto de Nacala



A - Trabalhadoras encaixotando bananas na quarta linha preparação (Frey, 2018); B - Trabalhadores arrumando as caixas de bananas no contentor; C - Camião transportando as caixas de bananas para o porto de Nacala; D - Contentores de bananas no pátio do porto de Nacala aguardando seu carregamento para o navio; E - Técnico do porto de Nacala monitorizando o sistema de refrigeração dos contentores; F - Carregamento dos contentores de bananas para o navio no porto de Nacala (Maersk, 2012).

Tabela 5 - Evolução de produção de bananas pela Matanuska 2008-2017

Período (anos)	Área (hectares)		Produção média (contentor/ semana)
	Ocupada	Cultivada	
2008-2012		3.500	100
2012-2014	7.500	1.500	96
2014/2016	16.000	1.426	-
2017		75	2

Fonte: GDM, 2017.

Como demonstra a tabela (5), no período compreendido entre 2008 e 2014, a MML registou elevados volumes de produção e exportação, tornando-se numa das cinco maiores empresas exportadoras através do Porto de Nacala (Portos do Norte, 2014: 3). De facto, a Matanuska foi uma das maiores empresas produtoras e exportadora de bananas de Moçambique, nomeadamente da África Austral em geral (Hanlon, 2013: 8). No entanto, a

partir de 2015, os níveis de produção começaram a cair, chegando mesmo a exportar apenas dois contentores de bananas no segundo semestre de 2017, contra 100 contentores, que eram enviados entre 2008 e 2012 (tabela 5). Como tal, verificou-se uma queda de 98 % da produção.

4.5 O “Mal-do-Panamá” e o fim da Matanuska em Monapo

A queda abrupta de produção, ilustrada na tabela 5, deveu-se ao ataque das bananeiras por uma doença de origem fúngica chamada “Mal-do-Panamá”, ou *fusariose da banana*. É uma doença causada pelo fungo *nectriaceae*, a *fusarium oxysporum f. sp. Cubense [Foc.]*. Com efeito, FAO (2016) indicou que a plantação das bananeiras da Matanuska Moçambique Lda., em Monapo, era atacada por uma subespécie desse fungo, a *fusarium wilt tropical race 4 [ou simplesmente fusarium wilt TR4]*. Designa-se por *tropical race 4* por ser a quarta geração ou variante do fungo, sendo mais comum na zona tropical (mapa 2), cujo alvo é a variedade *Cavendish* de bananas, resistente às três primeiras variantes do fungo, mas vulnerável à quarta (Ploetz, 2015: 1512), ou seja, o número 4 encontra-se relacionado com a sequência das gerações resultantes dos testes laboratoriais de patogenicidade da estirpe (geração ou linhagem) que conduziram ao isolamento (ProMusa, s.d.).

Supõe-se que a primeira descoberta da *fusariose da banana*, causada pelo *fusarium wilt tropical race 4*, ocorreu no Sudeste de Queensland (Austrália), por volta 1874 (Cultivar, s.d.). Em 1904, essa doença fez graves estragos no Panamá, sendo provavelmente essa a razão para o nome “Mal-do-Panamá” (ProMusa, s.d.). Entre as décadas 1950 e 1960, o fungo atingiu toda a América Central, os Caraíbas e África Ocidental, destruindo mais de 40.000 hectares de plantação de bananas da variedade *Gros Michel* (Ploetz *et al.*, 2015: 284). No início de 1967, a *fusariose das bananas* foi igualmente encontrada em Taiwan, nas plantações de bananas da variedade *Cavendish* em Indonésia e Malásia (ProMusa, s.d.).

O “Mal-do-Panamá” transmite-se através de três vetores: material de plantio infetado/infestado, como, por exemplo, rizomas e viveiros; solo contaminado, incluindo veículos, ferramentas e botas que entram em contato com o mesmo; e água contaminada, podendo infetar reservatórios de água” (*Ibid.*). Eventualmente, deverão ser esses os meios através dos quais o *fusarium wilt tropical race 4*, fusariose das bananas ou “Mal-do-Panamá” se expandiu pela zona tropical, desde o ano de 2000 a esta parte, como ilustra o quadro 12.

Quadro 12 - Expansão do *fusarium wilt TR4* pela zona tropical, 2000-2018

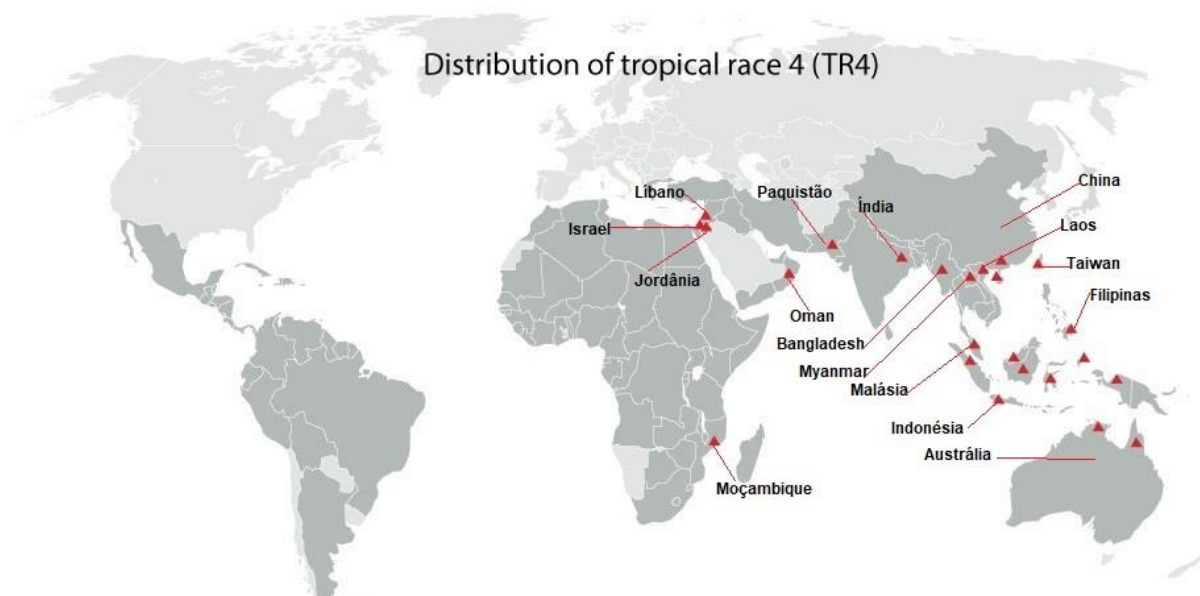
Ano	País	Regiões de ocorrência
2000	Taiwan	-
	Malásia	- Peninsular e Sarawak
	Indonésia	Java, Sumatra, Sulawesi, Halmahera e Kalimantan, Ilhas do Borneo, Irian Jaya
	Papua Nova Guiné	-
	China	Guangdong, Hainan, Guangxi, Fujian e Yunnan
	Filipinas	Ilha de Mindanao
2012	Índia	Bihar [Katihar e Purnea], Gujarat, Uttar Pradesh e Madhya Pradesh
	Oman	-
2013	Moçambique	Nampula (Monapo)
	Jordânia	-
2015	Líbano	-
	Paquistão	-
	Austrália	Territórios do norte e Queensland
2016	Israel	A IPPC ¹ declarou erradicação do fungo em Israel
2017	Laos	-
	Moçambique	Cabo Delgado (Chiúre)
e	Myanmar	-
2018	Vietnam	-

Fonte: compilado pelo autor a partir do ProMusa (s.d.); Rodriguez e Haddad (2018: 9-10); FAO (2017); Ploetz *et al.* (2015: 283-293); Crop Science (2017) e Fundación Hondureña de Investigación Agrícola (2018: 13).

Curiosamente, a expansão geográfica do fungo *fusarium wilt TR4* desenvolve-se no sentido Este-Oeste (mapa 3). Em Moçambique, após a descoberta do fungo na plantação da empresa MML, em 2013, situada em Monapo na Província nortenha de Nampula, foi a vez do distrito de Chiúre, em 2017, tendo sido devastados cerca de 1500 hectares de bananas (FAO, 2017).

¹ *International Plant Protection Organization.*

Mapa 3 - Expansão geográfica do fungo *fusarium oxysporum wilt tropical race 4*



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do mapa do *Biodiversity International for ProMusa*, 2018.

Presume-se que o fungo causador do Mal-de-Panamá (imagem 4A) tenha afetado as plantações da Matanuska, em Monapo, através de botas contaminadas de dois trabalhadores Filipinos, que iam trabalhar para a empresa Matanuska como contratados (Hanlon, 2018). De facto, este fungo é destruidor, como explicam Fernandez e Haddad:

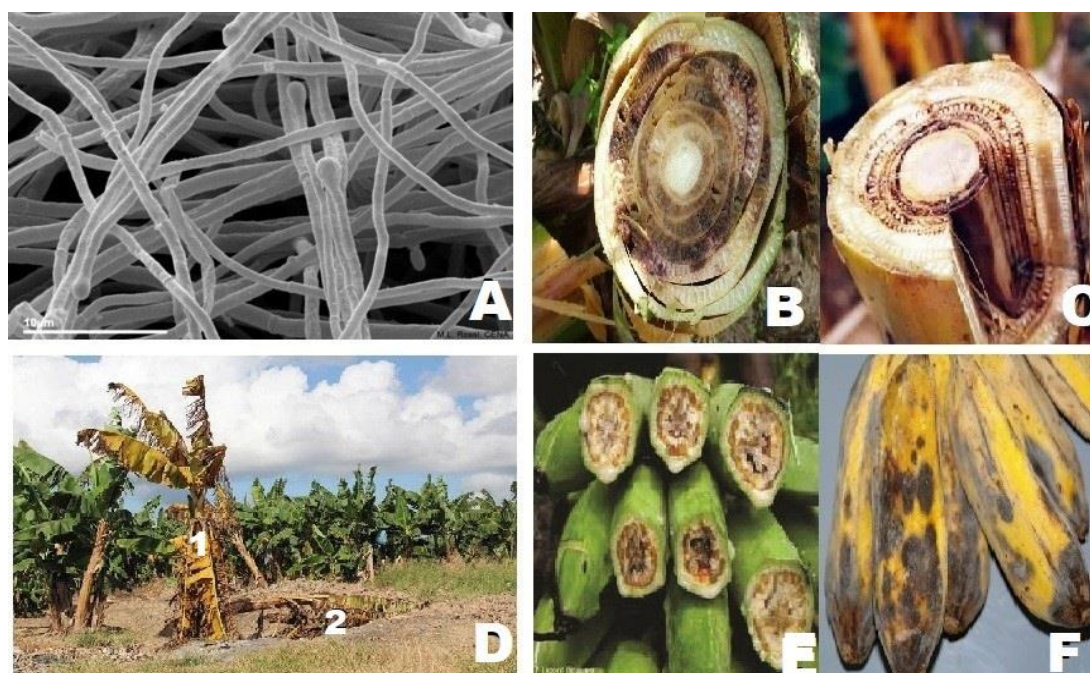
A infecção em bananeira inicia com a resposta do patógeno a exsudatos das raízes. A penetração ocorre fundamentalmente pelas raízes secundárias. Depois da germinação, as hifas se aderem à epiderme e a penetram directamente nos tecidos radiculares. O micélio avança intracelularmente através do córtex e alcança o xilema. Uma vez alcançado o xilema, o Foc permanece dentro dele, onde produz microconídios que se movem para cima pela corrente de seiva, colonizando os feixes vasculares vizinhos, produzindo novos microconídios, macroconídeos e clamidósporos (Fernandez e Haddad, 2018: 11).

Com efeito, uma vez infetada a bananeira, gradualmente as folhas assumem a cor amarela e o caule murcha progressivamente (imagem 4 D1). Consequentemente, as bananas ficam transfiguradas (E F imagem 4) até à queda e morte da planta (imagem 4 D2). A planta murcha como resultado de estresse severo pela falta de água, devido ao tapamento dos vasos do xilema e destruição dos feixes vasculares (imagem 4 B e C), acúmulo de micélio do *Foc* e produção de toxinas, e resposta de defesa do hospedeiro incluindo a produção de tiloses (Fernandez e Haddad, 2018:11-12). Portanto, o fungo ataca a bananeira pela raiz, impedindo a passagem de água e nutrientes para o caule (Hanlon, 2018).

Ainda não existe cura, nem atenuantes para o Mal-do-Panamá” (Gittleston (2018). Todavia, poderão ser tomadas medidas preventivas eficazes como forma de evitar o

alastramento da doença. Deste modo, registando-se em Moçambique os primeiros dois casos ao nível da África, deverão tomadas medidas fitossanitárias urgentes, de modo a que este fungo não se expanda pelo país inteiro, assim como pelo resto do continente africano (Hanlon, 2018).

Imagem 4 - Bananeira afetada pelo *Fusarium Oxysporum f. sp. Cubense Raça 4 Tropical (Foc R4T)*



A – Ilustração microscópica do Fungo *fusarium oxysporum f. sp. cubense* raça 4 tropical (Foc R4T) causador da doença “Ma-do-Panamá” (ProMusa, s.d.); **B** - Corte transversal do caule de bananeira infetada; **C** - Corte longitudinal do caule de bananeira infetada (Paula e Souza, 2016); Figura **D** - Amarelecimento das folhas de bananeira infetada (FAO, 2017); **D1** – Bananeira infetada com folhas amarelas em pé (ou na posição vertical) e **D2** - Bananeira infetada com folhas amarelas caída (*Ibid.*, 2017); **E** - Corte transversal de uma banana verde infetada (The Organic Farmer, s.d.); **F** - Banana madura infetada (Food Farm News, 2016).

A MML, relativamente ao início e avanço da doença, desdobrou-se na procura, não apenas de medidas de contenção, mas também de espécies resistentes ao fungo. Deste modo, transplantou uma variedade de bananeira vinda do Taiwan, cujo nome comercial é *formosana* (D imagem 1). Foi uma variedade híbrida do grupo *Giant Cavendish*, considerada mais resistente ao fungo do “Mal-do-Panamá”. Inicialmente, a empresa transplantou 200 hectares dessa nova variedade na esperança de que salvaria a indústria bananeira (Gilttleson, 2018), mas a *formosana* ficou infetada pelo fungo. A produção foi caindo a pique e trabalhadores foram sendo despedidos, terminando os contratos com os fornecedores de bens e serviços. Por fim, em março de 2018, a empresa MML fechou oficialmente as suas atividades,

declarando insolvência (Notícias Online, 16/03/2018; Caldeira, 2018). Desta forma, deu-se por terminado o projeto das bananas de MML em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo.

Smart e Hanlon (2014: 22-23) referem que Moçambique vive numa conjuntura em que as plantações não funcionam. *Procana, Sun Biofuels e Prio Foods* são os mais conhecidos entre os espetadores pelos falhanços das plantações dos investidores estrangeiros em Moçambique, nos anos mais recentes. A questão não reside nas machambas minúsculas ou nas grandes plantações, não se trata do socialismo ou do capitalismo, a gestão é crucial. Contrariamente a essa tese, e com base na nossa análise sobre o caso das bananas em Metocheria Agrícola (Monapo), conclui-se que o fim da MML não se encontra necessariamente relacionado com questões de gestão, pois compreendeu uma empresa extractivista do produto e, simultaneamente, resultado e vítima da globalização capitalista.

4.6 Comunidade, MML e trabalhadores: conflitos, promessas e realizações

Em termos de emprego, registou-se um enorme fosso entre as promessas efetuadas pela MML e o Governo do Distrito, relativamente às reais oportunidades de emprego para os residentes de Metocheria Agrícola. Um cálculo estatístico referente aos números de habitantes e trabalhadores locais (quadro 13) revela que, até finais de 2017, a Matanuska empregava cerca de 0,43% do total da população de Metocheria Agrícola.

Quadro 13 - Número e tipos de trabalhos de residentes em Metocheria Agrícola

Ordem	Tipo de trabalho	Nº	Catividade	População
1	Trabalhador do campo	13	Rega, pulverização sacha, colheita, etc.	Mais de 6. 338 hab. [jovens na sua maioria]
2	Seguranças	10		
3	Topógrafos	2		
4	Jardineiros	2		
Total		27		6. 338

Fonte: Mutapulia, 2017

Geralmente, devido às exigências, as MNCs tendem a empregar um número elevado de trabalhadores locais na fase de implantação, sobretudo durante os trabalhos de limpeza. Todavia, na fase da operação, o número de trabalhadores locais cai consideravelmente, pois nessa fase as empresas exigem mão-de-obra qualificada tecnicamente. A MML não fugiu a essa realidade, relativamente aos residentes de Metocheria Agrícola. Por isso, a baixa

empregabilidade em Metocheria Agrícola (Quadro 13) faz parte da estrutura funcional das grandes empresas. Os Governos locais e as próprias empresas possuem consciência disso, mas, curiosamente, continuam a elaborar as mesmas promessas. Deste modo, e em consequência da falta de pessoas qualificadas a nível local, as empresas recorrem a trabalhadores não locais, ou melhor, advindos de outras partes, incluindo estrangeiros, facto que, geralmente, cria um sentimento de exclusão por parte dos residentes locais. Por essa razão, os residentes de Metocheria Agrícola indicavam que muitos que trabalham naquela empresa vinham de fora (GF1).

Porém, em Metocheria Agrícola, os residentes locais acusavam os gestores da MML da venda de vagas em dinheiro e animais: para os nossos filhos terem emprego na Matanuska devem pagar dinheiro, entregar cabritos aos chefes ou deve ter um padrinho. (*Ibid.*). Entretanto, o Governo distrital de Monapo, sem antes averiguar as acusações imputadas aos gestores da MML, limitou-se a afirmar que os jovens de Metocheria Agrícola são preguiçosos (...). Todos os que ali trabalham, a maior parte deles não tem noções básicas de trabalhos que podem ser feitos com a cultura de bananas (GDM).

Os dez anos (2008-2018) da MML em Metocheria Agrícola foram caracterizados por relações conflituais entre a própria empresa e a comunidade, de uma forma geral, e com os camponeses lesados e os trabalhadores, em particular, como descreve António Mutapulia:

Penso que problema da Matanuska não é da empresa em si mesma, mas dos gestores; eles sempre causaram problemas às pessoas. Primeiro, não estão a cumprir com as promessas feitas durante as consultas comunitárias e públicas, e mandam os guardas interditar pessoas de passarem naquele espaço. Segundo, esse tempo todo até hoje não pagaram todas as famílias que perderam seus bens. Terceiro, há sempre conflito entre a direção da empresa e os trabalhadores porque, muitas vezes, os contratos não são claros, há descontos salariais sem justificação, não há uniformes e botas para todos trabalhadores; além disso, acontecem com frequência demissões e expulsões sem esclarecimento e nem pré-aviso. (Mutapulia, 2017)

O depoimento de António Mutapulia, referente às relações conflituais na MML, é corroborado por Hanlon e Smart (2014), que referem que desde a sua implantação a Matanuska teve complicações, tendo entrado em conflitos no ano de 2009 com o Ministério do Trabalho, na sequência de recorrentes conflitos laborais. Em 2011 foi novamente alvo de queixas inerentes ao processo de reassentamento de 56 famílias que saíram da área onde foi construída a barragem.

Como refere Mutapulia (2017), além de ter conflitos com os camponeses da comunidade de Metocheria Agrícola, lesados no processo de indemnizações, a MML teve sempre más relações com os trabalhadores locais. Uma das causas desses conflitos residia na falta de material de proteção, desde a fase de limpeza do espaço até à fase de operação, como

referem os TMML (2017): “ (...) durante o período de limpeza, quando fazíamos o desmatamento e destroncamento, os trabalhos eram feitos manualmente. A empresa não fornecia aos trabalhadores quaisquer meios de proteção e nem de segurança”. Deste modo, a MML não cumpriu o nº 1 do artigo 216º da Lei de Trabalho (Lei 23/2007 de 1 de agosto), segundo o qual todos os trabalhadores têm direito à prestação de trabalho em condições de higiene e segurança, incumbindo ao empregador prover meios adequados à proteção da sua integridade física e mental e a constante melhoria das condições de trabalho.

A diferença salarial e de regalias entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros foi também causa de conflito, segundo o TMML. Os trabalhadores locais sentiam-se injustiçados ao trabalharem bastante e auferirem salários baixos, enquanto os estrangeiros trabalhavam pouco e auferiam salários elevados (pagos em dólar) e tinham acesso a regalias.

Um trabalhador local de baixa qualificação (como nós) recebe 1800 Mts, enquanto um estrangeiro recebe em dólar um salário correspondente a 300.000,00Mts, para além de bónus e outras regalias que a empresa oferece (...). Nós trabalhamos mais de 8 horas por dia, o horário para seguranças é das 6h às 18h e para pessoal das farmas é das 6h às 16h. Quer dizer, os seguranças e os operadores de campo trabalham 12 e 10 horas de tempo por dia e recebem pouco dinheiro (TMML).

Com efeito, este cenário criou um descontentamento no seio dos trabalhadores locais. Além de trabalharem sem material de higiene e segurança adequado, os salários que auferiam não eram suficientes para cobrir todos os encargos sociais: “Nós temos responsabilidades, mulheres e filhos que estão na escola. O dinheiro que recebemos na empresa é pouco, nem para levar a família ao hospital, comprar comida, pagar matrícula para os nossos filhos chega” (*Ibid.*) Contudo, os trabalhadores mantiveram-se na empresa porque não possuíam outras alternativas de emprego, como relatam: “Se estamos a trabalhar aqui na Matanuska é porque não temos outro serviço. Se tivéssemos outra empresa ninguém iria continuar na Matanuska, porque naquela empresa os trabalhadores daqui são tratados muito mal, não têm valor” (*Ibid.*).

Outra causa de conflito entre a MML e os trabalhadores locais residiu na falta de pagamento do 13º salário e na discriminação nos incentivos semanais, ou seja, uns trabalhadores recebiam, enquanto outros não, estando todos na mesma empresa (*Ibid.*). Ainda outra causa residiu na questão dos descontos salariais para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para efeitos de Segurança Social. Descobriu-se que havia um esquema fraudulento, ou seja, os descontos salariais não eram depositados no INSS, mas beneficiavam a determinados membros da direção administrativa da MML. O Governo de Monapo reconheceu um desses casos: “Nós tivemos agora, no mês de abril, um caso de um

trabalhador que se encontrava a descontar para a Segurança Social. A empresa descontou o trabalhador alegando que estava a depositar no INSS, mas quando o trabalhador foi para o INSS a Matanuska não depositou nada” (GDM). O trabalhador estava a exigir a sua parte salarial ao INSS, tendo o mesmo a posse dos canchotos dos recibos de pagamento, mas o dinheiro não se encontrava no sistema” (*Ibid.*).

Tendo em conta que os problemas acima descritos não eram resolvidos, registaram-se na MML, e de forma intermitente, greves de trabalhadores. De entre as várias causas, os trabalhadores protestaram contra salários baixos, disparidade salarial para trabalhadores da mesma categoria e que desempenham as mesmas atividades, descontos salariais e despedimentos arbitrários (GDM). Apesar de o Governo distrital reconhecer as relações conflituais entre a MML e os trabalhadores, não foi capaz de encontrar um mecanismo de gestão e/ou resolução de conflitos laborais que satisfizesse aos trabalhadores locais. Por esse motivo, os trabalhadores em causa diziam que o Governo do distrito de Monapo, incluindo o seu Administrador, não conseguiam resolver os conflitos laborais que desembocaram recorrentemente em greves. Nunca reuniu as partes para ouvi-las, mas, pelo contrário, emitiu ameaças e intimidou os trabalhadores grevistas” (TMML).

Em 2010 e 2016 houve greves dos trabalhadores que duraram 4 e 2 dias, respetivamente. Os trabalhadores exigiam o aumento salarial ao patronato, mas o sindicato manteve-se inoperante e incapaz de negociar um aumento salarial. Os chefes da empresa ameaçaram e obrigaram aos grevistas a retomar o trabalho, e prometeram descontar dois dias de salários dos que aderiram nas greves. Quando o Senhor Administrador do distrito, Fernando Saíde, chegou também ameaçou os trabalhadores dizendo: ‘quem não quer trabalhar saí da empresa’ (*Ibid.*).

Na opinião dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores, montado na MML, não defendia os direitos e interesses dos trabalhadores, mas sim os interesses da empresa, pois o seu funcionamento, incluindo salários, eram da responsabilidade da empresa (TMML). Devido a essa dependência, o Sindicato interno nunca teve autonomia e capacidade para resolver quaisquer conflitos laborais dentro da empresa.

Contudo, nem tudo o que acontecia na MML era objeto de crítica ou contestação. Os trabalhadores encontravam-se satisfeitos com o serviço de transporte. Diariamente, “nós vamos para o serviço de carro da empresa. O carro da Matanuska vem buscar-nos na paragem e à tarde vem deixar-nos (...). Sobre o transporte não existem problemas e todos os dias chegamos sempre cedo na empresa e saímos quase à mesma hora para as nossas casas” (*Ibid.*). Obviamente, por um lado, a pontualidade dos trabalhadores era importante para a MML para manter os níveis de produção e produtividade; por outro, o transportador,

enquanto fornecedor de bens e serviços, tinha a obrigação de garantir o seu contrato com a MML.

No que diz respeito àquilo que o Governo local designa por Responsabilidade Social, a MML construiu algumas infraestruturas (uma Escola Primária Completa (EPC), um Posto de Saúde tipo II, três furos de água) e distribuiu cerca de 150.000 mudas de cajueiro. Deste modo, o Governo do distrito de Monapo considerou que a MML contribuiu para o desenvolvimento da comunidade de Metocheria Agrícola.

A empresa fez construção de uma Escola Primária Completa e de um Posto de Saúde tipo II; distribuição regular à comunidade de Metocheria de mudas cajueiro totalizando até neste momento 150 000 mudas desta cultura de rendimento (...); e também houve melhoria na dieta alimentar pelo facto de a empresa incentivar o hábito de consumo de bananas no seio da comunidade local. A empresa também deu à comunidade muitas mudas de cajueiros” (GF1).

De facto, as infraestruturas (imagem 5) e as mudas existem na comunidade: a empresa construiu uma EPC, abriu três furos de água e construiu um posto de saúde (GF1; Murimone, 2017). No entanto, a comunidade não ficou satisfeita pelo facto da empresa não ter construído casas para os professores, como estava previsto (GF1). A comunidade esperava mais para além dessas infraestruturas e mudas, “esperávamos melhorar as nossas condições de vida; termos casas melhoradas, estradas, energia eléctrica, mercados, tratores e nossos filhos terem formação (...)” (*Ibid.*).

Imagem 5 - Infraestruturas construídas pela empresa MML na comunidade de Metocheria Agrícola



A - Vista traseira do edifício principal da Escola Primária Completa (EPC), que leciona de 1^a a 7^a classes; **B** - Vista frontal do Centro de Saúde tipo II, com maternidade; **C** - Mulheres tirando água num dos três furos abertos na comunidade; **D** - Vista lateral do centro de saúde tipo II (fotos capturadas pelo investigador em julho de 2017 e abril de 2018).

Quanto aos cajueiros, anualmente a empresa MML entregava 150.000 mudas de cajueiros (GDM). Porém, e analisando o discurso do Governo distrital, através do SDAE, enquanto entidade que superintende a atividade agrícola ao nível do distrito, entende-se que a MML promoveu o fomento do cajueiro de forma isolada, sem envolver nem consultar o SDAE. Deste modo, o representante do SDAE e do Governo distrital revelou a sua indignação e ceticismo quanto ao projeto:

“Se toda a área está concessionada e a comunidade não pode colocar as suas benfeitorias, nós perguntamos, onde é que a comunidade vai colocar os cajueiros? Acredito que essas são coisas desenhadas lá em cima e que depois descem, tipo vamos distribuir mudas de cajueiro; como envolvem muito dinheiro (...)” (GDM).

Deste modo, apesar de reconhecer irregularidades, e ao contrário das expectativas da comunidade local, o Governo de Monapo avaliou com satisfação o impacto da MML.

Quando se implantou a Matanuska tínhamos mais ou menos 3500 concidadãos com emprego garantido (...). A empresa construiu a barragem de Mujica com 30km de cumprimento e 5-6 de largura; estimulou o crescimento dos agentes económicos que fornecem bens e serviços à empresa (...) e evoluíram bastante. Por exemplo, havia um que estava a prestar serviços lá, começou com 3 carros (...) agora tem mais de 48 a carros, aumentou a frota que presta serviços à própria Matanuska. É

notório também, que a comunidade melhorou a dieta alimentar, criou o hábito de consumo de fruta (...) que quase era inexistente (GDM).

Este balanço positivo do Governo distrital relativamente ao impacto da MML em Matanuska remete para breves notas de análise crítica: primeiramente, o número de trabalhadores registados era de 3500 no período de instalação da empresa, tendo posteriormente caído para 2400 na fase de operação, portanto, uma queda de 34,5% (GDM; MML). Além disso, analisando o quadro 13, desse universo laboral, apenas cerca de 27 eram residentes da Metocheria Agrícola. Segundo, os agentes económicos, que aumentaram as suas frotas de carros como fornecedores de bens e serviços, não pertenciam a Metocheria Agrícola; não existia, de igual modo, a evidência de que o capital por eles ganho fora investimento na comunidade em estudo. Em terceiro lugar, historicamente o cultivo de bananas em Moçambique, em geral, e em Monapo, incluindo a Metocheria Agrícola, em particular, remonta ao período pré-colonial (Noé, *et al.*, s.d.: 3). Aliás, a comunidade refere que cultivava ateiras, bananeiras e cajueiros. Deste modo, quando chegou a Matanuska, além de casas de habitação, perderam as suas culturas como bananeiras, machambas de milho, cana-de-açúcar, assim como os seus pequenos animais e árvores de fruta (GF1). Portanto, o cultivo de bananas em Metocheria Agrícola iniciou-se no período anterior à presença colonial, e muito antes da MML na região.

Porém, para a comunidade a MML não veio fazer outra coisa senão arrancar as suas *machambas* e casas sem compensações. O governo que deveria protegê-los “vem defender a mesma empresa que nos trata como animais. Para onde vamos? Para onde vão os nossos filhos e os nossos netos? Se o governo nos abandonou e não ouve o nosso grito, Deus sabe onde vamos” (GF1). Portanto, apesar da MML ter construído uma EPC, um posto de saúde tipo II e furos de água, e fornecido mudas de cajueiros, a comunidade mostrou-se insatisfeita devido ao incumprimento da promessa de emprego, destruição de uma ponte, agressões por parte dos guardas contra os populares, expropriação de *machambas* com culturas, indemnizações injustas e seletivas, além de esperar que a empresa provesse energia elétrica, tratores e outros insumos agrícolas, formação técnico-profissional aos membros da comunidade, sobretudo aos jovens, como forma de preparação para o futuro.

4.7 Considerais finais do capítulo

A MML foi uma das maiores empresas de agronegócio na história de Moçambique pós-colonial, formada pelas MNCs *Nordfund* e *Rift Valley*. Em 2008, e com o apoio do Governo Central, através do Ministério da Agricultura, e dos governos provincial e distrital, a empresa implantou-se em Metocheria Agrícola como consequência de fatores naturais que permitiram o mesmo (solos férteis, curso de água, temperaturas amenas), infraestruturais, geográficos e humanos. No seu período áureo (2008-2014) exportava cerca de 1.950 toneladas de bananas por semana, através do Porto de Nacala, para o Médio Oriente, Ásia e Europa. Nesse período, teve cerca de 2400 trabalhadores, incluindo estrangeiros, tendo encerrado as suas atividades em 2018 devido ao Mal-do-Panamá.

Durante dez anos, a MML contribuiu para o crescimento económico através das suas volumosas exportações, estimulou poucos agentes económicos locais enquanto fornecedores de bens e serviço, construiu uma EPC, um posto de saúde tipo II, abriu furos de água e forneceu 150.000 mudas de cajueiros. Contudo, a MML passou por conflitos intermitentes, não apenas com a comunidade de Metocheria Agrícola, devido à expropriação de terras e *machambas* (com culturas) e outras benfeitorias, com a exclusão de algumas famílias afetadas e a falta de transparência no processo das compensações, destruição de uma ponte, proibição de acesso ao espaço expropriado para procura de lenha e capim, mas também com trabalhadores locais, devido à inexistência de equipamento de higiene e segurança, baixos salários, descontos, suspensões e despedimentos arbitrários.

CAPÍTULO V – PROJETO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DE PALMA

A missão da Anadarko é de oferecer uma taxa de retorno competitiva e sustentável aos seus acionistas, explorando e produzindo petróleo e gás natural no mundo (APC, 2017: 4).

Neste capítulo será analisada a história das comunidades de Afungi nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial; serão descritas, de forma sucinta, as suas características culturais, económicas e sociais; será abordada a origem das aldeias Maganja, Quitupo e Senga; será contextualizado o processo de implantação do projeto de gás natural liderado pela Anadarko Moçambique Área 1; será analisado o processo de compensações e preparação do Plano de Reassentamento, o papel do Governo na gestão e resolução de conflitos, o papel das organizações da sociedade civil e, simultaneamente, os impactos do projeto, do ponto de vista ambiental, cultural, económico e social ao nível das comunidades locais afetadas.

5.1 Localização e características culturais, económicas e sociais de Palma

O distrito de Palma encontra-se localizado a nordeste da Província de Cabo Delgado (mapas 1 e 3), confinado a Norte com o rio Rovuma que estabelece a fronteira com a Tanzânia, a Oeste com o Distrito de Nangade, a Sul com o distrito de Mocímboa da Praia e a Este com o Oceano Índico (MAE, 2014: 1). Este distrito apresenta um clima do tipo sub-húmido seco, com precipitação média anual entre os 800 a 1000 mm, e 24° a 26° de temperatura média anual. Apresenta solos arenosos, moderadamente lavados, predominando solos alaranjados, amarelos a castanho-acinzentados no interior e das dunas costeiras (*Ibid.*). Apresenta, igualmente, solos arenosos hidromórficos nas zonas baixas e depressões. As planícies costeiras são dissecadas por alguns rios que entram da costa para o interior, oferecendo um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias (...)” (*Ibid.*, 2014).

Mapa 4 - Localização do distrito de Palma na Província de Cabo Delgado



Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos mapas do Il teatro fa bene (s.d.). Acesso a 25 de setembro de 2018, disponível em Il teatro fa bene: <http://mz.ilteatrofabene.it/il-territorio/>.

Palma tem uma “superfície terrestre de 3.537 km² e uma população (até 2012) de 51 mil habitantes, cuja densidade é de cerca de 14,5 hab./km²” (MAE, 2014: 1). Tem 4 Postos Administrativos (Palma, Olumbi, Pundanmar e Quionga) e 6 localidades (Palma-sede, Mute, Olumbi-sede, Quissengue, Nhica Rovuma e Quinga-Sede) (quadro 14). De forma geral, Palma produz “cereais (arroz, mapira e milho); leguminosas (amendoim e feijões *jugo* e *nhemba*); raízes e tubérculos (batata doce e mandioca); e hortícolas (alface, cebola, couve, repolho e tomate)” (SDAE *apud* MAE, 2014: 49).

Quadro 14 - Divisão político-administrativa e população do distrito de Palma

Posto Administrativo	Localidades
Palma	Palma-Sede
	Mute
Olumbi	Olumbi-Sede
	Quissengue
Pundanhar	Nhica Rovuma
Quionga	Quionga-Sede

Fonte: MAE, 2014: 15

A população de Palma é de origem *bantu*. O primeiro povo de Palma remonta ao período intermédio entre a Idade de Ferro inferior e superior, em que os cultivadores migrantes produziam, através da agricultura itinerante, tubérculos e raízes, mapira, mexoeira, e, mais tarde, milho grosso e mandioca (Medeiros, 2006: 274). Com a penetração mercantil árabo-persa, e a consequente construção de feitorias comerciais ao longo da costa, as populações de Palma entraram no circuito comercial trocando copra, casca de mangal, castanha de caju e marfim por missangas, peças de porcelana e tecidos (MAE, 2014: 4).

No período do tráfico negreiro, os escravos que saíam da região, comprados por Árabes e outros traficantes, eram carregados em navios negreiros designados por *dala*, e os traficantes árabes eram denominados *wandala*”. Antes da presença colonial, a região era designada por *Tungue*, nome atribuído por um comerciante árabe, Abu Said, pelo facto de receber água num jarro de barro, que em *ki-suáli* se designa por *ntungui* (*Ibid.*, 2014). Tal como sucedia em toda a costa oriental africana, a população de *Tungue* islamizou-se gradualmente, como resultado dos constantes contatos com os comerciantes Árabes.

Na vigência da Companhia do Niassa (1891-1929), Túngué foi um dos postos alfandegários montados ao longo da costa de Cabo Delgado pela Companhia, sob o mandato do Governo Colonial Português. Durante a Primeira Guerra Mundial, e face as sistemáticas investidas militares Alemães do Sul de Tanganyca ao norte de Moçambique, instalou-se na baía de Túngué um comando militar Português.

A Companhia do Niassa tomou posse formal em 1894 e instalou ao longo da costa quatro postos alfandegários: Ibo, Quissanga, Palma e Mocímboa. Por isso a área de ocupação efectiva da concessão resumia-se ao Ibo, Quissanga, Mocímboa e Túngué que foram elevadas à categoria de Conselho. O posto o Ibo tinha a sua sede na Vila

do Ibo, os de Quissanga e Mocímboa nas povoações do mesmo nome, e o deTungué em Palma (Medeiros, 2006: 281).

Em 1931, ao abrigo da Portaria n.º 1379/1931 de 11 de julho, Tungué passou a ser sede do Conselho de Tungué, com Pundanhar, Nengomano, Nangadi, Mocímboa do Rovuma, Matxemba e Munguida como postos satélites” (*Ibid.*,2006:161). O nome de Palma surgiu em 1939, quando o Presidente Português, General António Carmona, visitou Moçambique. Tendo chegado a Tungué, recebido com palmas efusivas, chamou a região de Palma. A partir daí, Tungué passou a chamar-se de Palma (Mário e Bila, 2015: 6; MAE, 2014: 3). Até 1973, Palma passou à categoria de Circunscrição e Quionga à Conselho. Nessa altura, a Circunscrição de Palma possuía cerca de 13.985 habitantes, distribuídos por nove aldeias (quadro 15).

Quadro 15 - Aldeias, população e respetivas infraestruturas em Palma até 30.09.1973

Aldeia	População Total	Água			Escola	Posto Sanitário	Luz Elétrica
		Furo	Poço	Rio			
Bagala	1.479	Existe	-	-	Existe	Existe	Falta
Bairro Novo	1.521	Existe	-	-	Existe	Existe	Falta
Bela Vista	1.663	Existe	-	-	Existe	Existe	Falta
Maganja	1.995	Existe	-	-	Existe	Existe	Existe
N. Rovuma	732	Existe	-	-	Existe	Existe	Existe
Olumbe	2.982	Existe	-	-	Existe	Existe	Existe
Palma-A-Velha	2.997	Existe	Existe	-	Existe	Existe	Existe
Pundanhar	245	Existe	-	-	Provisória	Provisória	Existe
Quiuia	371	Existe	-	-	Existe	Existe	Falta

Fonte: Governo do Distrito de Cabo Delgado, 30/9/1973. ANTT/SCCIM, Cód. n.º 1637, N.T. 239, N.º Fls: 324.

As nove aldeias ilustradas no quadro 15 foram criadas pelas autoridades coloniais, para controlo das populações, de modo a que não tivessem relações com os *macondes*, nome local conferido aos guerrilheiros da FRELIMO, durante à LALN. O uso do termo *maconde* apresentava um cunho pejorativo, representando igualmente o forte envolvimento e empenho desse grupo étnico-linguístico na luta (Liesegang, s.d. : 7). Aliás, o motivo do forte empenho dos *Macondes* na luta residia no Massacre de Mueda, a 16 de junho de 1960; essa chacina levou a que os Macondes constituíssem a coluna vertebral da Frelimo na luta (CD25A, s.d.).

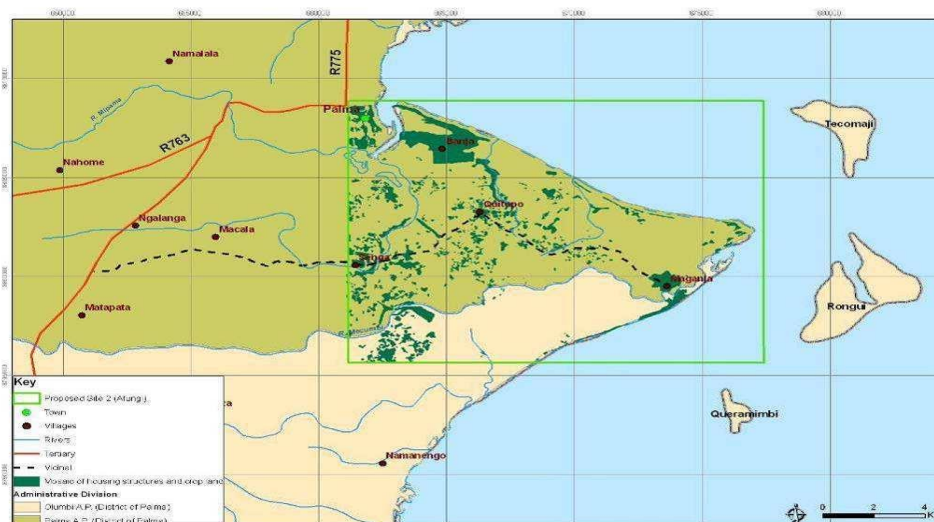
5.2 Cabo de Afungi: Comunidades de Maganja, Quitupo e Senga

O cabo de Afungi situa-se na localidade de Mute, Posto Administrativo de Palma-Sede, distrito do mesmo nome. É banhado pelo Oceano Índico a Este, e composto por várias aldeias de entre as quais Maganja, Quitupo e Senga, sendo estas as três maiores aldeias da região que iriam hospedar o projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL), liderado pela AMA1, a concessionária do bloco Golfinho/Atum na Bacia do Rovuma desde 2007.

Do ponto de vista pedológico, Afungi apresenta solos arenosos esbranquiçados e pobres em húmus. As populações desenvolvem culturas resistentes à seca, como a batata-doce, a mandioca, os feijões (*nhemba, jogo*). A avaliar pelo que sistematicamente se observa, o Cabo de Afungi é pobre em termos de produção de cereais, frutas, leguminosas e hortícolas. Existe uma forte cultura de coqueiros (sobretudo em Maganja e Senga) e nas zonas baixas encontram-se bananeiras dispostas de uma forma dispersa e irregular, entre outras fruteiras.

Além da agricultura familiar, a população dedica-se à criação de aves (patos e galinhas), e animais de pequeno porte, como cabritos e porcos. Dada a disposição geográfica do cabo (mapa 4), a pesca é a atividade mais importante e complementa a agricultura (Abdala, 2017). Ao largo do cabo de Afungi encontram-se as ilhas Tekamadgi, Rongue e Queramimbi (mapa 5) que são inabitadas, sendo as mesmas escalonadas pelos pescadores durante as suas atividades (*Ibid*, 2017).

Mapa 5 - Disposição geográfica da península de Afungi e ilhas Tekamagi, Rongue e Queramimbi



Fonte: ERM e Impacto (2011).

O cabo de Afungi é habitado por mais de 5264 habitantes, distribuídos em quatro aldeias principais, nomeadamente: Maganja, Monjane, Quitupo e Senga. O nome de cada uma dessas aldeias é simultaneamente uma área relativamente maior, envolvendo pequenos povoados dispersos. Deste modo, como ilustra o quadro 16, os povoados de Nsemo, Funzi, Salama encontram-se inseridos na área de Maganja; Milamba1, Milamba 2, Ngodgi, Barabarane, Simo e Quitunda na área de Quitupo; Patacua, Macala e Magala, encontram-se na área de Senga.

Quadro 16 - Aldeias e povoados do Cabo Afungi

Regiões	Aldeia	Povoados
Maganja	Maganja	Maganja-a-Velha, Nsemo, Funzi e Salama
Monjane	Monjane	-
Quitupo	Quitupo	Milamba1, Milamba2, Ngodgi, Barabarane, Simo e Quitunda
Senga	Senga	Patacua, Macala e Magala

Fonte: Ismael e Justino entrevistados em 21/09/2017

Em Afungi coabitam *andondes*, *angonis*, *makondes*, *makwes*, *muânis* e *suahilis* (Moçambique para todos, 17.09. 2012). Essa coabitação étnica reflete-se diretamente nas variantes linguísticas da região, sendo que *ki-mwani*, *ki-swahili*; *ki-makwe* e *shi-makonde* são as línguas locais mais faladas. Curiosamente, essas línguas são faladas um pouco por todo o distrito, mas tendem a obedecer a uma espécie de cartografia etnolinguística, ou seja, o *ki-mwani* é mais falado no Sul do distrito, na fronteira com o distrito de Mocímboa da Praia; o *shi-makonde*, no interior e junto ao limite com o distrito de Nangade, a Oeste; o *ki-suahili*, no norte é mais intenso à medida que se aproxima o Rio Rovuma, fronteira natural de Moçambique e Tanzânia; e o *ki-makwe* em toda a faixa costeira, sobretudo mais a norte.

Tabela 6 - Número da população residente nas aldeias de Maganja, Quitupo e Senga

Aldeia	Nº de população (habitantes)
Maganja	2. 642
Quitupo	1. 565
Senga	1. 057
Total	5. 264

Fonte: Ernesto Atibo, Abdala Salimo e Pessina Dindila (2017)

Os dados apresentados na tabela 6 dizem respeito apenas a três aldeias, Maganja, Quitupo e Senga. A aldeia de Maganja é a mais extensa, populosa e arborizada (apresentando uma intensa cobertura de coqueiros). De um modo geral, as populações vivem em casas maticadas com uma mistura de lama e pedaços finos de conchas brancas, cobertas com palha (*macuti*) de folha de coqueiro e um arbusto selvagem, existindo igualmente casas cobertas de chapa de zinco. As casas são quadrangulares, sendo as paredes feitas de estacas entrelaçadas, com cerca de 15 e 10 metros de comprimento, e entre 12,5 e 7,5 metros de largura, em média (Abdala, 2017).

A maior parte da população de Afungi é muçulmana, resultado do processo de islamização ocorrida durante o período do comércio Árabe-Persa (XII e XVII). Deste modo, em Maganja, Quitupo e Senga, é comum nas sextas-feiras à tarde, dias de culto (*ijumwa*), ver homens (*wahlume*), mulheres (*wakongue*) e crianças (*wanhatche*) dirigirem-se para a mesquita (*msihkithi*) com trajas típicos muçulmanos: túnica (*anzu*) e boné (*kofio*) para os homens e *buy-buy* (em alguns casos) e capulanas (*unguwo*) compridas para as mulheres.

Em termos de divisão social de trabalho, os homens dedicam-se à agricultura, comércio e pesca, enquanto as mulheres praticam também a agricultura e cuidam das casas. Um dado curioso reside no facto de que as mulheres cortam um tipo de palha que cresce em forma de arbusto (*macuti*) nas matas, secando o mesmo e produzindo cestos, esteiras, entre outros bens.

5.3 O Cabo Afungi no contexto do capital colonial

Como referido no capítulo II, não tendo poder financeiro, uma burguesia forte e força militar suficientemente poderosa, Portugal recorreu às companhias majestáticas, de capitais estrangeiros (Wuyts, 1980: 10, 12-14; Direito, 2013: 104). Deste modo, outorgou 2/3 do território às companhias, ficando apenas o distrito de Moçambique (atualmente Nampula) e o Sul do país (do paralelo 22° à Ponta de Ouro) sob administração direta (Melo *et al.*, 1974: 26). À luz do Decreto 26 de Setembro de 1891, a Coroa Portuguesa concedeu Carta Majestática à empresa Bernardo do Daupias & C.a. para estabelecer a Companhia do Niassa. Devido à falência da empresa, entre 1887 e 1889, criaram-se três grupos financeiros, *Ibo Syndicate*, *Ibo Investment Trust* e *Nyassa Consolidated Company* (Medeiros, 1997: 142).

Nos termos do artigo 1º do decreto em referência, a Companhia do Niassa detinha o direito de ocupar e administrar o território limitado ao Norte pelo Rio Rovuma, a Sul pelo Rio Lúrio, a Este pela costa oceânica, desde a foz do Rio Rovuma ao Norte, até ao Rio Lúrio

ao Sul, incluindo as ilhas adjacentes da respetiva zona marítima. Deste modo, e com exceção de Nampula, a Companhia do Niassa ocupou toda a região norte, ocupando uma extensão de 160 mil km², o equivalente a 25% de todo o território colonial. Do ponto de vista político-administrativo, a Companhia subdividia-se em conselhos e circunscrições, sendo que Ibo e Pemba eram os conselhos, enquanto que Macomia, Mecúfi, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda, Quissanga e Tungué (mais tarde Palma) constituía as sete circunscrições (Reis, s.d.: 147).

Ao abrigo dos artigos 21º (no seu número 11) e 2º do decreto de 26 de Setembro de 1891 acima destacado, a Companhia do Niassa deveria colonizar e administrar todos os terrenos da concessão e celebrar contratos, convenções ou tratados das concessões territoriais, mineiras e agrícolas ou para construções de caminhos-de-ferro, estradas, canais, telégrafos e outras obras de utilidade pública ou necessárias para a realização dos fins da companhia. Supõe-se que, à luz do último artigo, que a Companhia do Niassa concessionou várias regiões da circunscrição de Tungué (Palma) aos colonos Portugueses e não Portugueses para que desenvolvessem a agricultura de plantação enquanto atividade lucrativa.

Uma dessas regiões foi o Cabo de Afungi, onde se desenvolveram as plantações de coqueiros para a produção de copra em Maganja-a-Velha e Ngodgi, ao longo da zona costeira do Cabo. Primeiramente, a companhia de Ngodgi e de Maganja-a-Velha recrutavam trabalhadores em Montepuez, Mueda e de outras zonas distantes. Estes trabalhavam cerca de 6 meses consecutivos e recebiam o salário em géneros alimentícios (GF6; GF7; GF8).

Neste processo laboral, em cada sábado da semana, cada trabalhador recebia 100kg de produtos alimentares diversos, nomeadamente açúcar, sal, mandioca seca, amendoim, mapira, peixe seco e milho (*Ibid.*). Contudo, mais tarde a empresa começou a recrutar trabalhadores das regiões circunvizinhas e a pagar salários em dinheiro no valor de apenas 20 escudos. Nessa altura, este salário permitia a compra de roupa, sapatos, cerimónias de lobolo, que rondavam entre os 3 e 6 escudos (GF7).

A copra produzida era transportada quer por via marítima, quer por via terrestre para Mocímboa da Praia, onde a partir do seu porto, era exportada para fora de Moçambique (GF6). Nas companhias não havia um horário fixo de saída, pois os trabalhadores entravam às 07h00 da manhã, e quem terminasse a sua tarefa diária, que era atribuída pelo chefe (*nhapala*), largava para a sua casa (GF6; GF7). Antes do início das suas atividades, os trabalhadores tomavam um *mata-bicho* (ou pequeno almoço), composto por papas feitas de farinha de milho (*lidgimbui*) (GF7).

Em determinadas ocasiões, o processo de recrutamento desses trabalhadores era pacífico, mas noutras era forçado, sobretudo para aqueles que não conseguiam pagar o imposto anual. Portanto, o imposto (*mussoco*) foi um dos instrumentos estratégicos, através do qual o colonialismo forçou os africanos a integrarem-se no capitalismo como mão-de-obra produtora de matérias-primas. No pensamento colonial, o trabalho nas plantações e nas minas permitia ou servia para os colonizados pagarem o imposto e aqueles que, por diversos motivos não conseguissem pagar o mesmo, eram forçados a fazê-lo através do “trabalho correcional”.

Nos termos do artigo 94º do Decreto 951, de 4 de outubro de 1914, era sujeito ao trabalho correcional, ou trabalho compelido, o *indígena* que não cumprisse voluntariamente a obrigação do trabalho, sob a pena de ser considerado como vadio, sendo obrigado a fazê-lo pelas autoridades respetivas que empregariam os meios necessários, educando-o e civilizando-o. Nesse contexto, o processo de recrutamento de homens para servirem de mão-de-obra nas plantações dos colonos resultava do cumprimento das ordens conferidas pelas autoridades coloniais aos chefes tradicionais locais (régulos e chefes das aldeias) e da colaboração fiel e leal dos sipaios (*Ibid.*). O processo era complexo e decorria da seguinte maneira:

Primeiro, quando o colono, proprietário de plantações, tivesse necessidade de certo número de trabalhadores contactava a autoridade de administração colonial local e pagava o valor correspondente. Segundo, a administração colonial mandava o pedido ao chefe da aldeia para este mandar recrutar os trabalhadores em função do valor pago pelo colono proprietário de plantação. Terceiro, o chefe da aldeia levava a informação ao régulo local para que este último, em colaboração com o sipaio, mandasse capturar o número de pessoas corresponde ao valor pago. Quarto, o régulo mandava ao sipaio para capturar os homens necessário para irem trabalhar na plantação do colono como mão-de-obra barata. Quinto e último, o sipaio capturava homens nas povoações para o efeito. O tempo de trabalho dos capturados dependia do pagamento que o colono fazia na administração colonial (*Ibid.*).

Por força do número 9 do artigo 21º do Decreto 26 de Setembro de 1891, a companhia devia cobrar o *mussoco*, ou qualquer outro imposto em vigor, aos seus habitantes, respeitando os direitos dos atuais arrendatários”. É por isso que o pagamento do imposto de palhota era obrigatório e as autoridades coloniais controlavam o mesmo (GF6; GF7; GF8). O imposto eram 20 escudos, pagos anualmente entre os meses de janeiro e fevereiro, e era controlado pelas autoridades coloniais nos meses de outubro e novembro do mesmo ano. No mês de janeiro de cada ano, a administração colonial, em coordenação com régulos e sipaios, cobrava e controlava o processo de pagamento do imposto (GF7; GF8).

De janeiro a fevereiro pagava-se o imposto. Depois do pagamento, o régulo e os sipaios levavam o valor e a lista para a administração e depois traziam as respetivas

senhas e distribuía aos que pagaram imposto. Em outubro e novembro, a administração colonial controlava as listas dos que pagavam o imposto, cobrava àqueles que tinham pagado no período anterior (Janeiro-Fevereiro) e mandava capturar os que, por diversos motivos, não conseguiam pagar o imposto (GF6).

No entanto, se não fugissem, aqueles que não pagavam impostos eram batidos e detidos. Após três meses de detenção, estes homens eram forçados a trabalhar na companhia para liquidar a dívida de imposto (GF8). Nesse tempo, até 1960, o trabalho forçado em Moçambique e os melhores salários em Tanganica levaram muitos trabalhadores das plantações a emigrar (Liesegang, s.d.: 7). Deste modo, aqueles que fugiam para a Tanzânia iam trabalhar nas companhias de sisal em Tanga, Lindi, Nanhunhu, Ntwara, Mangavanga, Lukonda, Ngongo, Luo, Utope e Nkauia porque nessas companhias os trabalhadores recebiam melhores salários que aqueles que aqui trabalhavam (GF6; GF7; GF8).

Nesse tempo, as normas ditavam que os idosos com mais de 60 anos de idade e crianças com menos de 14 anos se encontrassem isentos do trabalho e do pagamento de impostos (Albuquerque, 1934: 141). Todavia, quando uma criança começasse a ter pêlos no sovaco era obrigada a pagar o imposto, pois era considerada como crescida (GF6). No mesmo contexto, inicialmente as mulheres pagavam impostos em géneros (galinhas, ovos de galinha, etc.), mas depois deixaram de fazê-lo, não pela revogação da lei a esse respeito, mas pela intervenção da esposa do colono local em defesa das mulheres” (GF8).

Geralmente, as mulheres que não conseguiam pagar os impostos à administração colonial eram detidas. Um certo dia, uma dona (mulher do colono português) quis saber por que é que mulheres negras eram detidas. O colono (...) respondeu que elas eram detidas porque não pagavam impostos. Daí, a mulher branca revoltou-se contra o marido e pediu que ela também fosse detida porque ela não pagava imposto. A atitude daquela mulher branca resultou na soltura imediata das mulheres que estavam presas, e a partir daquele momento em diante as mulheres não eram detidas por falta de pagamento de impostos (*Ibid.*).

Em Afungi, além da produção de copra, as companhias, sobretudo de Ngodgi, criavam animais em grandes quantidades, como cabritos e ovelhas (GF6; GF7; GF8), sendo as mesmas dirigidas por chefes Alemães e Portugueses (quadro 17).

Quadro 17 – Prováveis nomes e nacionalidades dos chefes da companhia de Ngodgi

Ordem	Nomes dos chefes	Nacionalidade	Período
1	Alva, Bonahembe, Thomas, Bonahoga, Kiwanhuler?	Alemã	–
2	Pina, Domingos Tomás, José e Neves	Portuguesa	–

Fonte: GF6, 2017; GF7, 2017; G78, 2017

Analisando os dados constantes do quadro 17, verifica-se, hipoteticamente, que o período no qual estiveram colonos alemães em Afungi corresponderá ao período entre 1885/90 e 1926/30, ou seja, a era do domínio do capital não-Português e do florescimento da economia de plantação nas colónias portuguesas, de forma geral, e nas companhias, em particular (Wuyts, 1980: 10). Na mesma senda hipotética, consideraríamos que a fase dos colonos Portugueses ocorreu, eventualmente, na era do nacionalismo económico de Salazar (1926/30-1960) e da reestruturação do capital (1963/4-1973/4) (*Ibid.*, 1980: 11). Essa foi a fase do ultracolonialismo caracterizada pela extração da mais-valia absoluta, através da racionalização e da institucionalização do sistema do trabalho forçado e da modernização ou reestruturação, através de adoção de mecanismos de acumulação relativa de capital (*Ibid.*, 1980: 11).

Entretanto, no tempo da luta armada, a produção de copra decresceu, e com a chegada da independência os colonos abandonaram as companhias. Os trabalhadores locais saíram e os animais (cabritos e ovelhas) desapareceram gradualmente (GF6; GF7; GF8). No período pós-independência, sobretudo entre 1987 e 1989, três senhores, Mafunga, Tomás e Vasco, ocuparam por curto tempo os terrenos da antiga companhia da Ngodgi. Atualmente, das plantações de Maganja-a-Velha e de Ngodgi, incluindo as casas dos colonos, restam apenas ruínas (GF6; GF8).

5.4 A origem das aldeias de Maganja, Quitupo e Senga

Segundo a tradição oral de Afungi, apesar de se localizarem no mesmo espaço geográfico, a história da origem de cada uma das aldeias do Cabo (Maganja, Quitupo e Senga) é completamente diferente. Seguidamente, serão apresentadas, de uma forma sucinta e cronológica, as dinâmicas que determinaram a origem de cada uma destas comunidades aldeãs.

5.4.1 *Maganja*

Fontes orais revelam que antes da presença colonial, devido à guerra de zagaias, ocorrida a Este do lago Niassa, entre grupos étnicos rivais, duas famílias da etnia *nyanja* migraram até à costa e instalaram-se junto ao mar (GF6). Cada uma destas famílias possuía um chefe, Ntxepa e Mbandango (Ernesto Atibo, 2017). Em pouco tempo, os *nyanjas* Ntxepa e Mbandango tornaram-se chefes mais influentes da região. Na sequência do mesmo, as populações circunvizinhas apelidavam a região de *wanhanja* (o território dos *nyanjas*) (Ernesto Atibo, 2017; GF6). Com o andar do tempo toda a região ficou conhecida por *wanhanja*, e mais tarde quando os Portugueses chegaram, apelidaram toda a região de *Maganja* (GF6).

Quer no período pré-colonial, quer no período colonial, as populações da região viviam em pequenos povoados dispersos. Existiam os povoados Salama, Monjane, Makongo, Nhagala, Macon’ho, Quitupo, Nanjululu e Fundzi. Todavia, quando a FRELIMO iniciou a luta armada, e os *makondes* começaram a chegar para esta zona com finalidade de levar jovens, os Portugueses concentraram em Maganja, pessoas dos diversos povoados porque queriam controlar as mesmas, evitando que os jovens fossem juntar-se à FRELIMO (*Ibid.*).

Nesta altura, o avanço da Luta Armada da Libertação Nacional agravou a situação económica, aumentando a exaustão das tropas Portuguesas, acelerando o declínio do colonialismo Português, levando a que Estado colonial aterrorizasse o povo através de prisões, massacres e colocação compulsiva em campos de concentração, designados por “aldeamento” (FRELIMO, 1977: 8).

Deste modo, os Portugueses cercaram com arrame farpado o local e as pessoas que se estavam concentradas em Maganja. O cercado detinha um portão e os colonos, em colaboração com os chefes locais, colocavam sipaios para controlar diariamente as pessoas que saíam e entravam na aldeia cercada (GF6).

Um sipaio ficava no portão por onde as pessoas saíam e entravam do cerco, e todo aquele que saísse para desenvolver suas atividades fora do cerco devia apresentar e deixar o seu cartão de identificação no portão com o sipaio, e levantava o mesmo (cartão) quando a mesma pessoa estivesse a regressar ao cerco (*Ibid.*).

A origem da aldeia de Maganja, tal como a origem de tantas outras apresentadas no quadro 15, enquadrava-se nesse contexto marcado pelo avanço da LALN e declínio do colonialismo em Moçambique. No entanto, o mesmo terminou quando a luta armada feita pela FRELIMO chegou ao final, e os Portugueses saíram de Palma. Apesar do cerco terminar, as pessoas continuaram a viver em Maganja. Algumas delas poderiam ter

regressado aos seus povoados, mas a maioria da população permaneceu até ao dia de hoje (*Ibid.*).

5.4.2 *Quitupo*

A aldeia de Quitupo situa-se entre Maganja e Senga. O nome Quitupo advém do primeiro chefe da região que antigamente ali vivia, tratando-se de um chefe influente, permanecendo o seu nome até à atualidade (GF8). Como aldeia, Quitupo surge nos momentos finais da LALN, ou seja, no início da década de 1970, em cumprimento da ordem de organização das populações em *Aldeias Comuns* dada pelo FRELIMO, no âmbito do avanço da Luta Armada de Libertação Nacional e da criação de *Zonas Libertadas*.

Antes de ser aldeia, em Quitupo viviam poucas famílias, pois as pessoas viviam dispersas nos povoados de Maiane, Ngodgi, Nanlola, Barabarane, Missongomwa, Maganja, Simo, Kitunda, Salama, Milamba 1 e Milamba 2, Nthaunachi e o próprio povoado de Quitupo. Cada povoado era dirigido por um chefe local (*Ibid.*). Mas, por imposição da FRELIMO, as pessoas concentraram-se em Quitupo, dando origem à aldeia do mesmo nome.

Em 1973, a FRELIMO ordenou que todas as pessoas desta região se concentrassem no mesmo lugar. Em resposta a essa ordem, realizou-se uma grande reunião dos chefes locais para escolherem o local da aldeia. A reunião foi coordenada pelo senhor Nandjodja e contou com a presença dos seguintes chefes: Murdinine Saide, em representação dos povoados de Maiane e Nanlola; Momade Dade (ou Nankongoya), em representação de Quitupo; Missongomwa em representação de Simo; Amisse Rachide, em representação de Nthaunachi; e Sumail Mfaume, em representação de Milamba 1 e Milamba 2. Além desses chefes, estiveram nessa reunião dois influentes e mais respeitados líderes da religião islâmica (*masheehe*), que ensinavam o Alcorão na região, Amade Djarafe e Inchamo Nawanga (GF8).

Narra-se que a reunião durou longas horas, e depois de várias intervenções por parte dos participantes, os chefes decidiram que Quitupo, pelo facto de se localizar no centro e entre várias povoações, devia ser considerada como aldeia (GF8). A partir desse momento, todas as pessoas que viviam nas povoações concentram-se aqui em Quitupo. Foi assim que nasceu esta aldeia de Quitupo, tendo como primeiro líder o senhor Salimo Issa (*Ibid.*).

5.4.3 *Senga*

Diferentemente de Maganja e Quitupo, a origem da aldeia de Senga é resultante da imigração e fixação de uma família Tanzaniana pertencente ao clã *nhenga*. Essa família chegou aqui após a independência, encontrando-se à procura de animais de caça e terras

férteis para a prática de agricultura (GF7). Deste modo, as populações de língua *ki-mwani* começaram a apelar a região ocupada de *wasenga*. Mais tarde, toda a região, incluindo a própria aldeia, passou a designar-se de Senga (GF7).

Nesse tempo, toda a região, incluindo Senga, fazia parte do território controlado pelo régulo Mboa, que vivia na zona de Mua. No início, apesar do nome *wasenga* ter-se espalhado, a família vivia num sítio elevado e isolado visto que a maior parte da população vivia em Quitunda, perto de Senga, ainda que separado pelo rio Mpanja (GF7). Todavia, os *wasenga* não ficaram muito tempo aqui, eles voltaram para Tanzânia devido a guerra civil (GF7).

Quando a guerra atingiu a região, uma parte da população da região deslocou-se para Palma-sede e outra refugiou-se em Tanzânia (...). E quando a guerra terminou, muitas famílias que há muito tempo viviam em Quitunda fizeram suas casas em Senga. Assim, pessoas foram se concentrando gradualmente em Senga porque, no tempo chuvoso, tinham dificuldades de atravessar o rio Mpanja para chegar a Quitunda. Gradualmente muitas famílias passaram a viver aqui em Senga (...) (GF7).

Em suma, a aldeia de Senga é resultante de um contexto do pós-guerra civil, no qual as famílias refugiadas voltavam às suas terras de origem, ou outros locais, para o início de uma nova vida em família e em comunidade. Este processo foi análogo àquele ocorrido no pós-luta de libertação descrito por Londone (2013), no qual, com a tomada da independência, milhares de Moçambicanos, refugiados nos países vizinhos, muito particularmente na Tanzânia e Zâmbia, regressaram ao país, tendo-se instalado em Aldeias Comuns que eles próprios construíram e nas quais iniciaram desde logo a produção agrícola. Este tipo de aldeia existia exclusivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

5.5 A descoberta do gás natural e regresso das empresas capitalistas

A procura do gás natural de Palma não é um facto isolado, pois insere-se num contexto crítico da economia mundial. Entre 2006 e 2009, o mundo foi assolado por três crises: alimentar, tendo colocado 44 milhões de pessoas em situação de pobreza e fome agudas, com 200 milhões malnutridas (Spivack, s.d.; Broughton, 2009); de combustível, consequente da estagnação da produção mundial e forte procura (Hamilton, 2009: 1); económico-financeira, tendo colocado o mundo numa profunda recessão económica (Verick, 2010: 12).

Por um lado, verificou-se uma crise alimentar e instabilidade política no Médio Oriente e Norte de África (Lagi, Bertrand e Bar-Yam, 2011); protestos sociais em massa

(Béjar, 2015; Bernburg, 2016; Della Porta *et al.*, 2017); proteccionismo económico (Erixon e Sally, 2010: 18); por outro lado, assistiu-se à migração de grandes empresas MNCs, do Norte e do Sul, para o Sul na procura de novas fontes de combustíveis e terras.

Neste contexto, as grandes corporações MNCs entraram na corrida aos recursos naturais para o Sul Global, sobretudo na África Subsaariana (Kumar, 2016: 187-189; Maierbrugger, 2010). Como tal, muitas empresas MNCs do ramo energético chegaram a Moçambique, como um dos países africanos que detinha um enorme potencial energético e condições para a sua exploração (Plano Diretor do Gás, 2014: 4).

Em 2007, o Governo de Moçambique concedeu várias licenças de pesquisa e exploração de gás a empresas MNCs do ramo petrolífero (quadro 18) na região entre o rio Rovuma, ao norte e Arquipélago das Quirimbas ao Sul, sendo que às empresas *Anadako Petroleum Corporation* (APC) e a *ENI East Africa S.p.A.* foram alocadas as áreas 1 e 4, respetivamente. O mesmo ocorreu como resultado da combinação da exigência internacional de recursos energéticos e a fome interna por investimentos estrangeiros.

Quadro 18 - Concessão das áreas da Bacia do Rovuma às MNCs estrangeiras 2006-2008

Concessão	Bacia Sedimentar	Operador	Ano	País
Áreas 2 e 5	Rovuma	Statoil	2006	Noruega
Área 1 <i>Offshore</i>	Rovuma	Anadarko	2007	EUA
Área <i>Onshore</i>	Rovuma	Anadarko	2007	EUA
Área 4	Rovuma	ENI	2007	Itália
Área 3 e 6	Rovuma	Petronas	2008	Malásia

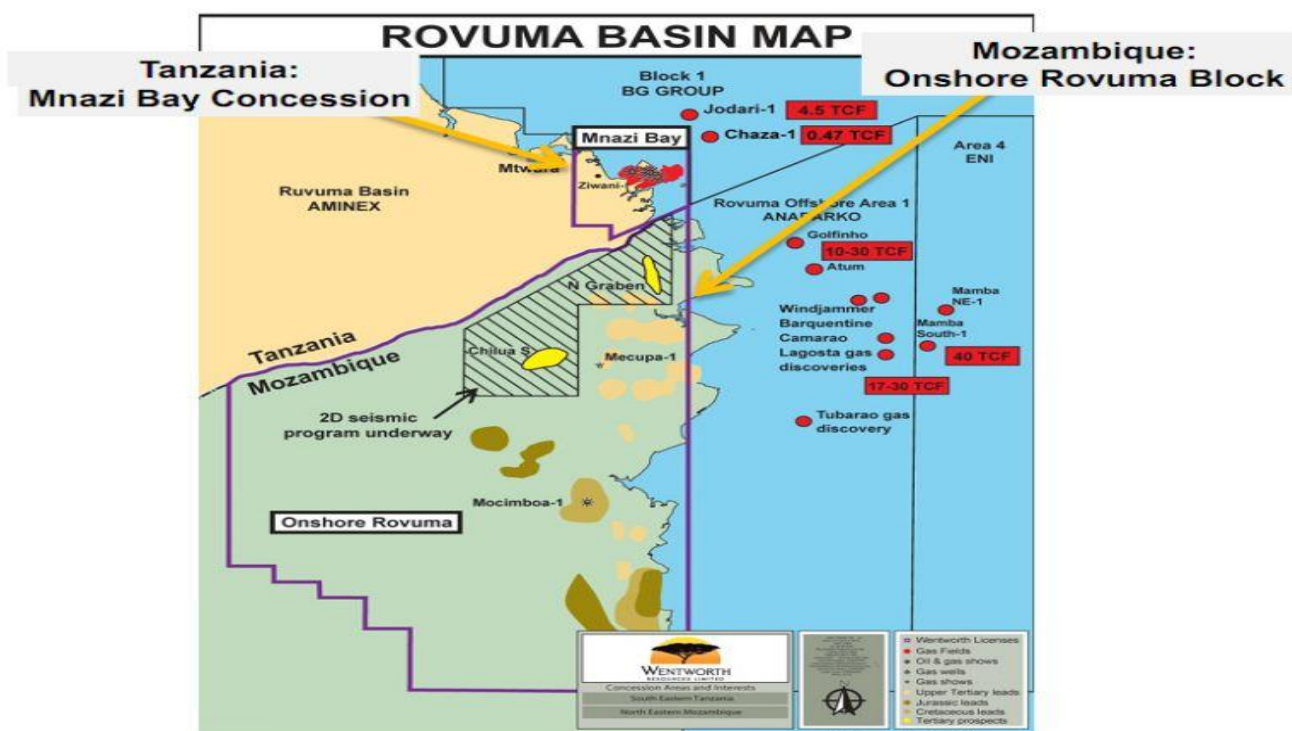
Fonte: Plano Diretor do Gás, 2014: 7.

Segundo o quadro 18, foram concessionadas seis áreas *offshore* na Bacia do Rovuma. A Área 1, com os complexos Golfinho/Atum e Prosperidade, foi concedida à empresa Anadarko; a área quatro, também com dois complexos, Mamba e Coral, à ENI East Africa (mapa 5). Em 2017, esta última vendeu 25% as suas ações para a Exxon Mobil (quadro 19).

A Bacia do Rovuma localiza-se no norte do país (Província de Cabo Delgado) sendo a sua área em terra e mar de aproximadamente 60. 000 km². (...), nos últimos três anos o volume de actividades e investimentos aumentou consideravelmente, resultando em descoberta pela companhia Anadarko (EUA), de campo de gás natural de classe mundial (Windjammer, Barquentine, Lagosta, Tubarão, Camarão, Golfinho e Atum). A companhia italiana ENI também descobriu quantidades consideráveis de gás natural (Complexo Mamba e Coral) (Plano Director de Gás Natural, 2014: 8).

Com efeito, na Área 1 (Golfinho/Atum), a empresa Anadarko descobriu cerca de 75 TCF (*Trillion Cubic Feet*) de gás natural. Na sequência do mesmo, adicionando-se aos mais de 3.5 TCF descobertos pela sul-africana SASOL, em Inhambane. Diante desse cenário, e com o intuito de controlar o investimento e a produção no sector, o Governo de Moçambique aprovou o Plano Diretor do Gás Natural na sua 16ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada a 24 de junho de 2014, em Maputo.

Mapa 6 - Mapa das concessões de gás nas Áreas 1 e 4 na Bacia do Rovuma



Fonte: Rhone Instrumentation, Project Coral FLNG/TECHNIP, (s.d.)

Na Conferência *Mozambique Mining, Oil and Energy*, Eardley-Taylor (2018) referiu que o jazigo de gás natural *offshore* de Moçambique é enorme e de alta qualidade. A Bacia do Rovuma contém cerca de 150 TCF, correspondentes a 25 bilhões de barris de petróleo (BOE). AIM (2/11/2012) acrescentou ainda indicando que tinha sido realizada uma grande descoberta na Área 1 da Bacia do Rovuma, tratando-se de cerca de 100 TCF dos quais 35 a 65 eram recuperáveis. Na mesma ocasião, John Christiansen, Vice-Presidente de Comunicações Corporativas da empresa *Anadarko*, explicou a real dimensão das quantidades de gás existentes na Bacia do Rovuma e os volumes de produção previstos: existem reservas

suficientes que justificam a instalação de 10 unidades de liquefação, correspondente a uma produção de 50 milhões de toneladas de GNL por ano (BOE).

Como tal, a quantidade e a qualidade do gás descoberto na Bacia do Rovuma levou a que a Anadarko, assim como os seus parceiros, e com apoio por parte do Governo de Moçambique, decidisse investir no Projeto LNG na Península de Afungi, distrito de Palma.

Quadro 19 - Distribuição das Áreas de Gás Natural na Bacia do Rovuma entre AMA1, ENI e Exxon Mobil

Anadarko Moçambique			ENI e Exxon Mobil		
Área 1			Área 4		
Complexo	Golfinho/ Atum	Golfinho 1-4 Atum 1-2	Complexo	Mamba	N-1, NE-2, NE -1 NE -3, S-3 S-1 e S-2
	Prosperidade	Barquentine 1-4 Orca 1-3 Windjammer Lagosta-1 Camarão Tubarão -1			Coral

Fonte: Ledesma: 2013: 10

No dia 6 de fevereiro de 2018, com o objetivo de transformar a Península de Afungi numa zona industrial de exploração de gás natural, o Governo de Moçambique aprovou o Plano para a Zona Industrial de Produção de Gás Liquefeito (Diário de Notícias, 06.02.2018). Como ilustra o quadro 20, o projeto Gás Natural Liquefeito GNL de Palma foi cofinanciado por sete empresas petrolíferas e liderado e executado pela Anadarko.

Quadro 20 - Empresas financiadoras do projeto LNG de Palma

Nº de Ordem	Nome da companhia	País origem	Valor [%]
1	<i>Anadarko Petroleum Corporation</i>	EUA	25,5
2	<i>Mitsui & Co.</i>	Japonesa	20%
3	<i>ONGC Videsh Ltd [OVL]</i>	Índia	16%
4	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos	Moçambique	15%
5	<i>Bharat Petroleum Corporation Limited</i>	Índia	10%
6	<i>PTT Exploitation & Production</i>	Tailândia	8,5
7	<i>Oil India Limited</i>	Índia	4,0

Fonte: Ingram (2018) e Anadarko (2013)

A *Anadarko Petroleum Corporation* é uma multinacional estadunidense, com sede em Woodlands (Texas), tendo sido criada em 1959 como subconcessionária da *Panhandle Eastern Corporation*, companhia que descobriu vastos jazigos de gás natural na Bacia de Anadarko, em Oklahoma, nos EUA (Mitchell, 2012). Atualmente, apenas a Anadarko se encontra entre as maiores empresas independentes de exploração e produção de gás e petróleo a nível mundial, com aproximadamente 1,44 bilhões de barris equivalentes de petróleo (*Barrel of oil equivalente, BOE*), aprovados no dia 31 de dezembro de 2017 (APC, 2017: 4).

Basicamente, a missão da Anadarko consiste em oferecer uma taxa de retorno competitiva e sustentável aos seus acionistas, explorando e produzindo petróleo e gás natural a nível mundial (APC, 2017: 4); possui ativos nas bacias de Delaware e Denver-Julesburg (DJ) (Colorado, Texas, Rock Mountain Region), Pensilvânia, Utah e Wyoming nos EUA em *onshore*, encontra-se entre as maiores produtoras independentes no Golfo do México” (*Ibid.*, 2017).

A *Anadarko Petroleum Corporation* tem explorações em Colorado, Texas, Utah e Wyoming, mas está também a desenvolver vários projetos exploração e produção de petróleo e gás natural no Golfo do México (ao largo Texas e Luisiana) como em Horn Mountain, com o *working interest* de 100%; Marlin, também com 100%; Lucius, 48.9 %; Constitution Spar, 100%; Caesar-Tonga, 33,75%; Constellation, 33,33%; K2 Complex, 41.8%; Heidelberg, 44%; Holstein, 100%; Warrior, 70%; Calpurnia, 76%; Shenandoah, 33% e Phobos, 100%” (APC, 2018: 9; 2017: 10-11).

Além disso, e no âmbito das explorações internacionais, a Anadarko possui atividades de exploração e produção de gás e/ou petróleo em África do Sul, Argélia, Costa de Marfim, Gabão, Gana, Moçambique e outros países (apêndice 1); sendo que a descoberta de 75 TCF de gás natural em Moçambique foi a maior dos últimos 20 anos, e o Projeto LNG em curso em Afungi, no distrito de Palma, é um dos maiores de África e do Mundo (APC, 2018).

A 18 de junho de 2019, em Maputo, fez-se o anúncio oficial da Decisão Final de Investimento (FID em Inglês), num ato solene realizado no Centro de Conferências Joaquim Chissano, no qual estiveram presentes, de entre várias individualidades, o Ministro de Recursos Minerais e Energia de Moçambique, Max Tonela; o Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e o representante da Anadarko, Al Walker. O anúncio do FID não apenas apresentou certezas relativamente à concretização do projeto no seu todo, mas conferiu impulso às atividades preliminares iniciadas, como, por exemplo, as compensações, construção da vila de reassentamento, mas confirmou igualmente o ensejo de Moçambique ser um dos maiores produtores e exportadores mundiais de gás natural liquefeito.

5.6 Breve descrição do Projeto de Gás Natural Liquefeito de Afungi (Palma)

Como já anteriormente referido, a Área 1 da Bacia foi concessionada à empresa *Anadarko Petroleum Corporation* em 2007. Esta, por sua vez, concessionou o bloco à sua única subsidiária *Anadarko Moçambique Área 1 (AMA1)*. Logo após a descoberta dos cerca de 75 TCF de gás natural em Palma, a AMA1 recebeu provisoriamente o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) para iniciar os seus trabalhos.

Em 2014, o Governo de Moçambique, através do Conselho de Ministros, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento de Gás. No mesmo ano, o Ministério para Coordenação de Ação Ambiental (MICOA) aprovou o respetivo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (*Mozambique Gás Development Project*, 2016: 17).

Tratando-se de enormes depósitos de gás natural, que requerem grandes investimentos, o Governo de Moçambique conferiu à AMA1 uma licença de 30 anos prorrogáveis de exploração e produção de gás natural, relativamente à Área 1, trabalhando com as outras empresas MNCs interessadas no projeto (quadro 20). O projeto possui, basicamente, duas partes interligadas: a parte oceânica (*offshore*), que inclui os poços de 1000 e 3600 metros de profundidade, a 40 e 55 quilómetros da costa (Carvalho, 2014); e a parte terrestre (*onshore*), na qual se encontra em construção a fábrica de liquefação e outras infraestruturas (LNG, s.d.).

Na fase inicial terá 20 poços, estando estes interligados por um sistema electro-hidráulico ou produção submarino. O gás natural extraído dos poços será conduzido através de tubos submarinos para a fábrica de liquefação, onde será liquefeito, armazenado e levado para o consumidor final. Dos poços ao consumidor final, o gás atravessará diversos processos resumidos em cinco fases:

Primeira é a abertura dos furos, este processo é feito com tubo de aço e é fixado com cimento. Seguidamente, o tubo é perfurado na zona visada de modo a criar uma via de distribuição e escoamento com a rocha gasífera. Um segundo tubo de aço desce ao poço permitindo escoar o gás natural a distância de 2.500 metros do fundo marinho. Na segunda fase faz-se a recolha do gás através dos sistemas centrais de escoamento (*manifolds*) a partir de vários poços. A partir daí o gás natural entra num gasoduto que o transporta para a unidade de GNL. Os sistemas subaquáticos dispõem de um regulador submarino do fluxo proveniente dos poços que proporciona um meio seguro e fiável de desativação. Terceira é o processamento e liquefação, este processo efetua-se nas instalações de GNL. Elas recebem o gás extraído do fundo do mar através de tubos submarinos; quando o gás chega às instalações é submetido ao pré-tratamento que consiste na passagem por uma série de tubos e recipientes concebidos para remover água e impurezas de modo a obter-se gás de elevada qualidade. Após o gás ser tratado e preparado é conduzido para unidade de liquefação, onde atravessa várias etapas de refrigeração. Em seguida, o gás é condensado formando um líquido límpido, incolor e não tóxico através de um processo de arrefecimento que atinge até cerca de -160 °C. Este

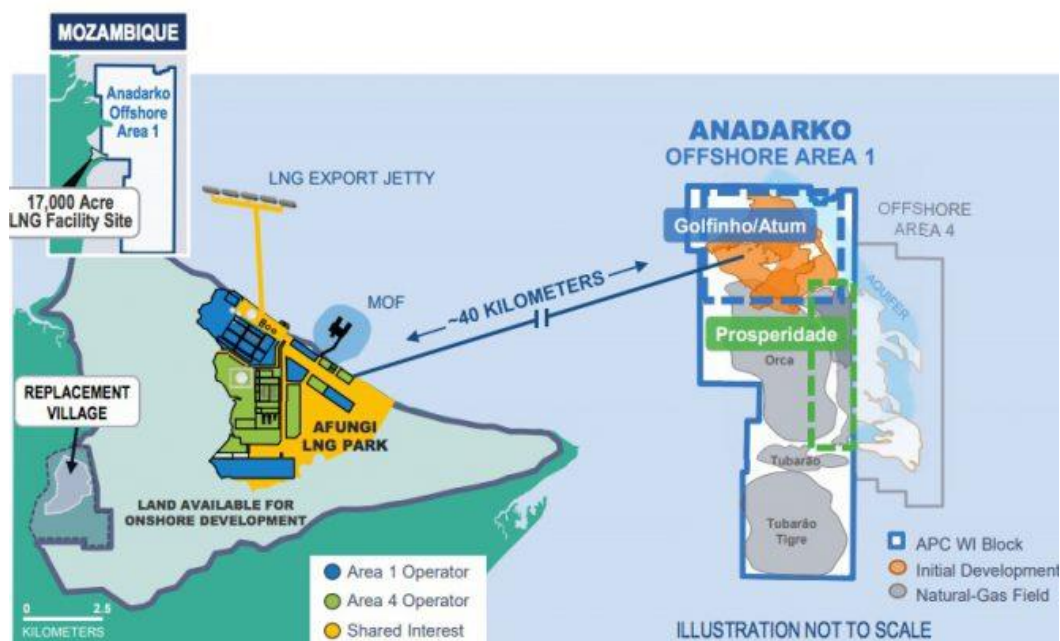
processo reduz 600 vezes o volume do gás, facilitando o seu armazenamento e transporte. Quarta fase é a de armazenamento; uma vez concluída a liquefação o gás liquefeito é colocado em grandes tanques a -160 °C até estar pronto para o transporte. Quinta fase, dos tanques de armazenamento gás liquefeito é transportado a partir de gasodutos até a uma ponte-cais de onde será carregado em navios-tanque para o exterior (LNG, s.d.).

Praticamente, um navio-tanque que transporta GNL funciona como um gasoduto. Quando este chega ao destino, o GNL é descarregado no terminal do comprador (*Ibid.*). Contudo, a fim de que o GNL chegue ao consumidor final, passa por um processo de regaseificação, ou seja, o GNL é transferido para tanques de armazenamento, sendo aquecido para convertê-lo novamente em gás natural liquefeito, de combustão limpa (*Ibid.*).

Em Palma, estima-se que inicialmente cada um dos 20 poços produza mais de 200 milhões metros cúbicos de gás diários (Mcf/d), que os dois comboios da fábrica processem perto de 12.88 milhões de toneladas de gás por dia (MTPA sigla em inglês), transformando posteriormente em 2 bilhões de metros cúbicos (Bcf/d) de gás liquefeito por dia (Ingram, 2018). Aguarda-se igualmente que a construção da fábrica do GNL possua uma duração de cerca de cinco anos e crie mais de 5.000 empregos diretos para cidadãos Moçambicanos nesta fase de construção (TV SOICO, 27/9/2018). Todavia, este número de postos de trabalho descera para 1500 na fase de operação do projeto (Mozambique LNG Project Review, 2018).

A área total concessionada para o desenvolvimento do projeto LNG é de 6. 619 hectares, incluindo a Zona Industrial do Projeto (ZIP), que compreende duas áreas operativas (*Operator Area 1 & 2*) e uma área de partilha de interesses (*Shared Interest*), assim como as instalações de descarregamento de material (*Material Offloading Facility*, MOF) e o cais exportador de LNG (*LNG Exporter Jetty*) (Ingram, 2018) (mapa 6).

Mapa 7 - Implantação física das instalações do projeto GNL em Afungi, Palma



Fonte: Offshore Energy Today, 2018.

Para tal, foram alocados, através de um Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), cerca de 6.619 hectares (tabela 7). Dentro desta área foi implementada a Zona de Desenvolvimento de Programas de Subsistência, a Zona Industrial do Projeto (ZIP) e a Vila de Reassentamento, além de cerca de 2.262 hectares, que serviriam para a reposição para a agricultura (Ingram, 2018). Como indicado no mapa 6, o projeto GNL abrange três partes principais, o mar, a costa e a terra:

No mar terá poços e gasodutos dos poços para a fábrica de GNL em terra. Próximo da costa haverá uma ponte-cais para carregamento do GNL e condensados, Instalação de Descarga de Materiais (IDM), linhas de alimentação, Zona de Exclusão Marítima (ZEM) e uma Zona de Segurança operacional (ZS). O cais irá acomodar navios de apoio e permitir que equipamento e material sejam trazidos para terra. Os cargueiros de GNL serão ancorados nas pontes-cais, sendo carregados com GNL. A ZEM vai separar os pescadores das operações do GNL para garantir a segurança pública e melhorar a segurança da Fábrica de GNL. Em terra será feita a construção e operação da Fábrica de GNL e toda a infraestrutura associada ao projeto tal como habitações, acampamentos e uma pista de aterragem (GDP, 2016: 3).

A ocupação dos 6.619 hectares concessionados compreenderá três partes: a zona industrial do projeto com 4.371 hectares; a zona de desenvolvimento dos Projetos de Subsistência com 2.142 hectares; e, finalmente, a zona destinada à construção da Aldeia ou Vila de reassentamento com 106 hectares (tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição da área concedida pelo DUAT do Projeto GNL de Palma

Componente do Projeto	Área (hectares)
Zona Industrial do Projeto	4.371
Zona de Desenvolvimento dos Programas de Subsistência	2.142
Aldeia de Reassentamento	106
Total	6.619

Fonte: Desenvolvimento de Gás em Moçambique, 2016: 6

Porém, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) (2018) referiu que esse espaço foi atribuído provisoriamente à empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), em setembro 2012; em dezembro do mesmo ano, a ENH transferiu o DUAT para a Sociedade *Rovuma Basin LNG Land Limitada* (RBLL)” (OAM, 2018: 1). Cinco anos depois, no dia 31 de maio de 2017, sob o título nº 004/2017, o MITADER atribuiu definitivamente à Sociedade RBLL. Por sua vez, a RBLL transferiu a área do DUAT para a exploração exclusiva da multinacional Anadarko (*Ibid.*, 2018).

Deste modo, a OAM considera que o processo de atribuição do DUAT é ilegal por apresentar irregularidades. A área deveria ser ocupada caso se encontrasse livre ou disponível, como prevê o nº 3 do artigo 13º da Lei de Terras, ou com base no princípio de consultas pública às comunidades afetadas e não na falsificação de assinaturas das comunidades em atas de consultas públicas (*Ibid.*, p.2); porque ofende igualmente a lei, os procedimentos administrativos (incluindo padrões internacionais da Administração Pública), bem como aos direitos fundamentais sobre a terra das comunidades locais afetadas pelo projeto de gás” (*Ibid.*, 2018).

Com efeito, “a concretização do projeto obrigara ao deslocamento de 1508 agregados familiares, 556 dos quais economicamente e 952 fisicamente” (Processo de Implementação do Reassentamento, s.d.). Apesar da sua legalidade ser questionável, segundo a OAM, no dia 7 de novembro de 2017, a Governadora da Província de Cabo Delgado, Celmira da Silva e o representante da Anadarko, John Bretz, procederam ao lançamento da moratória sobre o processo de reassentamento (Jornal “O País”, 7/11/2017).

No âmbito do estabelecimento da Zona Exclusiva Marítima (ZEM) serão afetados cerca de 3.285 pescadores e coletores entremarés nas fases de reassentamento, construção das infraestruturas e de operações (tabela 8; imagem 6). Os mais afetados serão Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Mpaia e Maganja (Mozambique Gas Development Project, 2016).

Tabela 8 - Pescadores e coletores afetados pelo projeto LNG em Afungi, Palma

Fase do Projeto	Pescadores Afetados	Coletores entre marés afetados	Total
Reassentamento	64	124	188
Construção	1.379	239	1.618
Operação	939	2.346	3.285

Fonte: Mozambique Gas Development Project, 2016: 10

Como ilustra a tabela 8, à medida que o tempo avança, um número crescente de pescadores e coletores entremarés é afetado. O projeto garante que todos os afetados são compensados por bens pessoais e coletivos perdidos, beneficiando daquilo que o projeto designa por Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP). Este plano consistirá na realização de um conjunto de ações como forma de minimizar os efeitos da perda de acesso ao mar por parte dos pescadores e coletores entremarés, assim como as suas famílias.

5.7 O processo de reassentamento

Nos termos da alínea *j*) do artigo 1º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, o reassentamento é o processo de deslocação ou transferência da população afetada de um ponto de território nacional para outro, acompanhado pela restauração ou criação de condições iguais ou acima do padrão anterior de vida. Este ocorre para dar lugar ao desenvolvimento ou implantação de atividade económica de relevo, entre outras, podendo consistir em atividades de natureza agrícola, mineira, petrolífera. Com efeito, ao abrigo da alínea *o*) do Regulamento Ambiental para Operações Petrolíferas, aprovado pelo Decreto 56/2010 de 22 de novembro, entende-se por operações petrolíferas todas as operações relacionadas com a pesquisa, desenvolvimento, produção, separação e tratamento, armazenamento, transporte, venda ou entrega de petróleo, incluindo as operações de processamento de gás natural.

Ao definirmos estes dois conceitos, fazemo-lo como forma de organizar os nossos instrumentos de trabalho, dado que serão cruciais na análise que efetuamos a seguir sobre os impactos do projeto de gás natural e liquefeito em desenvolvimento na Bacia de Rovuma. Neste contexto, e tendo em conta que o projeto está ainda na fase de implantação, a nossa

análise incide fundamentalmente sobre os efeitos culturais, económicos e sociais resultantes dos deslocamentos forçados (económico, físico e marítimo), o processo de reassentamento das populações deslocadas fisicamente, não apenas tendo em consideração as suas múltiplas fases e as áreas, mas também as comunidades e infraestruturas afetadas.

5.7.1 Áreas, comunidades e infraestruturas afetadas

Em consonância com o previsto na alínea *a)* do número 2 do artigo 20º do Regulamento de Reassentamento (Decreto 31/2012 de 8 de agosto), desenvolveu-se um estudo na região abrangida pelo Projeto acerca da situação atual dos afetados, tendo sido identificados três tipos de famílias afetadas e, por conseguinte, três tipos de deslocamentos, nomeadamente físico, económico e marítimo (quadro 21).

Quadro 21 - Aldeias afetadas e respetivos tipo de deslocamento

Zona	Tipo de deslocamento	Aldeias afetadas		Afetados(as)
		Nº	Nomes	
Terrestre	Físico	7	Barabarane, Quitupo, Milamba, Simo, Ngoji, Patacua e Salama	—
	Económico	4	Maganja, Palma-Sede, Mondlane e Senga	—
Marítima	Marítimo	6	Palma-Sede, Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Mpaia e Maganja	3.285

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MGDP, 2016: 21.

É ainda bastante pertinente destacar que dos três tipos dos deslocamentos, apenas as famílias afetadas de forma física (ou aquelas que sofrerão o deslocamento físico) serão totalmente transferidas para a Vila de Reassentamento, em construção na região de Quitunda. Neste processo, essas mesmas famílias perderão as suas residências, assim como várias infraestruturas sociais e públicas (quadro 22), incluindo o seu património cultural e os meios básicos de subsistência, como *machambas*, pesca e pequenos negócios dos quais são dependentes.

Quadro 22 – Aldeias e infraestruturas das famílias deslocadas fisicamente para Quitunda

Aldeia	População	Infraestrutura pública/social
Milamba2	488 pessoas, 130 agregados	1 centro de pesca, 1 escola, 1 poço tradicional e 1 mesquita
Barabarane	200 pessoas, 50 agregados	N/A

	(Autoridade da Aldeia)	
Quitupo	1022 pessoas, 273 agregados, 1500 pessoas, 402 agregados, incluindo Ngoji 1 e 2 e Milamba 1 (RS2)	1 escola, 2 poços de água, 1 mercado, 1 campo de futebol, 3 mesquitas
Quitunda	230 pessoas, 46 agregados	1 mesquita
Mipama	5 agregados	
Nambuimbui, Ntaunadje, Nacabande, Quidjeri, Namacande, Banja	0	2-3 habitações
Total	1955-2433 pessoas, 504-633 agregados	

Fonte: Mozambique Gas Development Project, 2015: 150

Como ilustra o quadro 22, o número de pessoas fisicamente afetadas pelo projeto que posteriormente será reassentado na Vila de Reassentamento, em Quitunda, é de cerca de 2.433 pessoas, o que corresponde a cerca de 633 agregados familiares. Este universo populacional sairá de 11 aldeias dispersas, na área expropriada pelo projeto GNL, sendo que Quitupo é a maior comunidade aldeã de todas e, por conseguinte, apresenta-se com o maior número de famílias e bens afetados.

Neste sentido, em termos de infraestruturas públicas e sociais, os cerca de 633 agregados familiares fisicamente afetados (a ser reassentados na região de Quitunda) perderão 4 mesquitas, 2 escolas, 1 centro de pesca, 3 poços de água, 1 mercado, 1 campo de futebol. Além disso, o Relatório Final de Estudo Ambiental refere que:

O projecto prevê que todos os residentes na área do Projecto de Afungi sejam deslocados permanentemente, resultando em perda de habitações e infra-estruturas associadas ao agregado familiar, actividades de subsistência e bens comunitários, dentro da área do Projecto de Afungi. O acesso às áreas de valor de recursos naturais coletivos (por exemplo, florestas, pastagens arborizadas), planícies de inundação, planície, vegetação arbustiva das dunas, árvores de fruto e plantações de coqueiro, será perdido permanentemente (...). Completamente, a pesca e o transporte marítimo serão afectados pelas actividades do projecto na Baía de Palma durante as fases de construção e operação, devido ao aumento do tráfego de navios e zonas de exclusão de segurança em torno das infra-estruturas do projecto (ERM e Impacto, 2014: 17).

Com efeito, o reassentamento dessas famílias consiste no culminar de um complexo e longo processo, ocorrido em meados de 2013 e finais de 2015. Esse processo não consistiu apenas na realização de consultas públicas às comunidades afetadas, levantamento censitário dos bens pessoais e coletivos, estudos socioeconómicos e criação de CCRs (Desenvolvimento de Gás em Moçambique, 2016: 939-1001), mas também num leque de trabalhos preparatórios do reassentamento como a recolha e avaliação de dados agrícolas e piscatórias, divulgação

dos critérios de elegibilidade para compensações e reassentamento dos afetados, terra agrícola de reposição, fundo de desenvolvimento (*Ibid.*, 2016).

5.7.2 Fases do Reassentamento

O processo de reassentamento em Afungi terá a duração de cerca de 44 meses (3,6 anos), ocorrendo em quatro fases principais: fase zero, segunda fase, terceira fase e quarta fase (apêndice 3). O arranque da fase zero ocorreu no dia 6 de novembro de 2017, quando a então Governadora de Cabo Delgado, Celmira da Silva, e os representantes da AMA, John Bretz, e da ENI, Fabio Castiglioni, assinaram a moratória do reassentamento em Afungi. Deste modo, e segundo o cronograma do Projeto, a fase zero teve a duração de três meses, ou seja, terminou em janeiro 2018. Essa fase consistiu na compensação às famílias de Maganja, Quitupo, Mondlane, Quitunda Senga, que perderam as suas benfeitorias, transferência de sepulturas, e entrega da área da futura Vila de Reassentamento ao construtor, de modo a iniciar a construção.

A primeira fase, iniciada em fevereiro de 2018, tinha a duração de pouco mais de um ano, consistindo na construção de 175 casas, estradas, sistemas de abastecimento de água e drenagem, zona de depósito de resíduos sólidos, edifícios públicos, infraestruturas sociais e eletrificação (GPCD, AMA1 e ENI, 2017: 9). É pertinente referir que parte considerável das casas a ser construídas nesta fase beneficiarão um grupo de famílias de Quitunda, reassentadas temporariamente em Senga, funcionários públicos afetos naquela região, como enfermeiros, polícias, professores, entre outros.

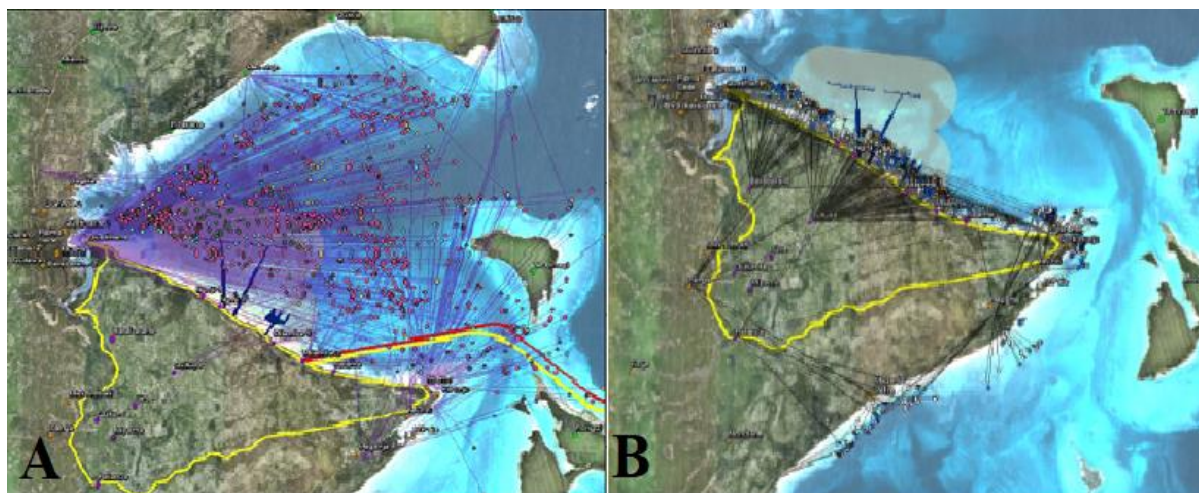
A segunda fase, tinha a duração de 8 meses, prevendo-se a construção de mais 320 casas, sistema de drenagem, sistema de abastecimento de água, provisão de iluminação pública e zona de depósito de resíduos sólidos (GPCD, AMA1 e ENI, 2017: 9). Na terceira e última fase, em pouco menos de cinco meses, previa-se que fossem erguidas 75 casas, sistemas de drenagem e abastecimento de água, iluminação pública e zona para depósito de resíduos sólidos (*Ibid.*, 2017: 10). De entre as várias infraestruturas, o projeto previa a construção de uma escola primária, centro comunitário, posto policial, centro de saúde, mercado, parques infantis, cemitério, mesquitas, igreja e outras” (*Ibid.*, 2017: 10). Paralelamente, serão incorporados os programas de formação e desenvolvimento de habilidades, assim como a criação de um fundo de desenvolvimento comunitário.

Em termos infraestruturais, a Vila de Reassentamento será caracterizada pela existência de cerca de 570 residências para agregados familiares, fisicamente afetados, e por pessoal da

administração pública, rede de abastecimento de água, rede de instalação elétrica, incluindo iluminação pública, uma rede de estradas públicas e um terminal de autocarros, um posto de saúde para os reassentados e clínica de trabalhadores do projeto, um cemitério, um centro comunitário, um mercado, edifícios religiosos (igrejas e mesquitas), um parque infantil, uma esquadra de polícia, uma escola e um reservatório de água (imagem 8).

O esboço final do Plano do Reassentamento resulta de um processo complexo e longo de reuniões de consultas públicas, estudos socioeconómicos e de levantamentos patrimoniais dos agregados familiares afetados, de forma económica e física, entre camponeses, comerciantes, pescadores e coletores entremarés. Algumas dessas ações, sobretudo as reuniões de consultas públicas, contaram com a participação de várias OSCs, como é o caso da Associação do Meio Ambiente (AMA), Centro Terra Viva (CTV), Sekelekani, União Provincial de Camponeses (UPC) Oxfam.

Imagem 6 - Zonas de pesca e de colheita entremarés perdidas a favor do projeto GNL, em Palma



Fonte: MGD, AMA1 e ENI, 2016: 83-84

A - Zona de pesca com embarcações utilizada por pescadores vindas de várias comunidades incluindo as de Afungi, entre os que usam rede envolvente (arrestante), arpão, covo, lança, linha da mão com anzol, linha da mão para a captura de lula, mergulho (sem lança), rede de arrasto maior, captura sem lança, pesca com rede de cerco, malhagem grande, malhagem pequena e rede mosquiteira (MGDP, AMA1 e ENI, 2016: 83); **B** - Zonas de captura entremarés onde se usa linha da mão, lança, rede envolvente (arrestante) rede de arrastão maior, rede mosquiteira, captura sem antes de pesca, captura (pau) e captura (anzol) (*Ibid.*, 2016: 84).

5.7.3 Consultas públicas nas comunidades de Afungi

Quer para operações petrolíferas, quer para outro tipo de exploração, as consultas públicas são obrigatórias no quadro do designado Direito Internacional, através das

declarações dos Direitos Humanos e do Direito ao Desenvolvimento (Ferreira, 2011). Aliás, a consulta pública é parte integrante do direito de participação pública na tomada de decisão (Roncha, 2015). Em Moçambique, nos termos dos Decretos 31/2012 de 8 de agosto e 54/2015 de 31 de dezembro, o processo de consulta pública é obrigatório. A Consulta Pública enquadra-se no processo de participação pública, sendo crucial para a participação efetiva das comunidades afetadas nos processos de tomada de decisão sobre aspetos que se referem às suas vidas.

Ao abrigo do número 1 do artigo 13º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, a Participação Pública é garantida ao longo de todo o processo de elaboração e implementação dos planos de reassentamento. Este processo abrange a consulta e audiências públicas e compreende pedidos de esclarecimento; formulação de sugestões e recomendações; intervenções em reuniões públicas e a solicitação da realização de audiências públicas.

A Consulta Pública, à luz do número 3 do artigo 13º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, consiste em reuniões públicas que visam analisar as dimensões locais das estratégias de desenvolvimento territorial e coordenação a nível nacional para compatibilização das estratégias e avaliação da sua adequação à evolução da realidade.

Olhando para o quadro jurídico Moçambicano, e o caso do projeto de gás natural de Palma, verifica-se que a consulta pública poderá ser abordada de forma genérica e específica. A forma genérica consta do número 19 do glossário (constante do Anexo VIII) do Decreto 54/2015, de 31 de dezembro, e segundo o qual a consulta pública consiste no processo de auscultação do parecer dos diversos setores da Sociedade Civil, incluindo pessoas coletivas ou singulares, direta ou indiretamente interessadas e potencialmente afetadas pela atividade proposta. A específica encontra-se relacionada com o Regulamento Ambiental para Operações Petrolíferas (Decreto 56/2010 de 22 de novembro), nos termos do qual a consulta pública, tratando-se do processo de auscultação de sectores relevantes e da sociedade civil, inclui pessoas coletivas ou singulares, direta ou indiretamente interessadas e potencialmente afetadas pelas Operações Petrolíferas.

Como foi dito, entende-se por Operações Petrolíferas todas aquelas que se encontrem relacionadas com a pesquisa, desenvolvimento, produção, separação, tratamento, armazenamento, transporte e venda ou entrega de petróleo, incluindo as operações de processamento de gás natural (alínea *o*) do artigo 1º do Decreto 56/2010 de 22 de novembro). Por força da mesma lei, consultas públicas serão parte integrante da participação pública, sendo a ação subsequente a Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), enquanto instrumento de

gestão ambiental preventiva que consiste na identificação e análise prévia, qualitativa e quantitativa dos eventuais benefícios e malefícios ambientais da atividade proposta.

Nesta perspetiva, o projeto de gás natural liderado pela AMA1, em Palma, enquadra-se na AIA não apenas porque se encontra relacionado com a extração, armazenamento, transporte, processamento e produção de derivados de hidrocarbonetos e instalação de armazenamento de combustíveis e gases, mas também porque se trata de atividades relacionadas com oleodutos, gasodutos, cabos submarinos com mais de 5 km de comprimento.

Tendo em conta estes pressupostos jurídico-legais, de 8 de julho de 2014 a 16 de dezembro de 2015, sob a direção do Governo Distrital de Palma, foram realizadas quatro rondas de consultas públicas em cada uma das comunidades afetadas, nomeadamente: Maganja, Quitupo, e Senga, localizadas no Cabo de Afungi e na Vila-Sede de Palma (apêndice 4). As quatro rondas de consultas, constituem o número mínimo recomendado pelo número 1 do artigo 23º do Regulamento de Reassentamento (Decreto 31/2012 de 8 de agosto), nos seguintes termos: “o processo de elaboração e implementação do plano de reassentamento abrange a realização de, pelo menos, quatro consultas públicas nos locais de intervenção”.

As atas exaradas no final de cada reunião de consulta pública foram assinadas pelos participantes, o proponente do projeto e o GDP, como prevê o número 5 do artigo 13º do mesmo Regulamento, segundo o qual as conclusões e recomendações das consultas e audiências públicas assumem a forma de ata, assinada pelos membros das Comissões Técnicas de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento, representantes dos afetados e dos proponentes. O mesmo Decreto refere ainda a existência de uma garantia do direito à informação dos cidadãos, em geral, e das pessoas afetadas ou interessadas, em particular.

Com efeito, o processo de consulta pública, levado a cabo em Palma, no âmbito do projeto de GNL, foi parte fulcral da preparação do Plano de Reassentamento e, além do proponente do projeto, envolveu os governos (distrital, provincial e central); OSCs e as comunidades locais afetadas, incluindo líderes das respetivas comunidades e membros dos Comités Comunitários de Reassentamento (CCRs) (apêndice 4).

O Plano de Reassentamento é um instrumento que define com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica, estabelecendo a conceção do espaço, os usos do solo e as condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes, infraestruturas e serviços, sendo, por força da lei, indispensável nos casos em que o mesmo é resultante de atividades económicas.

Deste modo, as quatro rondas de consulta pública desenvolveram os seguintes temas: (i) processo de reassentamento; zona de influência do projeto, e local de reassentamento; (ii) conceito de habitação e integração da comunidade hospedeira; (iii) pontos de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e apresentação do quadro dos direitos (pacote de compensação proposto); e (iv) apresentação do plano de reassentamento (apêndice 4). O plano final resultou das três primeiras rondas, assim como de uma série de censos e estudos levados a cabo pelos proponentes do projeto nas comunidades afetadas.

Nas reuniões de consulta pública entrevistaram várias pessoas no quadro da participação pública prevista no artigo 13º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto. Cerca de 3.362 (dos quais 962 mulheres) membros das comunidades locais que participaram das reuniões de consultas públicas (apêndice 4), apresentando questões estruturantes relacionadas com suas vidas no presente e no futuro, e se continuarão com as suas atividades de subsistência: “O dinheiro que irei receber não vai levar muito tempo. Por isso, como possuo hectares de machambas, criem as condições para atribuir-nos outras terras para continuarmos a cultivar.” (Bacar Jamal, 2015); “A nossa vida depende do cultivo e da pesca. Pedimos que nos deem a oportunidade de continuar a fazer as nossas machambas e a pescar para continuarmos a sustentar as nossas famílias.” (Saïde Darusse, 2014); “Gostaria que as próximas gerações tivessem benefícios do processo de reassentamento” (Issa Muidine, 2014).

Outros moradores pediram que as compensações fossem pagas em forma de pensões mensais às famílias afetadas: “pedimos que o Governo e a Anadarko nos paguem até ao final das nossas vidas. Sugiro que os pagamentos sejam mensais para garantia do nosso sustento” (Momade Salimo, 2014); “Gostaríamos que a compensação fosse paga em forma de pensão, portanto, numa base mensal, como tem acontecido com os antigos combatentes e grupos vulneráveis” (Aruna Kunabasse, 2014); “Gostaria de pedir ao projeto para nos fazer um grande favor de, depois de nos remover para Quitunda, criar uma pensão mensal para recomeçarmos as nossas vidas (Bacar Jamal, 2014).

A estas petições o Governo respondeu que se o valor da compensação for elevado, a pessoa poderá depositar no banco e usar racionalmente, isto é, usar pouco de cada vez (Sérgio Barros, 2014). Outros ainda questionaram a AMA1 e ao Governo o seguinte: “haverá compensação das casas, mas com as pessoas que têm deficientes físicos como é que serão tratados pela empresa? Quando no futuro os pais dos filhos morrerem, quem vai ficar responsável pelos filhos?” (Sufiane Momed, 2014).

Essa onda de solidariedade social foi extensiva aos idosos e afetados pelo projecto, através de uma petição que referia um pedido de assistência para pessoas da terceira idade,

que não podiam pescar e praticar agricultura (Amisse Rachide, 2015). Em resposta, o representante da AMA1 indicou que o projeto prevê apoios para pessoas com necessidades especiais (deficientes físicos), particularmente, idosos, crianças órfãs e viúvas com agregados familiares alargados (Pedro, 2015).

Esta onda de petições, em si mesma, revela que as comunidades locais possuem consciência de que o Projeto irá mudar profundamente as suas vidas no presente e no futuro, chamando à responsabilidade da empresa proponente do Projeto, assim como do próprio Governo, de modo a que estas entidades mantenham ou melhorem as condições de vida.

5.7.4 Preços de compensações

Em Moçambique, a expropriação por interesse, necessidade ou utilidade pública resulta sempre no pagamento de uma indemnização (Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial; Número 1 do Artigo 70º do Decreto 23/2008 de 1 de julho). Esta deverá ser justa e efetuada previamente a transferência da propriedade ou posse de bens a expropriar (*Ibid.*). A justeza da compensação ou indemnização reside não apenas no valor real e atual dos bens expropriados à data do pagamento, como também dos danos resultantes do despojamento do seu património (*Ibid.*).

Teoricamente, como mencionado no capítulo IV, a justa indemnização corresponde ao valor que permita ressarcir o expropriado da perda que a transferência do bem que lhe pertencia para outra esfera dominial acarreta, devendo ser considerada a necessidade de respeitar o princípio da equivalência de valores, ou melhor, a compensação nem pode ser tão reduzida, irrisória ou simbólica, mas sim proporcional entre as consequências da expropriação e a sua reparação (Sores, 2015: 25).

Neste sentido, o processo das compensações no distrito de Palma, em geral, e na península de Afungi, em particular, como tem sido tradição em diversos casos, obedeceu a uma série de critérios de elegibilidade dos membros das comunidades afetadas. Porém, a falta de informação pertinente sobre o processo, e a imposição de preços de compensação por parte do Governo e a AMA1 (CTV, 2018), levou a que esse processo não se revelasse como transparente no seio das comunidades e das OSCs (Mimbire e Nhamirre, 2015: 1-9).

5.7.5 Elegibilidade e o direito à compensação ou reposição

No âmbito do projeto GNL de Palma, as categorias de elegibilidade para compensação foram definidas com base nos resultados do censo do levantamento socioeconómico do inventário patrimonial, da monitoria das pescas e do registo de proprietários de embarcações (GDP, 2016). Deste modo, as categorias de pessoas e bens afectados incluem:

Agregados familiares a serem fisicamente deslocados uma vez que vivem atualmente dentro da área do DUAT; agregados familiares a serem economicamente deslocados uma vez que possuem bens (incluindo direitos a terras agrícolas, áreas de pousio ou de mata) na área do DUAT; agregados familiares que perderão uma estrutura a partir da qual exploram um pequeno negócio; indivíduos ou entidades proprietários de edifícios religiosos (mesquitas, igrejas) utilizados pelo público; agregados familiares ou comunidades que estejam a perder locais de património cultural, sepulturas ou cemitérios; comunidades que sofram de uma perda ou restrições de acesso a alguns ou a todos os seus recursos comuns (por exemplo, zonas entremarés, pesca e lenha); indivíduos com interesses patrimoniais de terceiros no uso de terra ou estruturas (por exemplo, arrendatários com contratos formais ou informais e meeiros); agregados familiares ou indivíduos que percam o acesso a zona de pesca ou zonas entremarés temporariamente prejudicadas ou degradadas pelas actividades do projecto; e agregados familiares ou indivíduos que percam o acesso a zonas entremarés ou marítimas nas Zona de Exclusão Marítima e Zona de Segurança (*Ibid.*, p. 176).

As oito categorias elegíveis identificadas com direito à compensação, além das famílias que serão económica e fisicamente afetados, abrange “os pescadores e coletores que fazem suas atividades a nordeste da Península de Afungi, ficando sem acesso, como resultado das operações da fábrica de GNL e do estabelecimento da ZEM durante a construção, assim como da Zona de Segurança durante as operações (Processo de Reassentamento, s.d.).

Quadro 23 - Categorias e impactos dos bens pessoais e coletivos perdidos no âmbito do Projeto GNL

Nº de ordem	Categoria	Impacto
1	Perda de uso de terra	Perda permanente do uso de terra em resultado do desenvolvimento do Projeto
		Perda temporária do uso de terra [i.e. pátio de armazém temporário de construção fora da área do DUAT]
2	Perda de estruturas	Perda de residências
		Perda de estruturas auxiliares [excluindo cozinhas externas, instalações sanitárias, latrinas e estruturas comerciais], curral, galinheiros, mesquita, e outras
3	Perdas de árvores e culturas	Perda de culturas anuais
		Perda de culturas perenes
		Perda de árvores de fruto
	Perda de acesso	Impactos no deslocamento marítimo

4	a recursos marinhos	Perda de acesso a zonas de pesca entremarés e submarés pouco profundas
		Perda de acesso a zonas de pesca marinha tradicionais
5	Impactos em recursos, instalações e infra-estruturas comunitárias	Perda de instalações e infra-estruturas
		Perda de acesso a recursos naturais comunitários
		Descontinuação de caminhos e trilhos comunitários
6	Impacto em pequenos negócios	Perda de estruturas comerciais pelo proprietário
7	Impactos no património cultural	Perda de cemitérios e sepulturas comunitários e familiares
		Perda de locais religiosos
		Perda de locais sagrados
		Perda de recursos naturais intangíveis
8	Outros impactos nas comunidades hospedeiras e deslocadas	Gestão de relações entre comunidades hospedeira e reassentadas
		Aumento da pressão sobre recursos florestais noutras zonas
		Aumento da pressão sobre terras agrícolas em outras zonas
		Aumento da vulnerabilidade como resultado do deslocamento

Fonte: GDP. AMA1 e ENI, 2016: 142-152

Conforme indica o quadro 23, foram consideradas oito categorias principais e elegíveis para a compensação. Tendo em conta que cada uma dessas categorias se refere a um bem (individual ou coletivo) perdido e/ou determinado tipo de impacto distinto, o mesmo significa que os grupos alvo correspondentes sofrerão várias perdas e vários impactos.

Com o processo de perda de uso de terra (categoria 1, quadro 23), e em resposta ao apelo do Banco Mundial, segundo o qual o agricultor deverá ser compensado pela mão-de-obra investida em melhoria dos espaços, através de limpeza, desbravamento e cultivo (Anadarko e ENI, 2016: 159), o Projeto GNL inclui na lista das compensações a designada taxa de mão-de-obra e distúrbio (*labor delivery-recovery*) (LDR) (*Ibid.*), que será entregue aos agricultores ou camponeses que preencham os requisitos e que, por conseguinte, sejam elegíveis para esse tipo de compensação cujas taxas constam da tabela 9.

Tabela 9 - Compensação ou taxa de mão-de-obra e distúrbio

Atividade	Pessoas/ Dia	Eventos/ Ano	Taxa de mão-de-obra	Valor da mão- de-obra	Total/há
Desbravamento	20	1	800	16.000	16.000
Limpeza anual	20	10	150	3.000	30.000
Lavoura inicial	8	1	150	1.200	1200
Manutenção diversa	4	10	150	600	6000
Provisão para	—	—	—	—	26.000

investimento na terra e distúrbio					
Total	—	—	—	—	79.800

Fonte: GDP, AMA1 e ENI, 2016: 159

Na categoria 3 (quadro 23), o impacto da perda de árvores de fruta e culturas, abrange as próprias culturas e árvores de fruta anuais e/ou perenes. Desta forma, as culturas anuais são compensadas: o feijão *jugo*, milho, mapira, feijão *nhemba*, gergelim, amendoim, inhame, cana-de-açúcar, batata-doce, melancia e legumes, como tomate e outros. A taxa de compensação dessas culturas variou entre 18 e 87,5 Mts por m² (quadro 24).

Quadro 24 - Compensação de culturas agrícolas

Cultura	Unidade	Preço [em Mts]	
		Cultura anual	Cultura perene [5 anos]
Mandioca (seca)	m ²	18	N/A
Feijão <i>jugo</i>	m ²	18	N/A
Milho	m ²	18	N/A
Mapira	m ²	18	N/A
Feijão <i>nhemba</i>	m ²	18	N/A
Gergelim	m ²	18	N/A
Amendoim	m ²	18	N/A
Inhame	m ²	18	N/A
Cana-de-açúcar	m ²	18	N/A
Batata-doce	m ²	50	N/A
Melancia	m ²	87,5	N/A
Legumes (tomate)	m ²	64	N/A

Fonte: GDP, AMA1 e ENI, 2016: 158

Entre as árvores ou plantas fruteiras, encontra-se o coqueiro, o cajueiro, a mangueira, a goiabeira, citrinos (laranjeiras e limoeiros), papaeira, ateira, bananeira, ananaseiro. Os preços de compensação dessas benfeitorias variaram entre cerca de 1.224 para ateira (coração de boi) e 6.050 para o coqueiro (quadro 25).

Quadro 25 - Compensação monetária de árvores e planta de fruta

Cultura	Unidade	Preço [em Mts]	
		Cultura anual	Cultura perene [5 anos]
Coco	Árvore	N/A	6.050

Caju	Árvore	N/A	5.700
Manga	Árvore	N/A	4.200
Goiaba	Árvore	N/A	2.640
Citrinos	Árvore	N/A	4.900
Papaia	Planta	N/A	2.640
Anona ²	Árvore	N/A	1.545
Coração de boi ³	Árvore	N/A	1.224
Banana	m ²	182	N/A
Ananás	m ²	75	N/A

Fonte: GDP, AMA1 e ENI, 2016: 158

A compensação pecuniária dos bens na categoria 2 (tabela 23) é relativa à perda de estruturas. De acordo com o quadro dos critérios das compensações, a categoria “residências” inclui residências dos agregados familiares e seus anexos, como cozinhas externas, currais, galinheiros e latrinas, bancas (lojas) comerciais, mesquitas, casa para fins agrícolas, abrigo de pesca e tabuleiro de secagem, entre outras. A compensação da perda dessas infraestruturas variou entre o valor mínimo de 500 e o máximo de 50.000 Mts (quadro 26).

Quadro 26 - Compensação pecuniária para estruturas não residenciais e não comerciais (em Mts)

Estrutura	Taxa	Estrutura	Taxa
Abrigo para terreno agrícola (básico e aberto)	500	Cobertura amovível	500
Abrigo de pesca/agrícola (paredes de lama)	10.000	Casa de recreio para crianças	2.500
Tabuleiro de secagem de peixe/ culturas	1000	Tabuleiro de secagem de loiça	500
Galinhheiro de estacas pequenas	500	Vedação	45/m
Galinhheiro amplo tipo cabana	2500	Macuti (estrutura de sobra)	2.500
Curral simples	5000	Mesquita	50.000
Curral sobrelevado amplo	10.000	Infantário	2.500
Forno de pão	5.000	Outras	-

Fonte: GDP, AMA1 e ENI, 2016: 157.

Na categoria 4 (referente à perda de acesso a recursos marinhos), as compensações por falta de acesso às zonas de Exclusão Marítima e de Segurança, os pescadores e coletores entremarés de Ngogi, Quitupo, Barabarane, Milamba 1, Milamba 2, Palma, Nsemo, Senga, Salama, Kibunju, Nfunzi, Mpayá e Maganja foram compensados pela perda das suas

² *Annona squamosa*, localmente conhecida por ata (Anadarko e Eni, 2016: 15).

³ *Annona reticulate*, também vulgarmente conhecida ata (*Ibid.*).

embarcações (dependendo do seu tipo, caso se trate de uma motorizada, não motorizada, ou simplesmente canoa) e pela perda de suas receitas líquida (GDP, 2016: 162).

Deste modo, a compensação prevista na categoria 4 abrange, não apenas os coletores e pescadores entremarés, mas também os proprietários das embarcações, incluindo os tripulantes e os capitães (tabela 10).

Tabela 10 - Compensação das receitas líquidas diárias generalizadas por participante e por categoria de unidades de pesca (em Mts)

	Embarcação de tábuas motorizada	Embarcação de tabuas não motorizada	Canoa	Coletor/pescador entremarés
Proprietário	3.400	1.530	270	170
Pessoal tripulante	240	200	200	n/a
Capitão	510	340	n/a	n/a

Fonte: GDP, AMA1 e ENI, 2016: 164

Neste processo também “os agregados familiares perderam definitivamente bens como capoeiras, quartos exteriores, poços, estruturas de secagem de peixe, estrutura de secagem de loiça, vedações, alpendres (*macuti*), currais, espaços de armazenamento de alimentos ou celeiros e latrinas (Anadarko e ENI, 2016: 121). Esses bens serão apenas compensados monetariamente (quadro 26), não sendo repostos na Vila do Reassentamento. Além disso, as famílias afetadas também perderão definitivamente o acesso a determinadas plantas selvagens, para fins alimentares e medicinais; animais, pastagens, entre outros recursos.

Na lista de perdas das comunidades afetadas pelo projeto de GNL, incluem-se as estruturas de pequenos negócios desenvolvidos localmente como fontes de rendas de algumas famílias, tais como salinas, pequenas lojas (bancas comerciais), viveiros, fornos de pão, discotecas e salões de chá ou de café (tabela 11).

Tabela 11 - Estruturas de pequenos negócios locais em Afungi

Estrutura	Quitupo	Maganja	Senga	Total de Estruturas	Famílias afetadas
Salinas	30	34	-	64	64
Lojas	15	-	-	15	15
Viveiros	7	-	-	7	7
Forno de pão	3	-	1	4	4

Discoteca	2	-	-	1	1
Café	1	-	-	1	1
Total	58	34	1	92	92

Fonte: AMA1 e ENI, 2016: 131-132.

Outro aspeto relacionado com este processo reside na questão da perda do património cultural das comunidades locais, a perda de cemitérios e sepulturas que se encontram inseridos na área do DUAT do Projeto (mapa 7). Na sequência da ocupação dessa área, os restos mortais que jazem nesses cemitérios e sepulturas serão afetados e remexidos, ou seja, uns serão mantidos e protegidos *in situ* e outros serão exumados, trasladados e reinumados numa área próxima da Vila de Reassentamento (Anadarko e ENI, 2016: 133).

Tabela 12 - Cemitérios e sepulturas perdidas em Afungi

Nome de Aldeia	Sepulturas individuais		Cemitérios familiares	
	Nº de agregados familiares	Nº de sepulturas	Nº de cemitérios familiares	Número de sepulturas
Quitupo	90	146	38	225
Senga	18	30	10	45
Maganja	12	31	4	25
Total	120	207	52	295

Fonte: AMA1 e ENI, 2016: 131-132

Nesta perspetiva, o património cultural das comunidades fisicamente deslocadas será perenemente perdido. Trata-se de locais de culto (árvores e charcos sagrados) e campos de antigos líderes locais. Ao longo da história das comunidades, esses locais foram sempre usados pelos pescadores, entre outros interessados, como fontes geradoras do fator sorte e simultaneamente locais de proteção durante as atividades piscatórias e/ou outros fins.

5.7.6 Oportunidades de emprego nas comunidades locais

Antes do início do Projeto, e em função das promessas feitas pela AMA1 e o Governo, os residentes encontravam-se esperançados na obtenção de emprego. Contudo, quando os trabalhos começaram apenas um número ínfimo de residentes, e por sinal os de baixa qualificação, obtiveram emprego no Projeto, desempenhando, basicamente, quatro tipos de tarefas (tabela 13): a primeira corresponde a homens e mulheres que trabalham no acampamento da AMA1, em Afungi, procedendo à limpeza, lavagem de roupa, arrumação de

dormitórios, cozinhar, guarnecer as instalações nos períodos diurno e noturno, jardinagem, manutenção de máquinas, e operadores de rádio (Isma Issa, 24/09/2017).

O segundo tipo de tarefas corresponde ao grupo dos designados *flagmen* que controlam o tráfego rodoviário com bandeirolas no troço entre o cruzamento Palma-Olumbi, até à península de Afungi, e recebem um salário mensal que varia entre os 4000 e 7000 Mts. Cada *flagmen* possui direito a uma refeição, composta geralmente por um prato principal, uma sobremesa de fruta, e 1.5 de água mineral (GF6; GF7 e GF8), trabalhando entre as 7h30 e as 15 horas. Sentam-se em pequenas cabanas; e cada vez que passa uma viatura, levantam uma bandeirola para permitir a passagem, abrandar a marcha ou aguardar a passagem (Ismael, 2017). De uma forma geral, os *flagmen* consistem em homens e mulheres adultos (as) e idosos (as), considerados como sendo carenciados, como referiram Rachide Abdala (2017) e Tomás Pessa Dindila (2017): ao colocar adultos e idosos a controlar tráfego rodoviário, o objetivo da empresa consistiria em ajudar as pessoas mais carenciadas das comunidades.

Tabela 13 - Trabalhadores locais recrutados nas aldeias de Maganja, Quitupo e Senga em 2017

Nº Ordem	Aldeia	Nº de trabalhadores			
		<i>Flagmen</i>	Membros dos CCR	Acampamento	Manutenção de estradas
1	Maganja	14	16	6	3
2	Quitupo	12	17	18	15
3	Senga	15	15	—	—
Total		41	48	—	—

Fonte: Líderes das aldeias de Maganja, Quitupo e Senga (2017); Anadarko e ENI, 2016: 246.

O terceiro grupo é constituído pelos membros dos Comités Comunitários de Reassentamento (CCRs) (tabela 13), reunindo-se regularmente com os responsáveis pelo reassentamento das empresas, para discussão de assuntos relacionados com o processo de reassentamento, incluindo a resolução (ou canalização para AMA1) de conflitos que advêm do processo.

Tabela 14 - Membros do Comité Comunitário de Reassentamento por aldeia

Aldeia	Homens	Mulheres	Total
Senga	12	4	16
Quitupo	15	2	17

Maganja	11	4	15
Total	38	10	48

Fonte: Anadarko e ENI, 2016: 246

O quarto e o último grupo refere-se àqueles que executam a manutenção de rotina às estradas locais. Estes trabalham para empreiteiros contratados pela AMA1 para efeitos de construção e manutenção de estradas locais.

Quadro 27 - Tabela de salário e subsídio dos trabalhadores locais em Afungi

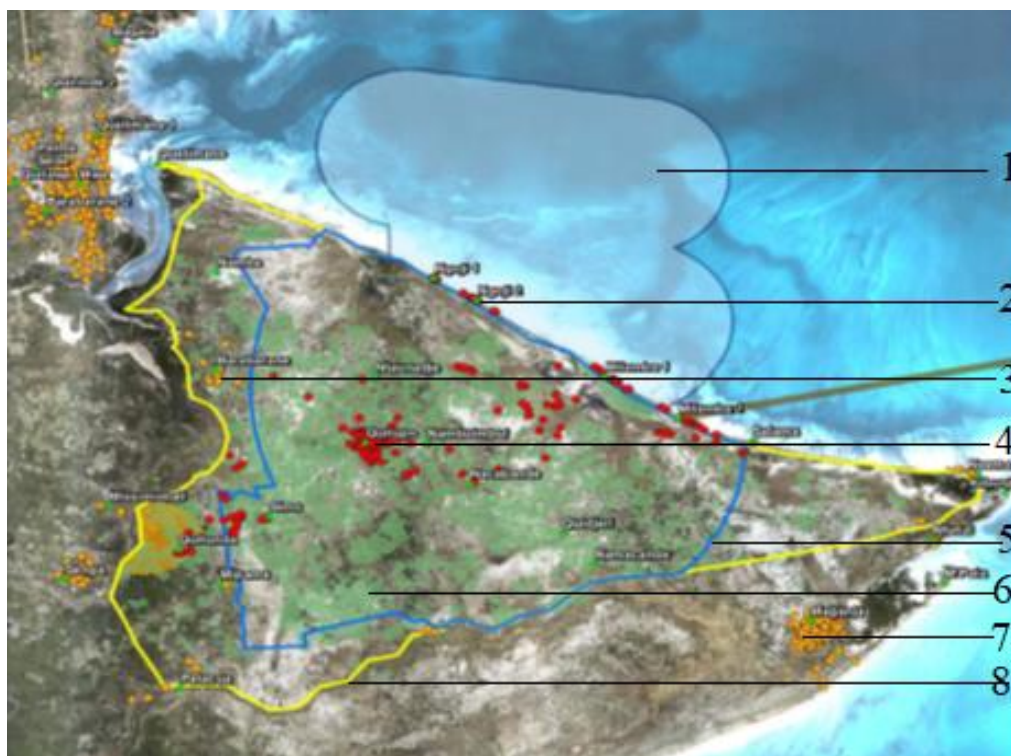
Nº		Nº de trabalhadores			
		<i>Flagmen</i>	Membros dos CCRs	Acampamento	Manutenção de estradas
1	Maganja	7.000,00/mês	250,00 / só em cada dia de trabalho	7.000,00	
2	Quitupo	4.000,00/meio mês			
3	Senga				

Fonte: Líderes das aldeias Maganja, Quitupo e Senga e Membros dos CCR (2017)

Os cerca de 7.000 hectares da área do DUAT do Projeto possuem o formato de um triângulo retângulo (linha amarela, mapa 7), cujos pontos extremos são a Patacua, no interior, e Kibunju e Nsemo, na parte costeira. Ambos os pontos estabelecem ligação a Quelimane, outro vértice ou ponto extremo, localizado na costa, a Este da Praia e Vila de Palma-Sede. A linha costeira que liga Kibunju e Nsemo a Quelimane passa pelas comunidades de Salama, Milamba 2, Milamba 1, Ngodgi 2 e Ngodgi 1. Trata-se da parte costeira, que será totalmente ocupada pelas infraestruturas do Projeto, ou seja, compreende a parte costeira da Zona Industrial do Projeto (ZIP) (linha azul, mapa 7).

No interior da ZIP encontram-se as comunidades de Simo, Namacande, Quidjeri, Nacabande, Quitupo, Nambuimbui e Intaunadje; de entre as mesmas, a região de Quitupo é a maior e mais populosa. As regiões de Mipama, Quitunda, Barabarane e Namba localizam-se dentro da área do DUAT do projeto, a Oeste da ZIP. Portanto, todas as famílias residentes nessas áreas, que se encontram dentro da área do DUAT do Projeto, serão transferidas para a Vila de Reassentamento em Quitunda, a escassos metros do rio Mpandja e Senga.

Mapa 8 - Terra expropriada ou área do DUAT projeto e comunidades afetadas



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de MGDP, 2016

Legenda: **1** – Zona de Exclusão de Segurança (cerca de 1500 m); **2** – Aldeia/ Zona de produção; **3/7**- Deslocamento económico; **4** – Deslocamento físico; **5** – Zona Industrial do Projeto (ZIP); **6** – Machambas registadas dentro da área do DUAT do projeto; **8** – Área do DUAT do projeto.

Oficialmente, o DUAT (provisório) do Projeto de gás possui o nº 00/2017, sendo que a área expropriada se denomina por parcela 3/11770. Apesar de a OAM questionar a legalidade da sua expropriação, devido à existência de diversas irregularidades, essa área foi aprovada pelo Governo Provincial de Cabo Delgado e registada na Conservatória de Registo de Entidades legais na Cidade de Maputo e publicado B.R. de 6 de novembro de 2017.

Havendo necessidade de estabelecer uma moratória para as actividades que não estão cobertas ou incluídas no âmbito das actividades a serem implementadas na área coberta pelo Título de Uso e Aproveitamento da Terra nº 00/2017 incidente sobre a parcela 2/11770, registado sob o processo legal de DUAT nº 1394571067, detido pela Rovuma Basin LNG Land, Lda., registada junto da Conservatória do Registo de Entidades Legais sob o número 100338459, com sede na Avenida Julius Nyerere, nº 3412, em Maputo [a “Área do DUAT”] de acordo com o disposto na Lei nº 19/97, de 1 de Outubro, determino:...8. O disposto no presente despacho é aplicável...à área reservada para a construção da vila de reassentamento, que constitui a parcela 832, Processo cadastral nº 1666 (...). 9. O presente despacho entra imediatamente em vigor e permanecerá válido...até à conclusão de todos os pagamentos de compensação nos termos da lista final dos agregados familiares elegíveis à compensação (B.R. de 6 de novembro de 2017).

Neste contexto, de quase 7 mil hectares previstos na área do DUAT, a aldeia ou vila de reassentamento ocupará uma área de 106ha, localizada a 4 km a sudeste de Quitupo (*Ibid.*, 2017: 7036). É nesse espaço que serão ordenadas as parcelas residenciais para receber os agregados familiares deslocados. Para efeitos de resposta ao crescimento demográfico, “a aldeia possui uma área reservada para futura expansão, com 250 talhões (*Ibid.*, 2017). (imagem 8).

5.7.7 Características da Vila do Reassentamento

A Vila do Reassentamento é um espaço infraestruturado, no qual cada agregado familiar reassentado receberá um terreno de 800 m², dentro do qual se implantará uma residência do tipo 3 ou 4 e cujas dimensões são de 70.78m² (imagem 7A).

Imagem 7 – Casa modelo e latrina externa para famílias reassentadas em Quitunda



Fonte: AMA1 e ENI, 2016: 186

Legenda: **7A** - Casa modelo com telhado, laje e betão; paredes de blocos de cimento rebocadas e pintadas; portas e janelas e madeira chapa de aço pré-pintada com guarda-ventos, isolamento, depósitos para águas pluviais e calhas para coleta de água da chuva; espaço para um jardim e abrigo para animais domésticos; cozinha interna com balcão de cimento (Anadarko e ENI, 2016: 184). **7B** - Latrina externa com suas sanitas (para adultos e crianças). Elementos a serem incluídos: porta entre chuveiro e sanita, chuveiro na área de lavagem e instalação de drenagem para canalização da água residual da casa de banho (*Ibid.*, p. 185).

Além disso, a casa possui uma sala de estar, uma cozinha externa, uma latrina externa e chuveiro” (Projecto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique, 2016: 23). Por sua vez, a Vila de Reassentamento apresenta bastantes espaços de interesse público e social, como foi previsto no respetivo plano de implementação.

(...) edifícios da administração pública, centro de saúde, posto de polícia, escola, igreja, mesquitas, mercado, estação de autocarros, centro comunitário e anfiteatros, edifícios multiuso, parques infantis, campos de desportos públicos, passeio

associados, zona de estacionamento, reticulações de água e de energia eléctricas associadas e de iluminação pública (Governo da Província de Cabo Delgado, 2017: 9).

Estas infraestruturas públicas encontrar-se-ão sob a administração do Governo local, que deverá ser a única entidade responsável pela gestão, operação e manutenção (Projecto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique, 2016: 23).

Imagem 8 - Planta da Vila de Reassentamento na zona de Quitunda, Península de Afungi, Palma



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de African Century, 2017; GDP, AMA1 e ENI, 2016: 182

Legenda: **1** - Escritórios da Administração/Biblioteca; **2** - Residências do Pessoal da Administração; **3** - Terminal de machibombos; **4** - Posto de Saúde; **5** - *Clinic Staff Housing*; **6** - Centro comunitário; **7** - Mercado; **8** - Edifícios religiosos; **9** - Parque infantil; **10** - Posto Policial; **11** - Posto Policial; **12** - Reservatório de água; **13** - Estrada pública; **14** - Área do DUAT; **15** - Cemitério; **16** - Zona comercial; **17** - Futura expansão da Aldeia; **18** - Áreas verdes (espaço aberto); **19** - Estradas internas **20** - Zonamento residencial; **21** - Rotunda; **22** - Campo de futebol.

Na verdade, o espaço de 800 m² a que cada família tem direito na Vila de Reassentamento (imagem 8) corresponde a uma pequena área de 20m largura e 40 m de comprimento: tendo em conta que as estruturas usuais das famílias são a capoeira, quartos exteriores, poços, estruturas de secagem de peixe, estrutura de secagem de loiça, alpendres (*macuti*), currais, espaços de armazenamento, lojas de alimentos e latrinas (GDP, AMA1 e ENI (2016: 78), é de salientar que os 800m² não serão suficientes para a implantação dessas mesmas estruturas perdidas nas zonas de partida, tendo que ser, provavelmente, encolhidas dentro do mesmo espaço.

5.8 Planos de Reposição ou Restabelecimento dos Meios de Subsistência

Basicamente, os Planos de Reposição dos Meios de Subsistência (PRMSs) aos agregados familiares afetados consistem em dois projetos: reposição de meios de subsistência agrícolas e pesqueiros. O primeiro plano subdivide-se em dois, nomeadamente: a Terra Agrícola de Reposição (TAR) e o Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícolas (PRMSA). O segundo consiste no Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP).

No quadro das atividades do projeto, aos agregados de família que perderam acesso à terra dentro da área concessionada ao projeto, ser-lhes-á reposta a terra, no quadro de estratégia de restabelecimento dos meios de subsistência (*Ibid.*). Porém, a responsabilidade pela atribuição de terra é do próprio Governo distrital, beneficiando-se da assistência técnica do projeto (*Ibid.*). De uma forma geral, os PRMSs compreendem três aspetos básicos:

*Agricultura e coleta é uma das partes integrantes do Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência Agrícola e Recursos Comuns (PRMSA). Esta componente inclui realocação física, melhoramento do cultivo, armazenamento de culturas, sistemas de secagem, hortas, centro rural de serviços (...). Pescas, este consiste no Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP), e resume-se na criação de oportunidades aos agregados familiares dependentes dos recursos marítimos e economicamente deslocados através melhoramento das pescas e da maricultura; pescas alternativas e melhoradas; processamento pós-colheita; melhoria do habitat das pescas e do marisco; infraestrutura pesqueira: estradas de acesso melhoradas e apoio para a cogestão pesqueira. Meios de subsistência não baseados na terra e capacitação, esta procura diversificar os meios de subsistência dos agregados familiares e melhorar a resiliência dos impactos naturais e económicos, cujas medidas incluem acesso a formação vocacional e (de desenvolvimento) de capacidades, emprego, formação na área de gestão financeira, na área de pequenos negócios e manutenção das habitações de reassentamento (*Ibid.*: 24).*

Seguidamente, e em linhas gerais, descrever-se-á aquilo em que consiste cada um dos PRMSs. Primeiramente, o Plano Reposição de Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA)

inclui a questão da Terra Agrícola de Reposição (TAR). A TAR encontra-se na região de Mondlane, Posto Administrativo de Olumbi. Trata-se, portanto, de uma região situada entre a região de Quitunda (local onde estão a ser construídas a Vila de Reassentamento e outras infraestruturas), sede do Posto Administrativo de Olumbi e a de Maganja-a-Velha. Todavia, quer o proponente do projeto, quer o Governo local não possuem certeza se o mesmo será suficiente para todas as famílias afetadas, afirmando que, caso exista disponibilidade, os afetados irão receber no geral uma área de cerca de 2.262 hectares (tabela 15) para o cultivo de várias culturas; e cada agregado familiar afetado receberá um espaço de terreno não superior a 1,5 hectares (AMA1 e ENI, 2016: 1; GDP, 2016: 159). Nos termos do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, a TAR foi concedida ao projeto pelo Governo do distrito (anexo 5), cabendo ao mesmo distribuir, gerir e supervisionar o seu uso.

Tabela 15 - Número de agregados familiares afetados e terra de reposição necessária

Descrição	Número de Agregados	Terra de reposição necessária (em ha)
Agregados fisicamente deslocados	556	834
Agregados economicamente deslocados	952	1.428
Total	1.508	2.262

Fonte: Anadarko e ENI, (2016). GDP (2016). Plano de Reassentamento. Vol. I, p.198.

Uma Organização Não-Governamental, Fórum Terra, desenvolveu um estudo pedológico para avaliar os 2.262 de hectares de TAR e concluiu que uma parte é favorável para a produção agrícola pois possui solos apropriados e um teor de argila relativamente elevado (18-28%), contra os 5-12% dos solos da área do DUAT do Projeto. Todavia, os solos da outra parte (cerca de 11% da área total) são arenosos (arenosolos) e de baixa qualidade para fins agrícolas (AMA1 e ENI, 2016: 199-200).

Em termos vegetativos, Mondlane apresenta um mosaico de bosques e de áreas abertas de prado, apesar de se encontrar a ser substituído por floresta, a sua estrutura vegetativa é ainda debilitada (*Ibid.*, 2016: 201). Além disso, as áreas de mato em Mondlane foram perturbadas, retendo ainda uma proporção da sua vegetação natural, como o “Miombo”, madeira semelhante e sessões de floresta seca devido à intervenção humana (*Ibid.*, 2016: 202).

Com efeito, no âmbito do PRMSA, as famílias das comunidades afetadas beneficiarão de cinco programas específicos, pretendendo minimizar os efeitos da perda dos seus bens agrícolas e, simultaneamente, repor os mesmos:

O primeiro consiste na melhoria da produção agrícola consiste na introdução métodos de agricultura de conservação; áreas de legumes, replantação de fruteiras, revitalização do sector de caju e de coco, e melhoramento de aves domésticas e cabrito. O segundo consiste no armazenamento de culturas baseia-se no armazenamento melhorado de cereais e sementes para reduzir as atuais perdas elevadas por falta de armazenamento, e promoção de oportunidades de comercialização. O terceiro consiste na secagem de fruta e vegetais, para o prolongamento da vida útil comestível das culturas sazonais, reduzir o desperdício e melhorar a qualidade dos alimentos para o consumo dos agregados familiares e para venda. Este programa incluirá a tecnologia de fogões (em termos de combustível) e outros equipamentos. O quarto encontra-se relacionado com hortas comunitárias, e consiste no desenvolvimento de hortas coletivas e individuais com vista a proporcionar aos agregados familiares a melhorar sua dieta alimentar e geração de renda através da comercialização do excedente da produção daí resultante. O quinto e último consiste na provisão de recursos, que será elaborada não apenas através do apoio às atividades descritas, mas na criação de acordos e redes de comerciantes e formação de modo que os benefícios dessas atividades sejam variados e tenham médio e longo alcances no seio das comunidades afetadas (Anadarko e ENI, 2016: 2).

Paralelamente ao PRMSA, o projeto desenvolve o Plano Restabelecimento dos Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP). Diferentemente do PRMSA, os critérios de elegibilidade dos beneficiários do PRMSP resultaram de vários estudos sobre dinâmicas, tipos de embarcações, sazonalidade da produção, tipos de pesca e os meios empregues, e a utilização das zonas entremarés (Anadarko e ENI, 2016: 1138).

A estratégia de implementação do PRMSP compreende quatro atividades distintas, nomeadamente: assistência material, programa de meios de assistência (programa de apoio aos meios de subsistência da pesca com benefícios individuais comunitários), apoio de transição e compensação a curto prazo.

A essência destas estratégias reside no facto de o Projeto reconhecer que a compensação monetária por si só não é suficiente para que as famílias afetadas restabeleçam os meios de subsistência (Governo do Distrito de Palma, 2016: 159). Como tal, o mesmo prevê desenvolver uma série de programas que consistam na provisão de assistência material e apoios transitórios (quadro 28), que serão pagos em três fases do projeto correspondente ao reassentamento, construção da fábrica e operação (*Ibid.*, 2016: 161).

Estrategicamente, o PRMSP visa estabelecer meios de subsistências alternativos aos pescadores e coletores entremarés, através de provisão de compensação financeira suficiente para apoiar a transição, garantindo que os benefícios minimizem os impactos, a correção de algumas práticas e estabelecimento de outras dentro dos recursos e prazos disponíveis, assim

como salvaguarda das medidas de correção no sentido de que estas sejam transparentes, economicamente viáveis e cujos benefícios sejam efetivos e impulsionem a melhoria da vida dos destinatários.

Deste modo, a estratégia do PRMSP orienta-se estritamente para os pescadores e coletores entremarés (incluindo os comerciantes recetores) devidamente recenseados durante os censos dos indivíduos que se dedicam a essas atividades, e que foram confirmados a nível local pelos líderes, secretários e chefes dos quarteirões (Anadarko e ENI, 2016: 87).

Tal como o PRMSA, o PRMSP compreende diversas ações que serão consiste em:

Assistência Material - tendo em consideração que os indivíduos afetados pretendem continuar a praticar a pesca noutros lugares, esta assistência visa fornecer um equipamento para a prática sustentável da pesca, recolha, processamento e comercialização do pescado (*Ibid.*, 2016: 90). O material será fornecido de acordo com os tipos e instrumentos de pesca dos pescadores afetados. Deste modo, serão entregues equipamentos de mergulho, equipamentos de segurança, roupa protetora, equipamento de navegação, congeladores domésticos, caixas para pescado, caixas isotérmicas, pano de vela, e motores fora de borda”. Além da provisão deste material, cada pescador afetado, particularmente os proprietários de embarcações de pesca, receberá 4.896 MZN (*Ibid.*, 2016).

Programa de Meios de Assistência (quadro 28) - subdivide-se em dois: o apoio aos meios de subsistência da pesca individual, e o nível comunitário. O primeiro visa melhorar a maricultura, através da produção sustentável de recursos marinhos e a sua comercialização nos mercados locais e nacionais, desenvolvimento de pescarias alternativas ou melhoradas, incluindo assistência e formação técnicas e fornecimento de equipamentos a pescadores (*Ibid.*, 2016: 96). Isto inclui outros meios de subsistência não relacionados com a pesca, sendo que o mais significativo dos quais seria a facilitação ao acesso a formação e emprego formal no Projeto (*Ibid.*, 2016.). Todavia, não existem certezas relativamente aos mecanismos dessa facilitação. O segundo promove programas cujos benefícios serão inclusivos às comunidades circunvizinhas, por exemplo, a construção e manutenção de estradas para facilitar a circulação de pessoas e bens e, por conseguinte, a melhoria dos rendimentos piscatórios através de fácil acesso do pescado aos mercados, tanto em qualidade como em quantidade” (*Ibid.*, 2016: 97).

Nesse processo promover-se-á igualmente a cogestão das pescas como um mecanismo de gestão dos recursos pesqueiros de pequena escala, através de uma estrutura hierárquica de instituições, com o intuito da prevenção e resolução de possível de conflitos que possam ocorrer no sector (*Ibid.*, 2016: 98). O outro elemento compreende a construção

de infraestruturas aperfeiçoadas de pesca em Palma e Nsemo, como centros piscatórios mais importantes. De entre várias funções, estes centros servirão para a descarga, armazenamento e distribuição do pescado (*Ibid*, 2016.).

Apoio de Transição (quadro 26) - uma vez deslocadas, as famílias afetadas receberão assistência em dinheiro e/ou em géneros alimentícios como forma de se subsistirem as pessoas a transitar de uma atividade para outra (*Ibid.*, 2016: 112). Esta ação é temporária, não tendo, por isso, uma duração superior a cinco meses, período considerado como suficiente para a duração do impacto da perda de meios de subsistência e, simultaneamente, a integração nos programas de subsistência (*Ibid*, 2016.). Até cerca de 40% do valor de compensação, a pedido dos indivíduos afetados/interessados, poderá ser atribuído em forma de Assistência Material, ou seja, utilizado na aquisição de equipamento (*Ibid.*, 2016).

Quadro 28 - Assistência material e apoio transitório aos pescadores e apanhadores entremarres

Grupo de recetores	Categoria de embarcação	Valor (em Mas)	Grupo de recetor	Categoria	Valor (em Mas)
Reassentados	Embarcação motorizada	-	Reassentados	Embarcação motorizada	-
	Embarcação de madeira	69.400		Embarcação de madeira	54.800
	Canoa	18.400		Canoa	43.000
	Coletor	4.500		Coletor	20.000
Economicamente afectados	Embarcação motorizada	55.000	Economicamente afectados	Embarcação motorizada	52.000
	Embarcação de madeira	18.200		Embarcação de madeira	300
	Canoa	6.300		Canoa	22.700
	Coletor	1.500		Coletor	8.300

Fonte: Anadarko e Eni (2016). Governo do Distrito de Palma. Desenvolvimento de Gás em Moçambique. Plano de Reassentamento, Vol. I, pp. 169-170.

A quarta e última está relacionada com a Compensação de Curto Prazo, que se destina aos recetores que sofreram impactos de curto prazo pela perda de rendimentos. Tal como o Apoio de Transição, a Compensação de curto prazo será atribuída em dinheiro e em pacotes alimentares, durante um período não superior a um mês. Caso se verifiquem impactos de longa duração, serão compensados através do programa de assistência material (*Ibid.*, 2016).

Teoricamente, estes planos respondem ao número 29 do Padrão de Desempenho 5 da IFC (2012), segundo o qual a todos os afetados deverá ser prestado um apoio proporcional

temporário com base numa alternativa razoável de tempo necessário para recuperação da sua capacidade de auferir renda, dos seus níveis de produção e dos seus padrões de vida. Contudo, não existe clareza referente aos valores pecuniários pagos aos afetados que poderão reconstruir a capacidade de geração de renda, recuperar níveis de produção e recuperar ou elevar os padrões de vida; da mesma forma, não existe clareza relativamente aos projetos de desenvolvimento comunitário com metas claras e objetivas.

Além das compensações, o reassentamento das famílias em casas aperfeiçoadas na Vila de Reassentamento, construídas em Quitunda, PRMSA e PSMSP, existem três projetos sociais de desenvolvimento das comunidades locais. O primeiro visa sensibilizar as comunidades locais, no geral, e agregados familiares, em particular, de Palma, sobretudo entre mulheres grávidas e mães de crianças com idade inferior a 5 anos de idade, de modo a que pautem por comportamentos positivos (MLNG, s.d.). Este programa é conduzido pela *Food for Hungry*, uma ONG estadunidense, com envolvimento direto das mães-líderes voluntárias. O papel das mesmas consiste em receber formação e transmitir o aprendizado às outras mulheres da comunidade (MLNG, s.d.). O segundo consiste na *Better Education Through Teacher Trainig and Empowerment for Results* (BETTER) (Melhor Educação através da Formação de Professores e Capacitação para Resultados), sendo conduzido pela *Canadian Organization for Development through Education* (CODE), uma ONG canadiana que envolve o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, e pretende formar educadores em Cabo Delgado, assim como noutras províncias de Moçambique (CODE).

O terceiro programa foi anunciado pelo Projeto durante a realização da última ronda de reuniões de consultas públicas e trata-se do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC), que consiste no financiamento de iniciativas económicas locais, após a sua viabilidade ser avaliada por uma equipa técnica preparada para o efeito.

Tendo em conta os três programas, é de salientar que os dois primeiros constituem um desenvolvimento liderado por organizações dos EUA, sendo que as autoridades moçambicanas entram como meros colaboradores, não apresentando metas claras em termos do período, e orçamentos previstos. O terceiro programa foi anunciado em consequência das indagações dos residentes locais acerca das condições de vida presente e do futuro, durante as reuniões de consultas públicas. O CTV confirma que existem diversos pacotes de apoio a iniciativas sociais que a AMA1 colocará à disposição das comunidades. Todavia, é necessário realizar um estudo, para verificar se estes pacotes beneficiarão todos os indivíduos (CTV). No entanto, o AMA1 e o Governo ainda não clarificaram como o FDC irá efetivamente beneficiar os afetados.

Com efeito, a falta de clareza causa ceticismo no seio das comunidades locais, devido à experiência relativamente à falta de transparência na seleção e atribuição dos beneficiários do Fundo do Desenvolvimento Distrital (FDD), financiado pelo Governo, entre 2006 e 2014 (Se7e Milhões, 2010). Como tal, os residentes locais solicitaram à AMA1 para que o Projeto execute uma gestão de fundo de forma transparente, beneficiando as comunidades, estabelecendo-se mecanismos inclusivos e transparentes de gestão do FDC (Issa Abduremane Saíde, 2015). Como tal, o CTV referiu que já teriam existido exemplos óbvios dos ‘7 milhões’ que se seriam, eventualmente, para todos, mas nem todos conseguiram aceder a esse valor (*Ibid*, 2015.). Partindo dessa experiência, torna-se necessário executar um trabalho sério para que todo aquele que estiver interessado em aceder a esses fundos tenha acesso pois se voltarmos à experiência dos 7 milhões, o mesmo será uma lástima (*Ibid.*, 2015).

5.9 O Papel das Organizações da Sociedade Civil

Desde que o projeto de GNL teve início, várias OSCs têm vindo a trabalhar com as comunidades locais de Afungi, de entre as quais se destacam a Associação do Meio Ambiente (AMA), União Provincial dos Camponeses (UPC) e Centro Terra Viva (CTV). Geralmente, estas OSCs procuram informar e munir os membros das comunidades afetadas de instrumentos que lhes possibilitem lutar pelos seus direitos e, simultaneamente, defender os seus interesses. Por exemplo, o CTV referiu que trabalha para que as comunidades saibam, por si, reclamar os seus direitos. Se existem reclamações por parte das populações é porque as mesmas possuem informações, e isso é resultado do nosso trabalho (CTV). Referiram que preparam socialmente as populações afetadas, através da divulgação de leis da terra, minas, normas relativas ao acesso à informação, e reclamam nas instituições competentes, pressionando através de cartas, audiências e denúncia de irregularidades. Por isso, quando houve falta de clareza no processo das compensações, alertaram as pessoas afetadas para não assinarem qualquer documento, caso não entendessem o seu conteúdo ou não concordassem com as cláusulas ou termos da compensação (CTV). Além disso, em plena reunião de consulta pública, em Afungi, um dos representantes do CTV, Alda Salomão, comprometeu-se a apoiar a comunidade de Maganja, tendo referido que se encontravam prontos para ajudar a providenciar informação para se cumprir com os requisitos da lei.

A UPC, outra OSC, abraçou igualmente essa causa, tendo mencionado que, além de tentar persuadir pacificamente ao Governo a prestar atenção às preocupações ou problemas das comunidades, foram criadas Comissões de Agentes de Advocacia (CAAs), sendo cada

uma composta por 20 membros, com o mandato de apoiar o Conselho de Administração Distrital (CAD) da União Distrital de Camponeses (UPC, 2018).

Com efeito, os residentes locais assumem que as OSCs trabalham em benefício das comunidades afetadas. A título de exemplo, durante as sessões com GFs, foi referido que essas organizações possuem uma função elucidativa, de “abrir a cabeça” (GF5). Uma residente na comunidade de Maganja afirmou igualmente o seguinte: “Estou a pedir que no dia que se falar sobre compensações que a Mama Alda venha aqui porque ela tem sentimento conosco” (Maimuna Ussene). Ainda outro residente local, Assane Nsangagi fez o seguinte pedido em plena reunião de consulta pública: “Peço que o Governo, a empresa e CTV trabalhem em conjunto e que o CTV sirva como defensor da comunidade”.

Portanto, esses depoimentos levam-nos a entender que alguns residentes locais reconhecem aquilo que é feito pelas OSCs, sobretudo o CTV, como defensor dos seus direitos e interesses com comunidades locais afetadas por projetos capitalistas.

Nesta perspetiva, verifica-se que as OSCs lutam pacificamente em prol do bem-estar das comunidades, ainda que esse processo não tenha sido tão fácil. Aliás, elas próprias reconhecem que não possuem poder de decisão, daí que referiram que alertaram e denunciaram, mas o decisor de tudo isto, em última instância, é o Governo (CTV, 2018). A UPC, por exemplo, reconhecem que a empresa Anadarko viria a Moçambique para implementar o seu projeto, segundo padrões internacionais, em termos de relações com as comunidades, compensações ou indemnizações, mas o Governo convenceu a empresa a proceder como pretendia (UPC, 2018).

Contudo, alguns residentes locais vêem a atuação das OSCs de forma diferente e criticam o CTV, afirmando que: “Nós achamos que o CTV vem para nos contrariar e fazer atrasar o processo...quando tem algum assunto vai tratar com o comité e não com a comunidade, consideramos uma situação que cria desentendimento entre a comunidade e os representantes do comité.” (Bacar Jamal)

Outros críticos afirmam que :

Nós, de Quitupo, estamos aqui colaborando com o Projeto, desde o início até hoje, mas aparecem alguns grupos como o CTV a provocar contradições nas comunidades. O CTV, depois de se aperceber que existe um projeto que está a desenvolver atividades nas nossas comunidades, chegou para confundir as coisas (...). Se o Governo e o Projeto decidiram fazer a construção, que isso avance antes que venham organizações, como o CTV para contrariar as coisas, assim ficamos confusos. (Sumail Ali Tuaibo).

Perante esta divergência de opiniões, e a avaliar pelas ações e intervenções das OSCs nos vários fóruns relacionados com o projeto GNL, verifica-se que os primeiros faziam parte dos indivíduos afetados e que precisavam de informação e apoio necessários para entenderem cautelosamente o processo, enquanto os críticos, provavelmente, teriam sido os membros da comunidade que teriam urgência em receber o dinheiro (CTV, 2018).

5.10 O Governo local e o processo de gestão e resolução de conflitos

No âmbito do projeto GNL, a AMA1 criou Comitês Comunitários de Reassentamento (CCRs) como meios através dos quais são canalizadas as reclamações dos afetados (Anadarko e Eni, 2016: 33). Praticamente, os CCRs constituem pontes de ligação entre as comunidades afetadas pelo projecto liderado pela AMA1, funcionando, simultaneamente, como plataformas de gestão e resolução de conflitos. Contudo, avaliando os depoimentos de alguns representantes das OSCs, detém-se a imagem de que o funcionamento dos CCRs é questionável. A título de exemplo, uma OSC refere que existem diversos indivíduos que foram já apresentar reclamações aos CCRs, mas as mesmas não foram encaminhadas às entidades competentes, a AMA1 e o Governo Distrital de Palma (CTV, 2018).

Por sua vez, um residente de Maganja, participante da IV Reunião de Consulta Pública a 15 de dezembro de 2015, solicitou que os CCRs fossem destituídos, porque os seus membros criavam problemas entre si, não diziam a verdade e não possuem idoneidade para representar os demais (Juma Sumail, 2015). Ainda na mesma ocasião, um outro residente local solicitou que caso houvesse mais levantamentos de pescadores, o projeto deveria trabalhar somente com as comunidades e não com os CCRs, porque seus membros impediam o registo dos indivíduos (Anlaué Momade Charifo, 2015).

Além dos CCRs, outro órgão cujo desempenho é questionável é a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão de Reassentamento. O artigo 7º do Diploma Ministerial nº 155/2014 de 19 de setembro, determina as funções dessa comissão.

Ao abrigo da alínea *a*) do número 1 do artigo 7º do Decreto 31/2012 de 8 de agosto, compete ao mesmo acompanhar, supervisionar e prestar recomendações, ou seja, o mesmo deve trabalhar nas comunidades para salvaguardar os interesses de todos. Porém, a Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva (s.d.) critica a Comissão, não apenas pelo facto de não incluir os representantes dos afetados, das OSCs e líderes, mas também pela sua inacessibilidade. Adicionado a esses dois fatores, encontra-se o

silêncio do Governo local, como refere o CTV que, “o grande problema do Governo reside no silêncio absoluto perante os problemas que as famílias afetadas enfrentam”.

Dado o silêncio do Governo face aos problemas das famílias afetadas pelo projecto, os afetados recorriam às OSCs, como via alternativa, através da qual faziam chegar as suas preocupações ao Governo e a AMA1. Esta última selecionava os problemas, ou seja, aceitava resolver uns e recusou outros. Assim, quer por via AMA1, como através das OSCs, os problemas das famílias afetadas chegavam ao Governo local. Mas, como disse CTV (2018), os representantes do Governo local sempre se mantiveram no silêncio.

Praticamente, os mecanismos de resolução de conflitos adotados pela AMA1 e Governo local não foram eficazes, porque os passos eram complexos, seletivos e conduzidos com um elevado grau de subjetividade desde o seu encaminhamento (CTV, 2018).

5.11 Impacto do Projeto GNL de Palma nas comunidades locais

O projeto de GNL de Palma possui impactos de ordem ambiental, cultural, económica e social sobre as comunidades locais. Do ponto de vista ambiental, o projeto apresentará graves impactos no mar e na terra. No mar, como consequência da perfuração do leito submarino, sendo destruídos não apenas os habitats das baleias, golfinhos, peixes, tartarugas e aves amarinhas danificados, mas também bentos, ervas marinhas, recifes de corais espalhados pela baía e ao redor das ilhas de Tekamaji e Rongue, serão igualmente afetados (ERM e Impacto, 2014: 9-10). Estuários e mangais, incluindo as espécies neles existentes, sofrerão profundas alterações. O ar perderá a sua qualidade devido à emissão de gases. A parte terrestre, por sua vez, tornar-se-á vulnerável à erosão (eólica, hídrica ou pluvial), devido à remoção de solos e corte de árvores. Além disso, devido ao som e às luzes das instalações e equipamentos, verificar-se-á uma intensa poluição sonora e luminosa, quer no mar, quer na terra.

Um vasto património cultural das comunidades localizadas na área do DUAT do projeto será perdido, como é o caso dos locais sagrados (árvores e lagos), cemitérios e sepulturas. O proponente e líder do Projeto, AMA1, exumou dos cemitérios locais das zonas fisicamente afetadas (ou que estão dentro do DUAT) do projecto, transportou e inumou na zona de chegada os restos mortais sepultados. Porém, esses procedimentos contrastam com o princípio da religião islâmica, praticada pela maioria dos residentes locais, segundo o qual os restos mortais não devem ser profanados, por forma a manter-se a originalidade da relação

entre os mortos e os vivos e, particularmente, a identidade cultural dos últimos (Mano Isma, 2017).

O impacto económico relaciona-se com a perda de recursos vitais para colocar de parte as famílias afetadas, como é o caso da perda de terra e as *machambas*, por um lado; por outro, a insuficiência da TAR (1,5 hectares), a perda do acesso ao mar por parte dos pescadores e coletores entremarés arruína a manutenção dos meios de subsistência. Esse cenário agrava-se com a escassez de oportunidades de emprego para os residentes locais.

Outro aspeto relacionado aos impactos do projeto GNL, em Afungi, consiste na pressão que as famílias deslocadas exercerão sobre a TAR, recursos florestais e mar acessíveis na zona de chegada. Cerca de 2 mil famílias deslocadas serão concentradas em Quitunda e com terra agrícola de reposição em Mondlane, situação esta que exercerá uma enorme pressão sobre os recursos naturais nelas existentes (Anadarko e Eni, 2016: 136). Primeiro, as famílias afetadas perderão cerca de 5. 663 hectares de mata, terras agrícola e de pousio, pastagens, animais e folhas selvagens, capim e lenha, de entre outros bens. Em contrapartida, a TAR total será de apenas 2.226 hectare, sendo distribuída por 1,5 hectares a cada família afetada.

Em segundo lugar, os cerca 633 agregados familiares (2. 433 de pessoas), que anteriormente viviam nos 6. 619 hectares ocupados pelo DUAT da AMA1, passarão a ser confinados numa Vila de Reassentamento com apenas 106 hectares, onde o talhão de cada família reassentada será apenas de 800 m² (20 m x 40m). Ora, essa área é insuficiente para a criação de animais (como cabritos e porcos) construção de capoeiras, curais, alpendres, dependências, estruturas de secagem de peixe, celeiros, entre outros anexos; muito menos para transplantar o dobro de viveiros das fruteiras perdidas. De igual modo, haverá pressão sobre os recursos florestais existentes em volta da Vila Reassentamento e da TAR, pois esse aglomerado populacional usa regularmente produtos como a lenha, o capim, as plantas medicinais e pequenos animais para o consumo doméstico.

O terceiro e último consiste na pressão sobre os recursos marinhos. No âmbito da Zona de Exclusão Marítima (ZEM) e a Zona de Segurança (ZS), pescadores e coletores entremarés perderam mais de 15% da sua área piscatória na baía de Palma (Anadarko e Eni, 2016: 136). Deste modo, ao serem forçados a deslocar para outra área, os pescadores e coletores entremarés exercerão uma enorme pressão sobre os recursos marinhos.

Entende-se que, por mais que o projeto forneça assistência material aos pescadores afetados e desenvolva planos de restabelecimento dos meios de subsistência agrícolas e pesqueiros (*Ibid.*, 2016: 137), estas pressões poderão criar conflitos sociais entre as famílias,

aumentando à medida que a população reassentada vá crescendo demograficamente, dado que a procura dos recursos naturais em referência será cada vez maior.

Deste modo, a perda de recursos vitais e a desagregação das relações sociais de produção devido ao deslocamento das famílias afetadas e a pressão sobre a TAR e recursos florestais, marinhos na zona de chegada poderão desembocar em conflitos sociais entre as famílias deslocadas e/ou com as famílias preexistentes nessa zona.

Nessas condições, por mais que as famílias afetadas tenham recebido compensações e outras assistências relativas à perda dos seus bens e, para os reassentados, residências melhoradas na Vila do Reassentamento, considera-se que o mesmo não irá restabelecer o seu nível de renda de modo igual ou superior ao anterior, tal como preconizam as alíneas *a)* e *b)* do artigo 10º do Decreto 31/2012 de 8 de Agosto.

5.12 Considerações finais do capítulo

Seguindo uma perspectiva histórica, neste capítulo abordaram-se as dinâmicas económicas e sociais das comunidades de Afungi, distrito de Palma, subdividindo em três grandes períodos: pré-colonial, colonial e pós-colonial. Na era pré-colonial, as comunidades foram islamizadas pelos árabes; no período colonial, foram colonizadas pelos Portugueses e transformadas em produtoras de copra e pagadoras de impostos; e no final do período e da LALN, foram concentradas em aldeias. No período pós-colonial, sobretudo com a irrupção da crise dos combustíveis de 2007, as comunidades foram deslocadas pelo capital extractivista.

Portanto, a História de Afungi resume-se à integração em três globalizações: islâmica, colonial e pós-colonial ou neoliberal. Com a descoberta do gás natural e a criação do projeto de liquefação, liderado pela AMA1, as comunidades locais perderam os seus recursos vitais (benfeitorias, terras, acesso ao mar e património cultural), encontrando-se desempregadas e expostas aos riscos ambientais. A fusão destes fatores, associada à falta de planos concretos e estratégicos de desenvolvimento local, torna as comunidades excluídas, pobres e vulneráveis, apesar das compensações monetárias, casas melhoradas, entre outros apoios a curto prazo.

CONCLUSÃO

Este trabalho resulta de um estudo qualitativo, referente ao impacto da globalização económica contemporânea em Moçambique, entre 1975 e 2018. O estudo baseou-se em dois planos de análise: macro e micro. No plano macro, refletiu-se de uma forma geral sobre a dinâmica e o impacto dos projetos extractivistas das MNCs. No plano micro, procedeu-se a uma análise específica sobre o impacto de dois projetos implantados no norte do país.

No contexto moçambicano, vários estudos revelaram que as MNCs não promoveram o desenvolvimento, nem contribuíram para o combate à pobreza, tendo expropriado terras e outros recursos vitais das comunidades locais, não criando postos de trabalho significativos para os residentes das comunidades locais. Verificou-se que apenas funcionam em forma de enclaves, não criando pontes com a economia local, não financiaram projetos em prol do desenvolvimento local, tendo, inclusivamente, deslocado famílias e/ou comunidades inteiras para outras regiões, alterando, deste modo, um conjunto de elementos culturais, económicos, sociais e patrimoniais da vida comunitária.

De facto, este fenómeno tem vindo a ser amplamente estudado, pesquisas das quais foram obtidos subsídios importantes. Porém, o presente trabalho partiu de uma ausência verificada nesses estudos, relativamente a uma abordagem histórica que revelasse não apenas as ações das atuais MNCs, que se inseriam no contexto da globalização económica em curso, mas simbolizando, simultaneamente, a continuidade da exploração capitalista colonial e dos processos de luta de classes e resistências. Torna-se inevitável abordar atualmente a questão das MNCs, sem inserir as mesmas num quadro de evolução história do capitalismo. É nesta perspetiva que, portanto, este trabalho surge e não apenas para conferir um modesto contributo relativamente ao debate do impacto da globalização económica, de forma geral, e das MNCs nas comunidades locais, de um modo particular, mas, sobretudo, para tentar preencher esse vazio e considerar as atividades das MNCs como uma reedição do colonialismo.

Essencialmente, a economia colonial dependia do trabalho mineiro no âmbito das relações Moçambique e África do Sul, assim como das grandes plantações desenvolvidas pelas companhias (majestáticas e concessionárias) de capitais estrangeiros. Deste modo, no

contexto da economia de plantação, as comunidades locais foram forçadas a integrar-se no sistema capitalista, como meras produtoras de matérias-primas e pagadoras de impostos. Neste âmbito, utilizar a palavra “reedição” para abordar a reconfiguração e a adequação da exploração colonial até à atualidade, ou seja, o processo de transição dos processos exploratórios do período colonial ao pós-colonial representa descontinuidades e continuidades.

Findo o colonialismo Português, Moçambique tornou-se num Estado independente. No entanto, após uma efémera experiência “afro-marxista”, segundo Chazan *et al.* (1999: 272), e durante a qual sobreviveram empresas capitalistas herdadas do colonialismo, o país retornou ao capitalismo. Desta vez, não se tratava do capitalismo colonial, no qual o “indígena” fora transformado numa força motriz para a “acumulação absoluta e relativa da mais-valia” (Wuyts, 1980: 11), mas tratava-se de um capitalismo neoliberal, trazido pelos “gémeos de *Bretton Woods*” e do Consenso de Washington, num período em que o país atravessava uma profunda crise económica e social, consequente da guerra civil, dentre outros fatores.

No quadro do neoliberalismo, e sobretudo em fiel cumprimento aos dogmas do Consenso de Washington, o Estado Moçambicano liberalizou a economia, privatizou as empresas estatais e abriu-se ao investimento estrangeiro. Deste modo, no período do pós-guerra civil, além das empresas capitalistas herdadas do colonialismo e toleradas pelo Afro-marxismo, assim como as recém-criadas empresas à luz das privatizações, uma onda de grandes projetos capitalistas (megaprojetos) entrou no país. Como ação das MNCs, os megaprojetos não criaram empregos consideráveis e permanentes, mas ligações produtivas e tecnológicas com outros setores da economia, não pagando um valor significativo de impostos para os cofres do Estado, nem muito menos contribuindo para a redução da pobreza (Castel-Branco, 2002, 2008). Contudo, diversos projetos extractivistas implantaram-se no país, expropriando terras e outros recursos vitais das comunidades locais, sendo que em alguns casos foram forçando as comunidades afetadas a um deslocamento, um processo que enfraqueceu a capacidade das relações de produção, das relações culturais e de parentesco, tendo, sobretudo, desmantelado os meios de subsistência dos afetados e, por via disso, deteriorando as condições económicas e sociais (Banco Mundial, 2001: 1-2).

A partir de 2008, todo este cenário descrito pelo Banco Mundial agravou na sequência da chegada da segunda onda de MNCs extractivistas, movidas pela necessidade de suprir a elevada procura mundial de alimentos e combustíveis, consequente das crises de alimentos e combustíveis, em 2006 e 2007, respetivamente. De entre vários projetos extractivistas, que

surgiram na segunda onda, escolheu-se dois para a presente análise, tendo sido implantados no Norte de Moçambique. O primeiro corresponde ao agronegócio de bananas, implantado pela MML na comunidade de Metocheria, no distrito de Monapo, um consórcio da *Rift Valley* e da *Nordfund*; o segundo refere-se ao gás natural liquefeito, em curso no cabo de Afungi, localizado no distrito de Palma, em Cado Delgado, e sob liderança da AMA1, a única subsidiária da multinacional *Anadarko Petroleum Corporation*.

A escolha destes dois projetos resultou da magnitude dos investimentos (1,5 e 23 bilhões de dólares, respetivamente), do volume de produção média anual (168 mil e 12,88 milhões de toneladas, sendo que o último corresponde a uma previsão), da sua contribuição par economia nacional (segundo o GDM, a MML contribuiu para a economia nacional devido aos altos volumes de exportação, prevendo-se que o projeto GNL, liderado pela AMA1, contribua para o crescimento do PIB de 3,5% em 2019 e 11,1% em 2013), a extensão da área ocupada (16 000 e 7000 hectares respetivamente), o número de famílias afetadas (cerca de 600 em Metocheria Agrícola e 1500 em Afungi), e o número de trabalhadores na fase de instalação (3500 e 5000 respetivamente). A este conjunto de razões agrega-se o fator localização (ambos no norte do país) e o fator histórico de empresas capitalistas, localizadas nessas comunidades, ou seja, a sua memória sobre o capitalismo colonial.

Por outro lado, foram inseridos dois projetos no contexto da globalização económica (ou globalização do capitalismo neoliberal), e do ponto de vista histórico, os mesmos foram tratados como símbolos da continuidade do capitalismo corporativo em Moçambique, de um modo geral, assim como novas formas de exploração capitalistas ao nível das comunidades locais. Portanto, trata-se de uma reedição das experiências pelas quais as comunidades locais passaram durante a sua forçada integração na economia de plantação no contexto do capitalismo colonial.

Esta interligação diacrónica e sincrónica de factos globais/locais com os factos coloniais/pós-coloniais requer uma análise holística e profunda, tendo a mesma sido elaborada através da fusão dos dois métodos, História Oral e Caso Alargado. À luz desta fusão, foi conferida prioridade às entrevistas coletivas, em forma de grupos focais, a fim de registar a memória coletiva sobre o modo como as comunidades em causa se integraram no capitalismo colonial e as suas experiências com atuais MNCs. Neste processo, para aferir a fiabilidade e a veracidade dos factos, confrontaram-se as narrativas locais com a revisão de literatura, arquivos coloniais, atas de reuniões de consultas públicas, plano e regulamento de reassentamento, relatórios de vários estudos e atividades, assim como um conjunto de documentos legislativos (decretos, leis e regulamentos). Além disso, as mesmas foram

realizadas com representantes dos governos locais, trabalhadores e Organizações da Sociedade Civil, que desenvolveram os seus trabalhos com/nas comunidades afetadas.

Deste modo, desenvolveu-se uma análise qualitativa, enriquecida com evidências estatísticas e imagéticas em alguns aspetos considerados como relevantes. Partindo das questões a seguir apresentados, através da presente tese de doutoramento pretendeu-se (i) definir os conceitos da globalização, globalização económica e empresas MNCs; analisar no contexto Moçambicano (ii) a evolução histórica do capitalismo corporativo; (iii) as dinâmicas e os impactos dos projetos extractivistas das multinacionais no quadro neoliberal; (iv) os impactos do projeto das bananas, implantado pela empresa Matanuska Moçambique Lda., na comunidade de Metocheria Agrícola em Monapo; e (v) o projeto de gás natural liquefeito liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1 no cabo de Afungi, em Palma. Esta análise foi desenvolvida com base numa abordagem multidisciplinar, partindo de questões estruturantes, nomeadamente: (i) o que é globalização económica? (ii) que momentos históricos marcaram a evolução do capitalismo corporativo em Moçambique? (iii) o que são multinacionais e que impacto possuem ao nível local, num contexto neoliberal? (iv) que impactos teve o projeto das bananas desenvolvido pela empresa Matanuska Moçambique Lda. em Metocheria Agrícola, distrito de Monapo? (v) que impactos possui o projeto de gás natural liquefeito liderado pela multinacional Anadarko Moçambique Área 1 sobre as comunidades de Maganja, Quitupo e Senha, no cabo de Afungi, em Palma?

As respostas obtidas são tão complexas quanto impressionantes, indo, simultânea e diretamente, ao encontro das hipóteses colocadas à *priori*.

A globalização económica é o processo de intercâmbio, interligação, expansão e interdependência de atores económicos ao nível global. Neste processo, de entre vários outros atores como instituições comerciais económicas e financeiras internacionais e/ou mundiais, as MNCs económicas, enquanto empresas capitalistas, e devido à sua capacidade inovadora e organizacional, desempenham um papel crucial na economia global, pelo facto de se constituírem, em grande parte, como responsáveis pela mobilidade dos investimentos, produção e venda de bens e serviços.

Em geral, o impacto, quer da globalização económica, quer das MNCs é complexo e, simultaneamente, contraditório. Paradoxalmente, a globalização económica cria um espaço comercial, económico e financeiro aparentemente aberto e livre; mas esse espaço é ocupado e dominado por grandes MNCs, tratando-se de um dos importantes atores da economia global. Com vista à obtenção de fabulosos lucros, as MNCs investem os seus capitais na exploração de recursos naturais e humanos dos países pobres, sobretudo em África. Neste processo, as

mesmas desenvolvem as suas atividades tirando partido da dependência estrutural dos países pobres, relativamente ao investimento estrangeiro dos incentivos fiscais e da fragilidade institucional das questões ambientais, laborais e de apropriação de terra. Uma vez implantadas em comunidades locais, funcionando em forma de enclaves, as MNCs expropriam terras e outros recursos vitais das comunidades locais, fragilizando a capacidade produtiva das comunidades afetadas, contribuindo, deste modo, para o aumento da insegurança alimentar e pobreza.

No contexto Moçambicano, a evolução do capitalismo corporativo, o funcionamento e o impacto das MNCs não escapa ao contexto global, apresentando raízes coloniais, no sentido em que o processo de exploração das comunidades locais pelas empresas capitalistas não se trata de um fenómeno novo, pois remonta ao período do colonialismo Português, durante o qual as comunidades locais eram meras produtoras de matérias-primas e pagadores de impostos. Com a independência e a instauração do socialismo, algumas empresas capitalistas sobreviveram até ao período neoliberal. Atualmente, as MNCs, enquanto corporações extractivistas, reproduzem aquilo que as companhias coloniais levaram a cabo, ou seja, ocuparam e usurparam a terra e os recursos das comunidades locais, usando os membros das comunidades locais como mão-de-obra, transferindo os afetados para outras regiões, sem a reposição sustentável dos meios de subsistência. Além disso, aproveitando os incentivos fiscais, as MNCs através dos megaprojetos produzem bens ou mercadorias a baixo custo, exportando para o mercado externos, repatriando os seus ganhos (Castel-Branco, 2002: 6, 2008: 3). Nesta perspetiva, e ao mais alto nível, o Estado não colhe ganhos significativos tendo em conta que os megaprojetos não pagam impostos, tendo igualmente as comunidades afetadas ao nível local perdido um conjunto de bens que compreendiam a garantia da sua subsistência.

Portanto, quer no período colonial, quer no período pós-colonial, as empresas extractivistas desencadeavam uma exploração de recursos sem recompensa, residindo a diferença no facto de que no passado esse processo decorria no contexto colonial, mas atualmente o mesmo ocorre num Estado independente (Nkrumah, 1965: 10). Contraditoriamente, trata-se de um Estado dependente, levado pela onda da governação neoliberal e, por via disso, associado ao capital internacional que, simultaneamente, não defende, nem protege direitos e interesses das comunidades locais afetadas. Trata-se de um Estado cujos representantes locais são competentes na acomodação de projetos extractivistas e das suas elites, mas que falham na gestão/resolução dos conflitos e/ou mitigação impactos que esses projetos geram no seio das comunidades afetadas. Enfim, trata-se de um Estado que

permite que as comunidades locais permaneçam à mercê dos interesses das MNCs extractivistas.

Perante este cenário, o problema não reside necessariamente nas alianças e na dependência do Estado relativamente ao investimento das MNCs nas comunidades locais, residindo, sobretudo, no facto de que, à luz destes fatores, as MNCs expropriam terras e outros fatores vitais das comunidades locais (como terra, mar, pastagens, bens culturais), deslocam as famílias afetadas ou comunidades inteiras para outras regiões, enfraquecendo e empobrecendo as mesmas devido à perda da capacidade de produção e manutenção dos meios de subsistência, não gerando empregos significativos e permanentes para os residentes locais.

Por um lado, e num contexto histórico, este panorama representa o estágio atual da evolução do capitalismo corporativo em Moçambique. Por outro lado, encontra-se intrinsecamente relacionado com as dinâmicas da globalização económica e, sobretudo, do quadro global do investimento das multinacionais nos países pobres. Deste modo, através deste contexto amplo, complexo e general, a ênfase é especificamente colocada na análise do impacto de dois projetos extractivistas implantados no norte de Moçambique, nomeadamente, o projeto de agronegócio ase bananas e o projeto de gás natural liquefeito.

O primeiro foi criado em 2008 e implantado na região de Metocheria Agrícola (Mónaco) pela empresa MML, um consórcio das Mancos *Nordfund* e *Rift Valley*. A implantação da MML na região de Metocheria Agrícola deveu-se à ocorrência de condições naturais, como é o caso das terras férteis, cursos de água, temperaturas amenas, existência de infraestruturas, estradas e edifícios, fatores geográficos, localização perto do porto de Nacala, e fatores humanos, como a existência da mão-de-obra barata. Aliás, estes foram alguns dos fatores que determinaram a fixação na mesma região de grandes plantações (de algodão e sisal), quer no período colonial, quer no período pós-colonial, sendo que neste último caso operaram sucessivamente as empresas fomentadoras da cultura de algodão, SAMO, SODAN e SANAN.

Na sua fase áurea (2008-2014), a MML exportava cerca de 1.950 toneladas por semana através do Porto de Nacala para o Médio Oriente, Ásia e Europa. Neste período, existiam cerca de 2400 trabalhadores nacionais e estrangeiros, tendo o seu número decaído para pouco mais de 1000 até 2018, ano em que fechou portas devido ao Mal-do-Panamá. Contudo, poucos residentes obtiveram emprego. Até 2017, cerca de 19 residentes locais trabalhavam na MML.

Durante dez anos, por um lado, a Matanuska contribuiu para o crescimento económico através das suas volumosas exportações, estimulando agentes económicos locais enquanto fornecedores de bens e serviços, construiu uma EPC, um posto de saúde tipo II, poços de água e forneceu mudas de cajueiros (GDM, 2017). Por outro, a empresa esteve envolvida em conflitos sistemáticos com a comunidade de Metocheria Agrícola devido à expropriação de terras, *machambas* e benfeitorias. Assistiu-se igualmente à falta de transparência no processo das compensações, à destruição de uma ponte, e à proibição dos residentes locais de passar pelos seus terrenos em busca de capim e lenha. Além disso, verificaram-se conflitos com os trabalhadores locais devido à inexistência de equipamento de trabalho, baixos salários, descontos, suspensões e despedimentos arbitrários.

O segundo projeto refere-se ao gás natural liquefeito, liderado pela AMA1, implantado em Afungi (Palma). Do ponto de vista histórico, desde o período pré-colonial que as comunidades do cabo de Afungi, particularmente as regiões de Maganja, Quitupo e Senga, têm vindo a sofrer três globalizações: a globalização islâmica, ocorrida no período pré-colonial devido aos contatos com árabes; a globalização colonial, durante a qual se transformaram em meras produtoras de copra e pagadoras de impostos; e a atual globalização económica (pós-colonial) caracterizada pelo capitalismo neoliberal e presença de grandes multinacionais. É na vigência desta última que surgiu, entre 2010 e 2012, em Afungi o projeto de GNL, como uma das grandes explorações petrolíferas de África e do mundo.

Com efeito, o projeto de GNL liderado pela AMA1, pretende explorar pouco mais de 75 TCF de gás natural em *offshore* (no mar), localizado a 40 quilómetros da costa, durante 30 anos prorrogáveis, na Bacia do Rovuma. A implantação deste projeto implicou a ocupação de 7 mil hectares de terra em toda a faixa costeira de Nsemo-Quelimane, passando pelas regiões de Salama, Milamba 1 e 2 e Ngodgi 1 e 2, e mais de 50% da zona pesqueira da bacia.

O projeto encontra-se a construir uma série de infraestruturas económicas e sociais em Afungi, sendo que uma das maiores é a Vila do Reassentamento. Além de casas aperfeiçoadas para os reassentados e funcionários públicos, a Vila inclui uma escola, um posto de saúde, um centro de reuniões, um campo de futebol, jardins infantis, edifícios administrativos, mesquitas, mercado, terminal de transportes públicos, rede de água e elétrica, entre várias outras infraestruturas.

Porém, o projeto GNL terá impactos múltiplos e profundos, a longo prazo, sobre as comunidades afetadas do ponto de vista ambiental, cultural, económico e social. Deste modo, em termos ambientais, o projeto irá causar erosão eólica, hídrica e de solos, devido à remoção de solos; irá destruir estuários e mangais; dizimará recifes de corais, bentos e plantas

marinhas; destruirá habitats de dugongos, tartarugas, tubarões de entre outras espécies, causando poluição atmosférica, luminosa e sonora (Impacto e ERM, 2014). Do ponto de vista cultural e religioso, as comunidades afetadas perderão acesso parcial às sepulturas familiares, aos cemitérios e locais sagrados. Os restos mortais que jazem nas sepulturas isoladas e cemitérios foram exumados, trasladados e inumados na zona de reassentamento, atos estes que ofendem os princípios da religião muçulmana professada pela maioria da população da região.

Economicamente, o projeto GNL irá reduzir a capacidade de produção e manutenção dos meios de subsistência das famílias afetadas, pois estas perderam um conjunto de recursos vitais como árvores de fruto anuais e perenes; terras agrícolas, de pousio e pastagens para caprinos; o acesso ao mar e à zona entremarés onde os(as) pescadores(as) e coletores(as) entremarés capturam diversos recursos marinhos para alimentação e geração de renda.

Durante as consultas públicas, o Governo e a AMA1 prometeram criar emprego para as comunidades locais, mas, na prática, poucos residentes locais trabalham no projeto como controladores do tráfego automóvel (homens de bandeirolas ou *flagmen*) entre o troço Olumbi-Afungi, mainatos, guardas, camareiros, membros dos CCRs e aqueles que executam a manutenção das estradas locais. Na nossa análise, este facto ocorre não apenas por mera exclusão das autoridades governamentais locais ou da AMA1, enquanto líder do projeto, mas porque as qualificações técnicas e profissionais exigidas pelo projeto não permitiram o acesso ao emprego a um número considerável de residentes locais.

De forma interessante, os pouquíssimos trabalhadores locais no projeto GNL consideram que as condições de trabalho são melhores comparativamente às existentes nas companhias coloniais em termos salariais, alimentícios, transporte e equipamento de trabalho. O projeto GNL gerou três tipos de deslocamentos: marítimo, económico e físico, sendo todos os agregados familiares afetados por cada um destes deslocamentos, tendo recebido uma compensação pecuniária, assim como os respetivos PRMS. Paralelamente a isto, as famílias deslocadas fisicamente estão a ser reassentadas na Vila de Reassentamento onde usufruirão dos benefícios das infraestruturas e serviços sociais.

O projeto GNL gerou três tipos de deslocamentos: marítimo, económico e físico, todos os agregados familiares afetados por cada um desses deslocamentos recebeu compensação pecuniária e respetivos PRMS. As famílias deslocadas fisicamente estão a ser reassentadas na Vila de Reassentamento, construída na região de Quitunda.

Portanto, o impacto dos projetos da MML e da AMA1 é multidimensional e, simultaneamente, contraditório. É multinacional no sentido em que possui efeitos ambientais,

culturais, económicas e sociais, sendo os dois primeiros aspetos são mais evidentes em Afungi; e contraditório, porque, por um lado, ambas as MNCs construíram infraestruturas sociais como escolas, postos de saúde, furos e sistemas de água que facilitaram o acesso aos serviços por parte das comunidades locais afetadas; mas, por outro lado, enfraqueceram a capacidade de produção e manutenção dos meios de subsistência, quebraram a ligação das comunidades afetadas com o seu património cultural, expondo-se aos riscos ambientais (no caso de Afungi). Estes factores associam-se à limitação das compensações e insustentabilidade dos PRMS, à falta de oportunidades de emprego, assim como de um projeto estratégicos em prol de desenvolvimento local.

Deste modo, conclui-se que a MML e a AMA1 não promoveu o desenvolvimento nas comunidades, mas, pelo contrário, empobreceu as comunidades afetadas, do ponto de vista ambiental, cultural (no caso da AMA1 em Afungi), económico e social, diminuindo, simultaneamente, o poder Estatal ao nível local.

BIBLIOGRAFIA

Atas, planos e relatórios referentes ao uso e exploração da terra e seus recursos em Moçambique

Anadarko e ENI (2016). Plano Final de Reassentamento. Anexo E: Revisão independente do Relatório de compensações de culturas.

Anadarko e ENI (2016). Plano Final de Reassentamento. Vol. II. Anexo A - Plano de Restabelecimento dos meios de subsistência Agrícola.

APC (2017). Anadarko Annual Report 2017: Providing for today, innovating for tomorrow. Texas: APC.

APC (2018). Anadarko Second-Quarter 2018 Operation Report, July 31, 2018.

Conselho de Ministros (2014). Plano Director do Gás Natural. Aprovado na 16ª Sessão Ordinária de Conselho de Ministros, 24 de junho de 2014.

Arnaut, L. (s.d.). *Ata Geral redigida em Berlin em 26 de fevereiro de 1885*. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais.

ERM e Impacto (2014). Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado, Vol. I.

FRELIMO (1977). Documentos do III Congresso da Frelimo. Directivas Económicas e Sociais. 3º Congresso da FRELIMO, de 3 a 7 de fevereiro de 1977.

Fundación Hondureña de Investigación Agrícola (2018). Informe Anual 2017-2018. La Lima: Fundación Hondureña de Investigación Agrícola.

GDP (10 de julho de 2014). Ata da Primeira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia Quitupo sobre o Processo de Reassentamento: *Zona de Influência do Projecto e Seleção do Local de Reassentamento*. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (11 de agosto 2014). Ata da Segunda Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Senga sobre o Processo de Reassentamento: a Concepção do lugar de Reassentamento, o Conceito de Habitação, Métodos de Aldeia e Integração das Comunidades Hospedeiras. In Anadarko e (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista de Presenças.

GDP (12 de agosto 2014). Ata da Segunda Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Maganja sobre o Processo de Reassentamento: a Concepção do lugar de Reassentamento, o Conceito de Habitação, Métodos de Aldeia e Integração das Comunidades Hospedeiras. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista de Presenças.

GDP (12 de julho 2014). Ata da Primeira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Palma Sede sobre o Processo de Reassentamento: Zona de Influência do Projecto e Seleção do Local de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas da Lista de Presenças.

GDP (13 de agosto 2014). Ata da Segunda Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Quitupo sobre o Processo de Reassentamento: a Concepção do lugar de Reassentamento, o Conceito de Habitação, Métodos de Aldeia e Integração das Comunidades Hospedeiras. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista e Presenças.

GDP (14 de agosto 2014). Ata da Segunda Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Maganja sobre o Processo de Reassentamento: a Concepção do lugar de Reassentamento, o Conceito de Habitação, Métodos de Aldeia e Integração das Comunidades Hospedeiras. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista e Presenças.

GDP (14 de dezembro 2015). Ata da Quarta Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Senga sobre Processo de Reassentamento: apresentação do esboço do Plano de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (15 de dezembro 2015). Ata da Quarta Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Maganja sobre Processo de Reassentamento: apresentação do esboço do Plano de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (16 de dezembro 2015). Ata da Quarta Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Quitupo sobre Processo de Reassentamento: apresentação do esboço do Plano de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (17 de dezembro 2015). Ata da Quarta Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Senga sobre Processo de Reassentamento: apresentação do esboço do Plano de

Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista de Presenças.

GDP (18 de agosto de 2015). Ata da Terceira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Senga sobre Processo de Reassentamento: ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto). In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista de Presenças.

GDP (18/8/2015). Ata da Reunião Consulta Pública no Âmbito da Elaboração do Plano de Reassentamento na Aldeia de Maganja. Terceira Consulta Pública.

GDP (19 de agosto de 2015). Ata da Terceira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Maganja sobre Processo de Reassentamento: ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto). In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (19 de dezembro 2015). Ata da Quarta Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Mondlane sobre Processo de Reassentamento: apresentação do esboço do Plano de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (20 de agosto de 2015). Ata da Terceira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Quitupo sobre Processo de Reassentamento: ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto). In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas e Lista de Presenças.

GDP (20/08/2014). Ata da Reunião Consulta Pública no âmbito da Elaboração do Plano de Reassentamento – Aldeia de Quitupo. Terceira Consulta Pública.

GDP (22 de agosto de 2015). Ata da Terceira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Palma-Sede sobre Processo de Reassentamento: ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto). In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas de Lista de Presenças.

GDP (8 de julho de 2014). Ata da Primeira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Senga sobre o Processo de Reassentamento: Zona de Influência do Projecto e Seleção do

Local de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas da Lista de Presenças.

GDP (9 de julho de 2014). Ata da Primeira Consulta Pública à Comunidade da Aldeia de Maganja sobre o Processo de Reassentamento: Zona de Influência do Projecto e Seleção do Local de Reassentamento. In Anadarko e Eni (2016). *Projecto de Desenvolvimento de Gás de Moçambique, Reuniões*. Vol. V. Anexo K, Ata das Reuniões Públicas da Lista de Presenças.

GPCD (2017). Reassentamento, Processo de Implementação.

GPCD, AMA1 e ENI (2017). Reassentamento: Processo de implementação.

Impacto e Eta Star (2010). Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) sobre o Projecto de exploração de Carvão no Bloco 1068L, Distrito de Moatize, Província de Tete. Maputo.

MASA (s.d.). Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala. Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique. Ministério Agricultura e Segurança Alimentar.

Mozambique Gas Development Project (2015). Plano de Reassentamento, Esboço para divulgação Pública. Anexo H: Relatório sobre a seleção do local para Aldeia de Reassentamento.

Mozambique Gas Development Project (2016). Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique: Plano de Reassentamento. Vol. I

PGNL na Província de Cabo Delgado (2011). Relatório de estudo de pré-viabilidade ambiental e definição de âmbito e termos de referência. Maputo: Impacto.

Portos do Norte S.A. (2014). *Happening at the Port*. Newsletter, 2nd Edition, April/June. Nacala, Nampula, Maputo.

Projecto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique (2016). Plano Final de Reassentamento. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Anadarko e Eni, Vols. V

Rodriguez, M. A. Dita e Haddad, F. (2018). Raça 4 tropical de *Fusarium oxysporum f.sp. cubense*: Subsídios para caracterização de Praga Quarentenária Ausente. Relatório Técnico. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UNDP (2013) *The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World. Mozambique, HDI values and rank changes in the 2013 Human Development Report*. Washington D.C.: UNDP.

UNDP (2015) *Relatório de Desenvolvimento Humano: O trabalho como motor de desenvolvimento humano*. Washington D.C.: UNDP.

UNDP (2016). *Relatório sobre Desenvolvimento Humano: Desenvolvimento Humano para todos*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UNDP (2018) *Human Development Indices and Indicators. 2018 Statistical Update Team*. Washington D.C.: UNDP.

UNDP (2018). *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*. New York: United Nations Development Programme.

Arquivos coloniais

Companhias Coloniais – Companhia do Niassa – Refs. PT/TT/AOS.D.-N/18/1/6.

Congresso Colonial em Moçambique - Diário de Notícias de 5/9/1934 sobre Congresso de Agricultura Colonial. PT/TT/AOS.D.-N/18/1711AOS/CO/UL-9, Pt.10, 1934, pp.548.

Congresso da Agricultura Colonial – Refs. PT/TT/AOS.D.-N/18/1711.

Congresso de Agricultura Colonial, Correspondência relativa às questões da Companhia de Moçambique e outras matérias PT/TT/AOS.D.-N/18/1711.

Dados demográficos, infraestruturais relativos a Circunscrição de Palma datados de 30 de setembro de 1973 - Arquivo Nacional Torre do Tombo SCCIM, Código nº 1637, N.T. 239, Nº Fls: 324.

Decreto 26 de Setembro de 1891, Collecção da Legislação Novíssima do Ultramar, Volume XIX, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 480.

Decreto 31/2012 de 8 de agosto. B.R.. Maputo. Série I, Nº 32.

Decreto 8 de Outubro de 1891. Collecção da Legislação Novíssima do Ultramar, Volume XIX, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 526-533.

Decreto de 11 de fevereiro de 1891. Collecção da Legislação Novíssima do Ultramar, Volume XIX, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 35.

Decreto nº 18 570 de 8 de julho de 1930. Ministério das Colónias. Diário do Governo nº 156/1930 de 8 de julho de 1930, Série I, Nº 18570, p. 1307-1312.

Decreto-lei nº 1:900 de 21 de Maio de 1935. Diário do Governo de 21 de maio de 1935. Lisboa, I Série, nº 115.

Decreto-lei nº 22:465 de 11 de abril de 1933. Imprensa Nacional. Lourenço Marques, 1933.

Decreto-lei nº 23:228 de 15 de novembro de 1933, Diário do Governo, Suplemento, I Série, Nº 261, pp. 18192-1915.

Decreto-Lei nº 31:896 de 27 de fevereiro de 1942. Diário do Governo. Lisboa. I Série, Nº 47, pp. 194-196.

Decreto-lei nº 31:896, de 27 de fevereiro de 1942. Ministério das Colónias, Gabinete do Ministro. Diário do Governo. I Série, nº 47, p. 193 e 196.

Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954.

Formação da Companhia de Moçambique através do Tratado de 11 de junho de 1891 - PT/TT/AOS.D.-N/18/1711, AOS/CO/UL-9, 20 capilhas, 588 folhas, pp.429-439.

Governo do Distrito de Cabo Delgado, 30/9/1973. ANTT/SCCIM, Cód. nº 1637, N.T. 239, Nº Fls: 324.

Informações várias sobre a Circunscrição de Palma PT/TT/SCCIM/A/23/3, Cx.: L/10/4/CD/3).

Lei nº 1:900 de 21 de Agosto de 1935, B.O. nº34, I Série, 21 de Agosto de 1935.

Organização político-administrativa, quadro demográfico, infraestruturas e serviços sociais prestados no Aldeamentos do Distrito de Cabo Delgado PT/TT/SCCIM/A/23/3.

Tratado de 29 de junho de 1869. Diário do Governo nº 280, de 12 de dezembro de 1870; e o Tratado de 11 de dezembro de 1875.~

Artigos científicos e documentos de trabalho

Acosta, A. (2013). Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. In M. Lang and D. Mokrani (coord), *Beyond development: alternative visions from Latin America*, Quito/Amsterdam: Rosa Luxemburg Stiftung / Transnational Institute, 61-86.

Addae-Korankye, A. (2014). Causes of poverty in Africa: a Review of Literature. *American International Journal of Social Science*, 3(7), pp. 147-153.

Afonso, A. (2009). Guerra Colonial – Uma aliança escondida. *Nação e Defesa*, 4 (124), 217-230.

Albuquerque, R. C. de (2009). From Hyperglobalization to the Proliferation of Regulatory Regimes. *Revista Direito GV*, 5 (2), 62-76.

Alexandre, V. (1980). O Liberalismo português as colónias de África (1820-39). *Análise Social*, 16 (61-62), 319-340.

Alexandre, V. (2004). O imperialismo português (1825-1890): Ideologia e economia. *Análise Social*, 38(169), 959-979.

Angelis, M. De (2005). The Political Economy of Global Neoliberal Governance. *Fernand Braudel Center*, 28(3), 229-257.

Angell, N. (1931). The New Imperialism and the Old Nationalism. *Royal Institute of International Affairs*, 10(1), 69-83.

Araújo, M. M. (2005). Cidade de Nampula: A Rainha do Norte de Moçambique. *Finisterra*, 15 (79), 209-222.

Arôxa, B. H. (2017). A terra como mercadoria: algumas considerações sobre o espaço urbano londrinense. *Caderno Prudentino de Geografia*, 39 (1) 215-241.

Artigos (1966). As origens das corporações de Ofício. As Corporações em Roma. *Revista de História*, 32 (65), 3-66.

Aschidamini, I. M. e Saube, R. (2004). Grupo Focal estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. *Biblioteca Digital de Periódicos*, 9, 9-14

Attah, N. E. (2013). The historical conjuncture of neo-colonialism and underdevelopment in Nigeria. *Academic Journals*, 5(5), 70-79.

Auty, Richard (2006). Mining Enclave to Economic Catalyst: Large Mineral Projects in Developing Countries. *The Brown Journal of World Affairs*, 13 (1), 135-145.

Batalhão, A. C. da S. *et al.*, (2017). Dimensões de desenvolvimento: o caso da região de Ribeirão Preto. *Interações*, 19(2), 237-256.

- Béjar, A. A. (2015). Global Economic Crisis and Social Movements in Mexico and North America. *Social Justice/Global Options*, 42 (3/4), 237-251.
- Benton-Short, L.; Price, M. D. e Friedman, S. (2005). Globalization from Below: The Ranking of Global Immigration Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29 (4), 945-959.
- Bonet, A. A. J. (2010). La democracia revolucionária, um proyecto para el siglo XXI. *Universidad Autónoma Metropolitana*, 35,117-148.
- Borges, S. M. A. (2003). Globalização de mercados homogeneização de culturas? *Canoas*, 6(7), 71-78.
- Bornat, J. (2006). *Oral History*. 3110-Ch-02.QXD, pp. 35-44.
- Borras Jr. S. M. & Franco, J. C. (2012). Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34-59.
- Borras Jr. S. M. and Franco, J. C. (2012). Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34-59.
- Borras Jr. S. M. *et al.*, (2011). Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *The Journal of Peasant Studies*, 38 (2), 209-216.
- Bragança, A. (1986). Independência sem Descolonização: A Transição do Poder em Moçambique, 1974-1975. *Estudos Moçambicanos*, (5/6), 7-28.
- Bresser-Pereira, L. C. (1993). Uma interpretação da América Latina: A Crise do Estado. *Novos Estudos CEBRAP*, 37, 37-57.
- Broughton, A. (2013). Land Grabbing: A New Colonialism. *Green Social Thought, a Magazine of Synthesis and Regeneration*, 61, 25-29.
- Brown, P; Lauder, H. e Ashton, D. (2007). Education, Globalization and the Future of the Knowledge Economy. *European Education Research Journal*, 7(2), 131-156.
- Burawoy, M. (1998). The Extended Case Method. American Sociological Association. *Sociological Theory*, 16, 4-33.
- Capela, José (2006). Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos. *Tempo*, 10 (20), 72-97.
- Carlos, A. M. and Nicholas, S. (2010). Giants of an Earlier Capitalism”: The Chartered Trading Companies as Modern Multinationals. *Business History Review*, 62 (3), 398-419.
- Carvalho, J. C. B de e Orsine, J. V. C. (2011). Contaminação do meio ambiente por fontes diversas e os agravos à saúde da população. *Enciclopédia Biosfera*, 7 (13),1107-1118.

Chichava, S. (2016). Sociedade Civil e o ProSavana em Moçambique. In Brito, de L. *et al* (orgs.) (2016). *Desafios para Moçambique* (375-384). Maputo: IESE.

Conning, J. H. e Robinson, J.A. (2009). Enclave and development: An empirical assessment. *St Comp Int Dev*, 44, 359-385.

Dadá, Y. A. e Nova, Y. (2018). Efeitos dos grandes projectos em Moçambique: O caso da Matanuska. *Observatório do Meio Rural*, 33: 1-5.

Dalberto, C. R., *et al.* (2015). Índice de Desenvolvimento Humano Eficiente: Uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. *Pesquisa e Planejamento Económico*, 45 (2), 338-363.

Darch, C. (1981). As publicações da Frelimo: Um estudo preliminar. *Estudos Moçambicanos*, nº 2, 105-120.

DeLuca, K. M. (2011). Interrupting the World As It Is: Thinking Amidst the Corporatocracy and in the Wake of Tunisia, Egypt, and Wisconsin. *Critical Studies in Media Communication*, 28 (2), 86-93.

Dias, V. (2018). Recursos naturais em Moçambique: possíveis cenários e desafios. *Revista Moçambicana de Estudos Internacionais*, 1(1), 1-36.

Easterly, W. (2003). What did structural adjustment adjust? The association of policies and growth with repeated IMF and World Bank adjustment loans. *Journal of Development Economics*, 76 (2005), 1-22.

Eagleton-Pierce, M. (2016). Historicizing the neoliberal spirit of Capitalism. In Springer, S; Birch, K. e MacLeavy, J. (eds.) (2016). *The Handbook of the Neoliberalism* (17-26). New York and London: Routledge.

Ekman, S-M S. e Macamo, C. S. (2016). Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento da Agricultura. Um estudo preliminar sobre Programa ProSavana, em Moçambique, com implicações para as Florestas. Documento de Trabalho” Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIPOR).

Eliasoph, N. & Lichterman, P. (1999). We begin with our favorite Theory: Reconstructing the Extended Case Method. *Sociological Theory*. 17(2), 228-233.

Emaga, T. H. *et al.* (2006). Effects of the stage of maturation and varieties on the chemical composition of banana and plantain peels. *Food Chemistry* 103(2007), 590-600.

Epstein, G. (2003) The role and control of multinational corporations in the world economy. In Michie, J. (ed.) (2003). *The Handbook of Globalisation* (150-164). Massachusetts: Edward Elgar.

Evans, B; Richmond & Shields, J. (2005). Structuring Neoliberal Governance: The Nonprofit Sector, Emerging New Modes of Control and the Marketization of Service Delivery. *Policy and Society*, 24(1), 73-97.

Fitz, D. (2015). Third Wave of Corporation. *Green Social Thoughts. A Magazine of Synthesis and Regeneration*, 42-47.

Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16 (47), 533-361.

Gomes, M. E. S. e Barbosa, E. F. (1999). A Técnica de Grupos Focais para obtenção de dados qualitativos. *Educativa*, 1-7.

Goudim, S. M. G. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12, 149-161.

Gourevitch, A. (1977). International Trade, Domestic Coalitions, and Liberty: Comparative Responses to the Crisis of 1873-1896. *Journal of Interdisciplinary History*, 8(2), 281-313.

Grauwe, Paul de & Camerman, F. (2013). Are Multinationals really bigger than Nations? *World Economics*, SW11 3UE 4(2), 23-37.

Green, A. (2004). Individual remembering and 'collective memory': Theoretical presuppositions and contemporary debates. *Memory and Society*, 32, 35-44.

Green, D. and Griffith, M (2002). Globalization and its discontents. *The Royal Institute of International Affairs*, 78(1), 49-68.

Hamilton, J. D. (2009). Causes and consequences of the Oil Shock of 2007-08. *Brookings on Economic Papers Activities*, 215-283.

Hanlon, J. (2018). Mozambique: Another Nordfund Fiasco as Matanuska goes bust. *Mozambique Reports and Clippings*, 1-5.

Hanlon, J.; Smart, T (2013). Galinhas e cerveja: uma receita para o crescimento. *The Open University*, 8-9.

Hermano, C (2001). Atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental. Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais, 2001.

Hill, D. (2012). Understanding Ethnographic Research: The Extended Case Study Method. *Leeds Metropolitan University*, 1-18.

Hirst, P.; Thompson, G. (2002). The Future of Globalization. *Journal of the Nordic International Studies Association*, 37(3), 247-265.

Hoffman, A. M.; Hoffman, H. S. (s.d.). Reliability and validity in oral history. *Pennsylvania*, 107-135.

Hudges, J. (2012). Projeto de gás de Anadarko poderá duplicar PIB de Moçambique. *Serviço Noticioso Diário da AIM*. Edição nº 7030, 03/11/2012.

Jetto-Gilles, G. (2003). The Role of transnational corporations in the globalisation process. In Michie, J. (ed.) (2003). *The Handbook of Globalisation* (139-149). Massachusetts: Edward Elgar.

Jaiantilal, D. (2013). Agro-negócio em Nampula: Casos e expectativas do ProSavana. *Observatório do Meio Rural Working Paper 7*. Maputo.

Kabuya, F. I. (2015). Fundamental causes of poverty in Sub-Saharan Africa. *IOSR-JHSS*, 20(6), pp. 78-81.

Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10, 24-136.

Kruijt, Dirk and Vellinga, Menno (1977). The political economy of mining enclaves in Peru. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. (23) 97-126.

Kumar, S. (2016). A New scramble for Africa? The rush for energy resources in sub-Saharan Africa. *Africa Review*, 8(2), 87-189.

Langhe, E. *et al.* (2009). Why Banana Matter: An introduction to the history of Banana domestication. *Ethnobotany Research & Applications* 7, 165-177.

Ledesma, D. (2013). East Africa Gas: Potential for export. *The Oxford Institute for Energy Studies*. NG, 74.

Lervolino, S. A.; Pelicioni, M. C. F. (2001). Utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev. Esc. Enf. USP*, 35: 115-121.

Lucas, C. (2003). Localization: an alternative to corporate-led globalization. *International Journal of Consumer Studies*, 27 (4), 261-265.

Lumes, M. B. (2007). Análise de capital de giro nas micro e pequenas empresas. *Universidade Federal de Redônia*, 1-20.

Madureira, M. (2014). Mega-projectos e transição agrária: Caso do Projecto Wambao. *Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina Working Paper 126*. Lisboa.

Mahembe, E. e Odhiambo, N. M. (2013). The dynamics of foreign direct investment in SADC countries: Experiences from five middle-income economies. *Problems and Perspectives in Management*, 11(4), 35-45.

Maldonado, F.G. (2015). Um pouco mais ao Sul - Extrativismo, neoextractivismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. *Pré-Sal e ITT-Yasuni*, 57-170.

- Maloa, J. M. (2011). O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. *Revista Espaço Académico*. No. 122.
- Mariner, N. (2005). Oral History: From fact finding to History Shaping. *Historia*, 60-69.
- Mário, T. V. e Bila, I. M. (2015). Indústria extractiva e comunidades locais. *SEKELEKANI*.
- Marshall, J. (1990). Structural adjustment and social policy in Mozambique. *Review of African Policy Economy*, 17(47), 28-43.
- McLean, J. (2004). The Transnational Corporation in History: Lessons for Today? *Indiana Law Journal*, 79(2), 364-377.
- Medeiros, E. (2007). “Os sino-moçambicanos da Beira: Mestiçagens várias” *Revista Caderno de Estudos Africanos (CEA)*, 157-187.
- Mendonça, S. (2016) “Rota da Seda, velha (s) e nova (s)”, *Janus* 2015, 123-125.
- Mendonça, M. L. (2015). O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a construção do conceito de agronegócio. *Contexto Internacional*, 37 (2), 375-402.
- Mimbire, F. ; Nhambire, B. (2015). Terceira ronda de consultas públicas em Palma: Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático. *Centro de Integridade Pública*, 28, 1-9.
- Nair, P. (2013). Postcolonial theory of migration. In Ness, I. (ed.) (2013). *The Encyclopedia of Global Human Migration* (2452-2459). New Jersey: Blacwell Publishing Ltd.
- Neves, O. I. (2012). O Poder e o Impacto do Islão no Norte de Moçambique (séculos XIX-XXI). *IICT/Jardim Botânico Tropical*, 24-26.
- Lukens-Bull, R.; Pandich, A e Woods, J. P. (2012). Islamization as part of globalization: Some Southeast Asian Examples. *Journal of International & Global Studies*, 3(2), 32-46.
- Ngoenga, S. E. (1999). Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano: entre a tsonganidade e a moçambicanidade”. *Lusotopie*, 425-436.
- Oliveira, A. M. C. V. dos S. (2011). Processo de Desterritorialização e Filiação ao Lugar: Caso da Aldeia da Luz. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de Coimbra.
- Ortiz, R. (2006). Mundialization/Globalization. *Sage Journals* 23 (2-3), 401-403.
- Ouma, S. (2012). The New Scramble for Africa. *Regional Studies*, 46 (6), 836-838.

Pausenberger, E. (1983). How powerful are the multinationals? *Intereconomics*, 18(3), 30-136.

Pereira, J. M. M. (2012). Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-1960). *Belo Horizonte*, 28 (47), 391-419.

Pereira, Lorena Izá (2017). Estrangeirização da terra: (des) contruindo uma definição a partir da Geografia. *Revista NERA*, 20 (36), 107-132.

Peruzzo, C. M. K. e Volpato, M. de O. (2009). Conceito de comunidade local, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, 12 (24), 139-152.

Pitcher, M. Anne (2003). Sobreviver à transição: O legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. *Análise Social*, 38 (168), 793-820.

Pinheiro, S. (2011). A Empresa Multinacional e seu novo papel na promoção do desenvolvimento sustentável. *Revista Ética e Filosofia Política*, 13 (2), 1-24.

Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva. Plano de reassentamento de Quitupo não satisfaz ainda as partes interessadas e afectadas.

Ploeg, J. D. V. D. (2009). The Food Crisis, Industrialized Farming and the Imperial Regime. *Journal of Agrarian Change*, 10(1), 98-106.

Ploetz, R. C. (2015a). Fusarium Wilt of Banana. University of Florida. *Phytopatholog Review*, 105, 1512-1521.

Ploetz, R. C. *et al.* (2015b). Tropical race 4 of Panama disease in the Middle East. *Phytoparasitica*, 43, 283-293.

Portugal Colonial, Revista de Propaganda e Expansão Colonial (s.d...). Notas do mês. Lisboa, nºs 55-56 p. 21.

Portugal Colonial, Revista mensal de Propaganda e expansão do Império Colonial (1932). O Sisal na Província de Moçambique (Memória apresentada à Conferência Comercial de Lourenço Marques de 1932). Lisboa, nº 22, p. 7.

Powell, W. W. e Snellman, K. (2004). The Knowledge economy. *Annu. Rev. Sociol.* (30), 199-220.

Quadros, F. de (1991). Expropriação por utilidade pública. In Dicionário Jurídico da Administração Pública, Vol. 1, Lisboa.

Queface, T. e Siteo, C. (2015). Processo de Reassentamento devido ao projecto da GNL em Palma: Comunidades contestam modelo de indemnizações”.

Ramos, G. C. D. (2012). *América Latina en Disputa. Extractivismo minero, conflicto y resistencia social en Realidad Económica*. Nº 265. Buenos Aires, 1 de janeiro – 15 de fevereiro.

- Rorty, R. (2004). Post-democracy: anti-terrorism and the national security state. *London Review of Books*, 27(7), 10-11.
- Ruggie, J.G. (2017). Multinationals as global institutions: Power, authority and relative autonomy. *Regulation and Governance*, 2018 (12), 317-333.
- Sachs, J. (1998). Globalization and Rule of Law. *Yale Law School Legal Scholarship Repository*, 1-11.
- Samuel, R. (1990). História local e História oral. Tradução de Zena Winoma Eisenberg, São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 9, 219-243.
- Santos, B. de S. (1983). Os conflitos urbanos no Recife: o caso de Skylab. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-60.
- Santos, B. de S. (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.
- Santos, B. de Sousa (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Sassen, S. (2005). The Global City: Introducing a concept. *The Brown Journal of World Affairs*, 11 (2), 27-43.
- Seidlhofer, B. (2005). Key Concepts in ELT: English as a lingua franca. *ELT Journal*, 59(4), 1-4.
- Silva (s.d...). Zedequias Manganhela: Notas para uma releitura das relações Estado Colonial – Igrejas Protestantes na década de 70, 28-49.
- Stefanović, Z. (2008). Globalization: Theoretical perspectives, impacts and institutional response of the economy. *Economics and Organization*, 5(3), 263-272.
- Stek, T. D. (2014). Roman imperialism, globalization and Roman in early Roman Italy. Research questions in archaeology ancient history. *Archeological Dialogues*, 21(1), 30-40.
- Stopford, J. (1998). Multination corporations. *Foreign Policy*, 12(1), 1-8.
- Subramanian, A. and Kessler, M. (2013). The hyper globalization of the Trade and its Future. *Global Citizen Foundation Working Paper 3*. Nova Delhi.
- Sullivan, M. L. (2002). Exploring Layers Extended Case Method as tool for multilevel analysis. *Sociological Methods & Research*, 31(2), 255-285.
- Swinnen, J. F. M. (2009). Agricultural protection in Growth in Europe 1860-1969. *Agricultural Distortions Working Paper 80*. Bélgica.
- Tavory, I. & Timmermans, S. (2009). Two cases of ethnography: Grounded Theory and the Rxtended Case Method. *Ethnography*, 10(3), 243-263.

Thomson, J. W. (2002). The Future of Globalization. *Business and Society Review*, 107(4), 423-431.

Trad, L. A. B. (2009). Conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 19, 777-776.

Trindade, A. A. C. (1984). As Nações Unidas e a Nova Ordem Económica Internacional. *R. Inf. Legisl*, 21 (18), 213-232.

Urquiza, A. H. A. e Ribeiro, R. C. (2017). Paradoxos da globalização: fronteiras culturais e direitos humanos. *Revista Direito UFMS*, 3(2), 241-260.

Vansina, J. (1985). *Oral tradition as History*. Wisconsin. University of Wisconsin Press.

Varela, R. e Louçã, J. C. (2016), “De que é feito um império trabalho forçado nas colónias portuguesas” *Trabalho Necessário*, 14 (24), 8-22.

Verick, S. & Islam, I. (2010). The Great Recession of 2008-2009. Causes, Consequences and Policy Responses. *IZA Discussion Paper* 4934. Deutsche.

Villas-Boas, S. *et al.* (2015). Conhecimento da comunidade local para a elaboração e implementação de programas intergeracionais. *R. bras. Est. Pop.* 12(1), 189-197.

Wandham, H. e Warren R.C. (2014). Telling organizational tales: The Extended Case Method in practice. *Sage Journals*, 17, 5-22.

Wuyts, M. (1980). Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, (1), 9-22.

Yi-Chong, X. (2008). The competition for Oil and Gas in Africa. *Energy & Environment* 19(8), 1123- 1142.

Zoomers, A. (2010). Globalization and the foreignization of space: Seven processes driving the current global land grab. *The Journal of Peasant Studies*, 37(2), 427-447.

Zylbersztajn, D. (2016). Agribusiness systems analysis: Origin, evolution and research perspectives. *Revista de Administração*, 52 (2017), 114-117.

Dissertações e teses

Cabaço, J. L. O. (2007). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Tese de Pós- Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.

Cardoso, L. C. (2011). *A empresa multinacional e a responsabilidade social empresarial: Uma abordagem ao seu enquadramento no âmbito da governação global*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Universidade Técnica de Lisboa.

Chivangue, A. A. (2016). *Responsabilidade social e empresarial da Industria Extractiva, Protestos populares e desenvolvimento em Moçambique*. Tese de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento. Universidade de Lisboa.

Ferreira, R. F da S. (2012). *Justa indemnização no contexto e expropriação de terrenos*. Dissertação de mestrado em Direito na Especialidade de Ciências Jurídico-políticas. Universidade Lusófona do Porto.

Guina, A. M. P. (2009). *A Importância do complexo fabril açucareiro de Marromeu, Província de Sofala em Moçambique, no desenvolvimento sócio-económico para a comunidade*. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos apresentada no Instituto Universitário de Lisboa.

Kutinyu, R. (2014). *The evaluation of different banana protection material on selected banana cultivars for optimum fruit production and quality in Nampula Province, Mozambique*. Master dissertation in Agriculture. University of South Africa.

Lannes, S. B. de (2013). *Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações*. Tese de doutoramento em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Macuane, J. J. (1996). *Reformas Económicas de Moçambique: Actores, Estratégias e Coordenação*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Maloa, T. M. (2016). *História da economia socialista moçambicana*. Dissertação de Mestrado em História Económica. Universidade de São Paulo.

Meque, A. M. (2013). *Influência das Instituições de Bretton Woods nas Instituições Públicas de Moçambique (1975-2010)*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais. Universidade Católica de Moçambique.

Noguchi, A. (2014). *Curitiba. Estudo de um sistema de controlo para um manifold submarino de injeção*. Monografia de especialização em Eletrónica. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal de Paraná.

Pedro, J. de J. C. (2011). *Reassentamentos Forçados: dos impactes às oportunidades*. Dissertação em Desenvolvimento, Diversidades locais e Desafios Mundiais. Instituto Universitário de Lisboa.

Rocha, A. C. (2015). *Cercamentos ambientais: Modos de uso de recursos e conflitos socioambientais no Estado de Paraná*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

Roncha, I. M. da C. (2015). *O Direito de Participação Pública na Tomada de decisão sustentável*. Dissertação em Ciências Jurídico-Políticas, Menção em Direito Internacional e Europeu. Universidade de Coimbra.

Rothman, J. and Tropman, J. E. (1987). Models of Community Organization and Macro Practice Perspectives. In Cox *et al.* (eds.). *Strategies of Community Organization* (4th ed.), Ithaca: Peacock.

Rothman, J.; Erlich, J. L and Tropman, J. E. (eds.) (1995). *Strategies of Community Intervention*. (Fifth Edition). Itasca, IL: F.E. Peacock.

Soares, A. C. F. (2015). *Conceito de expropriação e justa indemnização*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Coimbra.

Thurler, D. S. (2013). *Sistemas elétricos de potência submarinos para a produção de petróleo e gás natural*. Projeto de especialização em engenharia elétrica. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vieira, F. B. (2008). *Dos proprietários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. Tese de doutoramento em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Documentos oficiais (nacionais e internacionais)

B.R., de 21 de junho de 2007, nº 25, Série II, pp. 532-(5). Maputo: Imprensa Nacional.

Banco Mundial (2002) Declaração sobre os Direitos de Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. A/HRC/WG.15/1/2.

Corporação Financeira Internacional (IFC) (1º de janeiro de 2012). Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário.

Corporação Financeira Internacional (IFC) (31 de julho de 2007). Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário.

Decreto 31/2012 de 8 de agosto. B.R., Série I, Número 32. Maputo: Imprensa Nacional.

Decreto 54/2015 de 31 de dezembro. B.R., 28º Suplemento, Série I, Nº 104. Maputo: Imprensa Nacional.

Decreto 56/2010 de 22 de novembro. B.R., 3º Suplemento. Série I, Nº 46. Maputo: Imprensa Nacional.

Decreto nº 11/2005 de 10 de Junho de 2005. B.R.. 2º Suplemento. I Série, Nº23.

Decreto nº 951 de 14 de outubro de 1914. Ministério das Colónias. Direção Geral das Colónias. Série I, Nº 187. Diário do Governo. Lisboa p. 965.

Diploma Ministerial 181/2010 de 3 de Fevereiro. B.R.. Série I, Número 44. Maputo: Imprensa Nacional.

GPCD (2017) Moratória para a Elegibilidade à Compensação e ao Reassentamento. B.R., de 6 de novembro de 2017, III Série, Número 173.

GPCD (2017) Moratória para a Elegibilidade à Compensação e ao Reassentamento. B.R., de 6 de novembro de 2017, III Série, Número 173.

INE, (2017) IV Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Preliminares, Censo 2017 e definitivos de 2007 e 1997.

INE, (2017) IV Recenseamento Geral da População e Habitação: Resultados Preliminares, Censo 2017 e definitivos de 2007 e 1997.

INE (2015). *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/2015: Principais resultados*. Nota de Imprensa, 30 de dezembro de 2015. Maputo: INE.

Lei 23/2007 de 1 de agosto. B.R., Série I, Nº 31. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei 23/2007 de 1 de agosto. B.R., Série I, Nº 31. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei 34/2014 de 31 de Dezembro. B.R., Série I, Nº 105. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei 34/2014 de 31 de dezembro. B.R.. Série I, Nº 105.

Lei nº 8/2003 de 19 de maio. Lei dos Órgãos Locais do Estado. I Série, Nº 20. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei nº 8/2003 de 19 de maio. Lei dos Órgãos Locais do Estado. I Série, Nº 20. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei nº. 3/2001 de 21 de fevereiro. B.R., Maputo. I Série, No. 8. Maputo: Imprensa Nacional.

OAM (2018) Comunidade de Imprensa – Ordem dos Advogados de Moçambique requereu a Declaração de nulidade do DUAT atribuído à exploração exclusiva, pela Anadarko, no contexto do projeto de gás em Palma.

Regulamento da Lei de Ordenamento do Território. Decreto 23/2008 de 1 de julho. B.R., 3º Suplemento, Série I, Número 26. Maputo: Imprensa Nacional.

OAM (2018) Comunidade de Imprensa – Ordem dos Advogados de Moçambique requereu a Declaração de nulidade do DUAT atribuído à exploração exclusiva, pela Anadarko, no contexto do projeto de gás em Palma.

Regulamento da Lei de Ordenamento do Território. Decreto 23/2008 de 1 de julho. B.R.. 3º Suplemento, Série I, Número 26. Maputo: Imprensa Nacional

Fontes de internet (recursos eletrônicos)

99designs (s.d.). *New product packaging wanted for Matanuska Africa Lda*. Acedido a 14 de dezembro de 2018, em <https://99designs.pt/product-packaging-design/contests/product-packaging-wanted-matanuska-africa-ltd-186068>.

Adam, A. (2018). *Are we witnessing a “scramble for Africa”?* Acedido a 19 de outubro de 2018, em <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/witnessing-scramble-africa-180324124416405.html>.

African Century (2017). *No dia 6 de novembro foi assinada a moratória do Reassentamento em Afungi*. Acedido em 28 de novembro de 2017 em African Century: <https://www.africancentury.co.mz/noticias/reassentamento-em-afungi/>.

Agro Link (s.d.). *Mal do Panamá (Fusarium oxysporum f.sp. cubense). Culturas afetadas: Banana*. Acedido a 12 de dezembro de 2018 em https://www.agrolink.com.br/problemas/mal-do-panama_2553.html.

Allen, I. e Christie, I. (1979). *Entrevista com Samora Machel 1-4*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.isaacman0002_final.pdf.

Anadarko (2018). *Anadarko: Mozambique LNG Project Overview 2018*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <https://www.youtube.com/watch?v=ShniplHWZ-I>.

Anadarko (2018). *Africa. Anadarko’s continued global business approach has led to significant discoveries and developments throughout the African continent*. Acedido a 20 de março de 2018, em <https://www.anadarko.com/Operations/Upstream/Africa/Algeria/>.

Anadarko (2013). *Anadarko: Mozambique LNG Project Version (English)*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em Anadarko: <https://www.youtube.com/watch?v=NmbEf0nk2uw>.

Antunov, I. (2012). *The 21st Century African Land Rush*. Acedido a 5 de novembro de 2018, em <http://www.politicsforum.org/forum/viewtopic.php?t=143295>.

Breene, K. (2016). *The new Fortune Global 500 is out. It shows a shift in the world’s business landscape*. Acedido a 26 de outubro de 2018, em <https://www.weforum.org/agenda/2016/07/new-fortune-global-500-shift-business-landscape/>.

Caixa Geral de Depósitos (s.d.) *Filiais e Agências BNU: Presença do Banco Nacional Ultramarino em Quelimane*. Acedido a 12 de janeiro de 2019, em <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Patrimonio-em-destaque/Documents/Presenca-BNU-em-Quelimane.pdf>.

Caldeira, A. (2018). *Praga leva a insolvência de empresa em Nampula e ameaça indústria da banana em Moçambique*. Acedido a 13 de dezembro de 2018, em <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/65207-praga-leva-a-insolvencia-de-empresa-em-nampula-e-ameaca-industria-da-banana-em-mocambique>.

Caldeira, A. (2018). *Duas décadas depois indústria extractiva em Moçambique “parece mais uma maldição”*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/67496-duas-decadas-depois-industria-extractiva-em-mocambique-parece-mais-uma-maldicao>.

Carlos, M. (2007). *A partir de janeiro próximo Madal vai repor palmares na Zambézia*. *Diário da Zambézia*. Acedido a 21 de março de 2019, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/11/a-partir-de-jan.html.

Carvalho, A. L. de (2010). *A descoberta de petróleo em Moçambique*. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/a_descoberta_de_petroleo_em_mocambique.

CD25Abril (s.d.). *Treze anos de Guerra: Intervenientes*. Acedido a 22 de janeiro de 2019, em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=intervns1/>.

Couto, M. (2016). *Por um mundo escutador*. Acedido a 28 de dezembro de 2018, em <https://www.revistapazes.com/por-um-mundo-escutador-mia-couto-2/>.

Crop Science (2017). *The Great Danger Returns*. Acedido em 17 de dezembro de 2018, em [https://www.cropscience.bayer.com/en/stories/2017/panama-disease-threatens-banana-existence-the-great-danger-returns](https://www.cropsscience.bayer.com/en/stories/2017/panama-disease-threatens-banana-existence-the-great-danger-returns).

Cultivar (s.d.). *Mal-do-Panamá: Final do banana?* Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <https://www.grupocultivar.com.br/artigos/mal-do-panama-fim-do-bananal>.

DailyMail (s.d.). *What is the history of the Cavendish Banana*. Acedido a 15 de dezembro de 2018, em <https://www.dailymail.co.uk/sciencetech/fb-5924931/WHAT-HISTORY-CAVENDISH-BANANA.html>.

Decicino, R. (2008). *Divisão Internacional do Trabalho: Os países e a economia mundial*. Acedido a 18 de agosto de 2018, em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/divisao-internacional-do-trabalho-os-paises-e-a-economia-mundial.htm>.

Desigualdade Social (s.d.). *Índice de Gini*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://desigualdade-social.info/indice-de-gini.html>.

DW (2014). Sociedade civil lança campanha contra ProSavana em Moçambique. Acedido a 14 de setembro de 2019, em <https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-lan%C3%A7a-campanha-contr-o-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a-17677729>.

Eardley-Taylor, P. (2018). *O potencial de gás natural de Moçambique continua enorme*. Acedido a 28 de setembro de 2018, em <http://www.standardbank.co.mz/en/News/O-potencial-de-gas-natural-de-Mocambique-continua-enorme>.

Ed Crooks (2018). *Mozambique to become a gas supplier to world*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <https://www.ft.com/content/d34685b2-7995-11e8-bc55-50daf11b720d>.

FAO (2018). *Food Chain crise*. Acedido a 13 de dezembro de 2018, em <http://fao.org/food-chain-crisis/how-we-work/plant-protection/banana-fusarium-wilt/en/>.

FAO (2016). Reunião final do projeto de Assistência de Emergência da FAO para contenção da Doença do Mal do Panamá]. Acedido a 19 de setembro de 2018, em <http://www.fao.org/mozambique/news.d...etail/pt/c/416664/>.

FAO (2017). *FAO supports strategy to contain the Fusarium wilt TR4*. Acedido a 20 de setembro de 2017, em <http://www.fao.org/mozambique/news.d...etail-events/ru/c/854093/>.

Fernandes, J. M. (2012). *Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição*. Maputo [Lourenço Marques], Moçambique. Acedido a 10 de dezembro de 2018, em <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2140>

Food Farm News (2016). *Fusarium Wilt of Banana*. Acedido a 13 de dezembro de 2018, disponível em Food Farm News: <http://foodfarmnews.blogspot.com/2016/09/fusarium-wilt-of-banana.html>.

Frey, A. (2018). *Mozambique: 700 lose their jobs because of Panama disease*. Acedido a 13 de dezembro de 2018, em <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-700-lose-their-jobs-because-of-panama-disease/>.

Gittleson, K. (2018). *Doença ameaça dizimar banana pelo mundo – e uma plantação africana busca a resposta*. Acedido a 10 de dezembro de 2018, em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42908701>.

Google Maps World Gazetteer (s.d.). *Metocheria Agricola in Monapo, Nampula, Moçambique*. Acedido a 8 de setembro, em <http://www.maplandia.com/mozambique/nampula/monapo/metocheria-agricola/>.

Governo da Província da Zambézia (s.d.) *Agricoltura: A introdução da agricultura comercial*. Acedido a 13 de janeiro de 2019, em <http://www.zambezia.gov.mz/por/A-Propvincia/Agricultura>.

Green, D. (2016). *The World Top 100 economies: 31 countries 69; corporations*. Acedido a 25 de outubro de 2018, em <https://blogs.worldbank.org/publicsphere/world-s-top-100-economies-31-countries-69-corporations>.

Guia Geográfico de Moçambique (s.d...). *Mapa de Moçambique*. Acedido a 18 de dezembro de 2018, em <http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>.

Guilengue, F. (2015). *Mozambique's 40 years of independency: Past and present challenges*. Acedido a 14 de janeiro de 2019, em <https://www.pambazuka.org/printpdf/92531>.

Gustavo (s.d.). *O que são MNCs? Diferença entre MNCs e Transnacionais*. Acedido a 27 de outubro de 2018, em <https://www.passeidireto.com/arquivo/36405155/o-que-sao-MNCs-diferenca-entre-MNCs-e-transnacionais>.

Henriques, L. (2015). *UNAC denuncia o regresso de coloniais a Moçambique*. Acedido a 2 de setembro de 2018, em <http://pt.rfi.fr/africa/20150224-unac-denuncia-regresso-das-plantacoes-coloniais-mocambique>.

Human Wrongs Wacth (2014). *Stop deadly banana disease. Protect a \$ 36 billion industry and source of income, food to 400 million people*. Acedido em 12 de dezembro de 2018, em <https://www.pressenza.com/2014/12/stop-deadly-banana-disease-protect-36-billion-industry-source-income-food-400-million-people/>.

IGI Global Disseminator of Knowledge (s.d.). *What is extractivism?* Acedido a 31 de outubro de 2018, em <https://www.igi-global.com/dictionary/might-the-keys-to-peace-open-the-doors-to-extractivism/52203>.

Il teatro fa bene (s.d.). *Il territorio*. Acedido em 25 de setembro de 2018, em Il teatro fa bene: <http://mz.ilteatrofabene.it/il-territorio/>.

Isaacman, A. & Iain, C. (1979). *Entrevista com Samora Machel*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em http://psimg.jstor.org/fsi/img/pdf/t0/10.5555/al.sff.document.isaacman0002_final.pdf.

Jornal Notícias online (2018). *Pragas ameaçam milhares de empregos*. Acesso em 13 de dezembro de 2018, em <http://jornalnoticias.co.mz/index.php/14-sociedade/76814-pragas-ameacam-milhares-de-empregos.html>.

Lagi, M.; Bertrand, K. Z. and Bar-Yam, Y. (2011). *The Food Crisis and Political Instability in North Africa and the Middle East*. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em <https://arxiv.org/pdf/1108.2455.pdf>.

Liesegang, G. (s.d.). *Sobre as Origens e História dos Maconde de Moçambique*. Acedido a 22 de janeiro de 2019, em https://www.academia.edu/26940384/Sobre_as_Origens_e_Hist%C3%B3ria_dos_Maconde_Makonde_de_Mo%C3%A7ambique?auto=download.

London, J. (2013). *Aldeias Comuns. Curso de Arquitetura e Urbanismo*. Universidade de Lúrio. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em <https://www.ebah.com.br/content/ABAAft2EAE/aldeias-comuns?part=2>.

Lozano, (2015). *Globalização e blocos Económicos*. Acedido a 15 de junho de 2019, em <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/GLOBALIZA%C3%87%C3%83O%20E%20REGIONALIZA%C3%87%C3%83O.pdf>.

Lusa (2018). *Lusa. Jovens manifestam-se por empregos nos megaprojetos de gás no norte de Moçambique*. Acedido a 30 de outubro de 2018, em <https://www.dn.pt/lusa/interior/jovens-manifestam-se-por-empregos-nos-megaprojetos-de-gas-no-norte-de-mocambique-9375222.html>.

Lusa (2018). *Empresa mineira Vale paralisa atividades em Moçambique devido a poluição*. Acedido a 28 de janeiro de 2019, em <https://www.dn.pt/lusa/interior/empresa-mineira-vale-paralisa-atividades-em-mocambique-devido-a-poluicao-9959005.html>.

Lusa (2018). *Moçambique aprova plano para zona industrial de produção de gás natural liquefeito*. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em <https://www.dn.pt/lusa/interior/mocambique-aprova-plano-para-zona-industrial-de-producao-de-gas-natural-liquefeito-9102027.html>.

Macauhub (2012). *Matanuska Moçambique exporta diariamente 1400 toneladas de banana*. Acedido a 20 de fevereiro de 2018, em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/10/26/matanuska-mocambique-exporta-diariamente-1400-toneladas-de-banana/>.

Macauhub (2015). *Mozambique may become world's largest gas producer*. Acesso a 4 de dezembro de 2018, disponível em Macauhub: <https://macauhub.com.mo/2015/01/05/mozambique-may-become-worlds-third-largest-gas-producer/>.

Maersk Stories (2012). *The journey of banana from Matanuska: Part One*. Acedido a 13 de dezembro de 2018, em <http://maerskstories.maersk.com/post/36665953321/the-journey-of-bananas-from-matanuska-part-one>.

Maersk Stories (2012). *The journey of banana from Matanuska: Part Two*. Acedido em 13 de dezembro de 2018, em <http://maerskstories.maersk.com/post/37178419565/the-journey-of-bananas-from-matanuska-part-two>.

Mahumane, N. (2018). *Governo deve dialogar mais com o povo – exortaram participantes no lançamento do documentário sobre reassentamento em Palma*. Acedido a 29 de outubro de 2018, em <http://www.civilinfo.org.mz/o-governo-deve-dialogar-mais-com-o-povo-exortaram-participantes-no-lancamento-do-documentario-sobre-reassentamentos-em-palma/>.

Maierbrugger, A. (2010). *The rush for Africa's resources*. Acedido a 10 de agosto de 2018, em <https://gulfnews.com/business/economy/the-rush-for-africa-s-resources-1.668242>.

McLuhan, M. (2010). *The World is a Global Willage*. Acesso em 4 de dezembro de 2018, em <http://openculture.com/2010/04/marshall-mcluhan-the-world-is-a-global-village.html>.

Moçambique para todos (2012). *Grupos étnicos de Moçambique*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://macua.blogs.com/moambique-para-todos/2012/09/grupos-%C3%A9tnicos-de-mo%C3%A7ambique.html>.

Mulenga, N. (2012). *Foreign farmers undermine food security*. Acedido a 4 de janeiro de 2019, disponível em Inter-Press Service: <http://www.ipsnews.net/2012/11/foreign-farmers-undermine-food-security-in-zambia/>.

Mulenga, N. (s.d.). *Foreign farmers undermine food security in Zambia*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://www.ipsnews.net/2012/11/foreign-farmers-undermine-food-security-in-zambia/>.

Mungambe, T. (2013). *Balanço da Governação – Zambézia: Culturas que dão alento*. Jornal Notícias Online.

Mwesigire, B. bwa (2014). *Land Grabbing in Africa, the new colonialism*. Acedido a 19 de outubro de 2018, em <https://thisisafrica.me/land-grabbing-africa-new-colonialism/>.

Myers, J. (2016). *How do the world's biggest companies compare to the biggest economies*. Acedido a 25 de outubro de 2018, disponível em World Economic Forum: <https://www.weforum.org/agenda/2016/10/corporations-not-countries-dominate-the-list-of-the-world-s-biggest-economic-entities/>.

Nicaquela, W. (2016). *O Município de Monapo: uma vila em progresso*. Acedido a 20 de setembro de 2018, em <http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/59605-selo-o-municipio-de-monapo-uma-vila-em-progresso-por-wilson-nicaquela>.

Nogueira, P. (s.d.). Recursos energéticos: Definições e medidas. Acedido a 21 de setembro de 2018, em <http://home.uevora.pt/~pmn/aulas/recursosenergeticos/Aula%20-%20Unidades%20e%20defini%20E7%20F5es.pdf>.

Norfund (2016). *Norfund's strategy 2016-2020*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <https://www.norfund.no/getfile.php/1317261476449669/Dokumenter/Norfund%20strategy%202016-2020%20ENG%20%28ID%20161654%29.pdf>.

Odok, G. E. (2013). North-South Migration. Acedido a 14 de Agosto de 2019, em <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm397>

O “Futuro das Coisas” (2016). *500 Anos de globalização*. Acedido a 9 de agosto de 2018, em <http://ofuturodascoisas.com/500-anos-de-globalizacao-e-o-que-vira/>.

O País (2017). *Obras de Reassentamento em Palma arrancam em 90 dias*. Acedido a 28 de setembro de 2018, em <http://opais.sapo.mz/obras-de-reassentamento-em-palma-arrancam-em-90-dias>.

Offshore Energy Today (2018). *Anadarko targets first half of 2019 for Mozambique LNG FID*. Acedido a 10 de outubro de 2018, em <https://www.offshoreenergytoday.com/anadarko-targets-first-half-of-2019-for-mozambique-lng-fid/>.

Offshore Energy Today (s.d.). *Anadarko targets first half of 2019 for Mozambique LNG FID*. Acedido a 5 de dezembro de 2108, em <https://www.offshoreenergytoday.com/anadarko-targets-first-half-of-2019-for-mozambique-lng-fid/>.

Ortiz-Ospina, E.; Beltekian, D. e Roser, M. (2018). Trade and Globalization. Acedido a 12 de agosto de 2019, em <https://ourworldindata.org/trade-and-globalization>.

Paula, N. e Souza, V. (2016). *Mal-do-Panamá: é o fim da banana. Fungo conhecido como mal-do-panamá afeta saúde de bananeiras*. Acedido a 12 de dezembro de 2018, em <http://agronegocioufv.blogspot.com/2016/06/mal-do-panama-e-o-fim-da-banana-maca.html>.

Perritano, J. (2014). How Think Tanks work? Acesso 15 de julho de 2019, disponível em How Stuff Works: <https://people.howstuffworks.com/think-tank2.htm>.

Pitta, V. (2010). *Liga Hanseática. O Fascinante Universo de História*. Acedido a 26 de agosto de 2018, em <http://universodahistoria.blogspot.com/2010/11/liga-hanseatica.html>.

ProMusa (2018). *Distribution of Fusarium Oxysporum f. sp. Cubense Tropical Race 4 (Foc TR4)*. Acedido a 20 de setembro de 2018, em <http://www.promusa.org/display2578>.

ProMusa (s.d.). *Williams*. Acedido a 15 de dezembro de 2018, em <http://www.promusa.org/Williams>.

ProMusa (s.d.). *Fusarium oxysporum f.sp. cubense*. Acedido a 12 de dezembro de 2018, em <http://www.promusa.org/Fusarium+oxysporum+f.+sp.+cubense>.

ProMusa (s.d.). *Tropical race 4*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://www.promusa.org/Tropical+race+4+-+TR4>.

Ribeiro, M. C. e Rossa, W. (s.d.). *Memórias e espaços de um lugar: Mafala*. Acedido a 12 de dezembro de 2018, em https://digitalis.uc.pt/files/previews/112024_preview.pdf.

Sanderberg, R. M. (s.d.). A nova geopolítica na era da globalização. Acedido a 11 setembro de 2019, em <https://pt.slideshare.net/mkkdx/geop-a-nova-geopoltica-na-era-da-globalizao>.

Schlumberger (s.d.). *Oilfield Glossary, working interest, 1.n. [Oil and Gas Business]*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em https://www.glossary.oilfield.slb.com/en/Terms/w/working_interest.aspx.

Se7e Milhões (2010). *Debates, análises, informação analítica e estatística, notícias, imagens e humor sobre os “Se7e Milhões” – Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) em Moçambique*. Acedido a 28 de janeiro de 2019, em <https://se7emilhoes.blogspot.com/>.

Silva, Maria Manuela da (s.d.). *Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário*. Acedido a 3 de fevereiro de 2019, em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W11YC0wp0L119BR8.pdf>.

Silva, Teresa Maria da Cruz e (s.d.). *Moçambique: Um perfil*. Acedido a 3 de junho de 2019, em <https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>.

Shopes, L. (s/d). *What is Oral History*. Acedido a 12 de Agosto de 2019, <http://historymatters.gmu.edu/mse/oral/oral.pdf>

Spivack, J. (s.d.). *Nourishing the Planet*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <http://blogs.worldwatch.org/nourishingtheplanet/2007-2008-food-crisis-causes-responses-and-lessons-learned/>

STV (2018). *Jornal da Noite*. Acesso em 5 de dezembro 2018, em <https://www.youtube.com/watch?v=tGL57d2R200>.

The African Mining Vision (s.d.). *Africa’s mining legacy and the search for a new policy direction. Bulletin 1*. Acedido a 4 de Junho de 2019, em *The African Mining Vision: http://www.africaminingvision.org/amv_resources/ISGbulletin1.pdf*.

The Norfund (s.d.). *The Norfund*. Acedido a 10 de setembro de 2018, <https://www.norfund.no/>.

The Organic Farmer (2015). *Take steps to control fusarium wilt disease*. Acedido a 12 de dezembro de 2018, em <http://theorganicfarmer.org/content/take-steps-control-fusarium-wilt-disease>.

The Rift Valley (s.d.). *The Rift valley*. Acedido a 19 de setembro de 2018, em <http://www.riftvalley.com/>.

Trivett, V. (2011). *25 US Mega Corporations: Where they rank if they were countries*. Acedido a 25 de outubro de 2018, em Business Insider: <https://www.businessinsider.com/25-corporations-bigger-than-countries-2011-6>.

UNRIC (2018). *Factos e Números Mundiais sobre VIH/SIDA*. Acedido a 5 de dezembro de 2018, em <https://www.unric.org/pt/actualidade/2955>.

Winter, L. A. C. e Wachowicz, M. (s.d.). *Empresa Transnacional como factor de desenvolvimento e integração regional para América Latina*. Acedido a 30 de outubro de 2018, em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/luis_alexandre_carta_winter.

Entrevistas individuais e em grupo

- Abdala, Luís (2017) Líder comunitário de Quitupo. Quitupo, Moçambique, 31 de julho
- Atibo, Ernesto Mussa (2017). Líder comunitários de Maganja (Afungi, Palma), Moçambique
- CTV (2018) Palma-Sede: 3 de novembro
- Dindila, Tomás Pessa (2017) Líder comunitário de Senga. Senga: 31 de julho
- Ernesto, Adriano (2017). Régulo Nacololo. Localidade de Nacololo: 27 de julho
- GDM (2017) Monapo-sede: 29 de setembro
- GF1 (2017) Metocheria Agrícola: 26 de julho
- GF2 (2017) Metocheria Agrícola: 27 de julho
- GF3 (2017) Maganja: 31 de julho
- GF4 (2017) Quitupo: 31 de julho
- GF5 (2017) Senga: 31 de julho
- GF6 (2017) Maganja: 20 de setembro
- GF7 (2017) Senga: 21 de setembro
- GF8 (2017) Quitupo: 21 de setembro
- Ismael Issa Momade (Mano Isma), Quitupo: 21 de setembro
- MML (2017). Metocheria Agrícola: 20 de setembro (questionário⁴)
- Murimone, Juma (2017). Líder comunitário local. Metocheria Agrícola: 26 de julho
- Mutapulua, António M. (2017). Escrivão do Regulo Nacololo. Nacololo: 27 de julho
- Salimo, Macassale (Kasuku) (2017) Líder-Adjunto comunitário de Maganja. Maganja: 20 de setembro.
- TMML (2017). Nacololo: 11 de agosto.
- UPC (2018) Pemba: 16 de fevereiro.

⁴ Devido às imensas dificuldades que tivemos em realizar entrevista com os representantes da MML, foi aplicado um questionário à Direção no dia 14 de agosto de 2017, tendo ela respondido no dia 20 de setembro de 2017.

Livros e comunicações apresentadas em conferências

- Abdelal, R. (2008). *The Rules of Globalization*. USA: Harvard University.
- Abrams, L. (2010). *The Oral History Theory*. London e New York: Routledge.
- Aguilar, J. S. (2013). Extractivismo minero em Colombia: El caso de Marmato-Caldas en Clave de Ecología Política. In Ramos, G. C. D. (coord.) (2013). *Ecología Política del Extractivism en America Latina: Casos de Resistência y Justicia socio ambiental* (72-190). Buenos Aires: CLACSO.
- Albuquerque, M. de (1934). *Moçambique 1896-1898*. Vol. II. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias.
- Ali, R. (2010). Níveis e tendências das desigualdades Económica e do Desenvolvimento Humano em Moçambique, 1996-2006. In Castelo-Branco, C. N. (org.) (2010). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique. Comunicações apresentadas na II Conferencia do Instituto de Estudos Sociais e Económicas*. Maputo: IESE.
- Alpers, E. A. (2014). *The Indian Ocean in World History*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Anderson, G. C. (1999). *The Position of Foreign Corporations in American Constitutional Law: A Contribution to the History and Theoty of Juristic Persons in Anglo-American Law*. Australia: Palala Press.
- Arnold, G. (2009). *The new scramble for Africa*. London: North South Books.
- Arriaga, M. (2015). *Reinventar a Democracia: 5 ideias para um futuro diferente*. Tradução de Carlos Braga e Ana Maria Braga. Lisboa: Manuscrito.
- Arriaga, Manuel (2015). *Reinventar a Democracia: 5 ideias para um futuro diferente*. Tradução de Carlos Braga e Ana Maria Braga. Lisboa, Manuscrito.
- Ashcroft, B., Griffiths, G. e Tiffin, H. (2007). *Post-colonial studies: The key concepts*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Badie, B. (1995). *O Fim dos Territórios – ensaio sobre a desordem internacionla e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Banyon, J. and Dankerley, D. (eds.) (2012). *Globalization: The Reader*. New Delhi: Rawat Publications.
- Baran P. A. & Sweezy (1966). *Monopoly Capital: An essay on the American Economic and Social Order*. New York and London: Modern Reader.
- Beck, U. (1999). *O que é a Globalização. Equívocos do Globalismo respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra.

- Bernburg, J. G. (2016). “Mass protest and the global crisis – the case of Iceland”. NSfK’s 58. Research Seminar Bifrost, Irlanda, 1-4 de maio de 2016.
- Bhalla, A. S. (ed.) (1998). *Globalization, Growth and Marginalization*. London: MacMillan Press Ltd.
- Biggs, S. (ed.) (2016). *Miracle or Mirage? Manufacturing hunger and poverty in Ethiopia*. USA: The Oakland Institute.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco (1998 [1909]). *Dicionário de Política*. 11ª Edição. Tradução de Varriale, Carmen C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Borjas, R. (2001). *El Globalismo: Ideologia de los ganadores*. Chile.
- Bourdin, A. (2001). *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Bouton, (2017). *English language as global commodity*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for graduation in the Honors Program. Liberty University.
- Bradley, H. ([1918] 2001). *The Enclosures in England an Economic Reconstruction*. Ontario: Batoche Books Limited.
- Burder, M. (1987). *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva.
- Cabrita, J. M. (2001). *Moçambique: The Tortuos Road to Democracy*. New York: Palgrave.
- Cahen, M. (1987). *Mozambique: La Révolution Implosée. Étuds sur 12 ans d’indépendence*. Paris: Éditions L’Harmattan.
- Chase-Dunn, C. & Lerro, Bruce (2014). *Social Change: Globalization from the stone age to the present*. London and New York: Routledge.
- Chazan, N. et al (1999). *Politics and Society in Contemporary Africa*. 3 ed. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Campos, L. e Canavezes, S. (2007). *Introdução à Globalização*. Portugal: Instituto Bento Jesus Caraça.
- Carmody, P. (2011). *The New Scramble for Africa*. Cambridge and Malden: Polity Press.
- Carvalho, S. (coord.) (1983). *História de Moçambique: Agressão Imperialista 1886-1930*. Vol. 2. Maputo: Cadernos Tempo/Universidade Eduardo Mondlane.
- Castel-Branco, C. N. (2002). *Mega projectos e estratégia de desenvolvimento: Notas para um Debate*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Castel-Branco, C. N. (2008). *Os Mega Projetos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?* Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Museu de História Natural. Maputo, 27-28 de Novembro de 2008.

Castel-Branco, Nuno Carlos (2011). Dependência da Ajuda Externa, acumulação e ownership: Contribuição para um debate de economia política. In Brito, Luís de *et al* (eds). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE. p. 401-466.

Castel-Branco, N. C. (s.d...). *Opções económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas*. Maputo (mimeo)

Chichava, S. I. (2013). Unlike the Other Whites? The Swiss in Mozambique under Colonialism. In Morier-Genoud, E. and Cahen, M. (eds.) (2013). *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. New York: Palgrave Macmillan.

Coelho, J. P. B. (2004). *A Literatura Quantitativa” e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique 1976-1992*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Cohen, B. J. (2000). Dollarization: Pros and Cons. Workshop “Dollar, Democracy and Trade: External Influence on Economic Integration in the Americas”. The Pacific Council on International Integration Policy. The Center for Applied Policy Research, Munich. Los Angeles, May 18, 2000.

Cordeiro, Z. J. M. (org.) (2000). *Banana. Produção: aspetos técnicos*. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia.

Covane, L. A. (2001). *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia.

Covane, L. A. (1989). *As relações económicas entre Moçambique e África do Sul 1850-1964: Acordos e regulamentos principais*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Crouch, C. (2004). *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press.

Crystal, D. (2003). *English as a global language*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press.

Davis, J. H. & Goldberg, R. A (1975). *A Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University Graduate School of Business Administration.

Della Porta, D. *et al.*, (2017). *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis: Comparing Social Movements in the European Periphery*. Switzerland: Palgrave Macmillan.

Dellagneze, René (s.d.). *Os enclaves, os exclaves e a Soberania do Estado no Mundo Globalizado*. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Denny Jr, C.; Evans, P. E. (s.d...). *The Corporation in Modern American Society*. Caux Round Table.

Dhada, M. (2016). *O Massacre Português de Wiriamu, Moçambique 1964-2013*. Tradução de Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta-da-China.

Doz, Y. L. *et al.* (1997). "The Metanacional Corporation" *In Academy of Intenational Business Annual Meeting in Banff*. Canada, 26-29 de setembro de 1996.

Doz, Y. L., Santos, J., and Williamson, P. (2001) *From Global to Metanational: How Companies Win in the Knowledge Economy?* Massachusetts: Harvard Business School Press.

Dreifuss, R. A. (1996). *A época das perplexidades - mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes.

Dunning, J. H. and Lundan, S. M. (2008) *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Easterly, W. (2003). IMF and World Bank Structural Adjustment Programs and Poverty. *In* Dooley, M. P.; Frankel, J. A. (2003). *Managing Currency Crises in Emerging Markets*. Chicago: University of Chicago Press.

ECVC (s.d.). *How do we define Land Grabbing? Towards a common understanding and definition of Land Grabbing around the world*. Bruxelles: ECVC.

Erixon, F. & Sally, R. (2010). Trade, globalization and emerging protectionism since the crisis. ECIPE Working Paper, N° 02/2010, European Center for International Political Economy (ECIPE). Brussels.

Evans, Peter B. (1979). *Dependent Development: The Alliance Multinational, State and Local Capital in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

Ferreira, L. P. (2011). *Direito Internacional, petróleo e desenvolvimento: Políticas de produção petrolífera em áreas inativas marginais*. São Paulo: Saraiva.

Figueiredo, C. de (1913). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova Edição. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmãos.

Filho, R. N. dos A. (2013). *Direito ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Saraiva.

Fortuna, C. org. (1997). *Cidade, cultura e globalização: ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

Fraser, E. (2015). *Irresponsible investment: Africa's broken development model in Tanzania*. USA: The Oakland Institute.

Fukuyama Francis, (1992). *The End of History and the Last Man*. USA. Penguin.

Geffray, C. (1991). *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Tradução de Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento.

Gil, A. C. (2002) *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas.

Gudynas, Eduardo (2009). *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual*. Quito: CAAP e FLACSO.

Habermas, J. (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Halbwachs, M. (1980). *The Collective Memory*. Tradução de Vida Yazdi Ditter e Francis J. Ditter Jr. New York, Cambridge, London, Hagerstoen, Philadelphia, Sao Francisco, Mexico City, São Paulo: Harper & Row.

Hamelink, C. J. (2014). "The elusive concept of Globalization" In Boli, J. and Lechner, F. J. (eds.) (2015). *The Globalization Reader* (25-31). 5th Edition. USA: John Wiley & Sons.

Hanlon, J. e Cunguara, B. (2010). O fracasso da redução da pobreza em Moçambique. Crisis States Working Paper 02. Destin Development Studies Institute.

Harmer, J. (2007). *The Practice of English Language Teaching*. Fourth Edition. London: Pearson Longman.

Hines, C. (2000). *Localization a global manifesto*. United Kingdom: Earthscan Publication.

Hobsbawm, Eric J. (s.d.). *A Era do Capital 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. Digitalização: Argo.

Hyam, R. and Pankhurst, R. (1995). *Plants and their names: a concise dictionary*. Oxford: Oxford University Press.

Ianni, O. (1999). *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ingram, M. (2018). What next for Asia Pacific gas market? In International Gas Union 27th World Gas Conference. Washington DC, 25-29 de junho de 2018.

Kucinski, B. (1981). *O que são MNCs*. 14^a Ed. Editora Brasiliense. Editoração Digital. EccentricDuo.

Lacoste, Y. (2005). *Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês*. In Lacoste, Y.; Rajagopalan, K. (orgs.)(2005). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editora.

Lazarus, A. A. (2001). Multinational Corporations. In Smelser, N. J. and Baltes, P. B. (2001) *International Encyclopedia of the Social Behavioral Sciences* (10197-10204). Amsterdam-Paris-New York-Oxford-Shannon-Singapore-Tokyo: Elsevier.

Lemos, A. (coord.) (2011). *Os Senhores da Terra: Análise preliminar do fenómeno de usurpação de terra em Moçambique*. Maputo: Justiça Ambiental e UNAC.

Lenine, V. I. ([1917] 1984). *Imperialismo, Fase superior do Capitalismo*. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso.

Liberti, S. (2011). *Land grabbing: Come il mercato delle terre crea il nuovo colonialismo*. Roma: Minimum Fax.

Linder, A. (2001). Os suíços em Moçambique. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo.

MAE (2005). Perfil do Distrito de Lugela, Província da Zambézia. Maputo: Ministério de Administração Estatal.

Mandamule, U. (2015). *Discursos à volta do regime de propriedade da Terra em Moçambique*. Maputo: Observatório do Meio Rural.

Mário, V. M. (2013). Já ninguém bate palmas...em Palma. In Mário, V. M. e Bila, I. M. (2015) *Indústria extractiva e comunidades locais: Questões sobre Comunicação, Consultas Públicas e Impactos Económicos, Sociais e Ambientais sobre Comunidades Rurais em Tete e Cabo Delgado*.

Marx, K. e Engels, F. (1975). *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. Lisboa: Editorial Avante.

Maxwell, (s.d...). Embates simbólicos entre cooperantes e impactos em parceiros: Moçambique independência simbólica. PUC-Rio.

Mayrhofer, U.; Prange, C. (2015). *Multinational Corporations (MNCs) and Enterprises (MNEs)*. Reserch Gate.

McNeich, John-Andrew, Borchgrevink, A. e Logan, O. (2015). *Contested Powers: The politics of energy and development in Latin America*. London: Zed Books.

Meneses, M. P. (2013). O olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (Década 70). In Meneses, M. P. e Martins, B. S. (2013) *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, Mapas imaginados*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Meneses, M. P. e Martins, B. S. (orgs.) (2013), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais*. Coimbra: CES –Almedina.

Merkel, W. (2013). Is there a crisis of democracy: Can we answer the question? In WZB (Department “Democracy and Democratization”) *Annual Meeting of the American Science Association*. Berlin, 29 de agosto – 1 de setembro de 2013. Berlin: WZB.

Mitchell, J. (2012). *The Anadarko Basin Oil and Gas Exploitation: Past, Present and Future*. SM Energy Co. Tulsa, Oklahoma.

Moak, K. (2017). History of Globalization: European colonization and Bretton Woods. In *Developed Nations and the Economic Impact of Globalization*, Palgrave Macmillan, Cham.

Mosca, J. (2019). “Capital, pobreza e fragilização do Estado”. Conferência sobre Pobreza, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento. Maputo, 15-18 de Julho de 2019.

Motta, P. F. da (2016). *Escuridão total: Poluição luminosa – causas, consequências e soluções*. Mostra Tecnológica. Escola Secundária Resende-Rammel.

Mousseau, F.; Mittal, A. (eds.) (2011). *Understanding land Investment deals in Africa: Country Report Mozambique*. USA: The Oakland Institute.

Moyo, D. (2013). *China e a corrida aos recursos: O vencedor leva tudo*. Tradução de Nuno Fernandes. Lisboa: Bertrand Editora.

Navaretti, G. B. & Venable, A. J. (2005). *Multinationals: heroes or villains of the global economy?* Princeton: Princeton University Press.

Nelson, R.C., Ploetz, R. C. and Kepler (2006). Musa species (banana plantations). In Elevitch, C.R. (ed.) *Species Profiles for Pacific Island Agroforestry*. Hawaii: PAR, 2-33.

Newitt, M. (1977). *História de Moçambique*. Portugal. Publicações Europa-América

Newitt, M. (1995). *A History of Mozambique*. London: Hurst and Company.

Ngoenha, S. E. (2013). *Intercultura, alternativa à governação biopolítica?* Maputo: Publufix.

Nkrumah, K. (1970). *As Lutas de Classe em África*. Tradução de Maria Nazaré Campos. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Nkrumah, K. (1965). *Neocolonialism: The last stage of imperialism*. New York: International Publisher.

Noe, B. et al. (s.d...). *A Produção e comercialização de macronutrientes, minerais e vitaminas. A cadeia de valor da banana no Sul de Moçambique*. Maputo: Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo da Universidade Eduardo Mondlane.

Norfolk, S. e Hanlon, J. (2012). Confrontos entre produtores, camponeses e investidores na Zambézia, Norte de Moçambique, no contexto de pressões relativas ao lucro em Investidores Europeus. In Banco Mundial *Conferência Anual sobre Terra e a Pobreza do Banco Mundial*. EUA, 23-26 de Abril de 2012. Washington DC: Banco Mundial.

OECD (2016). *Enabling China's transition towards a knowledge-based economy*. Best Policies Series. Paris: OECD.

OGTR (2008). *The Biologia of Musa L (banana)*. Department of Health and Ageing. Office of the Gene Technology Regulator. Canberra: Australian Government.

Pereira, V. F. de M. P. de A. (s.d...). *A Globalização e o Futuro e da Europa na perspectiva do Interesse dos Pequenos Estados*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Pitcher, M. A. (2002). *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000* (African Studies). Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press.

Portelli, A. (s/d). The peculiarities of Oral History, 96-107.

Rancière, J. (2014). *O Ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial.

Razu, I. J. M. (2002). *Globalization as an alibi: An Ideology to disguise and a Theology to legitimize the Global inequality – Globalization: Reality and Propaganda*. Center for Theology and Public Issues at New College, Edinburgh, Scotland.

Ritzer, G. (2007). The McDonalization of Society. In Henslin, J. M. (ed.) (2007). *Life in Society* (149-160). Boston, New York e San Francisco: Pearson A and B.

Rodrigues, M. (1980). *O Mundo Árabe e Islâmico*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Rodrik, D. (2011). *The Globalization Paradox: Democracy and the future of the World Economy*. New York, London: WW Norton & Company.

Roque, A. C. (2011). *Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: Questões em torno de demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e Transvaal*. IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

Rosinha, M. R. (2009). *A China em Africa: parceria igual ou desigual* (Os casos de Angola e Moçambique). Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Rúbio, D. S, et al (orgs.) (2010). *Direitos Humanos e Globalização: Fundamentos e possibilidades desde a Teoria Crítica*. 2 ed. Porto Alegre: ediPUCRS

Sachs, J. D. (2005) *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York: The Penguin Press.

Sachs, W. (2015). *How dialectics: Explorations in environment and development*. London: Zed Books.

Sampaio, T. (2014). *Portugal em África: as Companhias de Concessão Majestática em Moçambique (1890-1910)*. História e-história.

Sandroni, P. (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller.

Santos, B. de S. (1998). *Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Santos, B. de S. (org.) (2002a). *Globalização e Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora.

Santos, B. de S. e Avritzer, L. (2002b). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In Santos, B. de S. (org.) (2002c). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 39-43.

Santos, B. S. (1998). *Reinventar a Democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Oficina 107.

Santos, B. S. dos e Meneses, P. M. (orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA.

Sassen, S. (2002). Global cities and survival circuits. In Ehrenreich, B.; Hochschild, A. R (eds.) (2002) *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Henry Holt & Company.

Secco, A. L. S. H. (1848). *Manual Histórico de Direito Romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Serra, C. (dir.) (2000), *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária.

Sharman, (2019). *Empires of the Week: The Real Story of European Expansion and The creation of the New World Order*. Princeton & Oxford: Princeton University Press.

Siegel, K. M. (2017). From Neo-liberalism to Neo-extractivism. In Siegel, K. M. (2017). *Regional Environmental Cooperation in South America: Process, Drives and Constraints*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 33-61.

Siengthai, S. et al., (2010). *The Multi-Dimensions of Industrial Relations in the Asian Knowledge-Based Economies*. Oxford Cambridge e New Delhi: Chandos Publishing.

Silva, T. C. e Coelho, J. P. B. e Souto, A. N. de (orgs.) (2012). *Como fazer Ciência Sociais e Humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Textos de Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. CODESRIA. Dakar.

Silva. S. de O. e (2000). “Cultivares de banana para exportação” In Cordeiro, Z. J. M. (org.) (2000) *Banana. Produção: aspetos técnicos*. Brasília: Embrapa, 30-38.

Simbine, M. J. (Dir.) (s/d). Geografia de Moçambique. Módulo 5. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

Sousa, F. (dir.) (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento e CEPESSE.

Steger, M. B. (2017). *Globalization: A very short introduction*. 4th Edition. Oxford: Oxford University Press.

Streeck, W. (2016). *How Will Capitalism End?* New York: Verso.

Sutton, J. (2014). *Mapa Empresarial de Moçambique*. Tradução de Ana Gracias Duarte. Londres: International Growth Center.

Thompson, P. R. (2000). *The Voice of the Past: Oral History*. 3 ed. United Kingdom. Oxford University Press.

UNAC e GRAIN (2015). *Usurpadores de Terra do Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique*. Maputo/Barcelona.

UNDP (2016). *Human Development for Everyone. Human Development Report 2016*. New York: United Nations Development Program.

Vakhruchev, V. (1975). *O Neocolonialismo e os seus métodos*. Tradução de Pedro Lopes D'azevedo. Lisboa: Prelo.

Vansina, J. M. (1961). *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*. Translated by Wright, H. M. Chicago: Aldine Publishing Company.

Vansina, J. M. (1985). *Oral Tradition as History*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Vasconcelos, A. M. N.; Boteca, T. (orgs.) (2015). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Viola, E. & Leis, H. R. (2007). *Sistema Internacional com Hegemonias das Democracias de Mercado: Desafios de Brasil e Argentina*. Florianópolis: Insular.

Wallerstein, I. et al. (2013). *Does Capitalism have a Future?* New York: Oxford University Press.

Weber, M. (1949). *The Methodology of the Social Sciences*. Translated by Edward A. Shils and Henry A. Finch. Illinois: The Free Press.

ANEXOS

Anexo 1 - Carta da comunidade de Monania e Puilimuite (Metoheria Agrícola) à Igreja Católica

Matanuska-Metoheria Agrícola
Diocese de Nacala
Paróquia Imaculado Coração de Maria-Carapira
Zona de Napoti.
Comunidade de Monania e Puilimuite

Assunto: empresa Matanusca

Esta empresa em coordenação com o governo de Moçambique no poder, havia organizado uma equipa técnica chefiada pelo senhor Nguenha para o registo de todas as machambas, casas e diversos produtos existentes na plantação e uma parcela de terra que eles queriam ocupar para o processo de indemnização.

Porém no âmbito de pagamentos não se passou nas relações feitas e enviadas ao governo central para a sua valorização.

Assim a dona Felismina em coordenação com o senhor cabo Muchaleque e o regulo Metoheria obrigou os camponeses para que entrassem nas machambas contando o bananal por tufos, mas contando 1 por 4.

Ao fazer isto prometiam que cada camponês desalojado teria entrado nos serviços da empresa, mas até agora alguns ainda não foram beneficiados e o pagamento das casas dos desalojados foram mesmo uma esmola, uma vez que as casas pequenas foram pagas 500 ou 750 meticais, uma grande 2500 meticais e aquela melhorada 4.000 meticais. Mas os documentos viridos do governo distrital falavam de 20.000 a 30.000 meticais. Daqui o povo pergunta-se sobre o lugar do resto do dinheiro.

Em relação às casas e machambas que ficavam fora da plantação também foram destruídas e os camponeses se encontraram a dormir na sombra das árvores como se fossem selvagens. Foram destruídos 160 cajueiros, 34 manguieiras, 46 papaieiras, 14 laranjeiras, 10 limoeiros, 9 ateiras e tudo isto não foi pago até hoje dia 27 de Dezembro de 2009.

Não chegando tudo isto, o senhor César e a dona Felismina dão-se a perseguir as mulheres que vão a procura de lenha para o uso familiar e assim são arrancadas catanas, capulanas e um camponês chamado Nipothi foi arrancado uns cachos de bananas do tipo macaco e que não são do tipo das bananas da empresa.

Quando nós perguntamos a estes dois senhores eles disseram que tudo está pago.

Em relação aos trabalhadores notamos que quando se avizinha o tempo dos pagamentos é que aumentam as notas de culpa com ameaças de despedimento. E este tipo de tratamento se faz com quem 3 dias de falta.

Quando vem a falecer por exemplo o pai de um trabalhador é preciso um documento assinado pelo líder e pago 40 meticais e é considerado 2 dias e não 6 dias de acordo com a lei do trabalho.

Estas irregularidades todas foram apresentadas no governo da Província pensando que este podia ser o nosso pai e a nossa mãe de todo o povo da província de Nampula, mas até hoje ninguém aparece para falar com o povo acerca desta empresa.

Por isso solicitamos pedindo por grandíssimo favor que quem tem poder nos venha a resolver esta situação.

Tarcísio Limua
Encarregado da J e P da zona de Napoti

27 de Dezembro de 2009

Anexo 4 - Mapa dos territórios da Companhia de Moçambique (1891 -1942)



Fonte: Esboço do Território da Companhia de Moçambique, 1911. Companhia de Moçambique. Escala 1: 2000.000. ICT-Centro de Documentação e Informação, cota nº CDI-0341-1911 *apud* Direito, 2013 : 129.

Anexo 5 - Alocação da TAR no âmbito do Processo de Reassentamento no Cabo Afungi, em Palma.


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE CABO DELGADO
GOVERNO DO DISTRITO DE PALMA

A
Anadarko Moçambique
Área 1, Lda

N/Ref.N 222/GDP/SDP/_____

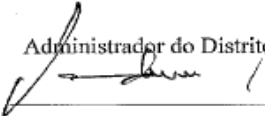
07.10.2015


Assunto: Alocação de Terra para agricultura no âmbito do Processo de Reassentamento no Cabo Afungi

Na sequência da solicitação efectuada por meio da carta com a Ref.: AMA1/LD.420/2014, de 18 de Dezembro de 2014, sobre o assunto em epígrafe, o Governo do Distrito de Palma, serve-se deste meio para informar aos proponentes Anadarko Moçambique Área 1, Lda. (AMA1) e a Eni East Africa S.p.A. (EEA), que no âmbito do processo de reassentamento decorrente do Projecto, vai disponibilizar terra de substituição aos agregados familiares afectados, para a prática de actividades de subsistência, em particular para a actividade agrícola, e em conformidade com o disposto no Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, aprovado pelo Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto.

Mais se informa que a área em alusão encontra-se nas imediações da Aldeia Mondlane, Posto Administrativo de Olumbe e decorrem actualmente estudos detalhados com vista a determinação do real potencial disponível, sendo que a área que esta sendo trabalhada é de 2000 dos 1.600 hectares, necessários.

Atenciosamente,

Administrador do Distrito de Palma

Pedro Romão Jemuss
(Tec. Prof. Adm. Público)



Fonte: MGD, AMA1 e ENI, 2016. Plano de Reassentamento: Estudos, Vol. 2, p. 450.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Quadro resumo das explorações de gás e petróleo da multinacional Anadarko nos EUA, América Latina e África

			Estados/ Países	Área (acres) / blocos/ Estruturas	Número Nome/ da área ou bloco	Nº de poços	Recurs o em causa	Locali- zação	Capital investido [em US\$]	Working Interest ⁵ [w i em %]	Reserva ou Produção Média/ dia
Região	América do Norte	EUA	Bacia do Delaware [Texas]	240.000	--	285		Onshore		--	
			Bacia Denver-Julesburg DJ [Colorado]	400.000	--	6.348	Gás	Onshore	3.5 bilhões	--	260.000 BOE/d ⁶ [em 2018]
			Greater Natural Buttes [Utah]	-	--	2.850	Gás	Onshore		--	--
			Powder River Basin [Wyoming]		--				3.0 bilhões	--	--
			Gulfo do Mexico	1.6 milhões 10 FPSO ⁷	319 blocos	--	Petrol. gás	Offshore		--	--
			Alaska [North Slope e Colville River]	--	--	--			3.8 bilhões	--	11MBbls.d... ⁸ [em 2017]
	América Latina		Colômbia [Fuerte, Grand Col e Purple Angels]	16 milhões [exclusivos]	Blocs: Col 1, 2, 4 e 7	-	Gás	Offshore		--	--
			Brasil [Bacias de Campos e Espirito Santo]	--	BM-C-30	--		Offshore		30,0	--
			Guiana	--	Bloco de Romaina	--		Offshore		--	--
			Peru [Bacia do Trujillo]	4.7 milhões	Trujillo	-	-	Offshore	5 milhões	--	-
	África		Argélia [Deserto de Sahara]	--	404, 403c, 403e, 208, 406, CPF			Onshore		--	337MBbls.d... [em 2017]
			Gana [West Cape e Tano]	FPSO [completo]	Jubilee, Tano e WCTP	-	-	Offshore	-	23,0 18,0 30,9	800 Bfc Est. 89 MBbls [em 2017]
			Moçambique [Bacia do Rovuma]	1.2 milhão	Área/Bloco 1 Golfinho/Atum	20	Gás	Offshore	--	26.5	~75 TCF ⁹ Est. 200 MMcf/d ¹⁰

⁵ Working interest [wi] interesse operacional é a percentagem do interesse em um contrato de concessão de uma área de petróleo e gás que concede ao investidor interessado o direito de explorar, perfurar e produzir petróleo e gás na área concessionada (Schlumberger, s.d.).

⁶ Barrels of Oil Equivalent per day [Barris de Petróleo equivalente por dia]

⁷ Floating Production Storage and Offloading [Unidade flutuante de armazenamento e transferência].

⁸ Thousands barrels per day [Milhões de barris por dia].

⁹ Trillion Cubic Feet (Trilhões de metros cúbicos).

	Costa de Marfim	-	Paon-1x, 2A, 4A e 3AR	-	--	Offshore	--	--	--
	Gabão	-	-	-	--	Offshore	--	--	2 Bcf ¹¹ [Est.]
	África do Sul	23 milhões	Blocs: 5, 6 e 7	-	--	Offshore	--	--	

Fonte: Elaborado pelo autor dos relatórios da APC (2017: 10-11; 2018: 9), OpenOil (www.openoil.com).

¹⁰ *Million Cubic Feet* a day (milhões de metros cúbicos por dia).

¹¹ *Billion cubic feet* (Bilhões de metros cúbicos).

APÊNDICE II - Quadro resumo do Impacto ambiental do Projeto GNL no mar e em terra

No mar		No ar	
Actividade/Evento	Impacto	Actividade/Evento	Impacto
Perfuração dos poços entre 1000m e 2.300m de profundidade	Descarga de aparas nas águas profundas, alteração da qualidade das águas, destruição do ecossistema marítima (baleias, golfinhos, bentos), graves riscos às estruturas dos recifes.	Fase operacional	Libertação de poluentes para o ar, mudança da qualidade do ar
Descarga de lamas residuais	A ecologia marinha, como organismos marinhos bentônico será afectada devido a toxicidade das lamas	Emissão de gases de efeito estufa (GEE)	Aumento de emissões de 0,4% para 10% de gases
Aumento do tráfico	O ruído dos navios e dos helicópteros, a iluminação e movimentação no alto mar vai provocar a movimentação aves, peixes, fauna batônica, com excepção aos mamíferos marinhos	Construção de infraestruturas e produção de gás	Impacto visual nas ilhas de Tecomaji e Rongui, e na aldeia de Maganja e Palma
Introdução de infra-estruturas submarina	Alteração do habitat: mudança no carácter do leito do mar, na estrutura ca comunidade bentônica, particularmente a estrutura dos recifes de águas profundas, perturbação dos tapetes de ervas marinhas, recifes de corais, mangais e estuários.	Construção e tráfico de navios durante a operação	Impactos visuais e ruído nas ilhas turísticas de Tecomaji e Rongui
Dragagem	Turvação da água, destruição [por afogamento] de tapetes de erva marinha, corte de coral, de comunidades biológicas associadas, de rocha, depósito de sedimentos em bentos e modificações para o leito do mar	Em Terra	
		Actividade/Evento	Impacto
		Preparação do terreno	Desmatamento, perturbação de espécies vegetais sensíveis, alteração do estado natural
Instalação de infra-estrutura perto da costa ao longo da praia entre-marés	Modificação da praia e dos processos ecológicos dependentes, perda de areia e tapetes de ervas marinhas, corais, esponjas e organismos associados, colonização de espécies exóticas e potencialmente evasivas	Construção das instalações do GNL	Perda de terras húmidas e habitats para espécies terrestres
Aumento do ruído	Migração e alteração dos habitats de peixes, baleias, golfinhos e tartarugas	Preenchimento de terras húmidas	Ameaça de répteis e anfíbios, terras húmidas, água doce,

Introdução de espécies exóticas	Alteração da biodiversidade e ecologia marinha	Construção das instalações	Perda de solo, erosão eólica e hídrica, e alteração da drenagem natural
Descargas das instalações de dessalinização e de tratamento de esgotos	Alteração das qualidades das águas perto da costa e da flora e fauna marinhas	Construção de instalações	Rebaixamento dos níveis de águas subterrâneas [nos furos de captação], turvação das águas e alteração dos padrões sedimentares
Descarga de resíduos sólidos	A proliferação do lixo irá alterar a qualidade das águas e na vida dos organismos marinhos, aves marinhas e toda a biodiversidade existente na Baía de Palma	Construção de instalações	Perturbação da ecologia da água de superfície, terras húmidas e habitats afectadas, destruição de estuários
Perda de mangais e estuários	Perda de múltiplas espécies de mangal	Construção, operação e abertura de novas estradas	Alteração da qualidade de água, perturbação de terras húmidas, água doce, destruição de habitats de répteis e anfíbios
Zonas de Exclusão de Segurança	Deslocação ou limitação da pesca artesanal, aumento de pressão sobre as comunidades de peixes em outras zonas	Limpeza, construção de estradas, cercas, valas e gasodutos	Aves, mamíferos escavadores, e outros animais que vivem nas árvores serão altamente afectados

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de ERM e Impacto, 2014: 10-20.

APÊNDICE III - Quadro resumo das fases do processo de reassentamento em Afungi

Fase	Área ou sector	Descrição	Duração [meses]
Fase 0	Acesso à terra	Pagamento da compensação aos agregados familiares que possuem bens na área da aldeia de reassentamento; reassentamento temporário de 8 agregados familiares; transplantação de sepulturas dentro da área abrangida; e entrega da área ao empreiteiro para construção	3
Fase 1	Construção da Vila de Reassentamento	Cento e setenta e cinco [175] casas [incluindo casas do pessoal], estrada A2 e estradas B e C associadas, passeios, esgotos, zonas para lixo, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, reticulação associada de água e eléctrica e iluminação pública; edifícios públicos, edifícios da administração pública, centro de saúde, posto de polícia, escola, igreja, mesquitas, mercado, estação de autocarros, centro comunitário e anfiteatro, edifícios multiuso, parques infantis, campos de desportos públicos, passeios associados, zonas de estacionamento, reticulações de água e de energia eléctricas associadas e iluminação pública	13
	Acesso à terra	Fornecimento da compensação aos agregados familiares que possuem bens na área de construção do GNL; reassentamento dos agregados familiares para a vila de reassentamento; fornecimento da terra agrícola de reposição; início dos projectos de restabelecimento dos meios de subsistência; transladação de sepulturas dentro da área abrangida; entrega da área da instalação do GNL ao empreiteiro do GNL para iniciar a construção das obras preliminares.	5
Fase 2	Construção da Vila de Reassentamento	Trezentas e vinte casas [320] casas adicionais, estradas B e C associadas, passeios, esgotos, zonas para lixo, reticulações de água e de energia eléctrica associadas e iluminação pública	8 [após conclusão da fase 1]
	Acesso à terra	Pagamento da compensação aos agregados familiares que possuem bens dentro da restante Zona Industrial do Projecto; Reassentamento dos agregados familiares para a vila de reassentamento; e transladação de sepulturas dentro da área abrangida	8
Fase 3	Construção da Vila de Reassentamento	Setenta e cinco [75] casas adicionais, estradas B e C associadas, passeios associados, esgotos, áreas para lixo, reticulações de água e de energia eléctrica associadas e iluminação pública	3 [após conclusão da fase 2]
	Acesso à terra	Pagamento da compensação aos agregados familiares que possuem bens dentro da Zona de Subsistência; Reassentamento dos agregados familiares para a vila de reassentamento; transladação de sepulturas dentro da área abrangida	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Governo da Província de Cabo Delgado, AMA1 e ENI (2017: 9-10).

APÊNDICE IV - Quadro resumo das atas das reuniões das consultas públicas realizadas em Maganja, Quitupo e Senga de 8/07/2014 a 16/12/2015

Ord. Ronda	Mês-Ano	Dias	Locais	Temas discutidos	Direção	Pessoas e entidades interessadas e presentes							Obs. Detalhe dos temas discutidos	
						Governo			Propo- nentes do Projet o	Orgs. da Sociedade Civil	Comunidade + CCRs + Líderes			
						Distri- tal	Provinc- ial	Central			Mag.	Quit.		Seng.
1ª	Julho-2014	08 09 10	Sen Mag Quit	Processo de Reassentamento; Zona de influência do Projeto; e Local de Reassentamento	Senhores Secretário Permanente e Administrador do Distrito de Palma	SP, Loc. Mute, SDAE , SDPI 12 e PRM	DIPRE ME ¹³ , DPINP ¹⁴ , SPGC ¹⁵ , DPOPH ¹⁶ , IPDPPE DPA ¹⁷ , DPMAS ¹⁸ , AM ¹⁹ ,	MICOA , MOPH, MP ²⁰ ,M AE MINAG CASR ²¹ , MAEFP ²² , INP ²³ , MGCA S ²⁴ ,	AMA 1, ENI ENH ²⁷ .	ADELCD, AMA, CIP, CTV, FOCADE, UPC e SEKELE KAN	T. 300 H. 180 M.120 M. 40%	T. 350 H. 234 M.116 M. %	T. 323 H. 130 M.193 M.60 %	Transferência das pessoas afetadas, Oportunidade de melhoria das condições de vida, Estudos físicos, socioeconómicos, identificação das necessidades das famílias afetadas, meios de subsistência alternativos
2ª	Agosto-2014	11 12 13	Sen Mag Quit	Conceção do lugar de Reassentamento; o Conceito de habitação; e Integração da Comunidade hospedeira							T. 304 H.172 M.132 M.-%	T.254 H. M.- M.-%	T. 196 H. 110 M.86 M. %	

¹² Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

¹³ Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia.

¹⁴ Delegação Provincial do Instituto Nacional de Petróleo.

¹⁵ Serviço Provincial de Geografia e Cadastro.

¹⁶ Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação.

¹⁷ Direção Provincial de Agricultura [de Cabo Delgado]

¹⁸ Direção Provincial de Mulher e Ação Social

¹⁹ Administração Marítima

²⁰ Ministério das Pescas.

²¹ Comissão de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

²² Ministério de Administração Estatal e Função Pública.

²³ Instituto Nacional do Petróleo.

²⁴ Ministério do Género e Coordenação de Ação Social

3 ^a	Agosto-2015	18 19 20	Sen Mag Quit	Ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e Apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto)			DPCAA , DPGCA S, IDPPE, DPINP	MMAIP ²⁵ , MASA ²⁶ e MITAD ER			T. 2 H.2 M.0 M.-%	T. 540 H.- M.- M.-%	T.234 H.- M.- M.-%	Levantamento e Registo de pessoas e bens; Quadro de direitos à compensação; Quadro de elegibilidade; Compensações – alternativas; Abordagem sobre compensações de acordo com as consultas; Projeção da Vila de Reassentamento; Reposição dos meios de subsistência; Benefícios comunitários de médio e longo prazos
4 ^a	Dez 2015	14 15 16 19	Sen Mag Quit Mon	Apresentação do esboço do Plano de Reassentamento							T. 300 H. 204 M.96 M.%	T. 336 H. 193 M. 143 M%	T. 250 H. 168 M. 82 M. %	Plano de implementação; Compensações; Avaliação ambiental; Plantas da Vila do Reassentamento [ruas, casas, edifícios administrativos e sociais, espaços sociais] incluindo área de expansão; entre outros aspetos integrantes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das Atas de Reuniões de Consultas Públicas de Anadarko e ENI East Africa (2016). Projecto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique (2016). Plano Final de Reassentamento. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.

Legenda: **T** – Total; **H** – Homem; **M** – Mulher; **M%** - percentagem da participação da(s) mulher(es) nas reuniões de consultas públicas

²⁷ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Empresa Pública.

²⁵ Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas

²⁶ Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar

APÊNDICE V - Expropriação de terra em projetos extractivistas (indústria) cerca 2000 - 2018

Projeto	Região	Área (ha)	Investidores		Recurso(s)
Cimentos de Moçambique	Matola		Grupo Cimpor	Portugal	Calcário Cimento
Minas de Moma	Moma		Kenmare Resources PLC	Irlanda	Areias pesadas Ilmenita, zircónio
MOZAL	Matola		BHP Biliton	Austrália	Alumínio
Fabrica de Cimento			CIF-Moz	China Moçambique	Cimento
Minas de Ferro	Lalaua		Damodar Ferro	Índia	Ferro
Grafite	Ancuabe		Grafites de Ancuabe Sarl		Grafite
Marmonte	Montepuez		Marmonte Sarl	Alemanha	Mármore
Carvão de Ncondezi	Moatize Kambulatsitsi	37.800	Ncodezi Coal Company Mozambique Lda.		Carvão
União Financeira Minerais, Limitada	Vale do Zambeze		Lotterskrantz Lda, AfroCam Resources	Canada	Pedras preciosas e semipreciosas
Riversdale Mining	Tete – Benga		Rio Tinto TATA Steel	Índia	Carvão
Vale Moçambique	Tete – Moatize		VALE	Brasil	Carvão mineral
Areias Pesadas	Gaza e Inhambane		Rio Tinto		Areias pesadas
Grafites de Balama	Cabo Delgado – Balama		Syrah Resources Group, EMEM ²⁸ Triton Minerals	Austrália Moçambique	Grafite concentrado
Projecto de Gás de Temane e Pande	Inhambane – Temane e Pande		SASOL Mozambique	África do Sul Moçambique	Gás natural
Projecto de Gás de Palma	Cabo Delgado – Palma		Anadarko, Eni Exxon Mobil	Itália EUA	Gás natural

²⁸ Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, SA

APÊNDICE VI - Expropriação de terra em projetos extractivistas (agricultura) cerca de 2000-2018

Projeto	Região Província	Área (ha)	Investidores		Cultura
			Empresa	Investidor	
Bioenergia Moçambique	Maputo Moamba	6.950	Moncada Energy Group SRL	Itália	Jatropha
Deulco			Deulco e EmVest Biofuels	África do Sul Inglaterra	Jatropha
Ecomoz	Maputo	21.000	Petrolatum Hende Wayela Biomoz	Moçambique África do Sul	Jatropha Palma Cana-de-açúcar
Emvest Limpopo-Matuba	Gaza - Chokwé	1000	Emvest	Inglaterra	Milho, Tomate Soja
Moçambique Inhavuka	Maputo	10. 348			Jatropha
Lap Ubuntu	Matutuíne	10.000	Lap Ubuntu	Líbia	Arroz
Plantação de Arroz	Maputo - Marracuene	10. 000		Ilhas Maurícias	Arroz
Sabiol	Maputo	29.000	Portugal	Portugal	Cana-de Açúcar
Seci Api Biomassa	Inhambane	6.300	SAB Mozambique	Itália	Jatropha
Niqeo/Níquel	Sofala	10.000		África do Sul Holanda	Jatropha
Eneterra	Cheringoma	18.500		Portugal	Jatropha
Elaion Africa	Sofala	1.000	Alaion AG	Alemanha	Jatropha
Prio Agricultura Buzi	Sofala	60.000			
Galp Buzi	Sofala	25.000	Empresa Nacional do Buzi e Galp	Moçambique Portugal	Jatropha
Grow Energy	Chemba	15.000		África do Sul	Cana-de-açúcar
Projetco Índico	Dondo	50.000	ZAMCORP	Macau, Portugal Moçambique	Jatropha Soja
Petro Buzi Bioetanol	Sofala	40.000			Cana-de-açúcar
Odevela	Manica	18. 622	Kijani Energy	Índia	Jatropha
Biodisel Manica	Manica	15.000			Jatropha
Green power East Africa Ltd	Manica	28.000	Green Power Holding AG	Zurich Switzerland	Feijão frade, Jatropha Milho, Soja
Sun Biofuels Lda	Manica	15.000		U.K.	Jatropha

Moçambique Galp	Manica	50.000	Galp & Visabeira	Portugal	Jatropha
Mozambique Principle Energy	Donde Sussudenga	18.000	Principle Energy Management Services Limited	Inglaterra	Cana-de-açúcar
Portucel Moçambique	Zambézia	173.000	Grupo Portucel Soporcel	Portugal	Eucaliptos
Moz Beef	Manica Dombe	10.0000		Inglaterra	Carne
Empreendimento Agrário	Manica Dombe	4.000		África do Sul	Manga
Moflor	Manica	50.000	Moçambique Florestal SARL Entrepoto		Eucaliptos
Infloma	Manica	73.000	Industria Florestal de Manica e RSA	África do Sul	Pinheiro
Grupo Madal SARL	Zambézia	57.000	Grupo Madal SARL		Coco, gado Madeira, Ananás Jatropha
Macs-in Moz Limitada	Chimoio	1.000	Chistoffel Breytenbach and Howard Blight	África do Sul	Fruta e Frutos secos
Indivest Limitada	Nampula	1.000	Rosinha Castanhas Daniel P. Lopes	Portugal	Soja, milho Ração animal
Massingir Agro-industrial	Gaza - Massingir	37.000	ProCana SIAL ²⁹	África do Sul	Cana-de-açúcar Etanol
Vegetable Oil Production	Zambézia	71.618			Jatropha
Quifel Energy Moçambique Lda	Gurué	10.000	Quifel Natural Resources	Portugal	Girassol Soja
Mozambique Biofuels Industry	Namaboa Mocuba	24.000	Malavalli Power Plant Private Limited	África do Sul Índia	
SAPPI	Zambézia	66.000	Global Solidarity Forest Fund	Noruega Suécia	Teca
Ntacia Florestas de Zambézia	Zambézia - Mocuba	70.000	Global Solidarity Forest Fund	Noruega Suécia	Eucaliptos Pinheiros
Tectona Florests of Zambezia	Zambézia	66.000	Global Solidarity Forest Fund	Noruega Suécia	Teca
New Forest Malonda	Niassa Muembe	40.000	New Forests Company	Inglaterra	Eucaliptos Pinheiros
Chikwet Forest	Lichinga, Lagos e Sanga	140.000	Diversity Timber Holding Intere (DTHI), Global Solidarity Forest Fund	Estados Unidos Noruega	Eucaliptos Espécies indígenas

²⁹ Sociedade de Investimentos Agroindustriais de Limpopo

			(GSFF), Fundação Universitária de Móveis de Licungo, Diocese de Niassa e CODACO	Moçambique Suécia	
Envirotrade	Bilibiza	10.000	Envirotrade		
Malonda Tree Farm	Muembe Sanga	60.000	Green Resources Fundação Niassa	Noruega Suécia	Eucaliptos Pinheiros
Florestas do Niassa	Lichinga	40.000			Eucaliptos Pinheiros
Chipande Cheto	Lichinga Sanga	630.000		Suécia	Plantações
Tenga, Lda	Niassa -Majune	2.000		África do Sul	Amêndoas
Veras	Nampula Monapo	12.000			Biocombustíveis
Malema Orgânica	Nampula Malema	10		Inglaterra	Cana de Açúcar
Servir Moçambique	Niassa Muembe	2.000		África do Sul	Agropecuária
Eagle Enter Prises	Niassa Majune	1000		África do Sul	Jatropha
Fundação Malonda	Lichinga Muembe Sanga	89		Suécia	Eucaliptos Pinheiros
MedEnergy Global	Cabo Delgado	10.000	MedEnergy Global	Reino Unido	Óleo de Palma
Matanuska Mozambique	Nampula Monapo	16. 000	Rift Valley Holdings e Norfound	Noruega Maurícias	Banana
Mozambique Agriculture Corporation MOZACO	Nampula Malema	2.389	RioForte Investmets João Ferreira dos Santos	Portugal	Algodão Soja
Alfa Agricultura Lda	Nampula Nacala		Alfa Agricultura	África do Sul	Soja
AgroMoz	Zambézia – Lioma	2100	Intelec Pinesso	Portugal Moçambique	Arroz Soja
EcoEnergia de Moçambique		1.000	EcoDevelopment in Europe AB	Suécia	Cana-de-Açúcar Etanol
Hoyo-Hoyo	Zambézia Tete	28.000	Quifel Resources	Portugal Moçambique	
Regional Development Company (RDC)	Nampula Manica Maputo	12.456		Maurícias Moçambique	Arroz

Africa Century Matama Limitada AC Matama	Zambézia – Gurué Lichinga	1.250	African Century Agriculture (ACA)	Holanda Suécia, U.K.	Soja
Mocotex LLC		18.800	Trigon Mozagri, SPV Industrial Develop. Corporation (IDC)	Estónia África do Sul	Algodão
Calmwind Pty Lda		9.000		Austrália	Arroz
Corredor Agro Limitada	Nampula - Monapo	8.200	Rift Valley Holdings	Maurícias	Milho, Soja, Sementes de Sésamo, Mandioca, Legume de grão e Banana
Chá de Zambézia, Lda	Zambézia	7.200	HK Jalan	Índia	Chá
Episteme Mozambique	Tete	20. 293	Baobab Resources	Reino Unido	Cana-de-açúcar Algodão, girassol e soja
Montara Continental Inc		10.000	Obtala Resources Lda	Reino Unido	Amedoím, Girassol
Wanbao Africa Agriculture Development Lda (WAADL)	Gaza - Limpopo	21.333	Wanbao Grain & Oils Co WAADL	Maurícias Moçambique	Arroz
Rei do Agro		2.500	Asian Global Management	EUA	Soja, Ração
Sena Holding Lta	Marromeu Zambézia	14.000	Tereos	França	Cana-de-açúcar
Sociedade de Zambézia Chá Sarl	Gurué	7.385	Export Trading Group Holdings	Singapura	Chá
Murrimo Farming Lda		3. 200	Crookes Brothers Lda	África do Sul	Arroz, macadâmia, milho e batata
Olam Mozambique Lda	Zambézia - Mopeia	9.530	Olam International Lda	Singapura	Arroz Cana-se-açúcar
Rajarambapu Patil Sahakari Sakhar Karkhana Lda		17.000	Rajarambapu Patil Sahakari Sakhar Karkhana Lda	Índia	Arroz Cana-de-açúcar Mandioca
Southern African Oils		1.000	SOGEIL SRL	Itália	Coco

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Castel-Branco (2002); UNAC e GRAIN 2015; GRAIN, 2013³⁰; Lemos (coord.) 2011.

³⁰ GRAIN (19 de fevereiro de 2015). *Table - Nacala Land Grabbers of the Nacala Corridor* (Excel) (106 KB). Acesso em 13 de abril de 2017, disponível em GRAIN: <https://www.grain.org/article/entries/5137-the-land-grabbers-of-the-nacala-corridor>.